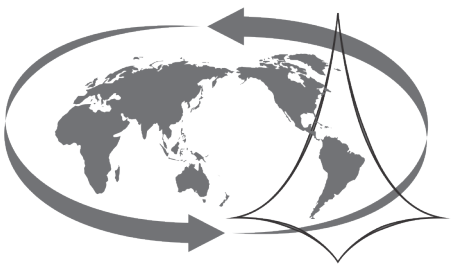
e-ISSN 2238-6912

AUSTRAL

Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais

Brazilian Journal of Strategy & International Relations



Porto Alegre, v.11 n.22 | Jul./Dez. 2022

NERINT
Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais
- Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PPGEEI-UFRGS
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
Faculdade de Ciências Econômicas (FCE)

Austral	Porto Alegre	v.11, n.22	p. 1-214	Jul./Dez. 2022

Sobre a Revista

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais é um veículo essencialmente acadêmico, ligado ao o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seu foco plural busca contribuir para o debate da ordem política e econômica internacional a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento.

A revista publica artigos originais que estejam relacionados às áreas de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, com especial interesse em assuntos relacionados a países em desenvolvimento e à Cooperação Sul-Sul – seus problemas securitários; os desenvolvimentos políticos, econômicos e diplomáticos dos países emergentes; e suas relações para com as potências tradicionais – em inglês, português ou espanhol. O público-alvo da revista consiste em pesquisadores, especialistas e estudantes de pós-graduação em Relações Internacionais. A revista busca assegurar a publicação de autores de cada um dos grandes continentes do Sul (Ásia, América Latina e África), de modo a estimular o debate e a difusão de conhecimento produzido nessas regiões. Todas as contribuições são submetidas a uma rigorosa avaliação científica.

Indexadores

Programa de apoio à Edição de Periódicos

This journal is supported by the
Support Program for Journal Editing (PAEP) at UFRGS

Equipe Editorial | *Editorial Team*

Editor | *Editor*

Leonardo Granato (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Editor Associado | *Associate Editor*

Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Editor Fundador | *Founding Editor*

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Conselho Editorial | *Editorial Board*

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)
Chris Landsberg (University of Johannesburg, South Africa)
Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brazil)
Érico Esteves Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)
Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)
Gelson Fonseca Jr. (Ministério das Relações Exteriores, Brazil)
Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)
Marcelo Milan (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)
Ruchita Beri (Institute for Defence Studies and Analyses, India)

Assistentes de Edição | *Editorial Assistants*

Felipe Werner Samuel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)
Igor Estima Sardo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil)

Conselho Consultivo | *Consultative Board*

Adam Habib, África do Sul
André Luiz Reis da Silva, Brasil
Antonio Jorge Ramalho, Brasil
Beatriz Bissio, Brasil
Bertrand Badie, França
Boris F. Martynov, Russia
Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Brasil
Carlos Schmidt Arturi, Brasil
Celso Amorim, Brasil
Cristina Soreanu Pecequilo, Brasil
Diego Pautasso, Brasil
Guilherme Thudium, Brasil
Henry Kam Kah, Camarões
Ilter Turan, Turquia
Isiaka Alani Badmus, Nigéria
José Ariosa Pérez, Cuba
José Miguel Quedi Martins, Brasil
Liu Youfa, China
Lotfi Kaabi, Tunísia
Lucas Kerr de Oliveira, Brasil
Mamoudou Gazibo, Canadá
Marcos Costa Lima, Brasil
Maria Regina Soares de Lima, Brasil
Mehdi Parvizi Amineh, Países Baixos
Monica Hirst, Argentina
Nilton César Fernandes Cardoso, Cabo Verde
Sean Burges, Canadá

©Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais - UFRGS

Capa: Eduardo Faustini and Guilherme Geremias da Conceição
Diagramação: Felipe Werner Samuel

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais está disponível online em: www.seer.ufrgs.br/austral

Contato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)
Av. Bento Gonçalves, 9500 - CEP 91509-900
Porto Alegre/RS - Brazil
Fone: +55 (51) 3308 7988
E-mail: austral@ufrgs.br

www.seer.ufrgs.br/Austral
Cataloging-in-Publication (CIP)

Austral : Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais = Brazilian Journal of Strategy & International Relations / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CEGOV/FCE.
- v. 11, n.22 (Jul./Dec. 2022). – Porto Alegre: NERINT-CEGOV/PPGEEI-FCE/UFRGS, 2012-

Semestral.

e-ISSN 2238-6912

1. Political Science. 2. International Relations. 3. International Politics. 4. Diplomacy. 5. Developing Countries.

CDU 327

Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

AUSTRAL

Volume 11, Número 22 (Jul./Dez. 2022)

Sumário

Editorial 7

O que é a doutrina Putin?
A Questão Estratégica Russa e a Segurança Nacional Ampliada 10
José Alexandre Altahyde Hage

Análise do processo de compra e transferência de tecnologia dos caças Gripen 32
Francisco Pôrto Júnior e Marco Antônio Alves

Fórum de Gás do Mediterrâneo Oriental: Convergência de preocupações de segurança energética e regional 56
Stefy Joseph e Aneetta Thomas Peedikayil

A política externa dos Estados Unidos em relação à Jordânia a partir das dimensões política e de segurança de 1990 a 2017 82
Ala Alkhawaldeh e Ayman Hayajneh

A política externa do Irã pós-revolucionário: A conveniência na encruzilhada do supranacionalismo e da soberania 119
Hamoon Khelghat-Doost

A Nova Rota da Seda:
Dinâmicas para a América Latina e para a região do Caribe 140
Anurag Tripathi, Abhishek RL e Arun Teja

Diplomacia marítima no Oceano Índico:
caminho a seguir para o Paquistão 166
Zaeem Hassan Mehmood e Ramla Khan

Rumo à efetividade da assistência jurídica mútua da ASEAN no combate à ameaça não tradicional de segurança na região do sudeste asiático 186
Syafrinaldi Syafrinaldi, Rendi Prayuda e Syafri Harto

Parceiros 207

Normas de Submissão/ Números Anteriores 211/212

A responsabilidade do conteúdo dos artigos é de seus respectivos autores.
The responsibility for the content of the articles is of their respective authors.

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.11, n.22 Jul./Dez. 2022

EDITORIAL

O ano de 2022 foi marcado pelo prolongado conflito militar russo-ucraniano, o qual teve enorme e múltiplo impacto mundial. Poucos analistas esperavam uma guerra tão prolongada, de intensidade e objetivos tão oscilantes e de desfecho tão imprevisível. A eclosão de um confronto armado convencional entre países industriais, em plena Europa, representa um ponto de inflexão em termos de segurança internacional no pós-Guerra Fria. O interessante é que a Europa parece ser a região mais afetada e prejudicada. A ruptura de laços econômicos entre a União Europeia, e especialmente a Alemanha, com Moscou, teve o efeito econômico e estratégico desejado por Washington. Agora, Bruxelas reclama da política de incentivo econômico de Biden às empresas norte-americanas como "concorrência desleal".

No Brasil houve um quadro pós-eleitoral tumultuado, com um cenário que se assemelhou ao norte-americano quando da derrota de Donald Trump. E o retorno de Luís Inácio Lula da Silva a um terceiro mandato tem sido sinalizado como a possível volta da diplomacia "ativa e altiva" do ex-chanceler Celso Amorim – agora assessor presidencial para política internacional, tal como Marco Aurélio Garcia no passado. Todavia, o que poucos analistas e ativistas levaram em conta é a dimensão da crise econômica e a perigosa clivagem e aprofundamento das tensões diplomático-militares. E, também, que, com a derrota de Trump, o governo Bolsonaro mudou a diplomacia brasileira em abril de 2021, que voltou a cooperar com o BRICS e seus membros, enquanto as relações com o governo Biden se tornavam difíceis.

Pragmatismo visando a sobrevivência, muito provavelmente, inclusive com a visita de Bolsonaro a Moscou poucos dias antes da eclosão da guerra, firmando diversos acordos sobre os quais a mídia deu poucas informações. Por razões óbvias, Washington e as capitais da Europa Ocidental, além de alguns dos grandes meios de comunicação brasileiros e internacionais, demonstravam preocupação com as eleições do Brasil. A defesa do sistema eleitoral e a preferência pela plataforma da candidatura oposicionista foram assertivas. Assim, com a ampla coalizão necessária para governar e tais apoios internacionais, que cobram um alinhamento do Brasil, num quadro de críticas contra o BRICS e seus membros, tornam pouco críveis a capacidade de reedição da antiga diplomacia brasileira da primeira década do século. O ano de 2023 será muito difícil pois as clivagens no país e no mundo estão se

aprofundando.

Este número traz artigos de acadêmicos do Brasil, da Índia, do Paquistão, da Indonésia, da Turquia e da Jordânia. Os temas são relevantes e, alguns, inéditos no Brasil. O primeiro aborda a chamada "Doutrina Putin" de forma muito objetiva, como estratégia de segurança nacional alargada, e o segundo aborda as dimensões econômicas e tecnológicas da aquisição dos caças Gripen pela Força Aérea Brasileira. Um segundo bloco de artigos aborda questões do Oriente Médio: a dimensão securitária do Fórum do Gás do Mediterrâneo Oriental, a política norte-americana para a pouco analisada Jordânia e uma análise acurada sobre a política externa do Irã pós-revolucionário na encruzilhada do supranacionalismo e da soberania. Por fim, os três últimos artigos abordam temas que remetem à Ásia: o impacto da *Belt and Road Initiative* na América Latina e Caribe, o papel da diplomacia marítima do Oceano Índico para o Paquistão e os mecanismos jurídicos da ASEAN no combate aos desafios não-tradicionais de segurança na região.

A visão de autores do Sul Geopolítico enriquece a percepção acadêmica e estratégica com relação aos temas analisados, materializando os objetivos fundacionais da A*USTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Isto é particularmente importante num momento em que ressurgem narrativas da época da Guerra Fria, que identificam as tensões atuais como um confronto entre a "Comunidade Internacional" de Democracias Liberais Ocidentais politicamente corretas e nações "desviantes" populistas-autoritárias. Uma reedição do "Mundo Livre" contra o "Totalitarismo" dos anos 1950, que absolutamente não consegue explicar a origem das fraturas atuais, causadas pelas ondas de choque da crise financeira de 2008 e da covid-19. Em tal contexto, o papel da academia é fundamental na análise do que Emmanuel Todd considera como os primeiros movimentos de uma Terceira Guerra Mundial.

A partir desta edição, a Análise Estratégica NERINT estará disponível apenas no site ufrgs.br/nerint.

***

Agradecemos o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS, através do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos (PAEP), bem como a toda equipe que trabalhou na edição e tradução, em particular ao Editor Assistente Guilherme Thudium e aos Assistentes de Edição Igor Estima Sardo e Felipe Werner Samuel, com a colaboração de Marina Felisberti, Gabriela Ruchel, Magnus Kenji e João Pedro Lopes Gonçalves. Como de costume, agradecemos

aos nossos qualificados pareceristas e à Professora Cristina Soreanu Pecequilo pela revisão das traduções. O trabalho de equipe dos pesquisadores do NERINT/UFRGS tem permitido manter a regularidade e a qualidade da Revista Austral.

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.11, n.22, Jul./Dez. 2022 | p.10-31

O QUE É A DOUTRINA PUTIN? A QUESTÃO ESTRATÉGICA RUSSA E A SEGURANÇA NACIONAL AMPLIADA

José Alexandre Altahyde Hage[1]

Introdução

Há algumas maneiras que nos ajudam a compreender a atuação política exercida pela Rússia na Guerra da Ucrânia no ano de 2022[2]. Naquela contenda, o que se pode auferir é o ímpeto expansionista russo, representado por sua elite governante representada pelo governo de Vladimir Putin. Um modo de ser expansionista e revisionista do sistema internacional, resultante de 1991, do fim da União Soviética, marca acontecimento altamente trágico para dirigentes do Kremlin, que temiam a desestrutura política do Estado em face de disputas regionais, inicialmente na Ásia Central e Cáucaso, conforme visão de Tim Marshall (MARSHALL, 2018).

Observações geopolíticas, sociológicas, históricas, integradas a uma visão de psicologia social, podem ser ferramentas para investigarmos as razões pelas quais a Rússia tenciona reconstruir sua política de teor imperial, como se fosse uma segunda natureza de sua alma eslava. Seria um *ethos* que, em certos momentos históricos, se aflora e contribui para modificar a atuação entre as grandes potências que concorrem pela preeminência em áreas de marcante interesse político russo. No século XIX, a concorrência era com o império britânico; hoje, a disputa se dá com os Estados Unidos e seu braço

1 Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal de São Paulo. E-mail: alexandrehage@hotmail.com.

2 Nossa referência a essa guerra é circunstancial, não é nossa intenção entrar em sua desenvoltura. Embora não haja como separar o desdobramento da Doutrina Putin do atual conflito militar ela não foi concebida para este embate em particular

armado, também europeu, organizado pela Aliança Atlântica (BRZEZINSKI, 1987).

As ciências sociais contemporâneas costumam não trabalhar com análises reducionistas sobre objeto de estudo, tampouco abrem espaço para investigações muito largas, que adotam várias ferramentas conceituais. A moderação no número de métodos é o ponto conveniente para adentrarmos ao tema sobre questões russas da atualidade ou do passado recente. Uma investigação sobre conjugação de fatores geopolíticos, históricos e econômicos pode ser conveniente.

Por conseguinte, a questão que pensamos merecer investigações é encontrada na *Doutrina Putin*, de Sergei Karaganov (2022), diretor do Conselho de Política Externa e de Defesa em Moscou, cuja divulgação passou a ser feita há pouco em virtude, entre outros motivos, da atual guerra europeia. Por isso, adiantamos que o objetivo deste ensaio é analisar a Doutrina Putin, sua gênese na política russa, sua ligação com o passado recente e seu teor programático.

Karaganov, mesmo que seja politicamente conservador, também entra no mérito sobre a utilização das ciências sociais, inclusive procurando resgatar o que o marxismo-leninismo teria de proveitoso para a Rússia. O aprendizado dessas disciplinas tem de ser para o desenvolvimento e resoluções nacionais. O autor frisa a inconveniência para a "questão nacional", dos pressupostos críticos ocidentais e da nova esquerda acadêmica norte-americana, cujo fundamento é se apegar a políticas identitárias e valorizar movimentos sociais anti-tradicionais (KARAGANOV, 2022).

Assim, podemos adiantar alguns aspectos da Doutrina Putin, que consistem: 1 – assumir a frustração russa por ter acreditado na boa vontade ocidental, no momento mais penoso da política e da economia do país; 2 – fazer esforços para remontar o poder político em face do oportunismo dos Estados Unidos e União Europeia tendo, como exemplo, o *Euromaindan*, de 2014, na Ucrânia, e o assédio de Washington para atrair alguns ex-satélites russos para a OTAN, como Geórgia; 3 – a própria ampliação da Aliança Atlântica sem correspondência com a segurança russa, em situação de solvência, em virtude de crises institucionais e 4 – refletir qual seria a melhor forma de conceber democracia, organização social e ensino universitário (KARAGANOV, 2022).

Por vez, doutrina é conceito utilizado pela diplomacia, direito canônico e direito internacional como conjunto coerente de ideias básicas, substanciadas por filosofia e valores "universais"[3]. A noção ganhou dimensão

3 Damos preferência, para esse assunto, a Christian Caubet, que se aproxima mais de nossa concepção para este ensaio, inclusive por versar temas caros à geopolítica, como ocupação

na cronologia da política interestatal, sobretudo com o aparecimento da Guerra Fria, a saber, a *Doutrina Truman*, de 1947, e a abertura que ela ajudou a dar a outros usos do termo no decorrer do século XX, caso da *Doutrina Carter*, de 1980 (BENETTI, 1986).

Cumprimos dizer que este trabalho é somente uma forma de contribuição a questão premente, que está em voga nas relações internacionais, e que anima debates e reflexões de boa parte da comunidade acadêmica e imprensa em geral: o expansionismo russo e sua concepção de segurança internacional que, em nossa leitura, não deixa de ser *segurança nacional ampliada*, uma vez que para Moscou a linha divisória entre o internacional e o doméstico, se tratando desse prisma, é muito tênue[4]. Por isso, não faz parte de nosso objetivo esgotar tema tão largo e complexo.

O tempo coberto por este ensaio começa em 1991, fim da União Soviética, a janeiro de 2022, nos exercícios militares que o governo Putin havia começado a fazer em partes da Ucrânia, caso de Donbass. Nosso arcabouço teórico-metodológico se vale da literatura geopolítica, antiga e moderna, Halford Mackinder e Zbigniew Brzezinki, bem como autores do realismo das relações internacionais, Henry Kissinger e John Mearsheimer. No entanto, isso não nos impede, para melhor compreensão de nosso texto, de recorrermos a liberais, como Francis Fukuyama e Joseph Stiglitz.

Além desta introdução, nosso ensaio está dividido da seguinte forma: na primeira parte temos o intuito de fazer breve balanço do conceito de doutrina aplicado à política interestatal e ao princípio de poder nacional dos Estados. Depois, analisaremos a Doutrina Putin como resultado e, ao mesmo tempo, impulso ao revisionismo que Moscou faz sobre a conjugação geopolítica atual. Na terceira parte, examinaremos algumas passagens dos anos 1990, do sistema emergente. Época de globalização, liberalizações e "doutrina de choque" que perturbou o **quantum** de poder russo. No final, demonstraremos algumas reflexões nas considerações finais.

Características de Doutrina

espacial e dos rios internacionais (CAUBET, 1991). Nesse autor, a relação entre política do poder e doutrina direito internacional não é, obrigatoriamente, excludente.

4 Temos a opinião de que o termo "segurança nacional ampliada" é conveniente em virtude da visão que a Rússia tem historicamente sobre essa questão. Na política de Moscou o problema de segurança não tem fronteira exata. Isto porque a percepção de fronteira para a Rússia não se limita somente ao aspecto físico, demarcação, mas também cultural. A noção de *estrangeiro próximo*, Estados fronteiriços com tradição russa, eslava, é exemplo dessa premissa.

Pensamos ser conveniente explicarmos, dentro de nossas condições, o conceito de doutrina, depois *Doutrina de Potência*. Isto para abrirmos meio para melhor compreensão do que pode ser a Doutrina Putin e sua demanda para contestar o sistema de Estados que está em voga, mas que sofre desafios pelas outras potências além da Rússia, China, Irã e possivelmente Índia.
Ao estreitarmos mais a compreensão sobre doutrina, além do enunciado acima, o conceito pode ser percebido na condição de arcabouço moral e programático de certas instituições, sociais e políticas, que guardam compromisso com mudanças ou posicionamentos. No âmbito da militância católica, doutrina foi a Bula Papal de Leão XIII, chamada ***Rerum Novarum*** (Das Coisas Novas), na qual o Pontificado procurava firmar críticas contra efeitos do capitalismo industrial, urbano, na primeira década do século XX: o aumento da pobreza, a perda de valores morais e a ganância financeira. A resolução para aqueles males estaria na cultura de caridade, tradição e solidariedade cristãs. Eis a doutrina social da Igreja (BENETTI, 1986).

Ao especificarmos um pouco mais, doutrina também passou a ser nome de repúdios documentados contra relacionamento abusivo de grandes potências aos países pobres do Hemisfério Sul. Exemplo disso foi a instituição da *Doutrina Drago*, de 1902, que criticava o uso militar que os Estados Unidos fizeram para cobrar dívida venezuelana, entre outros países. O argumento do diplomata argentino, Luís Maria Drago, buscava se firmar como norma do Direito Internacional contra violações de soberanias por dívidas externas e outros passivos (CORREA, 1967).

Embora seja lugar-comum, para habituados nesses assuntos, mesmo assim, citamos a Doutrina Truman, de 1947, cujo papel fora o de fazer contenção à expansão soviética em direção à Europa Ocidental, oferecendo cooperação militar aos países interessados. Tal manifestação pedia o fim de comportamentos vistos por inconvenientes na política americana, de não abandonar o teatro de guerra europeu em sua conclusão (como havia feito no Tratado de Versalhes, de 1919) nem adotar o isolacionismo, porque seria o poder dos Estados Unidos a garantia do equilíbrio mundial.

Vale também mencionar a Doutrina Carter, de 1980, na qual permitia-se aos Estados Unidos fazerem uso de força militar para protegerem passagens marítimas, sobretudo no Oriente Médio e adjacência, que tocassem em sua segurança energética: o controle das águas internacionais para navegação de petroleiros (MELLO, 1997). De igual modo, o documento foi utilizado para marcar posição contra a União Soviética, em virtude de sua entrada no Afeganistão, e ao Irã fundamentalista que poderia ser exportador de sua violenta pregação, ambos ocorridos em 1979.

Em nossa concepção, nem todas as atividades reativas em política interestatal devem ser doutrina, com todo o significado desse termo. Porém,

não haveria contrariedade ao dizermos que a missão de Truman fora doutrinária, se considerarmos o efeito promovido pelo célebre documento escrito por George Kennan, *o Longo Telegrama* (*The Sources of Soviet Conduct*) no qual o diplomata norte-americano informara Washington sobre a melhor forma para enfrentarem o poder da União Soviética. A saber, poder soviético que deveria receber ação igual ou maior do que aquele demonstrado, sobretudo na defesa do espaço europeu ocidental (KENNAN, 1947).

O relatório de Kennan ganhara impacto junto à comunidade estratégica dos Estados Unidos porque informara que, para lidar com a União Soviética, não se poderia utilizar ferramentas convencionais de entendimento, como se aquele país vivesse sob condições iguais aos ocidentais. Haveria necessidade de se compreender o que viria a ser a alma russa, sua entrega sem trégua ao objetivo a ser alcançado, mesmo com altos custos para firmar Moscou como centro coordenador da Europa; o que os soviéticos procuravam fazer junto à Grécia em 1947. Por isso a Doutrina Truman.

De maneira análoga, podemos dizer que havia doutrina na premissa de Carter, uma vez que seu governo imaginava a projeção de poder dos Estados Unidos no além-mar, no *Rimland* da teoria geopolítica de Nicholas Spykman[5], a partir das interpretações que Brzezisnki fazia para promover a penetração norte-americana na periferia, nas fimbrias, da Eurásia, para contrabalançar o plano de expansão que a União Soviética tencionava fazer para sair ao Oceano Índico e, daí, perturbar a preeminência do poder naval norte-americano. Eis a "Luta pela Eurásia" que atualizaria o antigo grande embate, entre a potência da terra e dos mares (BRZEZINSKI, 1987).

Em consonância com o exposto acima, a doutrina necessita ser concebida a partir de documento (ou momento) que registre seu espírito. Carlos de Meira Mattos acredita que a Doutrina de Potência não pode ser criada sem levar em conta a realidade na qual está inserida a elite governante, bem como trabalho de prospecção e seleção dos reais objetivos que determinado Estado deve seguir, em face da política de poder, para ser alçado à condição de grande potência. Usamos o conceito de Doutrina de Poder porque acreditamos que ele pode ser prefácio para analisarmos a Doutrina Putin porque ambas trabalham temas semelhantes aos Estados territoriais.

Em consonância com o parecer de Arnold Toynbee que, nos anos 1960 e 1970, era bastante mencionado no Brasil, Meira Mattos acredita que a Doutrina de Poder tem de oferecer *Objetivos Nacionais ou Críticos*.

5 Na teoria de Spykman o *Rimland*, ou as fimbrias, são áreas intermediárias do litoral para o centro da Eurásia, o *Heartland* de Mackinder, na qual o poder americano deveria concentrar suas forças para impedir a transposição da União Soviética em direção aos oceanos Índico e Pacífico, efeito que animaria o Kremlin para tornar a União Soviética potência anfíbia (SPYKMAN, 2019; MELLO, 1997).

No caso brasileiro, o que era esperado seria a elevação do País ao nível de grande potência dentro de determinado tempo, por meio de transformações domésticas consideradas urgentes ao Estado, como a integração nacional. Ainda que o documento mencione o Brasil, seu registro se estende a outras partes do mundo, o que pode ser válido para aqueles Estados que tencionavam construir poder em face dos conflitos mundiais (MATTOS, 1970).

Por isso, o militar brasileiro, valendo-se do intelectual britânico, percebe que na Doutrina de Poder alguns Objetivos Nacionais são de caráter geopolítico. Algo que não seria estranho às grandes potências pode se ver nestas linhas, mesmo sendo temporal e limitado, visto que suas inclinações são presentes na Rússia e seus esforços para retornar ao lócus daqueles que decidem:

> 1 – sua soberania deve exercer-se sobre um vastíssimo território; 2 – hoje dia, grande potência é aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais; 3 – de que o deve caracterizar a potência moderna é a capacidade de exercer um poder coordenador sôbre a maior área que a de seu próprio território. Êsse poder coordenador não terá que ser, obrigatoriamente, político e militar. Poderá ser, predominantemente, econômico ou ideológico (MATTOS, 1970: 44).

À guisa de definição desta parte de nosso ensaio, podemos adiantar que a Doutrina Putin carrega conteúdo de programa específico para contribuir à elevação do poder russo naquilo que ele pensa ser mais premente para sua geopolítica, segurança internacional ou nacional ampliada. Pensamos que analisar tal documento é congruente e nos ajuda a compreender duas ações interligadas, independentemente do juízo que se possa fazer dos atos promovidos pelo governo Putin.

Primeira, o advento da Doutrina Putin surge com o amadurecimento da crítica que o Kremlin faz sobre a situação secundária (ou subordinada) que a Rússia passou nos anos 1990. Vale dizer, da relativa desmontagem do poder estatal herdado da União Soviética, portando, de sua influência internacional, inclusive abrindo possibilidade de desestruturação territorial, vide a guerra da Chechênia, em 1994. Por seu turno, o governo liberal de Boris Yeltsin, empossado em 1991 e concluído em 1999, traz más lembranças àqueles que imaginavam lugar melhor para a "Mãe Rússia" em face dos desafios, justamente por ter sido carreador daquelas manifestações desmanteladoras.

Segunda ação, o documento também vem a calhar, visto que a Rússia participa de guerra na qual o enfrentamento não se limita à Ucrânia, mas à conjugação de poder que nela está a OTAN e os Estados Unidos, como interessada pelo enquadramento estratégico russo. Aliás, algo que

fora aguardado, sob o propósito de Washington, de conseguir imprimir hegemonia no Cáucaso pós-soviético e impedir que houvesse emergência de outra potência concorrente.

A artimanha assumida pelo governo Ronald Reagan, nos anos 1980, contava com sugestões de Brzezinski, de eleger "pinos estratégicos" na Alemanha Ocidental e Polônia, contra a União Soviética, de fomentar guerra psicológica e contando com o papa João Paulo II, para minar a ideologia comunista. Por isso, nada mais crível que dar voz a pensador que havia se mostrado prático na definição da Guerra Fria e, nos anos 1990, imprimia caminho para paralisar o poder russo.

A tarefa acima continua no livro *El Gran Tablero Mundial*, no qual ex-conselheiro de segurança do governo Jimmy Carter faz sugestões para que os Estados Unidos fossem primordiais na Eurásia, no "coração continental" (BRZEZINSKI, 1997). O nome Brzezinski não aparece à toa em nosso ensaio, afinal ele é marcante no atual debate geopolítico russo, e é citado na Doutrina Putin como intelectual engajado que simboliza esforços ocidentais contra Moscou (KARAGANOV, 2022).

Aspectos da Doutrina Putin

Sergei Karaganov acredita que seu manifesto tem dois aspectos: ele é reativo em relação àquilo pelo qual a Rússia passou nos anos 1990, anos de limitadas capacidades estratégicas e econômicas. Digamos, reativo na medida que procura fazer balanço do passado recente, considerado prejudicial, como o de não poder se opor à ampliação da Aliança Atlântica e às intromissões que a aliança fez em áreas das quais não lhes diziam respeito, caso de Líbia e Síria em 2011. Naquela nação norte-africana a Rússia não teve muito o que fazer, mas ao se tratar do aliado médio-oriental Moscou já havia conseguido atrapalhar um pouco as excursões militares estadunidenses.

A condição negativa pela qual vivia a Rússia não passaria apenas pelos temas estruturais, da economia e da geopolítica. Determinados assuntos, tão peculiares para a educação universitária do país, seriam postos em nível inferior. O abandono dos pressupostos mais caros à Rússia pela adoção "acrítica" de premissas entendidas como salutares para o Ocidente, livre-mercado, desregulamentação e certos modismos acadêmicos se mostrariam prejudiciais ao espírito nacional, que respingariam na projeção da política externa e segurança. Isto porque tais premissas ajudariam na opinião de que seria melhor a Rússia aceitar sua derrota histórica e seu fatalismo.

Por outro lado, a Doutrina Putin também pode ser considerada prospectiva, já que prescreve meios para fazer com que a Rússia abandone

suas vulnerabilidades, herdadas de tratados draconianos, se restabeleça como potência viável e contribua para que haja construção qualificada de relacionamentos regionais em área de grande interesse e penetração histórica de Moscou, valendo para a Ásia Central e Cáucaso. Regiões nas quais a tentativa para se criar Estados soberanos, com todo o peso que esse termo acarreta, falhou em nome de promessa que não se cumpriu, por não haver comunidades de povos estáveis e economicamente modernos (KARAGANOV, 2022).

O que se vislumbravam eram populações sem tradições culturais e história que pudessem servir de argamassa para a centralização estatal. Como fomentar valores nacionais, e democracia, em região que sai do peso czarista, em 1917, e logo pula para a do controle soviético até seu fim em 1991? O que havia era somente o apego a recursos naturais, hidrocarbonetos, que promoviam interesse ocidental na economia global de energia (SÉBILLE-LOPEZ, 2007).

No período em que Estados Unidos e União Europeia tencionaram promover a existência de Estados soberanos, o que se encontrou foi uma série de unidades políticas, de coletividades, que não haviam planejado viver sob a figura de Estado, como se concebe no Ocidente, sob o mínimo de coerência, culturalmente nacional, fronteiriça e política. Estamos nos referindo a uma Europa tradicional, de valores nacionais, que aos poucos desaparece (FERNANDES, 2017).

Em concordância com Fernandes o expoente da Doutrina Putin vê duas realidades politicamente divergentes: enquanto a União Europeia defende uma era pós-nacional, com descentralização dos poderes territoriais, em prol de Bruxelas, e de instituições internacionais, entrando a OTAN, comandada de, de fato, por Washington, a Rússia estima a unidade nacional, popular e religiosa. Especificamente, soberania que Putin atribui sacralidade para seu país e para seu estrangeiro próximo, o que vale também para Ucrânia, cuja soberania não é desvencilhada da russa (PUTIN 2021).

Sobre o que vem a ser democracia, vontade nacional e organização política, Karaganov entende que essa forma de governo deve ser aquilo projetado pelos valores sociais russos, e não simplesmente reproduzir o que lhe é culturalmente distinto. Em outras palavras, não se deve pensar o que é democracia, liberal, a partir do Ocidente como se fosse a única maneira de a conceber.

Mas, dessa vez, o que o governo Putin deve fazer é estabelecer projeto de cooperação regional e não reprodução hierárquica de unidades políticas, da mesma forma que houve com a Rússia czarista ou da própria União Soviética – no fundo, experiências multinacionais mais de dominação e menos de complementariedade e cooperação no modo mais amplo do termo

(KARAGANOV, 2022).

Se houve um ponto de partida para que o Kremlin tivesse percebido sua angústia política e procurasse superar seus problemas, o encontro de Munique, de 2007, e reforçado em 2021, fora útil. O governo Putin levou em conta a desaceleração econômica pela qual passa o Ocidente, sua reconhecida decadência e, de modo paradoxal, a hostilidade que instituições internacionais, de segurança, passaram a demonstrar não somente contra a Rússia, mas também a outros países, inclusive a China. Era como se a frustração da perda de empenho fosse compensada com mais agressividade:

> There is no need to interfere or to try to influence the internal dynamics of the West, whose elites are desperate enough to start a new cold war against Russia. What we should do instead is use various foreign policy instruments – including military ones – to establish certain red lines. Meanwhile, as the Western system continues to steer toward moral, political, and economic degradation, non-Western powers (with Russia as mayor players) will inevitably see their geo-economic and geo-ideological position strengthen (KARAGANOV, 2022: 11).

Agora, a Rússia estaria em uma situação peculiar e favorável. Na condição de grande potência, domesticamente satisfeita, o país tem acesso a quase tudo de que necessita em economia e matérias-primas. Nas relações diplomáticas, o autor acredita que a aproximação com a China é providencial. Não obstante Pequim possa ter veleidades expansionistas, justamente em área de foco russo, mesmo assim, o grande vizinho é o melhor parceiro para montar bloco resistente ao Ocidente. A economia internacional, não há incerteza, passa a ter seu centro dinâmico na Ásia.

Não há dúvidas de que se há ressentimento russo contra o Ocidente ele se encontra na expansão da OTAN a leste, sem refletir se havia tal necessidade, e se valia a pena menosprezar um país que, apesar de tudo, guardava relevância e importância geopolítica. A integração da Polônia àquela organização, em 1999, já pronunciava a máxima de que o futuro guardaria situações conflituosas, de alta intensidade, à medida que a Rússia procurasse angariar respeito próprio.

A entrada de Varsóvia à Aliança Atlântica deu sinais claros de que Moscou não teria condições de se opor; o país não possuía recursos de poder suficiente para fazer valer sua posição contra o Ocidente, da mesma forma que faria a União Soviética na preservação de sua área de interesse. Escreve o autor que depois da Polônia só restou esperar a dilatação da Aliança Atlântica com a participação dos países bálticos, que não se constrangeram em trocar suas soberanias pela "suposta proteção ocidental". Agora, se a

ampliação estratégica ocidental quer contar com Ucrânia ela tem de parar, sem a qual não poderá haver respeito mútuo e convivência pacífica na Europa (KARAGANOV, 2022).

Em uma análise, que pode ser crítica à Doutrina Putin, não se duvida de que houve esforços para fazer do Estados Unidos o controlador do sistema internacional, no qual a Rússia seria subordinada com o fim da Guerra Fria; não apenas ela, mas todo o continente europeu, agora sem o Pacto de Varsóvia. No entanto, para Angela Stent, a observação feita é a de que Putin força muito a mão para defender seus objetivos, até dando a entender que ele quer recriar a União Soviética.

A evolução desse comportamento chegaria a "menosprezar" o poder norte-americano, considerado fraco para enfrentar grandes desafios. Da mesma forma, isso se estenderia à Alemanha, cuja preocupação é "arrumar a casa" e a União Europeia no geral[6]. Nesse aspecto, a invasão da Ucrânia seria somente um primeiro passo para dar à Rússia aquilo que ela pensa ser politicamente justo, mesmo que essa reinvindicação jogue o mundo em um caos (STENT, 2022).

Na Doutrina Putin, de acordo com Karaganov, não haveria empenho russo para a violência. Porém, a guerra não seria descartada, caso Estados Unidos e União Europeia botem a segurança russa em risco, isto é, se convocarem a Ucrânia para se tornar "campo de prova" para hipotéticos exercícios geopolíticos da OTAN para intimidar a Rússia por meio de estacionamento de armas táticas de grande alcance, da mesma forma que houve na Polônia e República Checa.

Além disso, o uso de Kiev para impulsionar *guerra irregular*, de propaganda, ideológica, por meio de organizações financiadas pelo Ocidente, contra a visão russa de mundo, também deve ser combatido. Em defesa da unidade espiritual e histórica entre Ucrânia e Rússia (filhas do Principado de Kiev) Putin explana sua crítica em consonância com o artigo de Karaganov, visto que o trabalho para desestruturar a cultura nacional ucraniana é essencial para haver políticas anti-Rússia:

---

6 Há exames que consideraram a maneira com a qual o europeu médio, com boa renda e educação, percebe temas de segurança internacional como muito importante para seus países. Alguns estudos demonstram que esse setor da população, com alguma influência, não dedica importância a questões da "grande política", preferindo assunto mais comezinhos, de auto-interesse: manter estilo de vida cosmopolita, certos prazeres de classe, ou alimentar nova agenda que tenha impacto global, como substituição do petróleo por "energia verde", preservação ambiental e direitos humanos. São sociedades do conforto que não mais precisariam expressar preocupações por segurança, como haviam feito seus antepassados por causa da Segunda Guerra e mesmo pela angústia existencial da Guerra Fria (INGLEHART, 2012).

> Along with that we are witnessing not just complete dependence but direct external control, including the supervision of the Ukrainian authorities, security services and armed forces by foreign advisers, military "development" of the territory of Ukraine and deployment of NATO infrastructure. It is no coincidence that the aforementioned flagrant law on "indigenous peoples" was adopted under the cover of large-scale NATO exercises in Ukraine (PUTIN 2021: 13).

Dentro dessa visão, se há área realmente prejudicada, em alguns propósitos, é a Europa Ocidental. O *Velho Mundo*, antiga arena de civilização e vigor, virou apêndice militar dos Estados Unidos, sem vontade própria, para desenhar seu destino e interesses a perseguir. A segurança coletiva, coordenada em Washington, minou a autonomia continental e não a melhorou. A retirada de comando sobre assuntos estratégicos, de Londres, Berlim ou Paris, não ajudou a melhorar a segurança europeia, apenas demonstrou a apatia daqueles centros, como segue:

> As for NATO, it is very clear what we should do. We need to undermine the bloc's moral and political legitimacy and refuse any institutional partnership, since its counterproductivity is obvious. Only the military should continue to communicate, but as an auxiliary channel that would supplement dialogue with the DOD and defense ministries of leading European Nations. After all, it's not Brussels that makes strategically important decisions" (KARAGANOV, 2022: 9).

Pensar que a existência da OTAN seria sinal de garantia para Europa levaria ao engano. Aquelas potências que agora vivem sob orientação de Washington teriam de saber que o papel da Rússia não é o de criar animosidade, mas sim ter condições de cooperar com o continente. Ajudar em temas que verdadeiramente contribuem para obter vantagens para todos os lados, e não alimentar princípios, cujo fito é o engessamento de poder e hierarquia política, de acordo com aquilo que é encontrado sob governos de elite cosmopolita, tecnocrática e antipopular (KARAGANOV, 2022).

Mesmo que a Rússia esteja perto da satisfação territorial, ou de matérias-primas essenciais para sua economia, há bom número de questões a serem superadas por programa nacional coerente com aquilo que se pensa ser o espírito e necessidades do país. A reforma universitária, em ciências sociais, relações internacionais e economia, já foi mencionada. Mas a Rússia ainda se ressente de ter perdido dinamismo tecnológico e ciência mais avançada, em comparação ao Ocidente.

Outro item preocupante para o Kremlin é a perda de peso demográfico que ocorre desde o fim da União Soviética. Sobre isso, emerge preocupação no

qual população é poder; vale dizer, alta demografia é importante para ocupar espaços vazios em amplo território. Com população em torno de 140 milhões de habitantes, a Rússia não teria condições de se espalhar pela Sibéria e, a partir disso, evitar desbalanço demográfico, questão de segurança nacional[7]. Com efeito, há estimativas que apontam até perda de massa populacional para abaixo dos 140 milhões, caso o país não invertesse a baixa taxa de natalidade e moderasse os óbitos por novas políticas de saúde (KAPLAN, 2013).

Um dado pouco comentado é que das potências europeias, industrializadas, o fim da União Soviética, até 2000, logrou nível de vida à herdeira russa abaixo da média, próxima ao grupo de países do antigo Terceiro Mundo. Na verdade, a expectativa de vida da população no geral caiu para níveis desconhecidos para aquele tipo de sociedade, de traços modernos e cultos. O ressurgimento da desnutrição e o aumento do alcoolismo podem ser citados como explicação para a questão demográfica do país (GOWAN, 2003). Talvez a Rússia tenha sido o único caso de grande potência que vê sua qualidade de vida despencar sem sofrer derrota militar propriamente dita.

Com os elementos exposto acima podemos dizer que a Doutrina Putin é reflexão sobre eventos e degastes políticos que a Rússia passou logo após seu ressurgimento como Estado territorial em 1991. Os anos 1990 são considerados os momentos mais baixos do amor-próprio daquele país nos últimos tempos. Sobre esse arrazoado, procuraremos demonstrar na próxima parte deste ensaio.

Os Exuberantes Anos 1990

Antes de tudo, informamos que gostaríamos de usar recurso estilístico-metodológico encontrado em famosos livros de ciências humanas: aumentar ou diminuir determinados períodos de análise conforme as circunstâncias[8]. Nossa década de 1990, para propósitos de longa duração, não acaba em 1999 ou 2000. Ela se finda em 2010 por dois motivos: 1 – Define o teto de poder dos Estados Unidos e Europa Ocidental por causa da questão financeira, trazida pela quebradeira de 2008 e pela ascensão da China; 2 – pela busca de

7 Mesmo que possa ser raciocínio temporal, ligado à teoria geopolítica do século XIX e início do XX, o peso da demografia como elemento de poder parece não ser desprezado em virtude da alta estima que há sobre tecnologia, robótica e eletrônica que, em parte, demonstraria mais impacto que o número de habitantes em determinados espaços. Em propósitos mais clássicos, Friedrich Ratzel praticamente fora o genitor do fator demográfico. Em termos contemporâneos, a questão pode ser vista em autores como Robert Kaplan (2013) e Sébille-Lopez (2007), citados neste ensaio.

8 Citamos *O Longo Século XX*, de Giovanni Arrighi, e *O Breve Século XX*, de Eric Hobsbawn.

reestruturação de poder da Rússia feita por Vladimir Putin.

A reestruturação russa, mesmo que demorada, por causa dos limites econômicos do país, consegue manter o poder do presidente Bashar Al Assad, da Síria (aliado russo), em face do assédio norte-americano a partir de 2011, variante da *Primavera Árabe*, cujo objetivo era retirar governantes considerados antidemocrático e antiocidentais. A mesma manutenção a Rússia não pode fazer em 2003, na defecção do governo iraquiano de Saddam Hussein, que até os anos 1980 recebia apoio soviético.

Com o título desta parte do ensaio, o economista Joseph Stiglitz nomeia seu livro sobre o sucesso que foi a economia dos Estados Unidos nos anos 1990. O prêmio Nobel de 2001 constata que foi justamente uma plataforma liberal (mais à esquerda no ideário norte-americano) que promoveu prolongado período de crescimento econômico, e pleno emprego, pela via do livre-comércio, da desregulamentação financeira, de serviços e de maior liberdade ao sistema bancário (STIGLITZ, 2003)[9].

O autor não deixa de demonstrar certa perplexidade sobre determinadas políticas assinadas pelo governo de Bill Clinton (de 1993 a 2000) que contribuíram, ainda que involuntariamente, para a crise financeira, de 2008, que arrastou quase todo o sistema econômico internacional para a instabilidade. Problema que afetou os próprios Estados Unidos em sua escala de poder. A conservação da mesma política econômica do governo Reagan no *Federal Reserve*, já com Alan Greenspan (1987), pode servir como exemplo das "contradições" daquele governo democrata.

Também nos temas militares havia impressão de que os Estados Unidos, nos anos 1990, viviam em "céu de brigadeiro", uma vez que seu orçamento para área era maior que a de todas as grandes potências combinadas. Não havia paralelo no histórico do sistema internacional sobre tal fenômeno – nem o Império Britânico gozou de tanta distância em sua época de hegemonia. Na ótica de Henry Kissinger, o domínio norte-americano foi atípico em todo os termos (KISSINGER, 1994).

Não seria crível observar uma grande potência guardar tanta vantagem em relação aos competidores pela hegemonia ou pela montagem de bloco concorrente. No atual século, a condição bélica pró-Estados Unidos já havia começado a se modificar por causa da crise econômica de 2008 e 2009, diluindo-se um pouco. Contudo, podemos verificar que os orçamentos indicavam ainda boa dianteira a Washington. Vejamos os dados de 2010 e

9 OS Estados Unidos haviam sido o número um do sistema internacional e exercido seu *soft power* exemplar. Mas no passado recente Washington dispensou aquelas reconhecidas qualidades políticas para se jogar em nova guerra fria com Rússia e China. Embate prolongado que os Estados Unidos devem perder (STIGLITZ, 23.06.2022).

2011, em bilhões de dólares:

País	2010	2011
Estados Unidos	698,3	689,6
China	121,1	129,3
Rússia	58,6	64,1
França	59,1	58,2
Reino Unido	58,1	57,9

(Fonte: SILVA FIHO; MORAES, 2013)

A situação econômica e militar dos Estados Unidos era ímpar no sistema internacional, e isso permitia-lhes formular planos de expansão em outras áreas do globo, bem como conservar aquelas que foram criadas no decorrer da Guerra Fria. Por causa dos acontecimentos do *11 de Setembro de 2001* a Doutrina Carter, mesmo sem ser mencionada, fora reforçada com a tomada militar do Iraque e o empenho das forças navais norte-americanas nas águas dos Emirados Árabes. Houve empenho para se obter a "Doutrina Bush" que, em parte, subsistiu no governo de Barak Obama, repensado para que os Estados Unidos seguissem de perto Rússia e China na Eurásia.

Tudo isso permitia a Washington eleger a Ásia Central e Cáucaso como novos campos de teste do poder americano, na medida que procurava trazer para sua influência antigos protetorados da União Soviética. Cazaquistão, Geórgia e Azerbaijão poderiam ser novos "pinos estratégico" que os Estados Unidos usariam para constituir rede de proteção contra uma Rússia renovada. De outro modo, incentivaram a guerra de secessão que a Chechênia fizera contra o poder central russo em 1994.

Do lado europeu, a operação também não deixou de ser feita, até começou com o *debacle* da União Soviética em 1991. Por isso, uma tarefa que não podia tardar era saber o que fazer com a OTAN, já que sua contraparte, o Pacto de Varsóvia, havia desaparecido. O debate inicial sobre a Aliança Atlântica levava em conta que ela não deveria acabar, mas sim se transformar em garantia do equilíbrio europeu, visto que a unificação alemã, saudada como progresso político e moral, despertava receio em seus antigos inimigos, como Grã-Bretanha (GOWAN, 2003).

A admissão de Berlim na Organização seria providencial para acalmar partes do continente. Mas o busílis da questão mudou de cor quando se percebeu que a organização estava se espraiando para o leste, nos países que outrora fizeram parte do bloco soviético de segurança regional: Polônia, Bulgária, República Checa, Romênia e Hungria migraram para a OTAN sob o sentimento de que poderiam marcar posição contra a Rússia e, a partir disso, receber ajuda econômica ocidental.

Depois da primeira etapa de dilatação a Aliança Atlântica chegou aos países bálticos, Estônia, Lituânia e Letônia com o propósito de montar um tipo de "cordão sanitário" anti-russo. E o plano seria mais bem completo se trouxesse para si a Ucrânia, cuja localização e importância, como entidade territorial, daria aos ocidentais projeção de grande monta. Isto porque de todos os parceiros o Estado ucraniano é o mais bem servido de recursos naturais e com melhor posicionamento estratégico, inclusive por sua saída ao Mar Negro. Mas a Ucrânia ainda não estava na agenda.

O clima poderia ser de tensão, se os Estados Unidos não tivessem larga projeção de poder e se a Rússia pudesse oferecer um mínimo de resistência. Em 1999, ainda que Moscou tivesse demonstrado oposição à OTAN na guerra da ex-Iugoslávia, por apoio à Sérvia, não pode mostrar mais do que protestos e descontentamento. Mesmo assim, no âmbito dos debates, apareceu deputado russo, ultranacionalista, que marcou época ao invocar novo papel para a Rússia na conformação de uma nova Europa, que não mais ignorassem o peso de Moscou na ordem internacional.

Vladmir Jirinovski surge com ponto de vista bastante preocupante para aquela situação. Em entrevista fornecida em 1994 ele prega que a parte oriental da Europa deve ser geograficamente reformulada entre as duas maiores potências continentais: Alemanha unificada e Rússia, que deveria ser militarmente reconstruída. Alguns países, para isso, teriam de ser incorporados às duas unidades política que, efetivamente, importam na balança do poder continental.

Na concepção espacial do parlamentar russo o conveniente é deixar a natureza política seguir seu curso: os três países bálticos e Ucrânia devem ser reincorporados à Rússia, da mesma forma que foram no período imperial e soviético. A Polônia deverá ceder território à "Grande Alemanha" no centro da Europa; também deve se integrar a Berlim Áustria, República Checa, Eslovênia e talvez Kaliningrado. O resultado dessa manifestação expansionista seria a atividade cooperativa entre Alemanha e Rússia, ao invés de uma visão lúdica e falsamente virtuosa de integração europeia (FSP, 1994).

Leonel Mello compreende que a visão de Jirinovski é uma pequena manifestação da cultura geopolítica russa, de Mackinder[10], em busca de preeminência e solidificação de poder no leste europeu e na Eurásia. O novo arranjo procurado pelo Kremlin lembra mapa anterior à Primeira Guerra Mundial, no qual a política europeia era mais clara: uma potência militar no

10Mello dedica esforços para valorizar a teoria do *Heartland*, do Coração Continental, feita pelo geografo britânico Halford Mackinder, bem conhecido da geopolítica russo-soviética. Com a expressão popular "não se chuta cachorro morto" o professor da Universidade de São Paulo acredita que Mackinder ainda tem o que mostrar para se compreender as manifestações russas por preeminência regional e projeção de poder (MELLO, 1997). A lembrança de Mackinder trazida por Jirinovski seria amostra da atualidade das premissas desse clássico geopolítico.

centro, Alemanha, e outra no Oriente, Rússia:

> Em grandes linhas o contexto atual apresenta a seguinte configuração: uma Alemanha reunificada despontando como grande potência do centro da Europa; uma Rússia amputada em seus territórios periféricos, mas conservando o domínio da maior parte do *Heartland* eurasiano; um mosaico de Estados-amortecedores do mar Báltico até os mares Negro e Adriático oscilando pendularmente entre as duas potências (MELLO, 1994: 64).

Quando o ex-presidente George Bush anunciou a *Nova Ordem Mundial*, 1990, seguia a senda aberta por teóricos que haviam ganhado publicidade por terem tentado vaticinar sistema internacional melhor, mais democrático e justo, em comparação àquele que se findava com a Guerra Fria. Francis Fukuyama fora um desses profetas menores. Seu texto, *O Fim da História?*, no qual ele acredita que não haveria mais conflitos de alta intensidade, por causa de valores e ideologias, foi muito debatido durante o período em que se assistia à queda do Muro de Berlim.

Ao valer-se da filosofia do alemão George F. Hegel Fukuyama opina que se houver guerras elas serão travadas por motivos inferiores, não carregarão o germe da contestação dos valores internacionais que subjugariam a democracia e o liberalismo. Democracia e liberalismo seriam vencedores na Guerra Fria, assim se tornariam vetores da Nova Ordem (FUKUYAMA, 1989. O problema é que o professor de *Stanford* se limitou apenas a citar o comunismo como ideologia praticante nas relações internacionais, demais ideologias não estavam em seu radar, até porque não existiam ou não estavam maduras para se transformarem em ferramentas de contestação (FERNANDES, 2017).

Até Kissinger se sensibilizou com as boas novas da América. Claro, mais malicioso e conhecedor das coisas do mundo, no estado mais profundo, o ex-conselheiro do governo Nixon sabia que aquela ordem internacional seria impregnada de contradições, que a levariam a ser desafiadas de todos os lados. A ideia de que os Estados Unidos seriam os diretores do mundo interestatal a partir de exemplos morais e idealistas, típicos de uma potência frugal e fechada em si mesma, não ganharia corpo por muito tempo. A mensagem de Washington, com esse teor, seria encarada como cínica pelos inimigos e contraproducente pelos aliados (KISSINGER, 1994).

Todavia, o estudioso da política internacional pressentia que o urso russo, machucado pelas dentadas da baleia americana, se recuperaria o suficiente para ser um incômodo aos ideários estadunidenses de equilíbrio do poder, no qual somente os Estados Unidos lucrariam sem ter muito trabalho. O mundo deveria ser multipolar, apesar das dores que isso poderia causar.

Em matéria de *Russia Today* é isso que procura demonstrar o governo Putin ao alegar que a ascensão do Sul Global, incorporado também pelos BRICS, é antípoda ao tradicional peso ocidental que, inclusive, procura se assegurar por medidas de coloração neocolonial (PUTIN in RT, 13.10.2022).

É evidente que uma grande potência, praticamente incontestável militarmente, que expressa valores morais de grande envergadura, por ter derrotado o agrupamento de totalitarismos, não vai admitir perdas sem ao menos lutar para conservar alguma vantagem específica, no entanto: "O relativo poder militar dos Estados Unidos vai gradualmente entrar em decadência. A ausência de um adversário bem definido produzirá uma pressão interna para que os recursos sejam dirigidos para outras prioridades, um processo que já começou" (KISSINGER, 1994: 16).

Talvez o princípio de que o mundo estaria fomentando uma segunda (ou terceira) guerra fria seria amostra da angústia da qual os Estados Unidos, em primeiro lugar, demonstrariam por ver mudanças rápidas que ocorrem no sistema internacional, dando espaço cada vez maior para players que, não faz tanto tempo, eram apenas coadjuvantes no grande jogo da política internacional. Pode ser que isso tudo apareça como sintoma das mudanças das quais vaticinou Kissinger.

Considerações Finais

No ano de 2014, nos quentes acontecimentos da Praça Maidan, chamados *Euromaindan*, na capital ucraniana, houve alerta que chamou atenção da Rússia, do governo Putin. O motivo para tanto não foi sem importância, mas de caráter geopolítico, mormente para uma potência que há séculos enxerga sua política externa a partir do leste europeu, não separando o que é, definitivamente, seu interesse nacional de outros países da região (MARSHALL, 2018).

Logo após a defecção, pelos protestos do Euromaindan, de governo ucraniano aliado a Moscou, de Viktor Ianukovytch, a Rússia, rapidamente adentrou à Crimeia, até então território da Ucrânia. Nos cálculos políticos de Putin, a substituição de antigo mandatário para instalação de representante politicamente, mais próximo à União Europeia, não devia passar despercebida.

Afinal, a Crimeia não era região qualquer no ideário russo. Além do imaginário cultural e histórico, de ser parte da "Mãe-Rússia", há a estratégica cidade portuária de Sebastopol, onde a marinha de guerra russa estaciona parte substancial de sua frota para movimentação no Mar Mediterrâneo. A advertência apareceu para os *policy makers* russos pelo fato de que a abertura da Ucrânia às sugestões da União Europeia poderia promover, possivelmente,

a entrada do país na OTAN e, por consequência, fazer a Rússia perder o direito de usar Sebastopol. Em 1991, com a independência da Ucrânia, Moscou passou a usar aquele porto por meio de tratado bilateral.

Um dos efeitos das operações ocidentais, pró-OTAN, pode ser o lançamento de nova "doutrina naval" na qual o governo Putin pede que o peso da marinha russa seja percebido, inicialmente, nas áreas dos mares Báltico, Negro e partes do Pacífico. De fato, a ascensão da armada russa seria componente essencial para integrar a configuração de uma doutrina maior e indicar mudanças que podem ocorrer na presente geopolítica mundial (PUTIN in RT: 05.08.2022).

Em clima político, de praticamente *soma zero*, o possível relacionamento de Kiev com a Aliança Atlântica poderia significar perda de prestígio para o Kremlin, o que acarretaria dúvidas se a Rússia teria mesmo força de bancar sua projeção de força como potência relevante. Sabemos que na "grande política" o descrédito costuma cobrar alto preço do governante desatencioso.

Em países não habituados, ou não participantes, das altas tensões da política internacional, talvez possam se dar ao luxo da indiferença. Mas esse efeito não pode ser válido para Rússia, China, Estados Unidos, Israel (mais alguns) porque não podem deixar sinais de vacilo ou impasse, sem que isso seja interpretado como fraqueza pelo oponente. A saber, oponente que depois possa se animar, e crescer politicamente, sobre indecisões de seus adversários.

Não há contestações, praticamente, sobre a máxima de que o sistema internacional está em mudança. Se a alteração será para melhor, mais justo ou democrático não está em pauta. Não seria de se esperar, dentro do uso sistemático do poder, os Estados Unidos descerem na administração dos negócios globais sem, ao menos, demonstrar alguma resistência ou deixar empecilhos no caminho de quem tenciona subir à cabeceira do comando. Por isso, tentar deixar algumas minas no caminho russo, em sua área tradicional de atuação, não deve dar sinais de novidade.

O fomento às políticas de atração aos antigos membros do Pacto de Varsóvia para que adentrassem à OTAN; infiltrações de toda sorte no Cáucaso, e até na própria Rússia (Chechênia), foram ferramentas de diversificação e de desestruturação do poder russo na medida do possível. Uma potência que goza por ter a maior economia mundial, e de possuir o maior orçamento militar, não se deixa cair sem ao menos atrapalhar a vida daqueles que querem dividir o comando mundial.

É certp que, mesmo em um país resistente em perder espaço, com prazo em aberto, considerando que nele haja democracia e liberdade de opinião, vozes podem surgir pedindo moderação na descida ou cuidados no enfrentamento daqueles que competem por hegemonia. John Mearsheimer frisa opinião sobre a trajetória errática dos Estados Unidos perante à Rússia

(MEARSHEIMER, 08.02.2015).

O professor da Universidade de Chicago, mais prudente, sugere que as potências ocidentais, especialmente, Estados Unidos, admitem que certas questões escapam do desejo de Washington. A natureza realista da política internacional deixa à vista que a Ucrânia é área do interesse geopolítico russo. Ignorar essa premissa seria provocação barata, sem obter nada de proveitoso.

O conhecido provérbio "não faça aos outros o que não gostaria que fizesse a você" parece ser aceito por Mearsheimer ao dizer que os Estados Unidos também demonstrariam contrariedade, caso Rússia ou China, procurassem fincar pé no Canadá ou no México. Afinal para que foi feita a *Doutrina Monroe*? Nesse aspecto, parece que a moderação do citado acadêmico não se opõe, obrigatoriamente, aos desígnios da Doutrina Putin e a tentativa de se dividir a política mundial a partir de diretórios, sendo um deles dedicado à Rússia. Apesar de tudo, seria o mais conveniente.

Nesse arranjo, o papel da Ucrânia deveria ser o de ser *Estado-tampão*, área de transição entre a Europa Ocidental para a Rússia, militarizada apenas para sua própria defesa, mas sem compromisso formal com qualquer bloco de poder, da mesma forma, que houve com Finlândia ou Áustria após 1945. Mesmo assim, nada impediria que a Ucrânia fosse integrada à economia da União Europeia.

A Doutrina Putin não foi escrita para o embate entre Rússia e Ucrânia ou outro país qualquer. O documento sublinha que Moscou não aceitaria ver o vizinho imediato se transformar em campo de teste para forças ocidentais, sem ao menos reagir. Se a reação empregar forças militares (agora empregada) vai depender da vontade de quem estiver ao lado de Kiev (KARAGANOV, 2022). E neste 2022 o embate militar na Europa Oriental é guerra por procuração.

O que acontece na Ucrânia, seja em 2014 ou 2022, nos lembra Raymond Aron, quando ele entende que a perda do Canal de Suez, antigo patrimônio franco-britânico na capital do Egito, para o nacionalismo do coronel Nasser, abalou o mundo. Aquilo que ocorreu em 1956 pode ter sido uma injustiça para o direito internacional, mas um ganho para o equilíbrio de poder, pois conservou o sistema e evitou uma guerra que poderia envolver potências nucleares. (ARON, 1986). Por vias diversas, parece que Aron, Mearsheimer e Karaganov convergem no apego à prudência.

REFERÊNCIAS

Aron, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília, Edunb, 1986.

Caubet, Christian Guy. As Grandes Manobras de Itaipu. Guarulhos, Acadêmica, 1991.

Correa, Alexandre Augusto. "Ruy e a Doutrina Drago". In Revista da USP. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1967. Available at: file:///C:/Users/HP/Downloads/66547-Texto%20do%20artigo-87934-1-10-20131125%20(1).pdf. Accessed June 02, 2022.

Benetti, Saffo T. "Doutrina". In BOBBIO, Norberto inter alia (org). Dicionário de Política. Brasília, Edunb, 1986.

Brzezinski, Zbigniew. EUA vs URSS. Rio de Janeiro, Nórdica, 1987.

Brzezinski, Zbigniew. El Grand Tablero Mundial: La Supremacía Estadounidense y sus Imperativos Geoestratégicos. Barcelona, Paidós, 1997.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. O Regresso da Geopolítica: Europa, Médio Oriente e Islão. Coimbra, Almedina, 2017.

FSP - FOLHA DE S. PAULO. "Jirinovski Redesenha o Mapa da Europa". São Paulo, 20.02.1994. Available at: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/2/20/mundo/3.html. Accessed June 03, 2022.

Fukuyama, Francis. The End of History? Available at: https://tr.uow.edu.au/uow/file/c1e8a018-b551-452a-94c1-f681ed92a4c5/1/fukuyama-1989-1-18.pdf. Accessed June 10, 2022.

Gowan, Peter. A Roleta Global. Rio de Janeiro, Record, 2003.

Inglehart, Ronald. "A Revolução Silenciosa na Europa: Mudança Intergeracional nas Sociedades Pós-Industriais". In Revista de Sociologia e Política. Vol. 20, nffl 43. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2012. Available at: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/QqnRdcpXbsW3pdbbhLZ5g6S/abstract/?lang=pt. Accessed June 09, 2022

Kisssinger, Henry. Diplomacia. Lisboa, Gradiva, 1994.

Kannan, George. "The Source of Soviet Conduct". In Foreign Affairs. Nova York, july, 1947. Available at: https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct. Accessed May 28, 2022.

Kaplan, Robert. A Vingança da Geografia. Rio de Janeiro, Campus, 2013.

Karaganov, Sergei. "The Putin Doctrine – Russia's Foreign Policy of Constructive Destruction". In Russia in Global Affairs. Moscou, nffl 01, jan. feb. 2022. Available at: https://eng.globalaffairs.ru/articles/from-destruction-to-gathering/. Accessed June 02, 2022.

Marshall, Tim. Prisioneiros da Geografia. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

Mattos, Carlos de Meira. "Doutrina Política de Potência". In A Defesa Nacional. Vol. 56, nffl 631. Rio de Janeiro, Bibliex, 1970. Available at: http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/8815. Accessed June 01,

2022.

Mearsheimer, John. "Don't Arm Ukraine". In The New York Times. Feb. 08.2015. Available at: https://www.nytimes.com/2015/02/09/opinion/dont-arm-ukraine.html. Accessed June 09, 2022.

Mello, Leonel Itaussu. "A Geopolítica do Poder Terrestre Revisitada". In Lua Nova. Nffl 34. São Paulo, CEDEC, 1994. Available at: A Geopolítica do Poder Revisitada-Leonel Mello.pdf. Accessed June 10, 2022.

Mello, Leonel Itaussu. Quem tem Medo da Geopolítica. São Paulo, Hucitec, 1997.

Putin, Vladmir. "On the Historical Unity of Russians and Ukranians". In President of Russia. 12.07.2021. Available at: http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181. Accessed October 13, 2022.

RT. "The Battle for the Global Soth, na Acient Evil Rears its Head". In Russia Today. 12.102022. Available at: https://www.rt.com/news/564474-west-battle-global-south/. Accessed October 13, 2022.

RT. "Russia's New Naval Doctrine: What You Need to Know". In Russia Today, 05.08.2022. Available at: https://www.rt.com/russia/559948-russia-new-naval-doctrine/. Accessed October 13, 2022.

Silva Filho, Edison Benedito; Moraes, Rodrigo F. "Dos 'Dividendos da Paz' a Guerra Contra o Terror: Gastos Militares Mundiais nas Décadas Após o Fim da Guerra Fria – 1991-2009". In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, IPEA, julho de 2013. Available at: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1754.pdf. Accessed June 08, 2022.

Spykman, Nicholas. A Geografia da Paz. São Paulo, Hucitec, 2019.

Stiglitz, Joseph. Os Exuberantes Anos 90: Uma Nova Interpretação da Década mais Próspera da História. São Paulo, Cia das Letras, 2003.

Stiglitz, Joseph. "US Could Lose a New Cold War to Russia and China, says Nobel Prize Winner". In Tass Agency. 23.06.2022. Available at: https://tass.com/world/1470117. Accessed June 26, 2022.

Stent, Angela. "The Putin Doctrine". In Foreign Affairs. January, 27, 2022. Available at: https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2022-01-27/putin-doctrine. Accessed June 07, 2022. Arrighi, Giovanni. 2013 *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contratempo.

RESUMO
O objetivo deste ensaio é analisar o documento denominado de Doutrina Putin, publicado por Sergei Karaganov, em janeiro de 2022, sua relação com o expansionismo russo encontrado na anexação da região ucraniana da Criméia, em 2014, e sua crítica ao sistema internacional emergente com o fim da Guerra Fria; momento considerado bastante prejudicial, para os russos, à renovação de poder daquele país e sua ascensão como grande potência. O corte de tempo da investigação é de 1991, fim da União Soviética, e janeiro de 2022, início das hostilidades entre Rússia e Ucrânia pelo Donbass. A linha argumentativa, teórico-metodológica, deste ensaio emprega literatura do pensamento geopolítico e de autores pertencentes ao realismo da teoria de relações internacionais.

PALAVRAS-CHAVE
Poder Russo; Governo Putin; Geopolítica Europeia; Doutrina Política.

Recebido em 27 de outubro de 2022
Aprovado em 10 de dezembro de 2022

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.11, n.22, Jul./Dez. 2022 | p.32-55

ANÁLISE POLÍTICA DO PROCESSO DE COMPRA E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DOS CAÇAS GRIPEN

Francisco Pôrto Júnior[1]
Marco Antônio Alves[2]

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo descritivo sob a perspectiva qualitativa através do método bibliográfico, de acordo com Coutinho (2014), que visa discutir o processo político de compra e Transferência de Tecnologia (TT) dos caças GRIPEN NG. Para isso, recorre-se ao estudo do processo decisório envolvendo: inter-relações entre os principais atores, consensos, interesses e valores. Pretende-se refletir sobre resultantes do jogo político ocorrido durante os governos FHC, Lula e Dilma, verificar sua relação com o projeto político-social neoliberal e seus intervenientes no âmbito internacional. Como guia deste estudo apresentam-se perguntas, as quais deverão ser respondidas ao longo do texto referente aos atores políticos: Quais foram estes atores? Como os atores políticos atuaram? Por quais motivos atuaram?

Na AP, as crenças, valores, ideias e objetivos políticos são variáveis que devem ser levadas em conta, com a finalidade de explicar, dentre outros aspectos, os motivos pelos quais sofrem mudanças no decorrer do tempo (Sabatier e Jenkins-Smith 1993). Dessa forma, considera-se que são os sistemas de crenças que determinam a direção das políticas públicas (PP). Grupos políticos, aqui denominados de *advocacy coalitions* (coalizões de defesa), eventualmente usam de estratégias políticas, informações técnicas e científicas para mudar pontos de vista de outros grupos políticos (coalizões), de acordo com um determinado sistema de crenças, interesses e valores.

Este trabalho resgata aspectos apontados por Ham e Hill (1993),

1 Professor na Universidade Federal do Tocantins, Brasil. PhD em Comunicação e Cultura Contemporânea. E-mail: gilsonporto@uft.edu.br

2 Doutorando in Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil. E-mail: E-mail: baleeiro@uft.edu.br

quanto a forma de fazer a Análise Política, pois discute-se como surgiu historicamente o processo de compra dos caças GRIPEN NG, como essa PP foi implementada e quais os resultados obtidos ou consequências advindas desta. Quanto ao conceito de ideologia utilizado nesta pesquisa, considera-se a visão de István Mészáros, tema exaustivamente analisado em sua obra "O poder da ideologia", sendo entendido por ele como uma forma de consciência social específica de uma classe social ou grupo político (Mészáros 2012).

No Brasil desde o início do século XXI, as políticas de C,T&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), apesar de apresentar uma certa valorização das políticas públicas (PP), mantêm uma preponderância orientada pela ênfase nos mecanismos de mercado (Viotti 2008). Segundo Dagnino (2010), a IDB, devido às suas particularidades, a América Latina e Caribe (ALC) possui uma baixa aderência à lógica da inovação centrada na empresa privada, apesar de defendê-la em seu discurso político-ideológico.

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não pode ser explicado apenas como um tipo de política econômica, mas um sistema normativo, que ampliou sua influência de modo sistêmico, em todas as relações sociais e esferas da vida, e que rege o comportamento e as relações com os outros e com nós mesmos, que ordena todas as relações (inclusive entre atores institucionais) a seguirem o modelo do mercado. Há mais de 30 anos essa norma de vida rege também as políticas públicas.

É de amplo conhecimento as críticas da maioria dos economistas heterodoxos em relação a eficiência das políticas neoliberais para o desenvolvimento social e econômico de um país. E em especial no Brasil, uma herança ideológica dos governos militares, principalmente a partir do golpe militar de 1964, se materializa em pressões caracterizadas por este sistema de crenças mesclado por um autoritarismo. Desta forma, observa-se no discurso político-ideológico de incremento da indústria de defesa nacional, através da compra de armamentos importados, o frágil caráter democrático que isso representaria. Entretanto, faz-se necessário compreender a complexidade do jogo político envolvido nas políticas públicas, pois segundo Serafim e Dias (2012) o Estado não é completamente dependente da sociedade, mas também não existe uma completa autonomia, o que é considerado normal nas democracias modernas. Então, caberia a pergunta: Qual tipo de participação democrática estaríamos falando? Certamente, não se refere a uma concepção de democracia direta, mas um tipo de democracia que dependeria de uma espécie de "procuração" dada a um grupo que defende uma ideologia para atingir o desenvolvimento social e econômico, que estariam em favor de uma maioria. Restaria a sociedade verificar a efetividade desta política em momento posterior.

De acordo com Dagnino (2010) a Rede de Revitalização da Indústria Defesa (RRID) foi o principal elemento político-ideológico que atuou sob a forma de um *lobby*, e que ganhou um amplo espaço nos meios de comunicação no período do governo Lula. Seu sistema de crenças foi especialmente veiculado em grandes jornais de circulação nacional.

Como aprofundamento na compreensão dessas especificidades, outros estudos como em Dagnino (2009); Dagnino e Dias (2007); Dias (2005) destacam o problema de aceitar uma visão triunfalista[3] da Ciência e Tecnologia (C&T), bem como à necessidade de reorientação das políticas de CT&I para um viés democratizante, com vistas ao desenvolvimento social e econômico dos países periféricos, especialmente do Brasil. Segundo essa visão o mero investimento de vultosos recursos em ciência e tecnologia já seriam capazes de gerar desenvolvimento social e econômico, desprezando a existência de crescimento econômico sem emprego ou com geração de desemprego. Trata-se de um tema bastante polêmico e complexo mas que sempre tem requerido atenção, principalmente no campo de estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade, desde suas origens nas décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, optou-se por tratá-lo neste artigo com vistas a levantar reflexões para o estudo de caso do processo de compra e TT dos caças GRIPEN NG, que visa contribuir para a inteligência estratégica das Forças Armadas e para os interesses da Soberania do Brasil.

Além de outros aspectos relevantes, segundo Dias (2014), esta visão polêmica que foi levantada pelo PLACTS na década de 1970, tendo como um de seus principais representantes atualmente Renato Peixoto Dagnino, fornece um contraponto importante em relação aos estudos microeconômicos com foco em experiências de empresas privadas que caracterizam a abordagem convencional dos países da Europa e América do Norte, já que esta visão se constitui em uma base inconsistente para a formulação de políticas públicas, tendo em vista a condição periférica da América Latina e Caribe (ALC), que resulta em um comportamento distinto das empresas privadas com relação à inovação. Disso resulta o fato de que a empresa privada brasileira não enxerga a inovação como algo importante e lucrativo para os seus negócios, pois prefere importar tecnologia estrangeira. Este comportamento diferente da indústria brasileira é denominado de condição periférica, a qual se encontra historicamente desfavorável em relação aos países do centro (Dagnino 2020).

O Quadro 1 a seguir apresenta as duas concepções tratadas neste

3Segundo esta visão triunfalista, a ciência e a tecnologia promoveriam soluções para a sociedade moderna e nunca gerariam contradições ou problemas que mais tarde deverão ser solucionados com a inserção de novas tecnologias, como é o problema da poluição gerada por plásticos por exemplo, cuja reciclagem ainda não foi capaz de contê-la.

estudo: a concepção predominante e hegemônica que rege as políticas de CT&I para a IDB e a visão próxima ao PLACTS, associada ao sistema de crenças com viés democratizante e social, da qual este trabalho compartilha.

Quadro 1. Comparação entre as concepções discutidas no presente estudo

Elementos de crenças	Concepção hegemônica.	PLACTS
Visão geral	Concepção baseada na Teoria da Inovação, empreendedorismo e meritocracia.	A sociedade é determinante na ciência e tecnologia e não o contrário.
Concepção de tecnologia	Emulação da C,T&I em relação aos países ditos avançados.	Ênfase na tecnologia desenvolvida com a participação democrática e com inclusão social. Tecnologias centradas na resolução de problemas.
Quem deveria produzir C,T&I	Cientistas, engenheiros, empreendedores e empresários	Cientistas, grupos sociais, empresas públicas ou indivíduos.
Protagonistas da política	Cientistas, governo e empresas	Cientistas, governo, empresas, ONGs, sociedade civil organizada.
Estratégia de Implementação	Visão empresarial do livre mercado (neoliberal), com apoio do Estado "forte" não intervencionista.	Ênfase ao cooperativismo ou associativismo
Difusão tecnológica	Transferência de tecnologia	Adequação sociotécnica[4]

Fonte: Rodrigues et al. (2020) com adaptações.

Na perspectiva do PLACTS, de acordo com Galante e Mari (2020), especialmente a do intelectual Jorge Sábato, que apesar de valorizar a participação do Estado e das empresas estatais na economia, era um crítico ao que chamava de "partido militar" quando ele se referia ao complexo industrial-militar dos EUA, devido às suas convicções democráticas e por acreditar que a ciência e a tecnologia deveriam estar voltadas às necessidades sociais e econômicas da população por uma via nacional desenvolvimentista. De acordo

4 Adequação sociotécnica pode ser entendida como uma forma diferente de produzir tecnologias a partir das necessidades e peculiaridades de cada país de forma endógena e autônoma.

com Dias (2014) os integrantes do PLACTS possuem como traço marcante o entendimento de que o atraso científico e tecnológico da América Latina seria uma consequência de seus problemas econômicos e sociais, contrapondo-se à visão ofertista linear que entende a ciência (e tecnologia) como sendo determinista do desenvolvimento econômico e social. Esta visão leva em consideração a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento que se contrapõe à política de C,T&I orientada exclusivamente para interesses privados, como é o caso da Lei de Inovação[5] (Lei nº 10.973/2004). Como exemplo, nota-se nesta lei, a emulação de políticas estadunidenses e o favorecimento de empresas privadas, em detrimento das particularidades da América Latina em sua condição periférica. Outro ponto é a indistinção entre empresas nacionais e empresas estrangeiras, tendo ambas as mesmas prerrogativas e direitos (Dias 2014).

De acordo com Dagnino (2016), o trecho a seguir, explica como funciona a relação "qualidade" e "relevância" na produção tecnocientífica nos países avançados, enquanto que nos países de condição periférica, a escassez em sinais de relevância oriundos da sociedade civil resulta em um frágil e quase inexistente Sistema Nacional de Inovação. A disfuncionalidade da universidade brasileira, é reflexo da emulação da "qualidade" e da "relevância" que é dada à pesquisa científica e tecnológica dos países ditos avançados.

> Os Estados Unidos, nos anos 1980, chegaram a gastar 70% dos recursos públicos para pesquisas na área militar. Somado ao gasto que ia para a energia nuclear e aeroespacial, chegava a 85%. Os 15% restantes eram para agricultura, saúde etc. Mas não havia nenhuma dúvida de que a população estadunidense (ou o *establishment* que a representava) nesse momento acreditava que isso era importante. Havia um sinal de relevância e os cientistas faziam com qualidade o que era considerado importante. Ou seja, nos países desenvolvidos a relevância é essencial, necessária e *ex ante*. A qualidade é suplementar, não é necessária e é *ex post*. A qualidade, portanto, não é universal: é socialmente construída. No nosso caso, que temos uma situação e uma condição periférica, onde as empresas não fazem pesquisa e o Estado e os movimentos sociais não demandam conhecimento novo, não são emitidos fortes sinais de relevância. Na atualidade, a universidade pública orienta seu ensino e sua pesquisa de modo exógeno. As agendas e os critérios de pesquisa são tentativas de emular o que se faz nas universidades de maior prestígio dos países desenvolvidos. Isto tem lugar como uma imitação do que se chama "dinâmica de exploração da

5 Apesar de serem leis distintas, existem elementos suficientes para afirmarmos que a Lei de Inovação brasileira de 2004 foi inspirada no *Bayh Dole Act* estadunidense da década de 1980, porém atuam em contextos sociais, econômicos e culturais distintos de cada país.

> fronteira mundial", mas que na realidade é um processo que produz um conhecimento cada vez mais monopolizado, que é visto como universal e neutro (Dagnino 2016, 40).

Nos EUA, por exemplo, o complexo industrial-militar foi constituído no período da Segunda Guerra Mundial, a partir dos sinais de relevância da sociedade. A sociedade e o governo entenderam que havia necessidade em barrar o avanço do fascismo e do nazismo que despertava na Europa, além do que isso poderia prejudicar a expansão do comércio internacional deste país. Na ALC estes sinais de relevância não seriam efetivos a ponto de serem identificados pelas universidades e institutos públicos de ensino e pesquisa, dada a sua condição periférica.

Transferência de Tecnologia, Atores e Forças Políticas

Um processo de TT "de ponta", pode ser altamente complexo e exige muitas negociações em que uma infinidade de variáveis estão em jogo e, se não forem devidamente equalizadas, podem imprimir resultados negativos para ambas as partes em negociação, ou uma das partes pode simplesmente não ter vantagem nesse quesito. A tecnologia licenciada deve ser transferida sem limitações, e ainda assim, manter outras vantagens para a empresa detentora das patentes. É essencial que as partes tecnológicas sejam passíveis de transformação em outros produtos capazes de gerar inovações na área civil (Barbosa 2010).

Alguns autores importantes como De Souza et al. (2019) afirmam que projetos tecnológicos de cunho militar, como o caso da aquisição dos caças suecos (GRIPEN NG), são capazes de gerar autonomia tecnológica (contribuindo para a exportação de Material de Defesa -MD), inserir empresas brasileiras nos processos de desenvolvimento e produção e seriam capazes de gerar milhares de empregos. Basta saber se de fato estes resultados serão consolidados nos próximos anos, uma vez que ainda não foram encontrados dados sobre este ponto.

Por outro lado, uma análise mais detida, partindo da visão de Dagnino (2010), a IDB tem sido movida muito mais em função de um discurso teórico baseado em um sistema de crenças. Esta condição deveria ser repensada pois, a inserção de empresas privadas brasileiras na fabricação das tecnologias de defesa é muito pequena quando se considera o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Dessa forma, este quadro tem resultado em grande dependência tecnológica em relação aos países ditos avançados e os empregos gerados pela

IDB tem sido em número exíguo ou, em alguns casos, inexistentes (Dagnino 2010). Nesse sentido, é razoável afirmar que a TT somente poderá ocorrer de forma plena, pelo lado do fornecedor, se a corrida tecnológica estiver vencida. Seria ingênuo pensar que esta seria facilmente vendida sob as custas de apenas uma quantia pecuniária, mas ela se dá na realidade às custas de vantagens militares e estratégicas, em função de princípios de soberania nacional das potências estrangeiras. Normalmente, a TT ocorre quando o país fornecedor já possui tecnologia mais avançada do que aquela que está sendo vendida. A defasagem tecnológica, mesmo que pequena, é uma realidade inexorável ao processo de TT, isso se verifica facilmente, no caso da compra dos caças GRIPEN pelo Brasil, na demora do processo de compra, sendo iniciado em 2010 e concluído somente 2020 com a assinatura do contrato. O Quadro 2 a seguir apresenta a cronologia do planejamento e negociação, culminando com a compra dos caças suecos, até o presente processo de TT (em andamento) com prazo vigente de entrega até 2024.

Quadro 2. Cronologia da negociação para a compra dos caças Gripen NG.

Governo	Data	Principais Acontecimentos
FHC	1995	***Policy arena*/ Identificação do problema/Fase de Planejamento da PP.** **Conformação da agenda no governo FHC.** O governo FHC cria o projeto FX com o objetivo de substituir os ultrapassados caças mirage F 2000 da FAB.

LULA (processo decisório)	2003	***Policy arena*/ Fase de Planejamento da PP/Conformação da agenda no governo Lula.** Cancelamento do projeto FX por parte do governo Lula
	2006	***Policy arena*/ Formulation of the PP/ Planning Phase of the PP/ Conformation of the agenda in the Lula government.** Governo Lula anuncia projeto FX2
	2008	***Policy arena*/ Formulação da PP/Fase de Planejamento da PP/ Conformação da agenda no governo Lula.** Título da matéria: Em vez de comprar, FAB vai construir caça Fonte: O Estado de São Paulo, 18/05/2008, Nacional, p. A8
	Julho de 2009	***Policy arena*/ Fase de Planejamento da PP/Conformação da agenda no governo Lula.** Parlamentares brasileiros viajam à França para conhecer de perto o caça Rafale. Presidente Lula declara publicamente que é a única empresa interessada em conversar sobre possível TT.
	Setembro de 2009	***Policy arena*/ Fase de Planejamento da PP/Conformação da agenda no governo Lula.** Desenrolam-se uma série de negociações entre o Brasil na condição de interessado na compra e os outros países como ofertantes: Suécia, EUA e França.
	Outubro de 2009	***Policy arena*/ Fase de Planejamento da PP/Conformação da agenda no governo Lula.** Com a declaração do Ministro Nelson Jobim, em nível político aumenta a percepção do Brasil sobre a importância da Transferência de Tecnologia após a oferta da Suécia com menor preço e com o fato de que 40% dos aviões poderão ser fabricados no Brasil.
	Novembro de 2009	***Policy arena*/ Conformação da agenda no governo Lula.** Novas ofertas ampliadas da França fazem adiar a decisão e acirrar a concorrência entre os países ofertantes de tecnologia.
	Janeiro de 2010	***Policy arena*/ Conformação da agenda no governo Lula.** É emitido um relatório técnico por parte da FAB declarando o caça sueco Gripen NG como melhor opção de compra.

DILMA	Novembro de 2013	***Policy arena*/Conformação da agenda** Proposta orçamentária no valor de 8,4 bilhões de dólares é enviada com Congresso Nacional.
	Dezembro de 2013	***Policy arena*/Conformação da agenda** Relator do orçamento informa que não há previsão para a compra, uma vez que não é considerada uma prioridade enquanto projeto político para aquele momento.
	18 de Dezembro de 2013	**Fase do processo formal da PP/Conformação da agenda** "O Gripen foi selecionado após análises de aspectos operacionais, técnicos, logísticos, de custos e de transferência de tecnologia. O relatório elaborado pela Força Aérea Brasileira teve 33 mil páginas e incluiu análises das indústrias, dos projetos e de uma equipe formada por pilotos, engenheiros, oficiais de logística e de outras especialidades" (Revista Asas, 2020).
	27 de Outubro 2014	**Fase do processo formal da PP/Execução da PP** Assinatura do contrato, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2014. (Revista Asas 2020) e (Defesanet 2015)
	20 de Setembro de 2020	**Fase do processo formal e Execução da PP** Chegada do primeiro caça ao Brasil (Revista Asas, 2020)
	Vigência do contrato de TT	**Execução da PP** 2024

Fonte: Elaboração própria com dados de Jornal Estadão (2013); Vasconcelos (2019, 282); Revista Asas (2020); Revista Aero Magazine (2014); Defesanet (2015), Monteiro e Nogueira (2008)..

De acordo com Serafim e Dias (2012), o ciclo da política (*policy cycle*) é apoiado por muitos autores como sendo constituído por cinco fases, sendo os três primeiros mais importantes por caracterizarem a racionalidade de um PP e que envolvem as disputas (*policy arena*): 1. identificação de problemas; 2. conformação da agenda; 3. formulação; 4. implementação e; 5. avaliação da política. Sendo assim, destaca-se na AP do processo de compra dos caças GRIPEN NG, de acordo com o Quadro 2, a identificação do problema em meados de 1995 no governo FHC e conformação da agenda no sentido de protelar o gasto, devido à forte postura de "redução" do Estado naquele governo.

A conformação da agenda é identificada no governo Lula a partir do ano de 2003, quando esta cancela o antigo Projeto FX, iniciado no governo FHC. Acredita-se que esta decisão já previa uma modificação nessa PP apontando um possível aumento de gastos neste setor, certamente por pressão da RRID. Contudo, a mudança de denominação do projeto (de Projeto FX para Projeto FX2) teria ocorrido como uma forma de política explícita, pois em essência a gênese do governo anterior continuava a mesma, que era a modernização dos antigos caças Mirrage F2000 da FAB por jatos mais modernos, porém, em certa medida, com um viés contrário à ideia do Estado Mínimo que preconiza a redução de gastos públicos. Antes de 2013 a concorrência teria ocorrido entre o caça Rafale F3 da empresa francesa Dassault, o Super Hornet F-18 da estadunidense Boeing e o GRIPEN NG da sueca Saab.

De acordo com Ferreira e Medeiros (2016a), não é possível pensar a implementação de PP de forma independente da formulação da política, sendo que em circunstâncias diferentes tais processos podem estar entrelaçados. Disso resulta o fato de que, quanto ao período de formulação da PP pode-se dizer que se iniciou no governo Lula em 2003, mas no governo anterior (FHC) já havia algum planejamento incipiente, porém as pressões para a aquisição dos caças talvez não tenham sido suficientes para fazer frente ao forte discurso neoliberal vigente naquele momento histórico, isso se confirma pelo baixo valor proposto inicialmente no Projeto FX, (US$ 700 milhões), quando comparado aos gastos previstos no governo Lula e Dilma (Jornal Estadão 2013).

Destaca-se o fato da empresa sueca Saab ter oferecido um acordo de compensação no valor de 9 bilhões de dólares em investimentos da empresa em instalações de fábricas brasileiras para a produção dos caças (Vasconcelos 2019, 282). Resta saber qual será a postura dos governos vindouros em relação a estes investimentos, mais precisamente quanto ao incremento de tecnologias novas, políticas de proteção da indústria nacional de defesa e a política de exportação de MD, no sentido de compensar os elevados gastos na compra dos caças GRIPEN NG. Estes resultados precisariam ser acompanhados de perto pela sociedade civil, uma vez que é ela quem paga os impostos que permitem a existência destas PP.

Na opinião do pesquisador da Unicamp Dr. Marcos José Barbieri Ferreira[6], a possibilidade de concluir o desenvolvimento tecnológico na construção dos caças no Brasil, com os engenheiros da FAB, tornaria a TT ainda mais promissora para o Brasil. De acordo com o Quadro 3 a seguir, ressalta-se a participação da Embraer na montagem parcial de 23 caças no

6 Citado por Vasconcelos (2019).

interior paulista, sendo que 13 unidades serão montadas com a participação de 46 engenheiros da FAB, capacitados para trabalhar em parceria com a Saab na Suécia. A partir do ano de 2021, 15 unidades serão montadas inteiramente na Embraer (Vasconcelos 2019, 282). A eficiência e eficácia do processo de TT no processo de compra dos caças GRIPEN NG esteve muito ligada a existência da EMBRAER enquanto empresa pública e nacional, e menos da IDB de capital privado, uma vez que segundo Ferreira (2016b) esta empresa responde sozinha por mais de 80% das receitas do conjunto de empresas do setor, fazendo com que a cadeia produtiva da indústria aeronáutica brasileira seja altamente dependente da EMBRAER.

Quadro 3. Resultados finais da compra dos caças Gripen.

Total de unidades	**Modelos**	**Programa *Offset***	**Valor total**
Pacote de 36 jatos Gripen NG (Entrega do último jato em 2024)	28 monopostos Gripen E 8 bipostos Gripen F	Investimento da Saab em empresas fabris no Brasil; Treinamento de engenheiros e pilotos na Suécia.	US$ 4.1 bilhões (BRL 15.5 bilhões)

Fonte: Vasconcelos (2019, 282).

O Quadro 3, mostra os resultados da compra dos caças Gripen, representando um investimento muito além do que foi inicialmente orçado nos governos FHC (R$ 700 milhões) e no governo Lula (R$ 2 a 3 bilhões). Isso talvez teria chamado a atenção dos jornais e dos representantes do judiciário e teria conduzido a versões contestáveis sobre possíveis desvios de recursos nos governos do Partido dos Trabalhadores. Este fato ilustra a importância da AP e de considerar os aspectos ligados à condição periférica dos países latino-americanos apontados pelo PLACTS, uma vez que uma revisão destes dados explica que o maior prejuízo não estaria nos possíveis danos ao erário por corrupção, mas sim aos graves intervenientes políticos associados ao jogo do poder global, em um contexto de neoliberalismo crescente, com a ampliação da fome e da desigualdade social.

Destaca-se como ator preponderante no processo decisório da compra dos caças GRIPEN NG a RRID (*lobby*), que segundo Dagnino (2010), é uma rede formada por atores públicos (principalmente militares) e privados

(empresários, jornalistas e pesquisadores) que participaram do jogo político[7] da RRID desde o início do governo Lula. Borelli e Dos Reis Peron (2017) discutem os motivos do retorno desse discurso a partir do ano 2000.

Com uma das evidências que caracterizaram este jogo político do processo de compra dos caças GRIPEN NG como sendo quase que exclusivamente de natureza política-ideológica, segundo Magalhães (2016), dois atores que estabeleceram relações contraditórias foram o Itamaraty e o Ministério da Defesa, o que apontaria uma fragilidade política desse período:

> Denomina de "Síntese Imperfeita" as relações entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Isto é, a interação entre defesa e diplomacia se caracterizou, principalmente, pela ausência de um elemento integrador que se manifestasse por meio de consenso político abrangente e capaz de produzir diretrizes de longo prazo sobre o papel a ser desempenhado pelo Brasil no mundo. A Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996, de acordo com Alsina, constituiu um documento que sequer pode ser classificado como Política, já que, na ausência de diretrizes claras emanadas do poder político, a PDN apenas refletiu posições tradicionais da Chancelaria e das Forças Armadas: "a PDN não representou, portanto, qualquer constrangimento significativo à continuidade das políticas setoriais pouco articuladas perseguidas por diplomatas e militares. Ao fim e ao cabo, produziu-se uma síntese imperfeita entre a política externa e a política de defesa". (Magalhães 2016, 84).

A fragilidade entre a articulação entre política externa e política de defesa parece estar bem clara naquele momento histórico, o que acarretaria uma dificuldade do Estado em se beneficiar do processo de compra dos caças GRIPEN NG, seja pela defesa da sua soberania nacional, seja pela defesa da sua indústria militar.

No processo de compra dos caças GRIPEN NG, uma parte mais formal e técnica da *policy* (planejamento) ficou designado à Força Aérea do Brasil (FAB), enquanto à *politics* esteve influenciada por vários órgãos diferentes, tais como EMBRAER, Congresso Nacional, grande mídia, Ministério Público, Presidência da República, atores internos do Judiciário e especialmente a RRID.

De acordo com Dagnino (2010), a IDB era constituída por um conjunto de 100 a 150 empresas na década de 1980. De acordo com o Ministério da

7 Matus (1996); Dagnino (2010) e outros autores como Bachrach e Baratz (1962), usam o termo "jogo político" em referência ao agir social dentro da política.

Defesa (2014a) esta se define como "o conjunto das empresas estatais ou privadas que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa – bens e serviços que, por suas peculiaridades, as quais possam contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do país." Até o presente momento, ainda não se sabe como estas empresas serão estimuladas, beneficiadas ou envolvidas em algum processo de geração de inovação e desenvolvimento econômico e social. Com a pesquisa realizada por este artigo foi possível verificar que nenhum dado objetivo foi exposto de maneira clara a respeito deste ponto até o ano de 2022, os sites jornalísticos pesquisados não fazem comentários mais aprofundados sobre este ponto.

Meios de Comunicação

Por alguma razão, quando o projeto FX foi criado pelo governo FHC em 1995, houve certa pressão dos meios de comunicação e da FAB, porém, nada se compara à pressão exercida durante os governos Lula e Dilma seguintes, uma vez que inexistem estudos com finalidade de esclarecer o jogo político que envolveu a IDB e o governo FHC. Talvez a coalização de defesa mencionada por Dagnino (2010) ainda não estava formada, mas é preciso levar em conta que o partido que estava no poder era alinhado com o pensamento daqueles que formaram a coalizão no governo Lula, com vistas à aquisição de armamentos (RRID).

De acordo com Barbosa (2010), a FAB já possuía a intenção de dar seguimento ao projeto FX2 a partir de 1998. Contudo, no início do ano de 2010, já no governo LULA, o jornal Folha de São Paulo teve acesso a um relatório técnico da FAB, que indicava a preferência dessa instituição militar pelos caças suecos. A polêmica de caráter puramente jornalística, surgiu do fato de que alguns meses antes o presidente teria feito uma declaração aos meios de comunicação da sua preferência política ao caça francês Rafale (Barbosa 2010). Isso teria desencadeado uma série de matérias jornalísticas que culminaram com a acusação de que os governos do PT teriam a intenção de desviar recursos financeiros do processo de compra dos caças, até culminar com a judicialização do ocorrido envolvendo um processo contra o presidente Lula e que também envolveu a presidenta Dilma.

Em 2013 persistia uma certa polêmica nos jornais (Quadro 2). Em matéria publicada pelo Jornal Estadão (2013) há a tentativa de explicar ao leitor o que de fato teria ocorrido e quais as possibilidades de envolvimento do governo Lula em corrupção nesse caso. Tendo em vista a posição crítica do

referido Jornal, torna-se evidente que a polêmica ainda persistia até o ano da referida matéria e que possivelmente era resultante de um sistema de crenças de cunho neoliberal, que contestava os elevados gastos com a compra dos caças, algo atípico na política dos governos federais até aquele momento.

De acordo com Berdu (2016), em junho de 2013, o jornal britânico *The Guardian* divulgou as informações vazadas por Edward Snowden[8]. Tais informações mencionava a existência de espionagem sob a forma de gravações ocorridas em reuniões da presidenta Dilma Rousseff. Certamente, isso provocou influências na tomada decisão em algumas políticas públicas no Brasil, e uma delas foi a escolha na compra dos caças da Suécia Gripen NG, que se concretizou pelo detrimento da compra dos caças norte-americanos da Boeing, na conclusão do Projeto FX-2.

Segundo Berdu (2016) a decisão pela compra dos caças Gripen obedeceu a diversos parâmetros técnicos, operacionais, logísticos, de custos finais e de manutenção, de TT e geração de empregos, com relatórios de cerca de 33 mil páginas com pareceres de pilotos, engenheiros, e demais especialidades. Entretanto, de acordo com o marco teórico referencial adotado neste artigo, torna-se inegável que também houve uma decisão de caráter eminentemente política por parte da então presidenta Dilma. Ressalta-se aqui a importância do formato dessa decisão, que ocorreu antes da elaboração do relatório, e que apesar de também estar baseado em um sistema de crenças mais "progressista", parece óbvio constatar que neles permearam interesses político-ideológicos, mesmo que não identificáveis sob uma dada perspectiva de estudo.

Além disso, como afirma Mészáros (2012) e Albornoz (1997), além de inúmeros outros autores, não existe neutralidade nas instituições que representam o Estado, e muito menos por parte dos jornais que, em sua maioria representa os interesses das oligarquias e do capital. A abordagem defendida por Albornoz (1997) tem como um de seus pressupostos a defesa do conceito de "inovação social", uma vez que entende que a inovação é resultante de um processo muito mais complexo do que aquele defendido por uma visão hegemônica e exclusivamente econômica ou inovacionista. Este processo depende não somente de atores puramente econômicos como empresas e Estados, mas depende de um vasto tecido social capaz de sustentar a inovação, para isso seria imprescindível uma maior participação democrática na elaboração de políticas públicas em C,T&I. As políticas de C,T&I na América Latina tem sido criadas de acordo com um transporte acrítico de

8 Ex-consultor da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos da América (EUA).

modelos que correspondem à realidade dos países ditos avançados, os quais fazem parte de realidades diferentes em relação aos países latino-americanos.

Coméricio Internacional de Materiais de Defesa

Para Dunne e Uye (2014) a influência do comércio de armas e os gastos militares no crescimento econômico dos países é muito complexa e depende de vários canais, tais como formação de recursos humanos, fatores relacionados a investimentos de capitais, tipo de tecnologia, relações externas. Em consonância com Ambros (2017), os estudos em geral não apresentam um consenso claro a respeito das reais vantagens econômicas para os países, sendo que alguns autores consideram que as atividades de defesa são capazes de até mesmo inibir o crescimento econômico. Ainda assim, estes canais podem ter efeitos positivos ou negativos, a depender de uma diversidade de fatores, muitas vezes incontroláveis por parte dos governos e de suas políticas, que tornam os investimentos em indústria de defesa algo incerto e arriscado.

Neste sentido, Dagnino (2010) defende que a IDB apresenta um caráter eminentemente deficitário, de forma que sempre está atrelada a uma decisão política e nunca econômica. Os gastos com Material de Defesa (MD), na maioria dos países, faz com que estes sejam movidos a exportar com o objetivo de amortizar os gastos militares.

Curiosamente, e de forma a confirmar a visão aqui apresentada, um estudo de Dunne e Perlo-Freeman (2003) aponta que houve pouca mudança nos gastos militares em países em desenvolvimento durante e após a Guerra Fria, mesmo aqueles países que possuíam vizinhos não hostis. Isso pode ser considerado um indício do caráter meramente político-ideológico (que poderia estar ligado à herança da Guerra Fria) referente as ações do Estado no que se refere a políticas ligadas à IDB. Por outro lado, isso poderia levar a algumas reflexões a respeito dos reais interesses sob o manto do conceito de Guerra Fria, que pode ser muito mais ligado aos interesses econômicos de certos grupos militares, sejam eles privados ou políticos.

Este dado também pode apontar que, assim como no Brasil, as motivações políticas e ideológicas para a crescente ID mundial, não retrocederam e que as mesmas podem se mover por mecanismos de compensação de gastos por meio de exportação e importação. Sendo assim, estes mecanismos de compensação podem ser muito rentáveis para os países, porém, como aponta Dagnino (2010), eles tem sido muito mais interessantes para os EUA e pouco interessantes para os países da América Latina. O

Brasil compra mais do que vende e não tem motivos maiores para isso, como é o caso da Venezuela que tem motivo para comprar, pois é um país que precisa investir em defesa militar devido ao seu enorme potencial geopolítico e estratégico em petróleo, e as disputas políticas internacionais advindas de suas características.

As reflexões de Dunne e Perlo-Freeman (2003) a respeito da manutenção em patamares próximos em gastos militares antes e depois da Guerra Fria, analisadas juntamente com os estudos de Dagnino (2010) nos levam a pensar o quanto os países do Sul (principalmente os latino-americanos) estão orientados pela política exterior de exportação de armas adotada pelos EUA. De certa forma isso mostra um outro lado da dependência cultural e tecnológica vivida pelos países de condição periférica. Para Dunne e Perlo-Freeman (2003), não houve mudanças significativas neste quesito após a queda do muro de Berlim, o que evidenciam a prevalência dos interesses econômicos dos EUA em função do seu complexo militar-industrial.

Seguindo o estudo realizado por Dagnino (2010), de 1989 a 1999, a participação dos Estados Unidos da América (EUA) como exportador de Material de Defesa (MD) sempre foi o mais elevado das américas. Segundo Herrera-Lasso (1987, 129) entre 1977 e 1980 o Brasil importou US$ 641 milhões em comparação a uma exportação de US$ 421 milhões, em armamentos. De acordo com dados da USACDA (2000) citado por Dagnino (2010), de 1997 a 1999 o Brasil foi o maior importador de MD da América Latina, figurando em primeiro lugar com US$ 980 milhões. Curiosamente, o segundo lugar esteve com a Venezuela que sempre possuiu como motivação política para tal o fato de ser um dos países com uma das maiores jazidas de petróleo do mundo. Tendo em vista a sua maior robustez econômica em relação a outros países da América Latina, devido ao seu tamanho e recursos naturais é justificável os maiores gastos por parte do Brasil[9]. Contudo, não necessariamente houve um desenvolvimento maior da IDB e do desenvolvimento de tecnologia militar autônoma nesse período.

De acordo com Mészáros (2012), o complexo industrial-militar norte-americano provocou uma influência histórica internacional a ponto de ser um importante fornecedor de armas para muitos países aos quais apresentava relações mais estreitas, e este fato ainda perduraria até os dias atuais. Com isso passou a existir uma compensação econômica importante para este país quando uma parte dos países passam a ser importantes importadores de MD.

9 De acordo com Herrera-Lasso (1987), países como Brasil, Argentina e Venezuela possuem capacidade de pagamento de importantes programas militares (em relação a outros países da ALC) sem a consequência de um efeito de alto custo significativo para o prejuízo de suas economias.

Por outro lado, casos da América Latina como o Brasil, exporta menos do que deveria exportar em termos de MD, com a finalidade de compensação dos exorbitantes gastos da ID, as quais não tem gerado transbordamentos do tipo *spin off*.

Governos FHC, Lula e Dilma

Segundo Dias (2012) o governo FHC foi marcado por uma política de CT&I de emulação de práticas empregadas nos países desenvolvidos, desmonte de grande parte das estruturas estatais implementadas em períodos anteriores, alinhamento do arcabouço legal ao praticado em nível internacional[10], especialmente ao que se apresentava em países do Norte global. O discurso da inovação tecnológica (inovacionismo) ganhou força com as expressões "empreendedorismo", "incubadoras de empresas" e "parques tecnológicos". Concomitantemente a estas abordagens, fortalecia em nível de política explícita, a ênfase na ideia de "incremento dos gastos em atividades de P&D" e "parceria universidade-empresa" defendida especialmente por parte da comunidade de pesquisa (Dias 2012). Naquele momento histórico houve uma grande ascensão do projeto neoliberal.

No governo Lula, no que tange à IDB, a Teoria da Inovação também foi um discurso predominante, apesar das críticas ao neoliberalismo feitas pelo PT, principalmente para encorpar argumentos em prol do aumento nos gastos militares (Dagnino 2010).

Seguindo a abordagem de Bachrach e Baratz ([1962]2011), tendo em vista a abordagem desses autores sobre a face pluralista do poder, e considerando os procedimentos políticos e as regras estabelecidas do jogo de acordo com a visão de Dagnino (2010), pode-se inferir que, no período do governo FHC, possivelmente se configurou uma espécie de *non decision-making*[11].

A teoria pluralista, segundo Dahl (1961), citado por Ham e Hill (1993, 47), aponta que "as fontes de poder estão distribuídas de forma desigual, mas de forma ampla entre indivíduos e grupos". No caso da AP do processo de compra dos caças GRIPEN NG, isso pode ser constatado pelo fato de que, a

10 Estabelecimento do Acordo Comercial Relativo aos Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS): Lei de Propriedade Industrial (Lei n° 9.279/1996), de Cultivares (Lei nffl 9.456/97), de Programas de Computador (Lei n° 9.609/98) e de Direitos Autorais (Lei n° 9.610/98) (DIAS, 2012).

11 *Non decision-making*: De acordo com Serafim e Dias (2012) ocorre quando "grupos políticos se articulam para suprimir os conflitos."

partir de 1995 e até o final de seu governo, não houve pressões suficientes para a execução da compra dos jatos ("face invisível do poder[12]"). Salienta-se que a RRID já existia nesse período, segundo constata-se em Dagnino (2010). A RRID teria atuado como grupo de pressão, que promovia a cooperação com o governo FHC no sentido de não gerar conflitos com este governo, uma vez pode-se supor que ambas as forças políticas se apresentavam no mesmo lado ideológico (direita conservadora).

Na visão de Bachrach e Baratz ([1962]2011) o fato de um governo não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de fazer política pública. Para Ham e Hill (1993) as ausências de decisão, também precisam ser objeto de estudo na AP. Partindo destes pressupostos, é notório que o governo FHC foi caracterizado por uma política de Estado Mínimo, tipicamente neoliberal, contando inclusive com omissão por parte do Poder Executivo em algumas áreas fundamentais como saúde e educação (Dias 2012). Sendo assim, a não tomada de decisão, quanto ao abandono do Projeto FX pelo governo FHC, é um fato político a ser considerado no presente estudo.

Conclusões

Os argumentos apresentados neste estudo reforçam a abordagem apresentada em Dagnino (2010), e mostra a atualidade deste autor para AP da IDB. No que se refere principalmente ao viés político-ideológico do processo decisório das PP, que receberam apoio da Indústria de Defesa no Governo Lula, transborda essa mesma tendência para o governo Dilma no que se refere à compra dos caças GRIPEN NG, bem como no que se refere à continuidade da existência da RRID nos governos Lula e Dilma. É inegável a importância do processo de compra e TT dos caças GRIPEN NG e sua contribuição para a Defesa Nacional.

Contudo, como resultado principal, este trabalho traz à tona uma outra perspectiva sobre quais foram as reais motivações que culminaram na efetivação do contrato de compra e TT dos caças GRIPEN NG, o que ajuda a enriquecer o debate. Para o pensamento hegemônico, foi a compra de MD mais bem-sucedida da história da aeronáutica brasileira, e para um pensamento contra-hegemônico um dos exemplos em que os aspectos ideológicos foram preponderantes, em detrimento aos valores ligados ao desenvolvimento social e econômico.

12 Face invisível do poder: Expressão usada por Bachrach e Baratz (1962, 35) para se referir ao caráter complexo do poder e suas especificidades de acordo com cada tempo histórico.

Por meio deste estudo é possível perceber, conforme a visão de Dye (1992), que políticas públicas tendem a moldar a opinião pública, sendo muito mais comum o fato de que a opinião pública pouco contribui na construção de políticas públicas. Neste sentido, é preponderante a existência de um jogo político inerentemente pouco participativo, em um sentido democratizante, e isso foi possível observar na análise da atuação dos meios de comunicação.

O processo de compra dos caças suecos obedeceu a uma concepção internacionalizada de MD, mesmo que estes interesses não tenham sido norte-americanos, como tentou evitar a presidenta Dilma, devido aos vazamentos divulgados por Eduard Snowden (Harding 2014). Em certa medida isso mostra uma certa fragilidade da unipolaridade representada pelos EUA.

Nossa dependência está vinculada diretamente a processos históricos que estiveram diretamente ligados a interesses internacionais e vinculados à ascensão do neoliberalismo no mundo (Ocampo e Flores 2016). Trata-se de um problema de dependência crônica, que não pode ser superado exclusivamente a partir de uma visão de neutralidade e determinismo da tecnociência capitalista (triunfalismo da C,T&I). Mais do que isso é necessário que o Estado seja o grande fomentador direto da economia, seja na melhoria da infraestrutura de saúde, transportes, comunicação e etc, até em fortes intervenções para a superação da miséria, do analfabetismo, da exclusão social e da degradação da natureza, temas que poderiam até ser considerados mais importantes no atual momento histórico. Isto somente já justificaria o debate exposto neste artigo no campo de estudos da CTS.

De uma forma geral, a posição dos meios de comunicação, representado pelos principais jornais como: Jornal Estadão, O Globo e Folha de São Paulo, cumpriram um papel político-ideológico, com o propósito de apenas chamar a atenção do leitor para a possível corrupção nos governos Lula e Dilma. Proporcionalmente, houve pouca análise técnica e praticamente nenhuma análise econômica mais profunda tendo em vista os interesses nacionais. Por outro lado os jornais Defesanet, Revista Asas e Revista Aero magazine apresentaram uma visão mais técnica e burocrática, ocultando uma abordagem pretensamente militarista e neoliberal, que poderia passar facilmente desapercebido aos olhos desatentos de algum leitor. Se os grandes jornais de circulação nacional apregoam certa neutralidade inexistente, os de menor circulação, trazem uma certa aparência de "neutralidade técnica". Este quadro promove a reprodução de uma visão triunfalista da ciência e tecnologia no caso do processo de compra e TT dos caças GRIPEN NG, visão que precisa ser objeto de maiores discussões na pesquisa acadêmica afim de garantir maior inteligência estratégica para as Forças Armadas quando se trata de compra de MD e garantia da soberania nacional.

Referências

Albornoz, Mario. 1997. La política científica y tecnológica en América Latina frente al desafío del pensamiento único. Redes, 4 (10), 95-115.

Ambros, Christiano Cruz. 2017. Indústria de defesa e desenvolvimento: controvérsias teóricas e implicações em política industrial. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais. 6 (11), 136.

Amorim, Ministro Celso. 2012. Defesa nacional e pensamento estratégico brasileiro. Revista política hoje. 21 (2).

Bachrach, Peter; Baratz, Morton S. [1962]. 2011. Two faces of power. Curitiba: Revista de Sociologia Política. 19 (40), 149-157.

Barbosa, Enio. 2010. "Programa FX-2 de modernização de caças da FAB pode contribuir para o avanço da indústria nacional." Conhecimento & Inovação 6(1), 42-45

Berdu, Guilherme Paul. 2016. "A política externa brasileira frente à espionagem dos EUA." Sergipe: Cadernos do Tempo Presente, 25. 3-30. http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo.

Borelli, Patricia Capelini; Dos Reis Peron, Alcides Eduardo. 2017. "Defesa e desenvolvimento no governo Lula: uma convergência possível?" Revista da Escola de Guerra Naval 23(2). 481

Coutinho, Clara Pereira. 2014. "Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas." Leya.

Dardot, P.; Laval, C. 2016. "A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal." São Paulo: Editora Boitempo 402.

Dagnino, Renato.; Gomes, E.; Costa, G.; Stefanuto, G.; Meneguel, S. 2002. "Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação." Taubaté: Editora Cabral Universitária.

Dagnino, Renato.; Dias, Rafael. 2007 "A Política de C&T Brasileira: três alternativas de explicação e orientação." Revista Brasileira de Inovação, 2007 6 (2). 373-403.

Dagnino, Renato. A indústria de defesa no governo Lula. Editora Expressão Popular, 2010.

Dagnino, Renato. "A Anomalia da Política de C&T e sua Atipicidade Periférica." Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad-CTS, 2016, 11.33: 33-63.

Dagnino, Renato. Tecnociência Solidária: Um Manual estratégico. Editora Lutas Anticapital. 2a edição. 2020.

Defesanet. 2015. Contrato do Gripen NG com o Brasil é efetivado. Brasília, 10 de setembro de 2015. 1-2. https://www.defesanet.com.br/gripenbrazil/noticia/20286/Contrato- do-Gripen-NG-com-o-Brasil-e-efetivado/.

De Souza, D. R. O., de Arruda, V. R. R., de Barros, V. C., Santos, A. A., de Santana Silva, B., de Carvalho, G. N., & dos Santos, L. G. T. 2019. "As Potencialidades econômicas e tecnológicas dos projetos estratégicos de defesa: Uma análise do PROSUB, dos caças GRIPEN e do cargueiro KC 390." Revista Eletrônica da Estácio Recife, 5(3).

Dunne, J. Paul; Perlo-freeman, Sam. 2003. "The demand for military spending in developing countries." International Review of Applied Economics, 17 (1), 23-48.

Dunne, J. Paul; Uye, Mehmet. 2014. "Defence Spending and Development." In: The global arms trade: A handbook, Routledge, 293-305.

Dias, Rafael de Brito. 2005. "A PCT latino-americana: relações entre enfoques teóricos e projetos políticos." Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

Dias, Rafael de Brito. 2012. "Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil." Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012. 256.

Dias, Rafael de Brito. 2014. Relatório de projeto de pesquisa. Campinas, SP. "O Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS): um Estudo Exploratório."

Dye, T.R. 1992. Understanding public policy. Londres: Prentice-Hall. 12-14.

Ferreira, Vicente da Rocha Soares; Medeiros, Janann Joslin. 2016a. "Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de políticas públicas." Cadernos EBAPE. BR. 14 (3), 776-793.

Ferreira, Marcos José Barbieri. 2016b. "Mapeamento da Base Industrial de Defesa." Plataforma Aeronáutica Militar. In.: IPEA/ABDI. Brasília: Ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Galante, Oscar; Marí, Manuel. 2020. "Jorge Sábato y el Pensamiento Latinoamericano en Ciencia, Tecnología, Desarrollo y Dependencia." Ciencia, Tecnología y Política.

Ham, Cristopher & Hill, Michael. 1993. "O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno" (R. Amorim & R. Dagnino, Trad.). Adaptação e revisão: Renato Dagnino. Campinas-SP: Editora da Unicamp.

Harding, Luke. 2014. Os arquivos Snowden: a história secreta do homem

mais procurado do mundo. São Paulo: Leya.

Herrera-Lasso, L. 1987. "Economic Growth, Military Expenditure, Arms Industry and Arms Transfer in Latin America." London: Palgrave Macmillan. In: The Economics of Military Expenditures. 129. 113-138.

Jornal Estadão. 2013. Cronologia: a compra dos caças, uma negociação de 18 anos. https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cronologia-a-compra-dos-cacas-uma-negociacao-de-18-anos,1110136. 18 de dezembro de 2013.

Monteiro, Tânia; Nogueira, Rui. 2008. Em vez de comprar, FAB vai construir caça. In: (O Estado de São Paulo) Jornal Estadão. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/343569/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y. 18 de maio de 2008.

Matus, Carlos. 1996. "Política, planejamento e governo." Brasília: IPEA (2), 143.

Magalhães, David Almstadter Mattar de. 2016. "A política brasileira de exportação de armas no contexto da revitalização da base industrial de defesa." Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

Mészáros, István. 2012. "O poder da ideologia." São Paulo: Boitempo. 566.

Ministério da Defesa. 2014a. "Base Industrial de Defesa (BID)." 21 de março de 2014. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa/projetos-estrategicos

Ministério da Defesa. 2014b. "Lei de fomento à Base Industrial de Defesa." 21 de março de 2014. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/lei-de-fomento-a- base-industrial-de-defesa

Ocampo, José; Flores, Luis Eduardo. 2016. "O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência." Rio de Janeiro: Elsevier Brasil.

Rodrigues, Diana Cruz; Sobrinho, Mário Vasconcellos; De Albuquerque Vasconcellos, Ana Maria. 2020. "Formação de coalizão de defesa e atores chaves da política." Brazilian Journal of Public Administration, 54 (6). 1711-1728.

Vasconcelos, Yuri. 2019. "O novo caça da FAB." Revista Fapesp. 282, 1-8. https://revistapesquisa.fapesp.br/o-novo-caca-da-fab/

Revista Asas. 2020. "Gripen brasileiro chegou menos de 6 anos após a assinatura do contrato." 20 de setembro de 2020. Revista de Cultura e História da Aviação. https://www.edrotacultural.com.br/gripen-brasileiro-chega-menos-de-6-anos-apos-contrato-ser-assinado/

Ubiratan, Edmundo. 2014. Contrato assinado. Revista Aero Magazine. 7 de novembro de 2014. 246. https://aeromagazine.uol.com.br/artigo/contrato-assinado_1820.html

Sabatier, Paul A.; Jenkins-Smith, Hank C. 1993. "Policy change and learning: An advocacy coalition approach." Boulder, CO: Westview Press.

Serafim, Milena Pavan; Dias, Rafael de Brito. 2012. "Análise de política: uma revisão da literatura." Cadernos Gestão Social, 3 (1) 121-134.

USACDA. 2000. United States Arms Control and Disarmament Agency. World Military Expenditure and Arms Transfers. https://www.federalregister.gov/documents/search

Viotti, E. B. 2008. "Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação," In: Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 137.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma investigação descritiva sob a perspectiva qualitativa através do método bibliográfico com vistas a colocar em discussão o processo político de compra e Transferência de Tecnologia (TT) dos caças GRIPEN NG. A pesquisa é apresentada sob a forma de uma Análise Política (AP) do jogo político envolvendo os principais atores ligados à Indústria de Defesa do Brasil (IDB) durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016). Recorreu-se ao estudo do processo decisório envolvendo: inter-relações entre os principais atores, consensos, interesses e valores. O estudo permitiu identificar e analisar os principais atores políticos, como eles atuaram no jogo político? Por quais motivações eles atuaram? Foram discutidos o processo de compra e Transferência de Tecnologia (TT) suas vantagens e dificuldades e como procederam alguns dos meios de comunicação, ressaltando-se algumas características do comércio internacional de MD que são relevantes para uma melhor compreensão da abordagem levantada e algumas semelhanças e diferenças entre os governos FHC, LULA e Dilma, diante deste tipo política pública conformada durante seus governos. Este trabalho levanta um outro lado, pouco lembrado entre os bastidores do processo de compra e TT dos caças GRIPEN NG, tendo em vista a visão parcial da mídia, não atinentes aos interesses econômicos do complexo militar-industrial estadunidense e muitas vezes ocultado por interesses e valores do meio político dadas as características intrínsecas destes atores. Trata-se de um outro lado que justifica a necessidade de planejar e avaliar as políticas públicas de aquisição e TT de MD visando em primeiro lugar os interesses de defesa, soberania nacional e o desenvolvimento sócio-econômico.

PALAVRAS-CHAVE

Processo de compra; Transferência de Tecnologia; Gripen NG; Política.

Recebido em 18 de maio de 2022
Aprovado em 28 de novembro de 2022

FÓRUM DE GÁS DO MEDITERRÂNEO ORIENTAL: CONVERGÊNCIA DE PREOCUPAÇÕES DE SEGURANÇA ENERGÉTICA E REGIONAL

Stefy Joseph[1]
Aneetta Thomas Peedikayil[2]

Introdução:

Thomas Malthus, um pensador britânico do século XIX, enfatizou apropriadamente o poder da humanidade em criar condições para sua subsistência na terra (Belyi, 2015). Isso pode ser contextualizado nas aspirações dos Estados do Mediterrâneo Oriental em alimentar suas economias devido às descobertas de gás natural na região. A bonança do gás natural atingiu a região do Mediterrâneo Oriental no início dos anos 2000 com o campo offshore de Gaza Marine (Palestina), os campos Leviathan e Tamar (Israel), o campo Afrodite (Chipre) e o campo de gás Zohr (Egito).

Este foi um divisor de águas para as economias regionais que buscavam melhorar suas perspectivas econômicas. Dada a crescente demanda por gás natural e energia renovável, juntamente com a intensa concorrência de *players* estabelecidos nos mercados internacionais de energia, as economias regionais acharam prudente reunir seus recursos e estabelecer uma organização regional para atender aos seus interesses comuns. Como resultado, os ministros de energia de Chipre, Egito, Grécia, Israel, Itália, Jordânia e da Autoridade Nacional Palestina decidiram conceber o Fórum de Gás do Mediterrâneo Oriental (*East Mediterranean Gas Forum* — EMGF[3]) em janeiro de 2019 (Winter e Gallia, 2020).

1 Professor assistente no Departamento de Estudos Internacionais da Christ University of Bangalore, Índia. E-mail: stefy.joseph@christuniversity.in

2 Mestrando em Estudos Internacionais na Christ University of Bangalore, Índia. E-mail: aneemeri96@gmail.com

3 Nota do tradutor: Optou-se por manter a sigla original, em inglês, para padronização.

Essas convergências têm influência nas crescentes bases energéticas do Egito na região, dada sua localização estratégica na conexão da Europa, Ásia Ocidental e Norte da África a um subsistema regional de segurança energética (Tziampiris, 2019). Assim, o Fórum Regional melhorou a posição geopolítica da parte oriental do Mar Mediterrâneo como uma 'região' (Stivachtis, 2019).

No entanto, tais desenvolvimentos ameaçaram os interesses da Turquia na região, especialmente sobre segurança energética. Assim, a Turquia estabeleceu a necessidade de se afirmar nas disputas regionais que foram percebidas como desafio de segurança regional por membros específicos do EMGF. As interações relacionadas à energia inevitavelmente aprofundam suas relações de securitização ou dessecuritização nos setores políticos e potencialmente militares (Adamidas e Odysseas, 2015). À luz das recentes manobras da Turquia, torna-se, portanto, imperativo compreender as convergências que têm ocorrido no contexto da segurança energética e regional no seio do EMGF.

Como a insegurança energética continua a ser uma característica iminente da segurança energética, ela pode simultaneamente influenciar a securitização de objetos não referentes à energia em outros setores (Adamidas e Odysseas, 2015). Isso nos leva a examinar os fundamentos geopolíticos por trás da formação do EMGF que, em geral, afetaram a região como um todo. O Egito, protagonista da região, sempre desempenhou um papel fundamental na construção de relações baseadas na segurança energética e regional e, por isso, as suas relações com a Grécia, Chipre, Israel, França, Itália e União Europeia carecem de análise na sequência do estabelecimento do EMGF. O EMGF manteve-se como o pilar central na compreensão da economia política internacional por detrás das convergências energéticas e de segurança regional dos referidos Estados membros. A realização deste estudo teve como objetivo apontar as insuficiências na constituição do EMGF que inevitavelmente moldaram a geopolítica da região.

A Evolução do Fórum de Gás do Mediterrâneo Oriental

Os líderes de Chipre, Egito, Grécia, Israel, Itália, Jordânia e da Autoridade Nacional Palestina se reuniram para assinar uma carta estabelecendo intergovernamentalmente o Fórum de Gás do Mediterrâneo Oriental em setembro de 2020 (Reuters, 2020). Com sede no Cairo, o fórum tornou-se uma arena para ampliar a cooperação energética entre os Estados membros e estabelecer um mercado regional de gás. Com os interesses das empresas francesas e italianas investidos nos campos offshore da região do

Mediterrâneo Oriental (Leigh e Charlotte, 2012; Lerman, 2019), sua inclusão na associação do fórum (Aydintasbas et al. 2020) era imperativa. Também é importante observar que o fórum foi consolidado no contexto da cooperação energética entre o Egito e Israel, bem como das cúpulas trilaterais do Egito e de Israel com os membros da União Européia (UE) (Grécia, Chipre), respectivamente (Al Jazeera, 2020; Embassy of Greece in Israel, 2018; Press and Information Service, 2019).

A conferência de Madri (1991) e o processo de Barcelona (1995) foram alguns esforços liderados pela UE que não tiveram sucesso em culminar a cooperação econômica entre as economias mediterrâneas (Soliman, 2011). As descobertas de gás natural nos campos offshore de Gaza (Palestina) (OQ, s.d.), Leviatã e Tamar (Israel), Afrodite (Chipre) e Zohr (Egito) foram um divisor de águas (Ellinas 2019) que sinalizaram a cooperação econômica na região. À luz de tais desenvolvimentos, Israel e o Egito procuraram estender sua cooperação de segurança existente na região do norte do Sinai e da Faixa de Gaza para a arena de energia, resolvendo uma disputa de arbitragem internacional (2012) entre eles (The Jerusalem Post, 2019; The Times of Israel, 2019).

Como resultado, Israel começou a exportar gás natural para o Egito com uma estratégia dupla: a) garantir um mercado regional utilizando a infraestrutura de gasoduto existente entre eles b) utilizar as duas instalações de processamento de gás natural liquefeito (GNL) do Egito para reexportar para a Europa até o construção do gasoduto *East Med Gas* (EMG) (Reuters, 2020). O gasoduto EMG, no valor de 6 bilhões de euros, deve ser concluído até 2025 (Greek City Times, 2020). Destinado a chegar à Europa a partir da costa israelense, a decisão de construir o gasoduto foi acordada por Chipre, Grécia e Israel em sua sexta cúpula trilateral (março de 2019), juntamente com a decisão de construir o Interconector Euro-Ásia, uma rede elétrica submarina para os mercados europeus (EuroAsia Interconnector, 2020).

Na mesma época, o desejo da Grécia e Chipre de se envolver com o Egito também aumentou devido às maiores descobertas de gás do Egito, em 2015, e sua posição regional geral como um 'exportador de gás natural' (State Information Service, 2020). As cúpulas trilaterais resultantes entre Chipre, Egito e Grécia se estenderam da cooperação na exploração de seus campos de gás offshore (State Information Service, 2019) para a construção do Interconector Euro-África, outro cabo submarino de eletricidade para a Europa para impulsionar exportação de energia (EuroAfrica interconnector, 2019).

Além disso, a participação da Jordânia no fórum decorre de suas relações energéticas com o Egito por meio do gasoduto árabe (AFESD, s.d.). Notavelmente, a inclusão da Autoridade Nacional Palestina como membro do

EMGF é fundamental, pois é a primeira organização regional pela qual Israel e a Autoridade Nacional Palestina compartilharão espaço, apesar da proibição imposta por Israel aos direitos de exploração à Autoridade Nacional Palestina em 1999 nos campos offshore de Gaza (Henderson, 2014).

No entanto, a exclusão da Líbia, Líbano, Síria e Turquia dos membros do fórum lança luz sobre a perspectiva dos membros existentes do fórum de excluir países hostis ou politicamente instáveis. Assim, o pretexto de organizar uma indústria emergente de gás natural em nome da segurança energética lançou uma sombra sobre as perspectivas dos hidrocarbonetos na região do Mediterrâneo Oriental conhecida por seus conflitos historicamente infames (Litsas, 2018). Isso justifica a necessidade de examinar as dimensões da segurança energética que se tornaram instrumentais por trás da formação de tal organização regional.

Dimensões da segurança energética que sustentam o EMGF

A segurança energética refere-se à capacidade dos Estados de manter o fornecimento ininterrupto de energia em relação à demanda a preços acessíveis e relativamente estáveis, sem aumentos súbitos e significativos de preços (Adamidas e Odysseas, 2015). Como a segurança energética pode ser examinada em múltiplas dimensões, nomeadamente teorias políticas, militares, econômicas, técnicas e acadêmicas, o estudo optou por se concentrar nas dimensões abaixo mencionadas, em que as dimensões acima mencionadas podem ser vistas como desenvolvendo convergências em vários pontos no tempo.

Os expressivos instrumentos energéticos do Egito

Em economias centralizadas como a do Egito, por exemplo, as instituições têm desempenhado um papel crucial na formação de recursos e mercados de energia (Belyi ,2015). A estratégia de modernização do governo egípcio (International Trade Administration, 2020) em termos de desempenho de produção, refino, distribuição, planejamento de recursos empresariais e capacitação de recursos humanos (Cingoli, 2016) delineou seu papel na promoção de seus recursos e mercados de energia. Relações Internacionais e Estudos de Segurança contribuíram para o desenvolvimento de teorias de segurança energética em que a dependência energética continua sendo uma grande preocupação de segurança, especialmente de uma perspectiva

realista clássica devido à ausência de uma autoridade abrangente em termos de governança energética global (Belyi, 2015). Assim, Susan Strange, uma estudiosa proeminente da Economia Política Internacional (EPI), delineou quatro estruturas primárias da EPI, a saber, conhecimento, produção, finanças e segurança (Belyi, 2015). Das quatro estruturas primárias, a estrutura de segurança atende principalmente à dimensão de segurança energética, que inclui políticas de autossuficiência, interação com outros estados, cooperação e conflitos (Belyi, 2015).

A elasticidade nos mercados de energia se deve à competição intercombustível que tem aumentado em relação à geração de energia (Belyi, 2015). Isso coloca as descobertas de gás natural do Egito em Zohr (849,5 milhões de metros cúbicos por dia[4]), Nooros (32 milhões de metros cúbicos por dia) e East Delta (350 milhões de metros cúbicos por dia), juntamente com uma mistura de fontes renováveis, usinas a carvão e importações de gás natural de Israel (International Trade Administration, 2020) no centro das atenções da dinâmica em mudança dos mercados internacionais de energia. Além disso, a administração do Egito sobre o Canal de Suez, gasoduto Suez-Mediterrâneo (SUMED) e as infraestruturas de GNL em Idku e Damietta (Alterman, Conley e Malka, 2018) se mostraram complementares no aproveitamento da produção doméstica de energia do Egito. Dada a diversidade de produção e distribuição de energia e com base nos dados fornecidos pelo *Fitch Solutions Egypt Power Report*, 2020 (Enterprise, 2020), as tentativas de alcançar a autossuficiência na geração de fontes mais limpas de eletricidade tornaram-se o principal objetivo do governo egípcio. Isso levou o *Standard Chartered Bank* a prever em 2019 que 'o Egito ocuparia a sétima posição entre as dez principais economias nos próximos dez anos' (Enterprise, 2020).

Como o conceito de soberania é fundamental para a dimensão da segurança energética sob a estrutura de segurança da EPI, a credibilidade do Egito nas exportações de eletricidade para a Jordânia e a Líbia (Galal, 2019) reforçou os investimentos árabes e europeus na geração de eletricidade do Egito. Entre eles, destacam-se o projeto de interconexão (2013) com a Arábia Saudita (Mahmoud, 2020), projeto do interconector Euro-Africa de 2.000 megawatts para a Europa (EuroAfrica Interconnector, 2020), parques eólicos como West Bakr, Ras Ghareb, Gabal al- Zeit (com 300 turbinas eólicas), projetos solares no Delta do Nilo Ocidental, Zafarana, Benban (Enterprise, 2020) e a construção de usinas elétricas da Siemens (2018) que produziram um excedente de 20.000 megawatts (Galal, 2019). Tais desenvolvimentos inevitavelmente alimentaram o desejo do Egito de se tornar um centro

4 Nota do tradutor: Definiu-se por converter o resultado para padronizar as escalas. No original: "*30 trillion cubic feet*".

regional de energia (State Information Service, 2020), envolvendo-se na diplomacia energética com as regiões próximas, como Europa, Ásia Ocidental e África (Pedersen 2014).

À medida que as licitações para potenciais compradores na África continuam, o Egito tem como objetivo decisivo aumentar sua 'participação de energia renovável para 20% em 2022' (Egypt Today, 2020), que está em sintonia com a 'Visão 2030' do Egito, que prevê políticas de desenvolvimento sustentável como no que diz respeito à segurança energética (Arab Republic of Egypt, 2020). Tais desenvolvimentos positivos para o Egito levaram a relações melhores com a UE, evidenciadas durante a 'primeira Cúpula da Liga dos Estados Árabes da UE' (Egypt Today, 2019), cúpulas trilaterais, bem como compromissos multilaterais no estabelecimento do EMGF, aprimorando os apartados de poder regional do Egito. Em particular, isso trouxe desafios para a Turquia, para quem a segurança energética é tanto uma questão econômica quanto de segurança (Sotiriou, 2020). Assim, é fundamental compreender o papel da Turquia na região do Norte de África devido ao seu envolvimento no conflito da Líbia que coincidiu com a formação do EMGF.

O papel da Turquia no conflito na Líbia

A Líbia, que havia sido um pródigo Estado petrolífero sob a benevolente ditadura de Muammar Qadhafi, mergulhou no caos devido à intervenção da OTAN após a Primavera Árabe (2011). As divergências nos arranjos de compartilhamento de poder consequentemente levaram à formação de dois governos divisionais. A divisão ocidental com sede em Trípoli é reconhecida globalmente como o Governo de União Nacional (GUN), enquanto a divisão oriental com sede em Tobruk é liderada pelo Exército Nacional da Líbia (ENL) sob o comando do general Khalifa Haftar (Eljarh, 2020). A divisão oriental, amplamente apoiada pelo Egito, França, Rússia e Emirados Árabes Unidos, lançou uma ofensiva contra a divisão ocidental em abril de 2019 (ABC NEWS, 2020). Os ganhos estratégicos obtidos pela divisão oriental ficaram ameaçados quando a Turquia decidiu unir forças com a divisão ocidental no final de 2019 (Lindenstrauss, 2019). A trajetória da Turquia no sentido de se alinhar com territórios problemáticos e apoiar seus interesses nacionais ficou evidente por meio de suas intervenções no estabelecimento da República Turca do Chipre do Norte (RTCN, 1974) reconhecida apenas pela Turquia e Síria (2016) para impedir que os grupos étnicos curdos se afastassem do poder do governo de Assad. No entanto, a entrada da Turquia na região do Norte de África deveu-se em grande parte ao receio de ter de perder uma oportunidade de explorar as perspectivas de recursos energéticos face às recentes descobertas de gás

natural na região (Sotiriou, 2020).

A paciência da Turquia começou a diminuir com a crescente importância dada aos acordos de delimitação marítima por seus adversários, que restringiam sua capacidade de explorar recursos energéticos mais próximos de suas águas territoriais. Exemplos incluem os 'acordos de delimitação marítima entre a Grécia e o Egito' (2020) (The New York Times, 2020), Chipre e Egito (2003), Chipre e Israel (2010) e entre Chipre e Líbano (2007) todos que permanecem não reconhecidos pela Turquia (Stocker, 2012). Esses acordos, ao mesmo tempo em que desencadeiam a corrida para estabelecer suas respectivas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs), também influenciam as questões contenciosas que alguns dos vizinhos da Turquia têm contra ela. Entre eles, destacam-se a legitimidade política em relação ao RTCN com Chipre e Grécia, o incidente de Mavi Marmara com Israel e o não reconhecimento do golpe do Egito pelo governo de Abdel Fateh El-Sisi após a primavera árabe (Prontera e Mariusz, 2017; Greek City Times, 2020). Tais laços rompidos com a Turquia resultaram no descongelamento das relações entre os vizinhos do Mediterrâneo Oriental, nomeadamente Grécia, Chipre, Israel, Egito e, mais tarde, França e Itália devido às suas empresas petrolíferas. Os mecanismos trilaterais, bilaterais e multilaterais (através do estabelecimento do EMGF) na cooperação energética tentaram, assim, criar condições que prejudicariam as credenciais da Turquia, tanto como uma porta de entrada da energia quanto como uma potência regional. Portanto, tornou-se imperativo para a Turquia interromper o progresso das cúpulas cooperativas cortando seus problemas pela raiz.

Em uma tentativa de legitimar as reivindicações da Turquia às ZEEs, os acordos de delimitação marítima da Turquia com o GUN da Líbia (2019) e a RTCN (2011) (Pinko 2020; Forbes, 07 de fevereiro de 2020) resultaram na sobreposição de suas ZEEs com as da Grécia e Chipre. Além disso, o apoio militar da Turquia à divisão ocidental na Líbia deve ser entendido à luz de sua necessidade de securitizar sua reivindicação na competição regional referente às ZEEs, bem como explorar opções para diversificar sua segurança energética através das reservas da Líbia (Fouad, 2019). Ao 'matar dois coelhos com uma cajadada só', a Turquia foi capaz de atrair as perspectivas de construção do duto EMG da costa israelense, alterando a dinâmica de poder da divisão ocidental por meio de seu apoio militar no conflito da Líbia, um teatro predominantemente controlado pelos atores tradicionais, como Egito, França e Emirados Árabes Unidos (Aydintasbas et al. 2020).

As estratégias da Turquia têm influência de sua grande dependência energética da Rússia, tendo a Turquia tentado diversificar de acordo com o Plano Estratégico (2015-19) (Bechev, 2020), procurando hidrocarbonetos em

potencial no Mar Negro e no Mar Mediterrâneo. Com grandes 'descobertas de gás natural no Mar Negro' (Al Jazeera, 2020), o 'Programa Presidencial Anual da Turquia' (2020) garantiu a prospecção de hidrocarbonetos nas ZEEs contestadas da Grécia e Chipre (Daily Sabah, 2020). Isso gerou alarme entre os competidores da Turquia, alimentando a formação de uma "aliança de cinco nações composta por Egito, Grécia, Chipre, Emirados Árabes Unidos e França" (The Associated Press, 2020). Assim, na sequência da crescente assertividade da Turquia, as convergências ao longo das diretrizes de segurança regional e energética tornaram-se o impulso final para a formação do EMGF (S&P Global Platts, 2020).

Convergência das preocupações de segurança regional e energética

A securitização de um conflito ajuda parcialmente a entender as diferentes perspectivas sobre a interdependência nas Relações Internacionais energéticas (Belyi 2015). Assim, dissecar o termo 'securitização' de acordo com a interdependência positiva e negativa de Robert Keohane, pode ajudar a discernir o raciocínio por trás da formação do EMGF. Para obter uma melhor compreensão do problema, o artigo pretende se concentrar no Egito, Grécia, Chipre, Israel, França, Itália e UE para estudar a dinâmica por trás do desdobramento de interdependências positivas e negativas no contexto das metas de segurança energética em meio a preocupações de segurança regional. Começando com 'interdependência positiva', representa uma situação em que os estados estão dispostos a depender uns dos outros para criar uma situação de governança mais profunda (Belyi, 2015) que foi observada na ampla cooperação entre Egito, Grécia, Chipre e Israel na formação do EMGF para enfrentar os desafios de segurança regional colocados pela Turquia (Wolfrum, 2020).

O Egito, que foi pioneiro em todo o processo de formação de um fórum regional baseado em energia, tem uma história de relações energéticas com seus vizinhos, especialmente a Líbia. Isso pode ser rastreado até o setor de energia do Egito, que cresceu imensamente durante o reinado de Muammar Qadhafi na Líbia, cujos investimentos ardentes (Arafa e Mieczyslaw, 2017) levaram o Egito a desfrutar de exportações abundantes de energia até a Primavera Árabe (Piera, 2020). No entanto, com a guerra civil em andamento na Líbia, a fronteira porosa do Egito com o país continua sendo uma ameaça perene à segurança devido aos temores do Egito de que possa haver um possível transbordamento de atividades terroristas para o oeste do Egito (Arafa e Mieczyslaw, 2017). Com o Egito lutando contra atividades terroristas na região do norte do Sinai (Arafa e Mieczyslaw, 2017), enquanto experimenta

uma enxurrada de investimentos em seu setor de energia, administrar o conflito na Líbia continua sendo um dos principais objetivos da política externa do Egito (State Information Service, Egypt, 2020).

Isso explica o apoio diplomático do Egito ao Exército Nacional Líbio, que é fundamental, pois a divisão oriental da Líbia controla a maior parte das reservas de energia que, se interrompidas, podem criar mais caos (Fouad, 2019). Assim, o pedido de cessar-fogo do Egito (ABC NEWS, 2020) e a participação ativa no Processo de Berlim (Xinhua, 2020) e a Declaração do Cairo (State Information Service, 2020) enunciam a política externa do Egito para engajar nos processos de *state-building* da Líbia para garantir a paz e a estabilidade (Mühlberger, 2016) na região do norte da África. As ações do Egito após a entrada da Turquia no conflito, pedindo uma 'intervenção militar na Líbia' (Egypt Today, 2020) e o apoio ruidoso à aliança das cinco nações mostram tentativas de consolidar o papel do Egito no conflito (Xinhua, 2020) como mediador e ator regional prudente, no norte da África, em relação à Turquia.

As ações do Egito decorrem de sua demonstração de indispensabilidade prestada durante os processos de paz realizados pela ONU no Marrocos (Arafa e Mieczyslaw, 2017) devido a seus laços vibrantes com a divisão oriental da Líbia. Assim, a suscetibilidade do Egito em ser tanto um aliado regional quanto um contrapeso significativo para equilibrar a Turquia resultou na escolha do Egito como sede do EMGF. Isso se refletiu na ampliação das apostas nas interdependências positivas de Israel, Grécia e Chipre com o Egito, dada a amizade deste último com as potências regionais e não regionais, como, EUA, UE, Rússia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (Eljarh, 2020). Isso faz com que o Egito se torne um país com uma cobertura que o garanta potencialmente contra os desafios de segurança regional colocados pela Turquia em suas respectivas ZEEs, bem como em receber o impulso necessário para sustentar suas agendas de segurança energética por meio do EMGF.

Portanto, para os pontos de trânsito entre Grécia e Chipre, o gasoduto EMG continua a ser chave para entregar suas disposições econômicas enquanto busca a desvinculação da Turquia. Na verdade, isso se deve à animosidade compartilhada pela Turquia, dada a intervenção militar deste último no Chipre em 1974, resultando na criação de fronteiras marítimas controversas com ela. Adicionar combustível à animosidade tem sido o desejo da Turquia para as operações de exploração nas ZEEs da Grécia e Chipre (Aydintasbas et al. 2020), criando desafios de segurança regional para a Grécia e Chipre. Como a Turquia continua não signatária da UNCLOS, ela não reconhece o direito das ilhas de desfrutar de ZEEs (Sotiriou, 2020),

como é o caso da Grécia e Chipre que possuem ilhas como parte de seus limites políticos. Como Chipre é um país insular com uma população de etnia grega e o epicentro do gasoduto EMG, a escolha de Nicósia para secretaria permanente para as cúpulas trilaterais entre Israel, Grécia e Chipre e entre Egito, Grécia e Chipre lança luz sobre sua importância geoestratégica (Pedi, 2019) tanto em termos de energia quanto de segurança regional em relação à Turquia. Assim, a Grécia e Chipre optaram por apoiar o Egito, estendendo a cooperação por meio de cúpulas trilaterais, acordos de delimitação marítima (Lindenstrauss, 2019) e adesão ao EMGF. A decisão de ingressar na aliança de cinco nações consolida ainda mais suas interdependências positivas com o Egito, de modo a garantir seus interesses econômicos e nacionais, sendo o caso em questão as contestadas ZEEs com a Turquia.

A escolha de Israel em permanecer neutro por estar ausente da aliança de cinco nações que inclui Grécia, Egito e Chipre no conflito da Líbia explica a geoestratégia de Israel em apreciar as proezas regionais do Egito na região do norte da África (Lerman, 2019) enquanto garante seu mercado para exportações de gás natural para o Egito. Além disso, a decisão de Israel de cooperar no gasoduto EMG foi de natureza puramente econômica, dada a sua reaproximação com a Grécia e Chipre, que ocorreu no contexto de relações degradadas com a Turquia devido ao incidente de Mavi Marmara (Prontera e Mariusz, 2017). Isso se deveu às bases recém-descobertas de Israel para as exportações de gás natural e eletricidade. Mas com as operações de perfuração da Turquia na disputada ZEE do Chipre, que fica perto dos campos de gás israelenses, sua percepção de ameaça à segurança da Turquia inevitavelmente combinou com a do Chipre e da Grécia. Assim, as cúpulas trilaterais entre eles sinalizaram a necessidade de criar interdependências positivas na segurança regional no que diz respeito à segurança energética (Embassy of Greece in Israel, 2018; Information Service, Cyprus, 2019). Como resultado, a adesão de Israel ao EMGF e seu envolvimento com os vizinhos da Turquia apontam para a crescente onda de interdependências negativas no que diz respeito às relações energéticas com a Turquia.

Essa correlação entre as interdependências positivas e negativas na região aponta para o fato de que as partes interessadas podem ser tendenciosas, manipuladoras ou mal informadas, levando a refletir sobre o elemento de irracionalidade em suas escolhas políticas (Belyi 2015). Nessa nota, os estudiosos estão certos ao observar as tensões entre a necessidade de segurança do abastecimento dos Estados dependentes e a necessidade de segurança da demanda dos Estados produtores (Belyi 2015). A este respeito, o esforço da França e da Itália no sentido de conduzir a UE para o EMGF continua a ser fundamental, dada a presença de suas empresas petrolíferas na

região (Aydintasbas et al. 2020; Alterman, Conley, e Malka, 2018).

O aumento do interesse da França e da Itália na adesão ao EMGF continua a ser para investimentos em infraestrutura de energia nos estados membros do EMGF. Entre eles, destacam-se o envolvimento da Itália na construção do gasoduto EMG (Energy Egypt, 2020), Eni (Piera, 2020), Electricite de France, Engie (Energy Egypt, novembro de 2019; Energy Egypt, dezembro de 2019) e os investimentos da *Agence Française de Développement* (AFD, 2020) nos projetos de infraestrutura de energia renovável do Egito. Curiosamente, Barry Buzan e Ole Waever caracterizaram os Complexos Regionais de Segurança (CRSs) como tendo uma relação interestadual flexível, em que os Estados podem fazer parte de dois ou mais CRSs, que também podem se sobrepor geograficamente (Belyi, 2015).

Assim, a força motriz dos CRSs são as relações de inimizade e amizade entre os Estados dentro do complexo, e não o equilíbrio de poder que resulta em integração de segurança regional (Adamidas e Odysseas, 2015). Essa flexibilidade das relações interestatais dentro de dois CRSs levou ao desenvolvimento de interdependências positivas da França e da Itália com outros membros da UE, Chipre e Grécia, permitindo-lhes solicitar conjuntamente as sanções de fevereiro de 2020 contra a Turquia devido às atividades generalizadas deste último nas águas do Mediterrâneo Oriental e Líbia (Council of the EU, 2020). Assim, dado o descontentamento generalizado dos estados do EMGF contra a Turquia, torna-se fundamental entender os gatilhos por trás da formulação de interdependências negativas na região.

'Interdependência negativa' representa, aqui, uma situação em que os Estados mostram relutância em serem dependentes uns dos outros, resultando no surgimento de problemas de segurança energética (Belyi 2015). Isso foi particularmente testemunhado no caso de manter laços de base energética com a Turquia, que parece isolada do aprofundamento das interdependências positivas na região. Sejam as ações da Turquia na negociação de um acordo de fronteira marítima com o GUN ou suas atividades nas 'águas contestadas da Grécia e Chipre', elas foram ambas 'denunciadas como inválidas' sob a lei internacional pela divisão oriental da Líbia, bem como pela aliança de cinco nações (Eljarh, 2020; Aydintasbas et al. 2020).

À luz de tais desenvolvimentos, a posição da UE como observador no EMGF (S&P Global Platts, 2020; Ministry of Petroleum and Mineral Resources, 18 de maio de 2020) não pode escapar de devida consideração. A UE enviou representantes para as reuniões do grupo de trabalho de alto nível realizadas no âmbito do EMGF (Ministry of Petroleum and Mineral Resources, 20 de maio de 2020), o que indica as principais preocupações de segurança energética da UE decorrentes de sua dependência do fornecimento

de energia da Rússia (Belyi, 2015). Com descobertas de hidrocarbonetos tão perto da Europa, como no Norte de África e na região do Mediterrâneo Oriental, a UE procurou criar interdependências positivas na região, procurando uma alternativa aos abastecimentos russos que estão atualmente a ser transportados através da Turquia (gasoduto Turk Stream) (Alterman, Conley e Malka, 2018).

Assim, a UE, ao tornar uma interdependência negativa com a Rússia e a Turquia, procurou equilibrá-la por meio de interdependências positivas por meio de investimentos no segmento de energia renovável do Egito e financiamento para o gasoduto EMG. Com a crescente assertividade da Turquia na Líbia e as contenciosas ZEEs dos membros da UE, Grécia e Chipre, a UE foi forçada a tomar uma posição ao lado dos estados membros do EMGF, devido aos seus interesses geoestratégicos na região. Barry Buzan, em seu livro '*Peoples, States and Fear*', pediu uma reavaliação do termo 'securitização', que é uma reação não linear a uma ameaça (Belyi 2015). Com base no argumento de Buzan, as ações da UE de fato tiveram uma reação não linear ao se envolver nos exercícios militares conjuntos Medusa 9 em novembro de 2019 (Greek City Times, 2019) e na Operação Irini para impor um embargo de armas na Líbia, em abril de 2020 (EEAS, 2020), para garantir a paz regional e a diversificação energética.

Assim, podem inferir-se dois resultados das dimensões de segurança energética subjacentes ao EMGF acima mencionadas:

a) A cooperação energética tem sido necessária com atores estatais que estejam dispostos a desenvolver relações amistosas tanto bilateral quanto multilateralmente. Os acordos de delimitação marítima, exploração de energia e arranjos de infraestrutura têm sido indicadores claros a esse respeito. Assim, o estabelecimento do EMGF continua a ser fundamental para consolidar os papéis dos Estados membros como atores energéticos nas crescentes bases energéticas da região.

b) A ausência de Turquia, Síria, Líbano e Líbia como membros do EMGF indica a cautela dos Estados membros em assumir riscos com países hostis ou politicamente instáveis. A ausência de não membros durante as negociações intergovernamentais deveu-se, na verdade, à relutância dos Estados membros do EMGF em incluí-los nos mecanismos trilaterais e bilaterais. Esses mecanismos, por sua vez, aumentaram o desenvolvimento de interdependências negativas na região, exacerbando assim os desafios de segurança regional.

Assim, uma leitura atenta das dimensões acima mencionadas indica que os atores estatais do EMGF têm, de um modo geral, abraçado o desenvolvimento de certas normas transnacionais que foram adaptadas ao

quadro do EMGF. No entanto, tornaram-se necessariamente obstáculos à concretização dos interesses energéticos da região como um todo, pondo em causa a viabilidade a longo prazo do EMGF.

Questões e Preocupações

À medida que a 'governança multiescala' ganha força no campo dos mercados e infraestruturas de energia, a adaptabilidade dos vários atores estatais e não estatais às várias normas, regras e valores de uma atividade econômica desempenha um papel fundamental na definição do novo papel de soberania em EPI (Belyi, 2015). De acordo com a nova economia institucional, uma abordagem de escolha racional limitada é aplicada na definição de instituições que podem ser derivadas de um contexto social ou econômico (Raudla, 2014). Assim, o tema principal que decorre dos objetivos do Fórum de Gás do Mediterrâneo Oriental tem sido a segurança energética atrelada à necessidade de garantir a segurança regional (State Information Service, 2020). Como as normas, regras e valores transnacionais podem encontrar aceitação em certas partes do mundo ou em certas comunidades e empresas especializadas (Belyi. 2015), o desenvolvimento das mesmas quando se trata do EMGF parece distorcido, dado que os interesses dos Estados membros pairam sobre o interesses de não membros. Isso foi explicado nas arenas abaixo mencionadas.

Critérios de associação

Os laços relacionados com as infraestruturas energéticas contribuíram significativamente para o estabelecimento dos critérios de adesão ao EMGF. Começando com o Egito, o principal ator na região, sua posse do Arab Gas Pipeline, gasoduto SUMED, bem como as duas infraestruturas de GNL em Idku e Damietta (Stonaker 2010) beneficiaram clientes como a França e a Jordânia. Isso abriu a candidatura dos três para se tornarem membros do EMGF. O acordo de eletricidade da Palestina de 2016 com Israel, suas importações de eletricidade do Egito e as perspectivas associadas ao campo de gás da Marina de Gaza encontraram autorização quanto ao pedido de adesão da Palestina ao EMGF (OQ, s.d.). As bases da Grécia em infraestrutura de energia foram reconhecidas pela presença do *TransAdriatic Pipeline* (TAP), uma extensão do TANAP (*Trans-Anatolian gas pipeline*) que passa pela Turquia (Tagliapietra, 2020). Com a UE olhando para a diversificação energética da Turquia e dada a incapacidade de Israel e Chipre em possuir infraestrutura

energética, a UE, ao comissionar o gasoduto EMG, procurou transportar volumes semelhantes aos do TAP (Eran, 2019).

A decisão de construir o gasoduto EMG da costa de Israel para a Grécia e, em seguida, da Itália para a Europa durante as cúpulas trilaterais entre Grécia, Chipre e Israel foi a gota d'água para colocar os esses Estados no espectro da adesão ao EMGF. Esses desenvolvimentos, no entanto, vêm com uma ressalva quando se trata de desenvolver um mercado regional de gás com a Turquia, Líbia, Síria e Líbano. Ao ignorar a riqueza de projetos de infraestrutura de energia da Turquia, como TANAP, *TurkStream, BlueStream* incluindo energia renovável (Bechev, 2020; Livingston, 2018) ou a capacidade da Líbia em gerar petróleo e gás que é sessenta por cento de seu PIB total (The Economist, 2020) ou a perspectiva de hidrocarbonetos nas águas da Síria e do Líbano (Reuters, 2019; Aydintasbas et al. 2020), sua ausência de membros do EMGF indica o desenvolvimento de uma norma politicamente induzida. A norma para se desvencilhar de sistemas políticos hostis ou voláteis por natureza do ponto de vista de um economista institucional parece estruturar os incentivos do Estado membro na decisão dos custos e benefícios associados à assinatura de tal norma (Raudla 2014).

No entanto, em termos de EPI, tal norma definitivamente se baseia nos fundamentos energéticos da Turquia, Líbia, Síria e Líbano, parando de conceber a noção de um mercado de gás 'regional', conforme sublinhado nos objetivos do EMGF. À luz de tais fragilidades institucionais, o EMGF pode inspirar-se na OPEP (OPEP, s.d.) quando se trata de admissão de membros. O manual da OPEP tem sido fundamental para abrigar rivais importantes, como a Arábia Saudita e o Irã, bem como os outros grandes e pequenos estados petrolíferos, apesar de seus diferentes interesses nacionais (OPEP, s.d.). Assim, será um passo na direção certa se os Estados membros do EMGF se empenharem em corrigir uma das principais deficiências da instituição.

Desenvolvimento de recursos energéticos

Uma norma induzida politicamente, ao admitir membros para o fórum, também foi efetivamente aplicada ao considerar adjudicatários de contratos de exploração nos campos offshore da região. Com a italiana 'Eni desfrutando de uma participação de 50% no campo Bouri da Líbia' (S&P Global Platts, 2020), o fornecimento de energia para a Itália continuou, apesar dos desafios impostos pela conflito na Líbia (Villa, 2016). Como as transferências de melhores práticas continuam sendo uma prática padrão no campo da política energética (Belyi 2015), a proeza da Eni a levou a receber

contratos nos campos offshore do Chipre e Egito. Isso não impediu outras empresas internacionais, como Rosneft e Novatek (Rússia), Total (França) e Delek (Israel) de participar e ganhar contratos de exploração nos campos offshore do Egito, Chipre e Israel, respectivamente. Tais instâncias indicam as duras realidades por trás da formação de um sistema de valores baseado em parcerias de energia e segurança.

França, Itália e Rússia são atores ativos no conflito na Líbia, bem como nos campos de petróleo offshore dos Estados membros do EMGF. Israel, por outro lado, devido aos seus sistemas militares superiores, ampliou sua base de apoio com a Grécia, Chipre e Egito (Lerman, 2019) em troca de cooperação na exportação de gás natural por meio de um gasoduto compartilhado. Como a dissuasão da Turquia continua a ser fundamental para os interesses do EMGF, o apoio aéreo e naval francês para monitorar as atividades da Turquia (Kohler, 2020) e o teste de mísseis *sea-to-sea* de Israel (The Times of Israel, 2020) para alertar a Turquia, testemunham a fidelidade dos membros do EMGF para salvaguardar o sistema de valores das parcerias energéticas e de segurança. Enquanto isso, a adoção desse sistema de valores permanece ausente dos acordos de exploração e produção dos Estados não membros como o GUN da Líbia para Itália (Eni) e Turquia, Líbano para França (Total) (Middle East Eye, 2021) e Rússia (Novatek) (NOVATEK, 2018), Síria para empresas petrolíferas russas (Mercury LLC e Velada LLC) (Reuters, 2019) e a Turquia para suas empresas estatais (Al Jazeera, 2020). O déficit de confiança da Líbia, Líbano, Síria e Turquia em se envolver com outras empresas petrolíferas na região decorre da relativa ausência de parcerias energéticas com os Estados membros do EMGF, levando-os a favorecer as empresas petrolíferas de seus respectivos provedores de segurança regionais no desenvolvimento de seus recursos energéticos. Assim, o sistema de valores acima mencionado não é propício para todos os membros da região do Mediterrâneo Oriental, questionando assim a fundamentalidade do EMGF como sendo um representante da região como um todo.

Normas da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)

As normas estabelecidas pela UNCLOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar) têm gerado conflitos na região do Mediterrâneo Oriental (Stocker, 2012). Os recentes acordos de delimitação marítima assinados entre a Itália e a Grécia e entre Chipre, Egito e Israel estão de acordo com as normas e princípios estabelecidos pela UNCLOS (Sotiriou, 2020).

Embora Israel seja o único não signatário da UNCLOS, ele sempre prometeu respeitar as aspirações regionais durante as cúpulas trilaterais (Sotiriou, 2020), bem como durante as negociações do EMGF (Macaron, 2019), que foram fundamentais para incluir Israel no âmbito do EMGF. Além disso, com as aberturas da Grécia à Líbia para estabelecer uma comissão para finalizar as zonas marítimas (Greek City Times, 2020), o desenvolvimento de uma regra transnacional conforme declarado por Belyi se reflete na delimitação marítima do Mar Mediterrâneo Oriental em termos de desenvolvimento de recursos energéticos.

No entanto, há uma deficiência substantiva na criação desta norma devido à digressão do princípio emancipado na Parte XV da UNCLOS. A Parte XV apela ao recurso à resolução alternativa de litígios para resolver problemas relativos à delimitação de zonas marítimas (Sotiriou, 2020), o que não foi o caso da Grécia, Chipre ou Egito, evidente na sua incapacidade de atenuar as tensões com a Turquia. Como a Turquia perdeu a oportunidade de negociar acordos de delimitação marítima com a Grécia, Chipre e Egito (Tsukerman, 2020), ela optou por negociar um acordo de delimitação marítima com um outro Estado não signatário da UNCLOS, o Governo de União Nacional da Líbia (Sotiriou, 2020).

Por outro lado, enquanto Israel afirma respeitar o direito internacional durante o delineamento marítimo das fronteiras que disputa com o Líbano, um signatário da UNCLOS permanece sem solução (Prontera e Mariusz 2017). Isso destaca o limitado poder de barganha de países como o Líbano ou a Líbia em relação à Turquia, indicativo do seu silêncio em relação aos esforços de delimitação marítima na região, lançando luz sobre a falta de consenso com as normas da UNCLOS na região. Assim, o fechamento das portas para a participação no mercado regional de gás em evolução com base nas normas da UNCLOS permanece distorcido. Consequentemente, a visível interrupção dos planos dos membros do EMGF em obter uma moeda de troca na geoeconomia da região com base em seus fundamentos energéticos mostra um alerta precoce. Portanto, esforços devem ser feitos para construir um consenso quanto ao delineamento das fronteiras marítimas no Mar Mediterrâneo Oriental, inspirando-se em costumes, precedentes e outras fontes do direito internacional (Hasan et al. 2019) para além da UNCLOS unicamente.

Assim, mecanismos adequados para setores específicos devem ser empregados pelos Estados membros do Fórum para iniciar um diálogo com outras economias em dificuldade na região, a fim de aumentar a eficácia do EMGF como um símbolo de cooperação energética, tanto na letra quanto no espírito.

Conclusão

A criação do EMGF foi um passo na direção certa, especialmente em uma região que continua conhecida por seus conflitos voláteis. O EMGF, embora tenha amarras baseadas na cooperação energética e nas preocupações de segurança regional, também sofre de fragilidades institucionais. Isso se deve, de fato, à sua tenra idade como organização em relação às outras organizações regionais. Como a resiliência do EMGF ainda precisa ser testada, a reestruturação do EMGF é justificada para colocar uma frente unida contra a forte concorrência dos outros grandes atores energéticos. Isso só pode ser alcançado por meio de mecanismos destinados a atenuar as tensões na região que, por sua vez, afetam tanto o EMGF quanto os investimentos existentes e futuros da região. Relativo ao conflito na Líbia, assiste-se a uma situação de cabo-de-guerra entre as duas potências fundamentais da região – o Egito e a Turquia.

No entanto, como as possibilidades de reaproximação permanecem abertas após a retirada do bloqueio do Conselho de Cooperação do Golfo (o Egito era um dos apoiadores) contra o Catar, que tem sido o fervoroso defensor da Turquia (Kabbani, 2021), é prudente o suficiente pensar a importância geoestratégica do Egito e da Turquia, como portas de entrada de energia, devendo ser utilizada para abrigar parcerias energéticas bilaterais e multilaterais com os outros Estados regionais. Por exemplo, a extensão do Gasoduto Árabe através da Síria, Líbano e para a Turquia (AFESD, s.d.) pode desencadear bases energéticas destes países que não são membros do EMGF.

Tais cenários podem ajudar a construir melhores relações entre os territórios onde os gasodutos serão construídos, pois os incentivos associados à política de gasodutos continuam sendo uma área potencial de pesquisa nesta região. Assim, as tendências de abrigar interdependências positivas aliadas à herança dos Estados membros em corrigir as deficiências acima mencionadas podem se revelar fundamentais para deixar o EMGF crescer como um raio de esperança para a região.

REFERÊNCIAS

"A new EU military operation in the Mediterranean: Irini is born to enforce Libya arms embargo." 2020. EEAS, April 1. https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/76869/new-eu-military-operation-mediterranean-irini-born-enforce-libya-arms-embargo_en

"Agreement on the development of the electricity sector in Egypt." 2020. AFD, June 16. https://www.afd.fr/en/actualites/agreement-development-electricity-sector-egypt

Alterman, Jon B., Heather A. Conley, Donatienne Ruy, and Haim Malka. Report. 2018. "Restoring the Eastern Mediterranean as a U. S Strategic Anchor." Center for Strategic & International Studies (CSIS), May 22. Accessed August 10. https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/180521_Alterman_RestoringEasternMediterranean_Web.pdf?3Bj0Cb7TeG.alH.R52OTzqyyrk3lH3zR

Antonopoulos, Paul. 2020. "Libya to set up commission to finalise maritime zones with Greece." Greek City Times, July 04. https://greekcitytimes.com/2020/07/04/libya-to-set-up-commission-to-finalise-maritime-zones-with-greece/

Arab Fund for Economic and Social Development (AFESD). 2021. "Natural Gas: Projects & Operations." AFESD. Accessed February 21, 2020. http://www.arabfund.org/Default.aspx?pageId=457

Arab Republic of Egypt, General Authority for Investment and Free Zones. 2020. "Egypt Vision 2030." Arab Republic of Egypt, General Authority for Investment and Free Zones. Accessed June 19, 2020. https://www.investinegypt.gov.eg/English/Pages/WhyEgypt.aspx

Arafa, Mohamed, and Mieczyslaw Boduszynski. 2017. "Understanding Egyptian Policy Toward Libya." Tahrir Institute for Middle East Policy, March 28. Accessed 7 June 2020. https://timep.org/commentary/analysis/understanding-egyptian-policy-toward-libya/

Aydintasbas, Asli, Julien Barnes-Dacey, Cinzia Bianco, John V. Bowlus, Hugh Lovatt, Tarek Megerisi, and Prof. Michaël Tanchum. 2020. "Deep Sea Rivals: Europe, Turkey, And New Eastern Mediterranean Conflict Lines" European Council on Foreign Relations. Accessed 15 June 2020. https://www.ecfr.eu/specials/eastern_med

Bechev, Dimitar. 2020. "Liquefied Natural Gas: A Game Changer for Turkey?" Middle East Institute, July 31. Accessed 5 August 2020. https://www.mei.edu/publications/liquefied-natural-gas-game-changer-turkey

Belyi A.V. 2015. "Energy in International Political Economy." In Transnational Gas Markets and Euro-Russian Energy Relations, 9-39. London: Palgrave Macmillan. Doi: https://doi.org/10.1057/9781137482983_2

Adamides, Constantinos, and Christou, Odysseas. 2015. "Energy Security and the Transformation of Regional Securitization Relations in the Eastern Mediterranean." In: Societies in Transition, edited by

Katsikides S., Koktsidis P., 189-205. Cham: Springer. Doi: https://doi.org/10.1007/978-3-319-13814-5_9

Cingoli, Janiki. Report. Istituto Affari Internazionali (IAI), 2016. Accessed August 10, 2020. Doi: www.jstor.org/stable/resrep09795

East Mediterranean Gas Forum (EMGF) (Foreign Relations: In'l Organizations, State Information Service, Egypt; Accessed May 19, 2020) https://sis.gov.eg/section/52/9458?lang=

"EastMed pipeline project seeks offshore EPCI players in tender." 2020. Energy Egypt, April 30. https://energyegypt.net/eastmed-pipeline-project-seeks-offshore-epci-players-in-tender/

"Egyptian, Greek and Cypriot armed forces launch military exercise Medusa 9." 2019. Greek City Times, November 5. https://greekcitytimes.com/2019/11/05/egyptian-greek-cypriot-armed-forces-launch-military-exercise-medusa-9/

Egypt...A regional energy center in East Mediterranean (Issues, State Information Service, Egypt; Accessed May 19, 2020) https://www.sis.gov.eg/section/0/8363?lang=en-us

"Egypt agrees to pay Israel $500 million to end gas dispute." 2019. The Times of Israel, June 17. https://www.timesofisrael.com/egypt-agrees-to-pay-israel-500-million-to-end-gas-dispute/

Egypt's efforts to resolve Libyan crisis (Issues, State Information Service, Egypt; Accessed May 19, 2020) https://www.sis.gov.eg/section/0/9396?lang=en-us

Ellinas, Charles. 2019. "East Med Gas: The Impact of Global Gas Markets and Prices." IAI Commentaries 19 |16. Doi: https://www.iai.it/sites/default/files/iaicom1916.pdf

"EMGF The 3rd Meeting of the Consulting Committee of Gas Industry Via Video Conference." 2020. Ministry Of Petroleum And Mineral Resources, May 18. https://www.petroleum.gov.eg/en/media-center/news/news-pages/Pages/mop_18052020_01.aspx

Energy Resource Guide - Egypt - Oil and Gas (2020 edition, International Trade Administration; Accessed May 19, 2020). https://www.trade.gov/energy-resource-guide-egypt-oil-and-gas

Erlanger, Steven. 2020. "Rising Tensions Between Turkey and Greece Divide E.U. Leaders." The New York Times, August 27. https://www.nytimes.com/2020/08/27/world/europe/greece-turkey-eu.html

"EuroAfrica Interconnector selects SIEMENS for "EuroAfrica Interconnector VSC Converter Station." 2020. EuroAfrica Interconnector, April 28.

https://www.euroafrica-interconnector.com/converterstation/

"EuroAfrica Interconnector welcomes joint declaration adopted at Cyprus-Greece-Egypt 7th Trilateral Summit in Cairo recognising framework agreement for Egypt, Cyprus and Greece electricity grid." 2019. EuroAfrica interconnector, October 11. https://www.euroafrica-interconnector.com/7thtrilateralcairo/

Fouad, Ahmed. 2019. "Egypt's support for Hifter could cost it work in Libya." Al-Monitor, May 12.https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2019/05/egypt-reconstruction-libya-support-hifter-gna.html

Galal, Rami. 2019. "Egypt moves into position as regional energy hub." Al-Monitor, December 26.https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2019/12/egypt-electricity-export-africa-gerd-low-price-ethiopia.html

"Greece FM thanks Israel for its clear position on the issue of Turkey's violations." 2020. Greek City Times, August 13. https://greekcitytimes.com/2020/08/14/greek-fm-thanks-israel-for-its-clear-position-on-the-issue-of-turkeys-violations/

Hasan, Md. Monjur, He Jian Md., Wahidul Alam, and K M Azam Chowdhury. 2019. "Protracted maritime boundary disputes and maritime laws" Journal of International Maritime Safety, Environmental Affairs, and Shipping 2 (2): 89-96.

Doi: https://doi.org/10.1080/25725084.2018.1564184

Henderson, Simon. Report. German Marshall Fund of the United States. 2014. Accessed 28 May 2020. Doi: http://www.jstor.org/stable/resrep18726.

"Israel and Lebanon's border dispute could give the UAE a Mediterranean foothold." 2021. Middle East Eye, February 13. https://www.middleeasteye.net/news/uae-israel-lebanon-gas-mediterranean-foothold

"Israel approves EastMed Pipeline Deal." 2020. Greek City Times, July 18. https://greekcitytimes.com/2020/07/21/israel-approves-eastmed-pipeline-deal/

"Israel begins exporting natural gas to Egypt." 2020. Al Jazeera, January 15. https://www.aljazeera.com/economy/2020/1/15/israel-begins-exporting-natural-gas-to-egypt

"Israel-Cyprus-Greece 5th Trilateral Summit Declaration (Beersheba December 20th, 2018)" 2018. Embassy of Greece in Israel, December

21. https://www.mfa.gr/missionsabroad/en/israel-en/news/israel-cyprus-greece-5th-trilateral-summit-declaration-beersheba-december-20th-2018.html

"Joint Declaration of the 7th Egypt – Cyprus – Greece Trilateral Summit, Cairo, October 8th, 2019." 2019. Press and Information Service, Cyprus, October 09. https://www.pio.gov.cy/en/press-releases-article.html?id=10013#flat

Kabbani, Nader. 2021. "The blockade on Qatar helped strengthen its economy, paving the way to stronger regional integration." Brookings, January 19. Accessed 21 February 2021. https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/01/19/the-blockade-on-qatar-helped-strengthen-its-economy-paving-the-way-to-stronger-regional-integration/

Kohler, Alex. 2020. "Cyprus Or "The Great Game in The Eastern Mediterranean." European Pirate Party, January 28. Accessed 20 June 2020. https://european-pirateparty.eu/cyprus-or-the-great-game-in-the-eastern-mediterranean/

Eljarh, Mohamed. 2020. "Libya's Legitimacy Crisis: Hostage to the Skhirat Agreement." Russian International Affairs Council (RIAC), June 9. Accessed 20 June 2020. https://russiancouncil.ru/en/analytics-and-comments/analytics/libya-s-legitimacy-crisis-hostage-to-the-skhirat-agreement/

Leigh, Michael, and Charlotte Brandsma. Report. German Marshall Fund of the United States, 2012. Accessed 28 May 2020. Doi: www.jstor.org/stable/resrep18836

Lerman, Eran. 2019. "Emerging Israeli Perspectives and the Mediterranean Future: Grand Strategy and National Identity." In The New Eastern Mediterranean, edited by Litsas S.N. and Tziampiris A., 139-150. Cham: Springer. Doi: https://doi.org/10.1007/978-3-319-90758-1_8

"Libya ceasefire plan proposed by Egyptian president Abdel Fattah el-Sisi to end civil war." 2020. ABC NEWS, June 07. https://www.abc.net.au/news/2020-06-07/libya-ceasefire-plan-proposed-by-egyptian-government-to-end-war/12330412

"Libya's government regains control of western Libya." 2020. The Economist, June 11. https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2020/06/11/libyas-government-regains-control-of-western-libya

Lindenstrauss, Gallia, Sarah J. Feuer, and Ofir Winter. Report. Institute for National Security Studies, 2019. Accessed May 28, 2020. Doi: www.jstor.org/stable/resrep23503

Litsas, Spyridon N. 2018. "New Strategic Dimensions of the Eastern Mediterranean." Begin Sadat Center For Strategic Studies, June 11. Accessed 20 June 2020. https://besacenter.org/perspectives-papers/eastern-mediterranean-strategy/

"LIVE UPDATES: The 1st Arab League-European Union Summit in Sharm al-Sheikh." 2019. Egypt Today, February 24. https://www.egypttoday.com/Article/1/65176/LIVE-UPDATES-The-1st-Arab-League-European-Union-Summit-in

Livingston, David. 2018. "Renewable Energy Investment in Turkey: Between Aspiration and Endurance." Turkish Policy Quarterly, November 27. Accessed 1 June 2020. http://turkishpolicy.com/article/933/renewable-energy-investment-in-turkey-between-aspiration-and-endurance

Macaron, Joe. 2019. "The Eastern Mediterranean Gas Forum Reinforces Current Regional Dynamics." Arab Center Washington DC, January 25. Accessed 20 June 2020. http://arabcenterdc.org/policy_analyses/the-eastern-mediterranean-gas-forum-reinforces-current-regional-dynamics/

Mahmoud, Rasha. 2020. "Egypt to export electricity to Saudi Arabia." Al-Monitor, May 2.https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2020/05/egypt-saudi-arabia-interconnection-electricity-energy-hub.html

Markind, Daniel. 2020. "Political Tensions Rise Over Rights To Mediterranean Natural Gas Bonanza." Forbes, February 07. https://www.forbes.com/sites/danielmarkind/2020/02/07/will-natural-gas-tensions-in-the-eastern-mediterranean-lead-to-armed-conflict/#37eeb2d634c7

Mühlberger, Wolfgang. 2016. "Egypt's Foreign and Security Policy in Post-R2PLibya." The International Spectator 51(2): 99-112, Doi: https://doi.org/10.1080/03932729.2016.1172864

Noha, El Tawil. 2020. "We may need to request Egyptian Armed Forces intervention: Libyan Speaker." Egypt Today, January 12. https://www.egypttoday.com/Article/2/79573/We-may-need-to-request-Egyptian-Armed-Forces-intervention-Libyan

"NOVATEK Signs Exploration and Production Agreements in Lebanon." 2018. NOVATEK, February 09. http://www.novatek.ru/en/press/releases/index.php?id_4=2203

Office of the Quartet Representative (OQ). 2021. "Energy: Focus Areas." OQ. Accessed February 21, 2020. http://www.quartetoffice.org/page.php?id=5e1e7ay6168186Y5e1e7a

OPEC (Organization of the Petroleum Exporting countries). 2020. "Brief

History." OPEC. Accessed June 19, 2020. https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm

Pedersen, Jesper Packert. Bolstering European Energy Security. Report. German Marshall Fund of the United States, 2014. 19-23. Accessed 1 June 2020.

Doi: http://www.jstor.org/stable/resrep18986.9

Pedi R., and Kouskouvelis, I. 2019. "Cyprus in the Eastern Mediterranean: A Small State Seeking for Status." In The New Eastern Mediterranean, edited by Litsas S.N. and Tziampiris A., 151-167. Cham: Springer. Doi: https://doi.org/10.1007/978-3-319-90758-1_9

Piera, Alessandra. 2020. "Zohr And the Energy Map of Mediterranean: An Outlook For Europe's Future Energy Landscape." ENI, April 07. Accessed 5 June 2020.

https://www.eni.com/en-IT/global-energy-scenarios/zohr-and-energy-map-of-mediterranean.html

Pinko, Eyal. 2020. "Turkey's Maritime Strategy Ambitions: The Blue Homeland Doctrine (Mavi Vatan)" International Institute for Migration and Security Research, March 03. Accessed 20 June 2020. Doi: https://iimsr.eu/2020/03/31/turkeys-maritime-strategy-ambitions-the-blue-homeland-doctrine-mavi-vatan/

Prontera, Andrea, and Mariusz Ruszel. 2017. "Energy Security in the Eastern Mediterranean." Middle East Policy 24 (3). Doi: https://mepc.org/journal/energy-security-eastern-mediterranean

Raudla R. (2014) Institutional Economics. In: Backhaus J. (eds) Encyclopedia of Law and Economics. Springer, New York, NY. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-7883-6_56-1

Selection of SIEMENS AG as the Preferred Bidder for the award of the contract of PCI 3.10 "EuroAsia Interconnector VSC HVDC Converters." 2020. EuroAsia interconnector, March 27. https://euroasia-interconnector.com/preferredbidder/

"Share of renewable energy in total power generated in Egypt to remain the same in 2020." 2020. Egypt Today, May 11. https://www.egypttoday.com/Article/3/86635/Share-of-renewable-energy-in-total-power-generated-in-Egypt

Soliman, Amany. 2011. "The Euro Med Partnership and the Arab Israeli Conflict." ICSR Atkin Paper Series. doi: https://icsr.info/wp-content/uploads/2011/10/1319713913ICSR_AtkinPaperSeries_AmanySoliman.pdf

Sotiriou, Stylianos A., 2020. "Creating norms around the Eastern Mediterranean energy resources as a necessary means of security." European Security 29 (2): 235-253. Doi: 10.1080/09662839.2020.1722643.

Stivachtis, Y.A. 2019. "Eastern Mediterranean: A New Region? Theoretical Considerations." In The New Eastern Mediterranean, edited by Litsas S.N. and Tziampiris A., 45-59. Cham: Springer. Doi: https://doi.org/10.1007/978-3-319-90758-1_3

Stocker, James. 2012. "No EEZ Solution: The Politics of Oil and Gas in the Eastern Mediterranean." Middle East Journal 66 (4): 579-97.

Doi: http://www.jstor.org/stable/23361618

Stonaker, Mary E. 2010. "Energy Infrastructure As A Diplomatic Tool: The Arab Gas Pipeline." Journal of Energy Security December 2010 issue. Doi:http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=270:energy-infrastructure-as-a-diplomatic-tool-the-arab-gas-pipeline-in-perspective&catid=112:energysecuritycontent&Itemid=367

Stuart, Elliott. 2020. "East Mediterranean states launch founding framework of regional gas forum." S&P Global Platts, January 17. https://www.spglobal.com/platts/en/market-insights/latest-news/natural-gas/011720-east-mediterranean-states-launch-founding-framework-of-regional-gas-forum

Tagliapietra, Simone. 2020. "Eastern Mediterranean Gas: What Prospects for the New Decade?" ISPI, February 21. Accessed 21 June 2020. https://www.ispionline.it/it/pubblicazione/eastern-mediterranean-gas-what-prospects-new-decade-25102

"The high-level working group of the Eastern Mediterranean Gas Forum holds its sixth meeting by videoconference." 2020. Ministry Of Petroleum And Mineral Resources, May 20. https://www.petroleum.gov.eg/ar-eg/media-center/news/news-pages/Pages/mop_20052020_01.aspx

Tsukerman, Irina. 2020. "From Tripoli to Tripoli, Turkey's Real Aim Is Egypt." Begin-Sadat Center For Strategic Studies, September 08. Accessed 07 October 2020. https://besacenter.org/perspectives-papers/turkey-target-egypt/

"Turkey's illegal drilling activities in the Eastern Mediterranean: EU puts two persons on sanctions list." 2020. Council of the EU, February 27. https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2020/02/27/turkey-s-illegal-drilling-activities-in-the-eastern-mediterranean-eu-puts-two-persons-on-sanctions-list/

Tziampiris, A. 2019. "The New Eastern Mediterranean as a Regional

Subsystem." In The New Eastern Mediterranean, edited by Litsas S.N. and Tziampiris A., 1-30. Cham: Springer. Doi: https://doi.org/10.1007/978-3-319-90758-1_1

Villa, Matteo. 2016. "In for the Long Haul: Italy's Energy Interests in Northern Africa" ISPI, May 30. Accessed 21 June 2020. https://www.ispionline.it/it/pubblicazione/long-haul-italys-energy-interests-northern-africa-15198

Winter, Ofir, and Gallia Lindenstrauss. Report. Institute for National Security Studies. 2019. Accessed June 18, 2020. Doi: www.jstor.org/stable/resrep19476

Wolfrum, Stefan. 2020. "Pipelines to swords: How Covid-19 shifted focus from energy cooperation to securitisation in the Eastern Mediterranean." Observer Research Foundation, June 6. Accessed 8 June 2020. https://www.orfonline.org/expert-speak/pipelines-swords-how-covid19-shifted-focus-energy-cooperation-securitisation-eastern-mediterranean/

Yahya, Marwa. 2020. "News Analysis: Egypt develops diplomacy to prevent foreign intervention in Libya: experts." Xinhua, January 10. http://www.xinhuanet.com/english/2020-01/10/c_138694782.htm

Yonah, Jeremy Bob. 2019. "Inside Intelligence: 'Israel-Egypt cooperation key to beating back ISIS in Sinai.'" The Jerusalem Post, June 28. https://www.jpost.com/arab-israeli-conflict/inside-intelligence-israel-egypt-cooperation-key-to-beating-back-isis-in-sinai-593925

Yousef, Saba. 2020. "Factbox: Egypt's push to be east Mediterranean gas hub." Reuters, January 15. https://www.reuters.com/article/us-egypt-israel-gas-factbox/factbox-egypts-push-to-be-east-mediterranean-gas-hub-idUSKBN1ZE1ON

RESUMO
O Fórum de Gás do Mediterrâneo Oriental (East Mediterranean Gas Forum — EMGF), uma organização regional nascente, está hoje na encruzilhada da cooperação regional. Formada após as descobertas de gás natural e os mecanismos bilaterais e multilaterais resultantes, a organização tem sido assolada por interdependências positivas e negativas na região. Essas interdependências destacam as preocupações energéticas e de segurança regional dos membros da região. À medida que as convergências sobre segurança energética e regional se desenrolam, as estruturas fundamentais do fórum apresentam rachaduras que levantam questões sobre sua relevância. O estudo procura, portanto, examinar a dinâmica da economia política internacional por trás da formação do EMGF, analisando a convergência das preocupações energéticas e de segurança regional dos atores estatais específicos da região.

PALAVRAS-CHAVE
Fórum de Gás do Mediterrâneo Oriental, Segurança Energética, Segurança Regional, Gasodutos, Zonas Econômicas Exclusivas.

Recebido em 19 de julho de 2022
Aprovado em 19 de dezembro de 2022

Traduzido por Felipe Werner Samuel

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.11, n.22, Jul./Dez. 2022 | p.82-118

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS EM RELAÇÃO À JORDÂNIA A PARTIR DAS DIMENSÕES POLÍTICA E DE SEGURANÇA DE 1990 A 2017

Ala Alkhawaldeh[1]
Ayman Hayajneh[2]

Introdução

A política externa não pode ser dissociada daquilo que chamamos de teoria das relações internacionais (Holsti, 2015). As relações entre Estados Unidos e Jordânia datam de 1949, quando as primeiras relações diplomáticas foram estabelecidas. Os Estados Unidos contribuíram, pela primeira vez, para o fornecimento de assistência económica e militar à Jordânia desde 1951 e 1957, respectivamente, e tem continuado até o presente momento. Os Estados Unidos e a Jordânia compartilham objetivos comuns no que se refere a busca de uma paz compreensiva, justa e duradoura no Oriente Médio bem como o fim da violência extremista que ameaça a segurança da Jordânia, da região e do mundo de forma abrangente. O processo de paz e de contenção ao terrorismo entre os países corrobora os interesses americanos. Os Estados Unidos têm ajudado a Jordânia a manter a sua estabilidade e prosperidade através de assistência militar e cooperação política próxima. (Bush, 2009).

Esse estudo examina a política externa dos Estados Unidos para a Jordânia de 1990 a 2017. Esse período presenciou importantes eventos regionais e internacionais que impactaram significativamente a política externa norte-americana para a região árabe e a relação EUA-Jordânia em particular. Os eventos políticos cobertos por esse estudo tiveram o maior impacto no desenvolvimento ou no declínio das relações entre os dois países em termos que abarcam aspectos políticos e securitários.

1 The Hashemite University. Zarqa, Jordânia. E-mail: alakh274@yahoo.com.
2 Yarmouk University. Irbid, Jordânia. E-mail: hayajneh.yu@yu.edu.jo.

82

Assim, o estudo aborda quatro eventos políticos (as relações EUA-Jordânia durante a Guerra Iraque-Kuwait em 1990; o Acordo de Paz entre Israel e Jordânia (Wadi Araba) assinado em 26 de outubro de 1994; os eventos do 11 de Setembro de 2001; e a decisão da administração Trump de mover a embaixada norte-americana para Jerusalém em 2017), e explica-os em maior profundidade buscando esclarecer a relação entre o evento político e o seu impacto nas relações EUA-Jordânia sob as perspectivas político e securitária, partindo do princípio de que todo o evento político possui implicações tanto políticas e quanto securitárias (Sharp, 2019; Vatikiotis, 2017; Schuetze, 2017; Harders, 2016; Sharp, 2015; Sharp & Blanchard, 2012).

Além dos aspectos políticos, os Estados Unidos apoiaram a Jordânia em questões securitárias durante 1990-2017. A assistência em segurança incluiu Financiamento Estrangeiro Militar (Foreign Military Financing), provisão de equipamento militar, Treinamento e Educação Militar Internacional (International Military Education and Training (IMET)) e Operações de Desminagem (Vatikiotis, 2017).

Esse estudo irá explorar a política externa norte-americana para a Jordânia a partir de uma perspectiva securitária e política buscando elucidar as relações entre os eventos políticos e os impactos na relação bilateral, política e militar, entre Jordânia e Estados Unidos.

Perguntas de Pesquisa

1. Qual é a política externa norte-americana para a Jordânia a partir do aspecto político?
2. Qual é a política externa norte-americana para a Jordânia a partir do aspecto securitário?

Justificativa

Espera-se que esse estudo seja significativo em três grandes dimensões. Primeiramente, providenciará alguma literatura para contribuir com o conjunto de estudos referentes à política externa dos Estados Unidos para a Jordânia. A pesquisa também pretende lançar luz sobre o estado das relações entre EUA e Jordânia a partir de diferentes aspectos (políticos e securitários), dando destaque para o papel e importância da localização geográfica do Reino Hachemita da Jordânia no Oriente Médio, com potencial para o desenvolvimento dos interesses norte-americanos na região. Em

segundo lugar, beneficiará criadores de políticas tanto norte-americanos como jordanos no processo de tomada de decisão de política externa, apropriadas e estratégicas, capazes de beneficiar mutuamente ambos os países. Em terceiro lugar, essa pesquisa espera guiar desenvolvimentos de estudos subsequentes nesta área.

Organização do Estudo

Esse estudo explora a política externa dos Estados Unidos para a Jordânia entre 1990 e 2017. O ano de 1990 é considerado como um ano pivô, tendo em vista que representou uma mudança radical na Ordem Mundial, passando de bipolar para unipolar. Os Estados Unidos tornaram-se a única potência mundial no cenário pós-Guerra Fria. O ano de 2017 marca o fim desse estudo porque representa um importante evento: a transferência da Embaixada norte-americana de Tel Aviv para Jerusalém. A transferência da Embaixada foi um evento importante para a Jordânia uma vez que, pelo Tratado de Paz assinado em 1994, a Jordânia passou a ser a guardiã dos locais sagrados em Jerusalém. Os dados cobrem o período de estudo para analisar o impacto da política externa dos EUA em relação à Jordânia e identifica os determinantes das relações internacionais em conformidade com a política do país devido à importância da política externa, tal como provado na literatura empírica.

Revisão da Literatura

Saleh e Yassin (2020) explicam em um estudo intitulado As Relações Políticas Jordaniana-Americana 1990-1993 o papel regional e internacional da Jordânia em suas tentativas de acomodação das questões árabes na Palestina e no Iraque. Tendo em vista que os Estados Unidos percebem a Jordânia como uma parte importante da sua visão política para a região, buscaram assegurar a sua segurança e estabilidade, refletindo diretamente o objetivo de garantir a estabilidade de Israel. Deste ponto de vista, a Jordânia aproveitou a sua posição junto dos Estados Unidos para realçar o seu papel em prol da paz e esta abordagem fez com que se inserisse no círculo de interesse e apoio americano numa base contínua. Este estudo adotou uma abordagem qualitativa como um caso de estudo.

Além disso, o estudo intitulado Relações Políticas e Econômicas entre os Estados Unidos e a Jordânia 1990-2019 explica que o Reino da

Jordânia é um parceiro importante dos Estados Unidos no Oriente Médio. A pesquisa baseia-se numa hipótese principal de que fatores locais, regionais e internacionais afetaram as relações entre a Jordânia e os Estados Unidos e moldaram a natureza da cooperação entre eles. O principal objetivo é revelar os principais aspectos subjacentes às relações jordano-americanas. O estudo seguiu uma abordagem qualitativa para estudar a relação entre as duas partes (Sheikh, 2020).

Ademais, (Sheikh, 2020), em outro estudo intitulado (Relação entre a Jordânia e os Estados Unidos no contexto da Ajuda e Aliança Militar), explica que a Jordânia tem atraído a atenção das potências internacionais durante décadas devido às suas características únicas como país, tendo em vista a localização única da Jordânia no coração do Oriente Médio.

No seu trabalho intitulado A History of the Modern Middle East, William L.Cleveland examina a emergência das relações americanas no Oriente Médio e discute os fatores que levaram os Estados Unidos a direcionar os seus interesses políticos para o Reino Hachemita da Jordânia. O estudo centrou-se na especificidade das relações jordano-americanas, acompanhando as repercussões desta relação, a sua viabilidade material e as suas consequências políticas. (Cleveland, 2018).

Por sua vez, no seu estudo A Comparative Analysis of Jordanian and United States Counterterrorism, Cash explora que o estudo proporcionará um exame abrangente do contra-terrorismo no Reino Hachemita da Jordânia e nos Estados Unidos. Uma análise multifacetada do contra-terrorismo na Jordânia (os propulsores sociais, econômicos e políticos do terrorismo, os esforços históricos de contra-terrorismo, e os seus sgeral sobre o contra-terrorismo dos EUA. Os sucessos do contra-terrorismo na Jordânia foram analisados para revelar se determinadas práticas poderiam ser aplicadas na América do Norte (Cash, 2018).

Segundo (Kinne, 2018), em um estudo intitulado A Confluência do Excepcionalismo Americano e Jordano: uma relação duradoura ou transacional, explica que a confluência de interesses de segurança partilhados, a liderança do Rei Abdullah II na região e a posição geograficamente estratégica do país fazem da Jordânia um parceiro vital dos EUA na prossecução e proteção dos interesses de segurança nacional na região do Oriente Médio. Os legisladores e líderes militares norte-americanos devem compreender a dinâmica das ameaças de segurança, econômicas e sociais que põem em perigo a estabilidade e o trabalho desempenhado pela Jordânia para alcançar o equilíbrio na região. A política dos EUA em relação ao Reino Hachemita deve reconhecer e promover o "excepcionalismo jordano".

De acordo com o seu estudo intitulado (Simulação, marketing, e

jogo de guerra: colaboração militar EUA-Jordânia e a política de segurança comercial), Schuetze relatou que o Centro de Formação de Operações Especiais do Rei Abdullah II (KASOTC) foi estabelecido e financiado pelo Departamento de Defesa dos EUA. O estudo adotou uma abordagem qualitativa através de importantes estudos empíricos de segurança baseados em entrevistas e observações feitas durante uma visita ao KASOTC no início de 2013 (Schuetze, 2017).

Além disso, em O Futuro da Cooperação Antiterrorista EUA-Jordânia, Hardin Lang, William Wechsler e Alia Awadallah exploraram as relações políticas e econômicas entre a Jordânia e os Estados Unidos. Estas relações foram influenciadas pelas repercussões dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 (Lang, Wechsler, & Awadallah, 2017). O estudo adotou uma abordagem qualitativa, histórica e descritiva.

Al Sarhan (2017) examinou a assinatura do Tratado de Paz Jordânia-Israel de 26 de Outubro de 1994, que reforçou significativamente as relações bilaterais EUA-Jordânia para níveis sem precedentes. A ajuda externa dos Estados Unidos, proveniente de aspectos políticos, econômicos e militares, as Zonas Industriais Qualificadas, e o Acordo de Comércio Livre EUA-Jordânia impulsionaram substancialmente a economia jordana e modernizaram os seus sistemas de armamento militar. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, descritiva e histórica.

O estudo de Gutkowski, Somos o Próprio Modelo de um Estado Muçulmano Moderado: as mensagens de Amã e a política externa da Jordânia, discute a moderação como sendo uma das dualidades retóricas mais problemáticas da "Guerra ao Terror". A moderação seria, em grande parte, uma categoria teórica e empírica no campo das relações internacionais. Este estudo examinou a "moderação islâmica" como parte da marca dos países do Oriente Médio na década e meia após o 11 de Setembro e adotou uma abordagem qualitativa utilizando a Jordânia como estudo de caso (Gutkowski, 2016).

Por fim, o estudo de Al-Rousan (2013) adotou uma abordagem histórica descritiva analítica. Este método foi seguido a fim de deduzir o consistente e persistente preconceito norte-americano para com Israel e construir conceitos e generalizações que o explicam. O estudo levou em consideração a abordagem do sistema internacional, que incluiu variáveis externas que permitiram a formação da decisão política externa tendenciosa em relação a Israel.

Arcabouço Teórico

Este estudo adotou a Teoria Realista (clássica e neo). O realismo clássico baseia-se nos seguintes pressupostos: o poder é a base nas relações internacionais, o Estado é a unidade básica de análise, a ética é um fator secundário, e são as alianças que determinam o equilíbrio do poder. O neo-realismo, por sua vez, modificou os seus princípios buscando dar conta das novas realidades securitárias, econômicas e políticas (Milani, 2018, Cox, 2016).

As relações entre os EUA e a Jordânia que se expressam em iniciativas políticas e militares acabam por servir aos interesses norte-americanos no Oriente Médio. A natureza anárquica do mundo em geral e do Oriente Médio em particular fez com que os Estados Unidos mantivessem e apaziguassem seus aliados estratégicos na região buscando maximizar o seu poder e aumentar a sua segurança. A posição geográfica da Jordânia no Oriente Médio a tornou muito importante para os interesses dos Estados Unidos. Por exemplo, a fronteira entre a Jordânia e Israel tornou a Jordânia crucial para a proteção dos interesses norte-americanos em Israel. Além disso, a Jordânia, como aliada dos EUA na região, partilhando a fronteira com a Síria, Iraque, Arábia Saudita e Cisjordânia, colocou os EUA numa posição de poder, segurança e domínio hegemônico.

Depois de analisar as entrevistas e os resultados do estudo, a teoria mais próxima adotada pelo estudo é o neo-realismo.

Metodologia de Pesquisa

A investigação qualitativa pode ser considerada como uma abordagem mais apropriada do que a investigação quantitativa para estudar e obter uma compreensão do comportamento e uma compreensão mais profunda das experiências pessoais dos participantes (Bryman, 2017;Yilmaz, 2013).

O pesquisador é o principal instrumento de investigação na pesquisa qualitativa. Uma vez que a pesquisa qualitativa é uma investigação interpretativa, as predisposições, crenças e suposições do pesquisador podem interferir com a análise de dados (Strauss & Corbin, 1998). Os pesquisadores sociais devem tentar neutralizar ou hierarquizar os seus enviesamentos através da divulgação total (Noble & Smith, 2015; Chenail, 2011). Assim, nenhuma relação direta de qualquer participante com o pesquisador representou um conflito de interesses, tal como uma relação de relato, contrato, ou qualquer

relação com o pesquisador que possa ter transmitido um enviesamento no estudo de investigação. O pesquisador realizou entrevistas com muitas pessoas para obter informações saturadas para responder às perguntas da pesquisa.

As amostras nas abordagens qualitativas são geralmente pequenas e direcionadas. O objetivo dos pesquisadores qualitativos é atingir a saturação (Boddy, 2016). A amostra foi extraída de especialistas políticos, econômicos e de segurança na Jordânia e nos Estados Unidos da seguinte forma: pessoas envolvidas nas tomadas de decisões na Jordânia, como ex-primeiro-ministros e ex-ministros dos Negócios Estrangeiros; funcionários de centros de estudo governamentais e privados na Jordânia, como professores universitários de universidades públicas jordanas em relações internacionais; aposentados militares superiores do exército jordano; e professores americanos). O inglês não era a língua materna dos participantes jordanianos.

Os participantes foram recrutados através do acesso aos números de telefone das pessoas responsáveis pela tomada de decisões dos ministérios relevantes, e foram contatados por telefone para determinar a data apropriada para a entrevista presencial. A coordenação foi feita com professores universitários, indo às universidades e combinando com eles a data da entrevista e o local que lhes conviesse. Quanto aos centros de estudo e peritos militares, a coordenação foi realizada por telefone para agendar as entrevistas.

A este respeito, Creswell (1998) sugeriu de 5 a 25 tamanhos de amostra como adequados para a investigação qualitativa a fim de atingir o ponto de saturação. No entanto, Morse (1994) propôs pelo menos 6. Assim, em acordo com Creswell (1998), neste estudo 16 pessoas foram selecionadas para realizar as entrevistas semi-estruturadas.

O estudo adotou entrevistas como instrumento de recolhimento de dados primários. Enquanto os dados secundários foram obtidos a partir de livros, revistas, teses, jornais, documentos de seminários, artigos e outros documentos.

Hill et al. (2005) recomendam um protocolo de entrevista de 8 a 10 perguntas com discussão capazes de caber dentro do período de uma hora. Recomendam, também, a realização de pelo menos duas entrevistas de ensaio para testar as perguntas. Consequentemente, foram conduzidas duas entrevistas experimentais para testar as perguntas. A primeira entrevista foi realizada no campus com um docente universitário com especialização em relações internacionais. A segunda entrevista foi realizada, também, com um professor universitário especializado em assuntos políticos. As perguntas foram desenvolvidas após as entrevistas experimentais para se adequassem ao objetivo desejado: obter informação saturada para as principais perguntas

do estudo. O número de perguntas das entrevistas foi de oito.

Table 1: Participant List

Participante	Gênero	País	Titulação
1	M	Jordânia	Chefe do Centro de Estudos de Oriente Médio
2	M	Jordânia	Vice-Primeiro Ministro para os Assuntos Econômicos em 2016
3	M	Jordânia	Docente universitário (Relações Internacionais)
4	M	Jordânia	Docente universitário (Relações Internacionais)
5	M	Jordânia	Docente universitário (Relações Internacionais)
6	M	Jordânia	Chefe do Centro de Estudos da Universidade da Jordânia
7	M	Jordânia	Docente universitário (Economia Politica Internacional)
8	M	Jordânia	Primeiro Ministro (Junho 1991 - Novembro 1991)
9	M	Jordânia	Docente universitário (Ciência Política)
10	M	Jordânia	Ministro de Negócios Estrangeiros 2011
11	M	Jordânia	Major-General aposentado (moderno)
12	M	Jordânia	Major-General aposentado (moderno)
13	M	Jordânia	Ministro das Relações Exteriores (1991-1993)
14	M	E.U.A.	Docente universitário (Relações Internacionais)
15	M	E.U.A.	Docente universitário (Relações Internacionais)
16	M	E.U.A	Docente universitário (Relações Internacionais)

Fonte: Elaboração própria.

Os participantes foram recrutados através do acesso aos números de telefone dos tomadores de decisão em ministérios relevantes, contatados por telefone para determinar a data apropriada para a entrevista presencial, e a coordenação com os professores foi feita indo às universidades e combinando com eles a data da entrevista no local que lhes conviesse. Quanto aos centros de estudo e peritos de segurança, a coordenação foi realizada por telefone para agendar as entrevistas devido às medidas rigorosas da epidemia do Coronavírus.

Grande parte das entrevistas foram gravadas em formato áudio com o consentimento dos entrevistados e, alguns entrevistados, tiraram fotografias com exceção de um entrevistado da Jordânia que recusou a gravação em áudio

e toda a comunicação com ele foi escrita.

A saturação dos dados é atingida quando se obtém informação suficiente para o estudo e quando se adiciona nova informação (Fusch e Ness, 2015). A saturação foi atingida neste estudo após as 16 entrevistas.

A credibilidade e validade da investigação qualitativa dependem do que o pesquisador vê e ouve (Noble and Smith, 2015). Além disso, uma forma de assegurar a credibilidade e a portabilidade é assegurar que os entrevistados tenham os conhecimentos especializados para discutir o fenômeno que o pesquisador procura explorar e que o pesquisador não seja tendencioso (Noble & Smith, 2015). As entrevistas completas e transcritas manualmente nesta seção comprometem-se com a credibilidade, a portabilidade, a fiabilidade e a compatibilidade. A sua codificação ajudou a assegurar uma compreensão profunda do conteúdo da entrevista e da intenção do participante.

De acordo com Chenail (2011), devem ser estabelecidas e seguidas regras claras para ajudar a reduzir o viés na investigação. Este pesquisador tinha um conjunto de regras claras e muitos controles para ajudar a garantir que as regras eram seguidas. As gravações em áudio de todas as entrevistas impediram o pesquisador de acrescentar ou excluir quaisquer dados das entrevistas dos participantes.

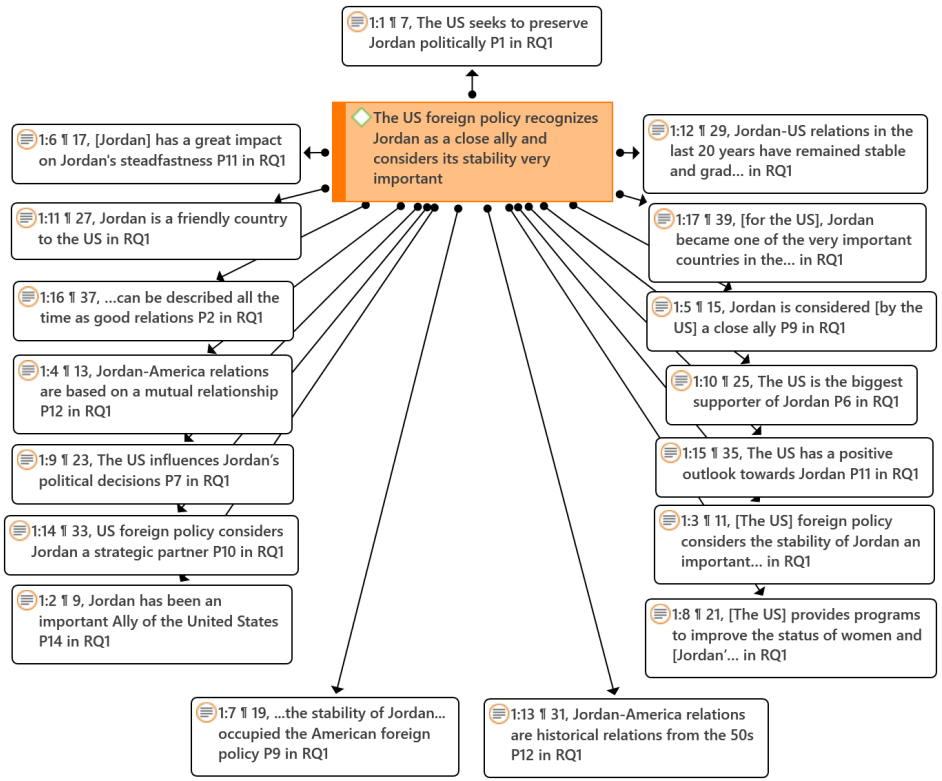
Análise de Dados

Neste estudo, a Análise Temática (A.T.) foi utilizada para analisar os dados das entrevistas. A análise temática é um método popular para analisar dados qualitativos em muitas disciplinas e campos e pode ser aplicada de diferentes formas, em diferentes conjuntos de dados, para responder a perguntas de investigação. A análise temática centra-se na identificação de padrões de significado (temas) em dados qualitativos (Braun & Clarke, 2006). A análise dos dados das entrevistas foi conduzida utilizando o software Atlas.ti para análise de dados qualitativos. O objetivo da utilização do software Atlas.ti foi ajudar o pesquisador a descobrir e analisar sistematicamente os dados das entrevistas. O programa fornece ferramentas que ajudam os pesquisadores a localizar, codificar e anotar os resultados.

Os dados foram recolhidos usando entrevistas semi-estruturadas e analisados usando Análise Temática indutiva. Como já foi indicado na parte a respeito da metodologia, foi utilizado o software Atlas.ti para análise qualitativa para codificar e apresentar a informação relevante dos dados da entrevista. As perguntas da entrevista foram pilotadas para determinar se existia a necessidade de reestruturar as perguntas antes da entrevista

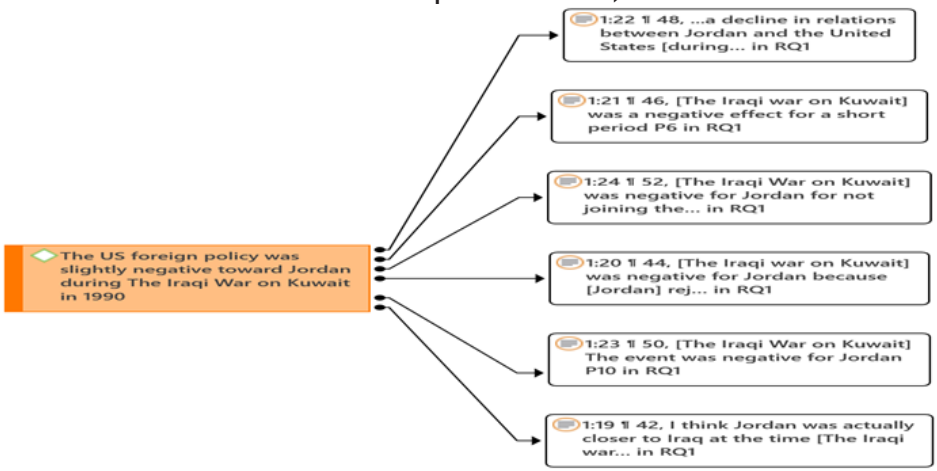
propriamente dita. Posteriormente, as perguntas foram aperfeiçoadas e utilizadas para o estudo propriamente dito. Os resultados da análise das entrevistas relacionavam-se com a primeira pergunta nas figuras seguintes:

Figura 1: A política externa dos EUA reconhece a Jordânia como um aliado próximo e considera a sua estabilidade muito importante



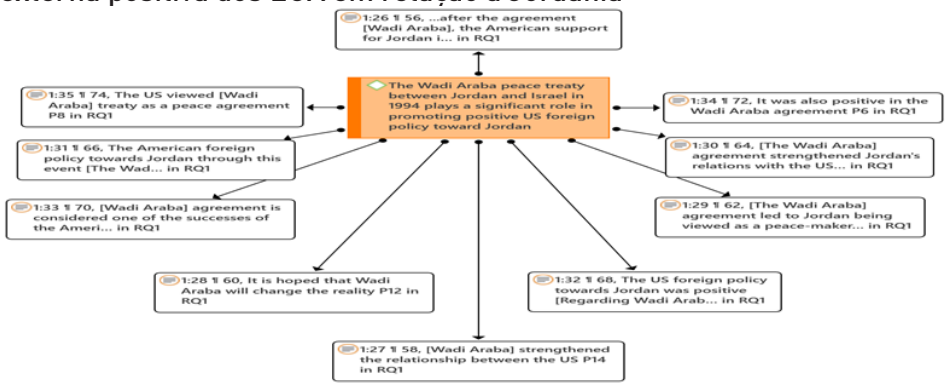
Fonte: Elaboração própria.

Figura 2: A política externa dos EUA foi ligeiramente negativa para a Jordânia durante a Guerra do Iraque no Kuwait, em 1990



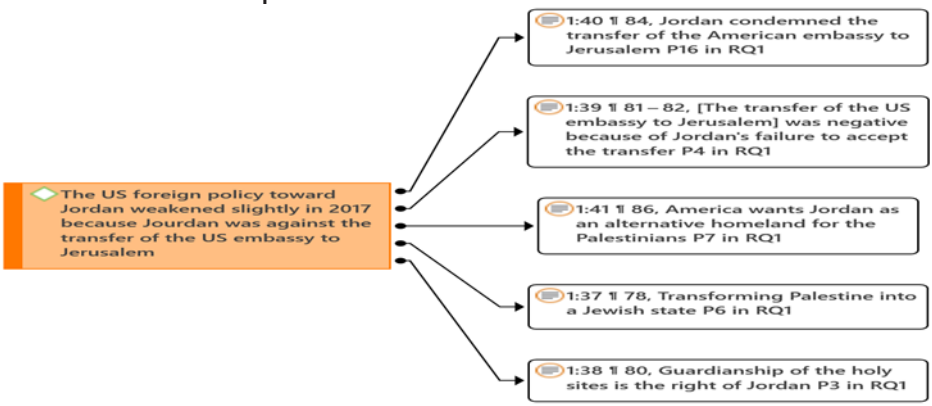
Fonte: Elaboração própria.

Figura 3: O tratado de paz de Wadi Araba entre a Jordânia e Israel em 1994 desempenha um papel significativo na promoção de uma política externa positiva dos EUA em relação à Jordânia



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4: A política externa dos EUA em relação à Jordânia enfraqueceu ligeiramente em 2017 porque a Jordânia era contra a transferência da embaixada dos EUA para Jerusalém



Fonte: Elaboração própria.

A segunda pergunta de investigação explora a política externa dos EUA em relação à Jordânia a partir de um aspecto de segurança. Os resultados relacionados com a segunda pergunta de investigação são apresentados no quadro seguinte.

Tabela 2. A política externa dos EUA em relação à Jordânia do ponto de vista da segurança

SN	Temas	Exemplares de citações	Fonte
1	A política externa dos EUA apoia as forças militares jordanas em termos de inteligência securitária, presença do exército e equipamento militar.	Os EUA procuram preservar a Jordânia... militarmente	P1
		O apoio dos EUA aborda as fraquezas militares da Jordânia	P12
		Os EUA vêem a Jordânia como um grande aliado na luta contra o terrorismo	P9
		[Wadi Araba] diminuiu a probabilidade de hostilidade entre a Jordânia e Israel	P14
		Jordânia recebe ajuda em equipamento militar	P3
		[Os EUA] é o principal apoiador da Jordânia através de suas forças militares	P3
		...a ajuda dos EUA é utilizada para cobrir parte do lado do armamento do equipamento	P11
		Os EUA têm uma presença militar na Jordânia	P7
		Existe um intercâmbio de informações confidenciais entre os dois países	P8
2	A política externa dos EUA apoia a Jordânia na luta contra o terrorismo.	[Existem bases militares dos EUA] na Jordânia nas áreas de Safawi, Azraq e Al-Jafr	P3
		[As bases dos EUA], em cooperação com a Jordânia, estão encarregadas de combater o terrorismo	P3
		A Jordânia é um forte aliado dos EUA na luta contra o terrorismo	P4
		A Jordânia também participa em operações terroristas e militares contra o terrorismo	P4

3	Certos acontecimentos políticos desempenham um papel importante na política externa americana em termos de ajuda militar à Jordânia.	A cooperação militar tem sido forte desde os acontecimentos de [11 de Setembro]	P16
		A Jordânia [apoiou] os EUA na sua nova guerra contra o terrorismo [durante o 11 de Setembro]	P12
		O evento [11 de Setembro] contribuiu para o envolvimento da Jordânia na guerra contra o terrorismo	P11
		[Após o 11 de Setembro], os EUA lançaram a coligação contra o terrorismo, e a Jordânia foi uma parte essencial desta aliança	P9
		A guerra ao terror é a componente mais influente para a Jordânia obter ajuda dos EUA	P9
		O impacto negativo [do 11 de Setembro] foi [negativo devido] ao aparecimento de outros grupos terroristas na região direcionados à Jordânia	P6
4	O apoio militar dos EUA à Jordânia diminuiu ligeiramente durante a guerra do Iraque no Kuwait em 1990, e o apoio militar foi mantido durante a transferência da embaixada dos EUA para Jerusalém em 2017	[Durante a Guerra do Iraque no Kuwait], os EUA consideraram a posição da Jordânia contra a sua política externa	P11
		A Jordânia tomou uma posição diferente na [Guerra do Iraque no Kuwait] e não concordou com a proposta americana de invadir o Iraque	P12
		[A guerra do Iraque] foi negativa para a Jordânia... afetou significativamente a economia jordana	P1
		[A guerra iraquiana no Kuwait em 1990] foi negativa porque a Jordânia ficou ao lado do Iraque e [...] esta posição afetou as relações entre a Jordânia e os EUA	P3
		[A guerra do Iraque no Kuwait] foi negativa para a política externa americana para a Jordânia	P4
		...a política externa dos EUA em relação à Jordânia [durante a Guerra do Iraque no Kuwait] foi negativa	P9
		[Durante a Guerra do Iraque no Kuwait], as relações entre os EUA e a Jordânia encontravam-se nos seus níveis mais baixos	P8
		...o fechamento dos portos marítimos entre a Jordânia e o Iraque [durante a Guerra do Iraque no Kuwait]	P9

5	A política externa dos EUA fornece apoio militar à Jordânia para proteger Israel	Mantendo Israel	P12
		...a política jordana está em conformidade com a política americana de preservar a segurança e a existência de Israel	P13
		A estabilidade da Jordânia é importante para proteger Israel	P2
		...com o objetivo de proteger e preservar Israel	P13
		[Para] a sobrevivência e proteção da segurança de Israel na região árabe	P3
		... protegendo a estabilidade da Jordânia e de Israel	P5
		... tem uma relação com a questão palestiniana. Qualquer mudança na Jordânia afetará Israel	P7
		Os EUA estão interessados na questão da estabilidade na Jordânia para ajudar a estabilidade de Israel	P8
		[para] preservar uma estabilidade mais duradoura para Israel	P8
		... em apoio e proteção de Israel	P8
		... para a manutenção da segurança e estabilidade de Israel	P13
		... e, para além destes interesses, está a protecção de Israel	P8
		Os EUA mantêm a estabilidade da Jordânia para preservar a estabilidade de Israel	P13
		... o apoio do EUA ao acordo [Wadi Araba] para garantir a estabilidade e a segurança de Israel	P10
		[Os EUA tentaram] usar a Jordânia [...] para resolver a questão palestina	P15

6	A política externa dos EUA fornece apoio militar à Jordânia para difundir a ideologia americana e lutar contra o seu inimigo	Proporcionar um aliado estratégico na região para enfrentar quaisquer perigos que ameacem os Estados Unidos	P1
		Beneficiar-se do melhoramento militar	P12
		Os EUA receiam que a Jordânia coopere com a Rússia	P4
		A Jordânia pode ser usada para pressionar o fracasso do projeto Russo-Chinês	P7
		... para se beneficiar da expertise do exército jordano	P8
		...para americanizar o mundo [...] militarmente	P9
		Se a América não tivesse se beneficiado da Jordânia, não teria apoiado a Jordânia	P11

Fonte: Elaboração própria.

Discussão dos Resultados

Esta seção apresenta uma discussão dos resultados da análise relacionada com os aspectos políticos e de segurança. Existem quatro resultados relacionados com a primeira questão. De acordo com os números 1-4, quatro temas diferentes emergiram dos dados da entrevista sobre a política externa dos EUA em relação à Jordânia, relacionados ao aspecto político. Primeiro, a política externa dos EUA reconhece a Jordânia como um aliado próximo e considera a sua estabilidade muito importante. Segundo, a política externa dos EUA foi ligeiramente negativa em relação à Jordânia durante a Guerra do Iraque no Kuwait, em 1990. Terceiro, o Tratado de Paz de Wadi Araba entre a Jordânia e Israel em 1994 desempenha um papel significativo na promoção da política externa positiva dos EUA em relação à Jordânia. Quarto, a política externa dos EUA para com a Jordânia enfraqueceu ligeiramente em 2017 porque a Jordânia era contra a transferência da Embaixada dos EUA para Jerusalém.

Como resultado 1 na figura 1. A política externa dos EUA reconhece a Jordânia como um aliado próximo e considera a sua estabilidade muito importante. Por exemplo, de acordo com um participante, as relações jordano-americanas permaneceram estáveis durante os últimos vinte anos e aumentaram gradualmente (P12). Outro participante acrescentou, "a cooperação jordano-americana é um fator importante na assistência e na estabilidade da Jordânia, dado que a Jordânia está mais próxima do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos" (B6).

Este resultado é consistente com o estudo de Saleh (2020) de que a política jordana tende para o Ocidente, uma vez que está ligada às relações históricas com os Estados Unidos. Na avaliação de outro participante, "Os Estados Unidos, nas suas relações com a Jordânia, tornam a segurança do regime superior à segurança da sociedade e do Estado, enquanto que os Estados Unidos tentam influenciar a segurança da sociedade e a segurança do Estado em conjunto para alcançar a segurança do regime, e, portanto, os Estados Unidos influenciam a Jordânia através da ajuda financeira e facilitam o acesso à Jordânia", referindo-se a empréstimos do Fundo Monetário Internacional para alcançar suficiente estabilidade política na Jordânia" (B9). Os resultados mostraram que a Jordânia é um importante aliado dos Estados Unidos. Um dos participantes afirmou: "A estabilidade que existe na Jordânia à luz dos conflitos sectários e ideológicos faz da Jordânia um ímã para os Estados Unidos manterem a sua estabilidade, e portanto os Estados Unidos só podem lidar com a Jordânia como um aliado e amigo" (B13). Explica (Sheikha, 2020), os Estados Unidos ajudam a melhorar a concepção da política externa jordana para se mover e desempenhar um papel mais significativo e eficaz na arena internacional, e trabalha para mudar os meios e ferramentas que servem a esta política além de responder à nova ordem internacional.

Estes resultados são consistentes com estudos de Cleveland, (2018); Lang, Wechsler & Awadallah (2017); Al Sarhan, (2017). Em termos do resultado seguinte, a Jordânia é um importante parceiro e aliado dos Estados Unidos, e que a sua estabilidade é importante para a região. Uma diferença reside em termos da metodologia utilizada. Este estudo utilizou entrevistas, mas os estudos anteriores não utilizaram entrevistas, utilizando-se do método histórico e descritivo para recolher dados.

Além disso, este resultado é consistente com a teoria do neorealismo de que as alianças são importantes para alcançar a estabilidade política dos países e, portanto, a Jordânia estaria tentando alcançar uma aliança coerente com uma superpotência como os Estados Unidos para manter a sua estabilidade e segurança. A teoria neorealista procura reduzir a natureza caótica da arena internacional, e, por isso, os neorealistas argumentam que os Estados apenas procuram manter a sua existência. Ao mesmo tempo, as grandes potências oferecem garantias para moldar a sua própria segurança através da formação de alianças equilibradas. Além disso, ao acompanhar a nova realidade, o neorealismo considera que a interdependência econômica tem um impacto significativo nos países ao controlar as suas decisões políticas através da cooperação econômica, o que desencoraja os países a usarem a força uns contra os outros e aumenta a sua estabilidade.

Consequentemente, o estudo acredita que as relações jordano-

americanas cristalizaram-se historicamente e fortaleceram-se com o passar do tempo devido à importância da Jordânia para os Estados Unidos, uma vez que a Jordânia é a mais próxima do Ocidente, e que o seu fator estabilizador é importante na região para desempenhar um papel importante na paz regional. Um papel melhor na arena internacional.

Como resultado 2 na figura 2, a política externa dos EUA foi ligeiramente negativa em relação à Jordânia durante a Guerra do Iraque no Kuwait, em 1990. Segundo os participantes, "Este evento foi negativo para a Jordânia porque a Jordânia decidiu ficar com o povo jordano alinhado com o Iraque nessa guerra e não ficar com a coligação liderada pelos Estados Unidos e os Estados do Golfo contra o Iraque para preservar o regime no Estado iraquiano. Como resultado desta decisão, a Jordânia foi sujeitada a muitas pressões, incluindo o bloqueio do porto de Aqaba, a prevenção da ajuda americana, o regresso de milhares de expatriados dos países do Golfo e do estrangeiro à Jordânia, e a cessação do bombeamento de petróleo do Iraque, que a Jordânia estava recebendo a preços simbólicos.

Estes resultados afetaram muito a economia jordana e duraram quase até meados de 1995, quando o Rei Hussein Bin Talal visitou os Estados Unidos. Contudo, a posição jordana não se transformou em instabilidade política devido à harmonia entre o povo e o regime, mas, sim, em instabilidade econômica" (p1, p12, p11, p10, p9, p6, p4, p3, p2). Outro participante acrescentou: "A intervenção norte-americana no Iraque temia uma extensão xiita iraniana ao Oriente Médio (p8, 13)". Numa entrevista pessoal à CNN (26-7-2021), o Rei da Jordânia, Abdullah II, explicou que o progresso do Irã através do seu programa nuclear afeta Israel e o Golfo Pérsico e terá impacto na Jordânia. Essa ameaça tornou-se evidente para a Jordânia em função dos voos de drones iranianos em direção à Jordânia, reforçando o temor estadunidense sobre os avanços do Irã na região. Outro participante explica: "Os interesses dos Estados Unidos são superiores aos interesses dos seus aliados, e, por isso, sacrificou os interesses da Jordânia para alcançar os seus interesses nessa guerra" (p7).

Segundo o Participante (p7), ligar a ajuda econômica a posições políticas prejudica a economia jordana, tal como a guerra do Iraque. Os Estados Unidos também pediram à Jordânia que se colocasse ao lado da oposição síria durante a crise síria, o que levou ao fechamento das fronteiras com a Jordânia, o que foi considerado um recurso econômico importante.

Tabela 3. Ajuda econômica estadunidense a Jordânia ($ em milhões)

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
M$	35	50	35	28	28.9	30.1	120.4	151.2	251.4	251.7
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	*****
M$	151.7	251.6	951	352.3	351.6	298.6	255.3	561.4	363.5	*****
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	****	*****
M$	413;5	463	362	460	564.4	700	615	812.3	****	*****

Fonte: Sharp, J. M. (2016). Jordan: Background and US relations. Congressional Research Service. Sharp, J. M. (2009). Jordan: Background and US relations. Diane Publishing. Sharp, J. M. (2006). Jordan: Background and US relations. Diane Publishing.

O quadro anterior mostra que a ajuda econômica dos EUA à Jordânia está intimamente ligada à posição política da Jordânia. Isto é evidente no baixo volume da ajuda nos anos 1991-1994 durante a guerra do Iraque no Kuwait.

Com base no apresentado até aqui, este resultado é consistente com estudos de Saleh (2020); Alsarhan (2017); (Kinne, 2018). Em termos do resultado seguinte, essa guerra foi negativa para a Jordânia política e economicamente e difere em termos da metodologia utilizada. Entretando, este resultado é consistente com a teoria neorealista. Como resultado da disparidade no equilíbrio de poder, os Estados Unidos utilizaram a pressão econômica sobre a Jordânia para alcançar os seus interesses políticos. A visão neorealista é que a influência da política é uma das formas como as políticas do status quo e as políticas imperialistas são utilizadas para alcançar os seus objetivos. O objetivo desta política é a influência de um país sobre outros países através do poder que já possui, acredita que possui ou quer que outros acreditem que possui. Além disso, este resultado é consistente com esta teoria de que a interdependência entre os Estados deve basear-se em ganhos relativos e não absolutos, o que significa que os ganhos entre as duas partes dependem do equilíbrio de poder e não da quantidade de interdependência.

Consequentemente, o estudo acredita que os acontecimentos políticos e os interesses dos Estados Unidos em relação à Jordânia têm um papel significativo na redução e elevação das relações entre as duas partes. O resultado anterior mostra que as relações se deterioraram devido ao apoio jordano ao Iraque contra a aliança norte-americana, o que levou à deterioração da situação econômica jordana como resultado da ligação entre o acontecimento iraquiano e o corte da ajuda à Jordânia. Isto indica que os Estados Unidos colocam os seus interesses em maior grau em relação aos interesses dos seus aliados.

O Tratado de Paz de Wadi Araba entre a Jordânia e Israel em 1994 desempenha um papel significativo na promoção da política externa positiva dos EUA em relação à Jordânia. De acordo com as respostas dos participantes, a política externa norte-americana em relação à Jordânia através deste evento foi positiva. Por exemplo, um dos participantes acredita que os Estados Unidos apoiam qualquer país que tente aproximar-se de Israel e da Jordânia. Ao assinar o Acordo Wadi Araba, as relações com os Estados Unidos regressaram ao seu curso. A Jordânia não tem a capacidade de enfrentar Israel porque não estaria enfrentando somente Israel, mas sim os Estados Unidos e Israel. Os Estados Unidos também sabiam que os países árabes não podiam confrontar Israel por causa da falta de coesão interna. A política dos Estados Unidos baseava-se no desmantelamento do campo árabe para facilitar o confronto. Assim, constitui a terceira fase da paz e preserva a paz entre Jordânia e Israel (p4, p5, p6).

Outro participante acredita que, uma vez que a Conferência Internacional de Paz de Madrid será liderada pelos Estados Unidos, não haverá conferência de paz sem a presença da Jordânia, sendo considerada uma conferência incompleta. A partir daqui, os Estados Unidos começaram a restabelecer as suas relações com a Jordânia nesta base. E a Jordânia não pôde recusar devido à má situação econômica. No final, o efeito foi positivo porque quebrou a barreira da desconfiança na Jordânia relacionada à Segunda Guerra do Golfo e mostrou o papel da Jordânia nos esforços políticos em busca da paz com a Palestina. Como consequência, a Jordânia teve um peso maior para pressionar os palestinianos como a parte mais forte a negociar. Os Estados Unidos também vêem o seu interesse na Jordânia, e a Jordânia vê o seu interesse com os Estados Unidos como sendo um "interesse mútuo" (p12). Outros participantes explicaram que os Estados Unidos conseguiram, através do Acordo de Paz, transformar a causa palestiniana de um conflito árabe-israelense em um conflito Israelense-Palestino através de acordos de paz assinados com países árabes (p3, p10).

Tabela 4: Ajuda econômica estadunidense à Jordânia ($ em milhões)

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
M$	35	50	35	28	28.9	30.1	120.4	151.2	251.4	251.7
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	*****
M$	151.7	251.6	951	352.3	351.6	298.6	255.3	561.4	363.5	*****
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	****	*****
M$	413;5	463	362	460	564.4	700	615	812.3	****	*****

Fonte: Sharp, J. M. (2016). Jordan: Background and US relations.

Congressional Research Service. Sharp, J. M. (2009). Jordan: Background and US relations. Diane Publishing. Sharp, J. M. (2006). Jordan: Background and US relations. Diane Publishing.

A tabela 4 mostra que a ajuda econômica dos EUA à Jordânia está intimamente relacionada com a posição política jordana. Após a assinatura do acordo de paz com Israel em 1994, as relações econômicas e o apoio econômico norte-americano à Jordânia aumentaram.

Este resultado é consistente com estudos de Sheikha (2020); Lang Wechsler (2017); Alsarhan (2017). Em termos do resultado seguinte, esse acordo foi positivo e melhorou as relações jordano-americanas política e economicamente, que tinham declinado durante a guerra do Iraque no Kuwait. Há, também, uma diferença no que tange a abordagem utilizada na coleta de dados. Além disso, este resultado difere-se do estudo de Al-Rousan (2013) na medida em que Al-Rousan acredita que o maior vencedor deste acordo seria Israel e não a Jordânia.

Além disso, este resultado é consistente com a teoria do neo-realismo através da interdependência e racionalidade do Estado, onde os Estados Unidos utilizou a pressão econômica sobre a Jordânia para alcançar os seus interesses políticos. Isto porque o efeito da política é uma das formas como a política do status quo e as políticas imperialistas são utilizadas para alcançar os seus objetivos. O objetivo desta política é a influência de um país sobre outros países através do poder que já possui, acredita que possui ou quer que outros acreditem que possui. Também, o neorealismo, que acredita que a racionalidade do Estado o levará a resolver os seus problemas através da cooperação internacional com os seus parceiros. Isso porque maximizará os ganhos relativos sobre os ganhos absolutos para todos, o que significa excluir a ideia de guerra durante um certo período e maximizando a possibilidade de cooperação e integração internacional através da instrumentalização do seu poder.

De acordo com o resultado anterior da figura 3, o estudo considera que este acontecimento político foi positivo para o fortalecimento das relações com os Estados Unidos porque corresponde aos seus interesses e protege Israel ao passo em que apoiam uma posição positiva com Israel.

Como a Jordânia é um país internamente coeso com uma boa influência na região, os Estados Unidos vêem-na como uma parte suficientemente forte para que a paz seja alcançada na região. Ademais, os Estados Unidos conseguiram, através do Acordo de Paz, transformar a questão palestiniana de um conflito árabe-israelense para um conflito palestiniano-israelense,

através da assinatura de acordos de paz entre países árabes.

De acordo com o resultado anterior na figura 4, a política externa dos EUA em relação à Jordânia enfraqueceu ligeiramente em 2017 porque a Jordânia era contra a transferência da embaixada dos EUA para Jerusalém. Por exemplo, os participantes vêem (p7, p1) que a posição jordana rejeita a transferência da embaixada americana para Jerusalém, e isto contradiz o que veio no acordo de paz israelense-jordaniano sob os auspícios norte-americanos relativos à tutela hachemita dos locais sagrados e da Mesquita Al-Aqsa. Esta decisão faz parte do acordo do século norte-americano. Durante a Administração Trump, deslocar a embaixada foi um movimento maior do que o evento em si, pois levará à liquidação da causa palestiniana às custas da Jordânia. Isso porque, além da questão geográfica e demográfica, a Jordânia começou a sentir-se ameaçada como uma pátria alternativa, levando-se em consideração que a causa palestiniana é uma questão primária para a Jordânia e, portanto, a afeta política, econômica e socialmente, o que cria tensão entre as duas partes e com os Estados Unidos.

Outro participante acrescenta que a Jordânia protesta, mas, no final, os Estados Unidos tomam suas decisões pautados no seu interesse e no interesse de Israel. Por mais forte que seja a parceria entre a Jordânia e os Estados Unidos, os Estados Unidos não decidirão contra Israel (p13).

Participante (p8) explica que os Estados Unidos e Israel querem transformar a Palestina num Estado judeu, e, por isso, esta decisão tornará a cidade completamente judaica e isto será às custas da Jordânia. Portanto, a solução para a questão palestina passa pela construção interna política, econômica e militar da Jordânia para enfrentar o avanço israelense nestas áreas. Além disso, o projeto sionista seria um projeto abrangente, ou seja, para todos os países árabes, e não apenas para a Palestina.

O participante (p12) assinalou que a apatia nas relações estava do lado da liderança, mas permaneceu nos aspectos políticos e econômicos devido ao valor da Jordânia em relação aos interesses norte-americanos.

Outro acredita que os Estados Unidos não olham para a região a não ser sob a perspectiva do interesse israelita, e, assim, as condições vieram a concretizar o sonho israelita de ser o país dominante política, econômica e militarmente na região. Também, o papel do *lobby* judeu (AIPAC) foi um factor importante no processo da política externa norte-americana em relação ao Oriente Médio e, portanto, todas as decisões emitidas pelos Estados Unidos não têm em conta o direito internacional, o Conselho de Segurança, ou a legitimidade política (p3).

Com base no exposto, os Estados Unidos procuram realizar o sonho

israelita através do Estado judeu na Palestina, e isto terá consequências catastróficas para a Jordânia como uma pátria alternativa para os palestinianos e uma solução para a questão palestiniana às custas da Jordânia. Além disso, com base no acontecimento político, os Estados Unidos não tentaram trazer as relações com a Jordânia para um aspecto ambíguo. Em 2017, os Estados Unidos forneceram pelo menos 1,279 milhões de dólares em ajuda bilateral à Jordânia a partir de contas estatais e operações estrangeiras para ajudar a economia jordana (Sharp, 2019).

Este resultado é consistente com a teoria do realismo clássico na medida em que a parte mais forte impõe as suas condições às demais. Está também de acordo com o neorealismo, uma vez que os países consideram ganhos relativos em vez de ganhos absolutos. Além disso, do ponto de vista do neorealismo, a cooperação internacional não está relacionada a um período específico, tendo em vista que amigos podem transformar-se em inimigos a qualquer momento. Assim, os países devem utilizar a colaboração tanto quanto possível para aumentar a sua força em diversos aspectos. Isto aplica-se a alguns eventos anteriores entre a Jordânia e os Estados Unidos; por exemplo, as relações foram tensas durante o primeiro evento, depois voltaram a aumentar através do segundo e terceiro eventos do estudo.

O estudo considera que este acontecimento político foi negativo para a Jordânia porque levaria à liquidação da causa palestiniana às custas da Jordânia, porque a Jordânia começou a sentir-se ameaçada como a pátria alternativa e ameaçada geográfica e demograficamente, considerando que a causa palestiniana é a uma questão primária para a Jordânia. Por conseguinte, isso a afetará política, econômica e socialmente, criando tensões entre as duas partes e os Estados Unidos.

Além disso, os Estados Unidos e Israel buscam transformar a Palestina em um Estado judaico, e esta decisão tornará a cidade completamente judaica, às custas da Jordânia.

Uma discussão dos resultados da análise relacionada com a política externa dos EUA em relação à Jordânia, a partir da perspectiva da segurança presente segunda pergunta de pesquisa. Como mostra a Tabela 2, seis temas diferentes emergiram dos dados da entrevista relativos à política externa dos EUA em relação à Jordânia, a partir da perspectiva da segurança. Primeiro, a política externa dos EUA apoia os militares jordanos em termos de inteligência de segurança, presença do exército, e equipamento militar. Em segundo lugar, a política externa dos EUA apoia a Jordânia no combate ao terrorismo. Em terceiro lugar, o apoio militar dos EUA à Jordânia na luta contra o terrorismo aumentou após os ataques de 11 de Setembro. Quarto, o apoio militar dos EUA à Jordânia diminuiu ligeiramente durante a Guerra do Iraque no Kuwait, em

1990, e durante a transferência da embaixada dos EUA para Jerusalém em 2016. Em quinto lugar, a política externa dos EUA fornece apoio militar à Jordânia para proteger Israel. Sexto, a política externa dos EUA presta apoio militar à Jordânia para difundir a ideologia norte-americana e lutar contra o seu inimigo.

Como resultado 1 no quadro 3, a política externa dos EUA apoia os militares jordanos em termos de inteligência de segurança, presença do exército e equipamento militar. De acordo com as respostas dos participantes (p10, p12), os participantes acreditam que os Estados Unidos apoiam a Jordânia com equipamento militar para que as forças armadas jordanas desenvolvam o seu sistema de defesa para obter tecnologia avançada e defender a segurança da Jordânia e de Israel.

Referente ao apoio militar norte-americano, o participante (p7, p5) acredita que os Estados Unidos têm uma presença militar na Jordânia através de conselheiros militares e bases militares norte-americanas na Jordânia. Por conseguinte, qualquer instabilidade na Jordânia ameaçará os Estados Unidos. Ou seja, este tentará encontrar uma solução para a instabilidade devido à ligação da Jordânia com Israel e em função dos Aliados dos Estados Unidos na região do Golfo situados na fronteira com a Jordânia.

Os Estados Unidos também temem que a Jordânia torne-se um centro para organizações terroristas. O mesmo participante (p7) acrescenta que o apoio militar dos EUA à Jordânia não constitui 25% do orçamento dos EUA, uma vez que o total das despesas militares dos EUA é de cerca de um bilhão e oitocentos milhões de dólares. O participante (p1) acredita que o apoio é desproporcional em comparação com a dimensão da aliança. A assistência militar dos EUA à Jordânia limita-se a não afetar Israel em termos de equilíbrio de poder. O participante (p3) confirma o que o participante (p1) citou a respeito das armas fornecidas à Jordânia não serem das novas e avançadas gerações, mas sim de gerações anteriores. Estas armas são de tipo defensivo, não ofensivo, de modo que reforça a existência de uma diferença no equilíbrio de poder com Israel, que possui armas defensivas e ofensivas avançadas.

Após a emergência da Rússia como um parceiro em potencial, o participante (p4) indicou que os Estados Unidos estão conscientes de qualquer erro com a Jordânia que reflita a causa da sua realidade, a sua presença política e os receios norte-americanos da Jordânia cooperar com a Rússia em vez dos Estados Unidos.

Este resultado é consistente com estudos de Saleh (2020); Sheikha (2020); Cash (2018); Schuetze (2017); Alsarhan (2017); Sharp (2015) em termos de resultado ainda que difira em termos da abordagem utilizada na coleta de dados.

Este resultado é consistente com a teoria neorealista através de alianças e interesses comuns. A nova realidade dos Estados é um interesse fundamental no poder e no reconhecimento das capacidades militares e econômicas - não como um fim em si, mas como um instrumento importante para alcançar a segurança nesta causa. Atribui importância às intenções dos seus vizinhos pacíficos ou às normas internacionais (instituições que renunciam à violência e encorajam a cooperação internacional), mas sempre se dá conta de que não pode confiar na sustentabilidade e eficácia de tais condições favoráveis. A segurança não é o único objetivo dos Estados, mas é o objetivo primordial, uma vez que procura alcançar outros objetivos relacionados com a sua capacidade de alcançar níveis adequados de segurança.

De acordo com o resultado, o estudo acredita que os Estados Unidos apoiam a Jordânia em matéria de segurança para desenvolver o seu sistema de defesa para obter tecnologia avançada, defender a segurança da Jordânia e de Israel, e conseguir uma presença militar na Jordânia através de conselheiros militares e bases militares norte-americanas na Jordânia. Consequentemente, qualquer instabilidade na Jordânia ameaçaria os Estados Unidos, que tentará encontrar uma solução para a instabilidade devido à associação da Jordânia com Israel e com os Estados do Golfo aliados na fronteira com a Jordânia.

Além disso, o receio americano de que a Jordânia se torne um centro de organizações terroristas, o que, por sua vez, ameaça Israel. Além disso, o estudo acredita que o apoio americano à segurança da Jordânia é baixo em comparação com a dimensão da aliança e dá a entender que o volume de gastos é limitado de modo a não se tornar uma disparidade no equilíbrio de poder entre a Jordânia e Israel.

Os participantes acreditam que no resultado 2 do quadro 3, a política externa dos EUA fornece apoio militar à Jordânia para combater o terrorismo. O participante (p3) indicou que a Jordânia tem sofrido com o terrorismo. A Mensagem de Amã é um grande sino internacional para falar a respeito do extremismo e terrorismo e dos acontecimentos da Primavera Árabe e da queda do Estado em função do terrorismo em 2011. Além disso, a presença do ISIS em 2014 é um perigo refletido na segurança local, regional, e internacional. Assim, os Estados Unidos formaram a Coligação Trinta liderada pelos Estados Unidos e pela Jordânia para combater o terrorismo após os acontecimentos de Setembro. A Jordânia tem um poderoso aparelho de inteligência que faz com que os Estados Unidos voltem a sua atenção para a Jordânia para combater o terrorismo. Dadas as capacidades limitadas da Jordânia, não poderia conseguir isto sem a ajuda dos Estados Unidos.

Os participantes (p3, p1, p6) explicam as bases militares dos EUA na Jordânia nas áreas de Safawi, Azraq e Jafr. A sua principal missão é combater

organizações terroristas como o ISIS para manter a estabilidade da Jordânia. A Jordânia está, também, mais interessada em impedir grupos extremistas do que os países do Ocidente estão de afastar suas suspeitas contra o Islã.

O participante (p8) declarou que os Estados Unidos apoiam os seus aliados na luta contra o terrorismo por procuração, em vez de irem para as suas regiões. Participante (p2) apoia que a posição da Jordânia está de acordo com os Estados Unidos no combate ao Islã extremista e de acordo com o receio norte-americano a respeito do aumento do número de jovens árabes com tendências emocionais e românticas. Ultrapassando a conjuntura da Primavera Árabe, os Estados Unidos apoiaram a Jordânia na sua guerra contra o terrorismo.

Os Estados Unidos são a causa do terrorismo no Oriente Médio devido ao seu bloqueio do Iraque em 1991, a guerra no Afeganistão, e, posteriormente, a guerra do Iraque em 2003, que tornou esses países vulneráveis à ideologia extremista em resultado da pobreza e do desemprego nacionais. Desde os anos 90, os países ocidentais ligam a ideia de terrorismo ao Islã, e esta ligação é rejeitada pelo Rei Abdullah II, para provar ao mundo e aos Estados Unidos que a Jordânia representa o Islã moderado longe do extremismo, ao passo em que combate o terrorismo (p9, p3, p10, p7).

Participante (p9) explica que o acesso da Jordânia à ajuda dos EUA está ligado à sua guerra contra o terrorismo através do reconhecimento pelos norte-americanos de que a Jordânia é um grande aliado na luta contra o terrorismo.

Estes resultados são coerentes com os estudos de Sheikh (2020); Cash (2018); Gutkowski (2016) em termos do resultado relativo à questão do combate ao terrorismo entre a Jordânia e os Estados Unidos, considerando o terrorismo como um fenômeno global. Contudo, difere dele em termos da metodologia utilizada. O presente estudo utilizou entrevistas, mas os estudos anteriores citados não utilizaram entrevistas e sim o método histórico e descritivo para coletar dados. É também coerente com as teorias relacionadas com o estudo. Este resultado também é consistente com a teoria do neo-realismo no que tange as questões de alianças e interesses comuns. A nova realidade dos Estados é um interesse fundamental no poder e no conhecimento das capacidades militares e econômicas - não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento importante para alcançar a segurança nesta causa. Atribui importância às intenções dos seus vizinhos pacíficos ou às normas internacionais (instituições que renunciam à violência e encorajam a cooperação internacional), mas sempre se dá conta de que não pode confiar na sustentabilidade e eficácia de tais condições favoráveis. A segurança não é o único objetivo dos Estados, mas é o objetivo primordial, uma vez que

procura alcançar outros objetivos relacionados com a sua capacidade de alcançar níveis adequados de segurança.

O estudo acredita que os Estados Unidos apoiam os seus aliados na luta contra o terrorismo por procuração, ao invés de irem para as suas regiões combatê-lo. E que os Estados Unidos são a causa do terrorismo no Oriente Médio devido ao seu bloqueio do Iraque em 1991, à guerra no Afeganistão, e depois à guerra do Iraque em 2003, o que tornou esses países vulneráveis à ideologia extremista em função da pobreza e do desemprego nacionais. Desde os anos 90, os países ocidentais associaram a ideia de terrorismo ao Islã. O rei Abdullah II, por sua vez, rejeita esta ligação e busca provar ao mundo, e aos Estados Unidos, que a Jordânia representa o islamismo moderado, longe do extremismo, e compromete-se a combate-lo.

Segundo o resultado 3 no quadro 3, certos acontecimentos políticos desempenham um papel importante na política externa americana em termos de ajuda militar em relação à Jordânia. De acordo com as respostas dos participantes, o evento de Setembro teve um impacto positivo ao reforçar as suas relações face ao terrorismo. O participante (p3) indicou que a Jordânia tem sofrido com o terrorismo. A Mensagem de Amã é um grande sino internacional para falar a respeito do extremismo e terrorismo e dos acontecimentos da Primavera Árabe e da queda do Estado em função do terrorismo em 2011. Além disso, a presença do ISIS em 2014 é um perigo refletido na segurança local, regional, e internacional. Assim, os Estados Unidos formaram a Coligação Trinta liderada pelos Estados Unidos e pela Jordânia para combater o terrorismo após os acontecimentos de Setembro. A Jordânia tem um poderoso aparelho de inteligência que faz com que os Estados Unidos voltem a sua atenção para a Jordânia para combater o terrorismo. Dadas as capacidades limitadas da Jordânia, não poderia conseguir isto sem a ajuda dos Estados Unidos.

Participante (p9) ressaltou o impacto da política externa dos EUA na Jordânia e expressou que os jordanos começaram a testemunhar alguns aspectos da nova doutrina de segurança adotada pela Jordânia, que era anteriormente - antes da assinatura do acordo de Wadi Araba - caracterizada pela defesa e ataque. Após a assinatura do acordo de Wadi Araba, parte do poder militar tem vindo a reestruturar-se. Israel já não está na direção desta estratégia. A estratégia securitária e militar da Jordânia está também ligada à estratégia norte-americana, que é clara e explicitamente estudada através de apoio, ajuda, armamento, e manobras conjuntas entre eles. Apesar do estado positivo da adaptação entre a Jordânia e os Estados Unidos, existe uma espécie de aspecto negativo a nível intelectual, ideológico e de segurança na Jordânia. Por exemplo, a guerra contra o terrorismo, a coligação contra

o terrorismo, e o estabelecimento de bases militares dos EUA na região, possuem, consequentemente, implicações de segurança interna expressadas através da insatisfação da população com a existência de tais bases militares.

Participante (p7) explica também que com a assinatura do acordo de Wadi Araba e a paz com Israel, o volume das despesas militares jordanas aumentou, o que é o oposto do que se esperava do acordo de paz com Israel, ou seja, que a Jordânia não permanecesse ameaçada por Israel. O quadro seguinte mostra o volume da ajuda militar dos EUA à Jordânia.

Table 5: Ajuda militar estadunidense a Jordânia ($ em milhões)

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
M$	35	50	35	28	28.9	30.1	120.4	151.2	251.4	251.7
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	*****
M$	151.7	251.6	951	352.3	351.6	298.6	255.3	561.4	363.5	*****
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	****	*****
M$	413;5	463	362	460	564.4	700	615	812.3	****	*****

Fonte: Sharp, J. M. (2016). Jordan: Background and US relations. Congressional Research Service. Sharp, J. M. (2009). Jordan: Background and US relations. Diane Publishing. Sharp, J. M. (2006). Jordan: Background and US relations. Diane Publishing.

A tabela anterior mostra claramente que o montante da ajuda dos EUA à Jordânia aumentou durante o acordo de Wadi Araba e os acontecimentos de Setembro, porque estes acontecimentos estão em consonância com os interesses dos EUA na região, incluindo a proteção de Israel.

Estes resultados são consistentes com estudos do Sheikh (2020); Cash, (2018); Yom & Samour (2017) em termos do resultado e diferem do mesmo em termos da metodologia utilizada. Este estudo utilizou entrevistas, enquanto os estudos anteriores não utilizaram entrevistas, mas sim o método histórico e descritivo e o estudo comparativo.

Este resultado é consistente com a teoria do neo-realismo através dos ganhos obtidos e da crença de que as alianças são importantes para a estabilidade política do Estado. Além disso, o fator vital do neo-realismo na interpretação da política externa centra-se nos interesses societais que prevalecem no país. Estes interesses são sempre determinados de acordo com a questão ou questões que o país enfrenta.

O estudo considera que alguns acontecimentos políticos desempenham um papel importante na política externa dos EUA relativamente à ajuda

militar à Jordânia. O evento de 11 de Setembro foi positivo no que diz respeito às relações e ao aumento da ajuda militar dos EUA à Jordânia. Mas representa uma ameaça através da presença de novas bases militares dos EUA na Jordânia, e no aumento do volume das despesas militares jordanas após a assinatura do Tratado de paz; assim, mesmo com a assinatura do acordo com Israel, a Jordânia continua muito preocupada com a ameaça israelita à Jordânia.

Conforme apresentado no quadro 3 do resultado 4, os participantes opinaram que o apoio militar dos EUA à Jordânia diminuiu ligeiramente durante a Guerra do Iraque no Kuwait em 1990 e a transferência da Embaixada dos EUA para Jerusalém em 2017. De acordo com as respostas dos participantes, a maioria dos participantes salientou que o evento iraquiano foi negativo para a Jordânia, como anteriormente explicado, devido à não adesão à coligação aliada liderada pelos Estados Unidos. A ação da Embaixada também foi negativa para a Jordânia do ponto de vista político (P9, P12), uma vez que resultados anteriores mostraram que os Estados Unidos relacionam eventos políticos com a dimensão da ajuda, seja ela econômica ou militar. O quadro seguinte mostra o volume da ajuda militar dos EUA à Jordânia.

Table 6: Ajuda militar estadunidense a Jordânia ($ em milhões)

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
M$	35	50	35	28	28.9	30.1	120.4	151.2	251.4	251.7
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	*****
M$	151.7	251.6	951	352.3	351.6	298.6	255.3	561.4	363.5	*****
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	****	*****
M$	413;5	463	362	460	564.4	700	615	812.3	****	*****

Fonte: Sharp, J. M. (2016). Jordan: Background and US relations. Congressional Research Service. Sharp, J. M. (2009). Jordan: Background and US relations. Diane Publishing. Sharp, J. M. (2006). Jordan: Background and US relations. Diane Publishing.

A tabela 6 mostra claramente que o volume da ajuda dos EUA à Jordânia diminuiu durante a guerra do Iraque devido à incompatibilidade política, porque este acontecimento não está de acordo com os interesses dos EUA na região e a proteção de Israel. O ex-Presidente Trump informou ao Congresso que a administração estaria à procura de milhões de dólares em assistência total dos EUA à Jordânia, que "consiste no anterior memorando de entendimento para o ano fiscal de 2015-2017, no montante de milhões de dólares anuais". Continuará também a solicitar o orçamento do AF18

para financiar subvenções de financiamento militar estrangeiro à Jordânia, em vez de converter as primeiras subvenções de microfinanciamento em empréstimos (Sharp, 2017).

Este resultado é consistente com o neorealismo porque entende que a cooperação entre Estados está ligada à força do Estado e à natureza das alianças, e que o apoio econômico está ligado à natureza da posição política do Estado, e que a cooperação é determinada através de negociações e dos seus ganhos com esses acordos.

Como ilustrado no resultado 5 na tabela 3, a política externa dos EUA fornece apoio militar à Jordânia visando a proteção de Israel. De acordo com as respostas dos participantes, a maioria concordou que parte dos interesses dos EUA no Oriente Médio bem como o apoio à Jordânia estão ligados à proteção de Israel.

O participante (p9) declarou que os Estados Unidos associam segurança, questões políticas e econômicas entre si para formar um cartão de pressão sobre a Jordânia, não interferindo diretamente com o lado existencial e expansionista de Israel na Palestina.

O participante (p11, p9) explicou que os Estados Unidos patrocinaram o Acordo de Paz entre a Jordânia e Israel para reduzir o estado de hostilidade e a participação militar direta entre as duas partes e para alcançar a paz com o intercâmbio de acordos bilaterais. Após o Acordo de Paz, a intervenção norte-americana nos assuntos jordanos tornou-se mais intensa após a expansão da influência do *lobby* sionista em muitas das componentes e fronteiras do Estado jordano, tais como diversas vias navegáveis e as suas fronteiras (o Rio Yarmouk, o Lago Tiberias e o desvio do Rio Jordão). Além disso, a ajuda militar e econômica norte-americana à Jordânia está ligada à paz com e à segurança de Israel.

O participante (p1) acrescenta que a Jordânia e Israel estão vinculados por acordos mútuos, tais como as zonas industriais qualificadas resultantes do acordo de paz entre as duas partes, de modo a que as duas partes mantenham interesses comuns para reduzir o estado de hostilidade.

O mesmo participante, ainda, pontua que o apoio militar dos EUA à Jordânia é limitado em comparação com o apoio dos EUA a Israel, para que o equilíbrio de poder permaneça a favor de Israel em relação à Jordânia. O participante (p5) esclarece que a cooperação conjunta entre a Jordânia e os Estados Unidos em relação ao terrorismo na região é para combater o terrorismo e prevenir a infiltração de terroristas em Israel, ou seja, para o manter seguro.

Este estudo demonstra que os Estados Unidos há muito preocupam-

se com a segurança do Estado de Israel porque é o único país que pratica a democracia ocidental e está inclinado para interesses estrangeiros no Oriente Médio. É por isso que os Estados Unidos trabalham para estabilizar Israel e seu entorno, criando relações com árabes e muçulmanos, procurando pôr fim ao conflito árabe-israelense, estabelecendo uma paz duradoura.

Os Estados Unidos consideraram Israel como o primeiro meio estratégico do qual dependeram no Oriente Médio, ao passo em que Israel obteve o apoio norte-americano por ser considerado o único país democrático da região. Através do credo evangélico dos norte-americanos, aderiu-se ao apoio em prol de Israel pela percepção de que o povo escolhido de Deus deveria prevalecer na Terra Santa. Na opinião destes, um descendente do próprio Cristo, e por outro ângulo, as instalações e aeroportos israelenses deram aos Estados Unidos um ponto de partida seguro para as suas forças quando as condições exigiam ataques militares localizados ao leste, sendo Israel também uma contenção militar eficaz que impediu a expansão da ex-União Soviética no Oriente Médio. Além disso, milhares de milhões de dólares foram marcados anualmente para um país que só ganhou com isso, envolvendo-se em crises e minando a reputação norte-americana e o seu lugar no mundo (al-Akhdari, 2016).

Este resultado é consistente com o estudo de Sheikha (2020) e difere do estudo de Kinne (2018) na medida em que os Estados Unidos não apoiam a Jordânia em nome de Israel, nem o farão ainda que seja um Estado democrático que patrocina a paz no Oriente Médio e a tolerância religiosa.

Este resultado é consistente com a teoria do neo-realismo através da interdependência dos países para alcançar ganhos relativos e a utilização do cartão econômico para alcançar seus interesses desejados. A nova realidade dos Estados é um interesse fundamental no poder e no conhecimento das capacidades militares e econômicas - não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento importante para alcançar a segurança neste ponto. Ao discutir Israel, os Estados Unidos tentam manter a Jordânia militarmente num excelente estado defensivo e não ofensivo para conseguir a diminuição do poder em favor de Israel. Esta teoria atribui a importância das intenções dos seus vizinhos pacíficos ou das normas internacionais (instituições que renunciam à violência e encorajam a cooperação internacional), mas sempre se dão conta de que não podem confiar na sustentabilidade e eficácia de tais condições favoráveis. A segurança não é o único objetivo dos Estados, mas é o objetivo primordial, uma vez que procura alcançar outros objetivos relacionados com a sua capacidade de alcançar níveis adequados de segurança.

Segundo o resultado 6 na tabela 3, o estudo considera que os Estados Unidos associam questões de segurança, políticas e econômicas para formar

um cartão de pressão sobre a Jordânia, não interferindo diretamente nas questões existencial e expansionista de Israel na Palestina.

Os Estados Unidos alcançaram o Acordo de Paz entre a Jordânia e Israel visando reduzir o estado de hostilidade e a participação militar direta entre as duas partes, estabelecendo a paz através do intercâmbio de acordos bilaterais. A política externa dos EUA fornece apoio militar à Jordânia a fim de difundir a ideologia norte-americana e lutar contra o seu inimigo. Por exemplo, o participante (9) acredita que a estratégia militar jordana está ligada à estratégia norte-americana e ao pensamento militar norte-americano. Isto é clara e explicitamente estudado através de ajuda militar conjunta e exercícios nos quais ambas as partes desenvolvem a habilidade necessária. Apesar do tom positivo entre eles a nível intelectual, existe uma espécie de negatividade internamente na Jordânia no que desrespeita aos trabalhos como a guerra ao terrorismo e o estabelecimento de bases militares norte-americanas na região. Consequentemente, isto tem implicações de segurança interna através da insatisfação do povo com a existência de tais bases. Além disso, todas as aquisições são consistentes com a aprovação israelense.

Participante (8) acredita que a Jordânia se tornará ocidental em tudo no conceito estratégico da OTAN, e haverá cooperação, exportação e importação entre a Jordânia e os Estados Unidos, através do Mediterrâneo, com Israel.

De acordo com a teoria neo-realista, este resultado é consistente dado que a auto-ajuda não é incompatível com a cooperação. Ainda assim, os Estados relutam em envolverem-se em relações que minam a sua força ou a sua capacidade de auto-ajuda, tendo em vista que a nova realidade dos Estados é um interesse fundamental pautado no conhecimento das capacidades militares e econômicas existentes - não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento importante para alcançar objetivos securitários neste caso. Atribui importância às intenções dos seus vizinhos pacíficos ou às normas internacionais (instituições que renunciam à violência e encorajam a cooperação internacional), mas estão sempre conscientes de que não podem confiar na sustentabilidade e eficácia de tais condições favoráveis. A segurança não é o único objetivo dos Estados, mas o essencial, uma vez que perseguem outros objetivos ligados à sua capacidade de atingir níveis adequados de segurança. De um novo ponto de vista realista, os Estados não podem usufruir de uma segurança total sob um sistema de assistência internacional essencialmente caótico. Os Estados estão sempre lutando para manter ou aumentar a sua segurança, e mesmo nos períodos em que o Estado pode estar rodeado de amigos, isso não significa uma garantia para ele. Em outras palavras, os amigos podem transformar-se em rivais e mesmo inimigos. O realismo, na sua nova visão, afirma que os Estados devem considerar esta

possibilidade mesmo nos períodos mais harmoniosos e consensuais.

O estudo acredita que a política externa dos EUA fornece apoio militar à Jordânia a fim de difundir o pensamento ocidental norte-americano devido à convergência da estratégia e do pensamento militar jordano-americano e que, com o tempo, a Jordânia se voltará para o ocidente americano em tudo o que faz parte do conceito estratégico da OTAN, e haverá cooperação, exportação e importação entre a Jordânia e os Estados Unidos, através do Mediterrâneo, com Israel.

Recomendações e Limitações

Com base nos resultados, o Estado jordano precisa aumentar a cooperação internacional e regional no que refere-se a busca por alianças econômicas influentes a nível internacional, tais como uma aproximação ao Mercado Comum Europeu, entendido como o agrupamento econômico e político mais importante neste sentido. Adicionalmente, direcionar-se politicamente em direção à política europeia, em particular, e à política internacionalizada de modo geral.

Além disso, a política jordana deve ser redesenhada de acordo com a realidade internacional para pressionar os EUA a permitirem um desempenho mais ativo, por parte da Jordânia, na região e na arena internacional, respondendo às novas estruturas, sistemas e situações internacionais.

Ademais, através do episódio da Embaixada, fica evidente que os Estados Unidos dão prioridade aos seus interesses particulares na região e ao seu parceiro regional principal, Israel. Portanto, à luz do progresso político, econômico e militar do país vizinho (Israel), a Jordânia deve contar com a sua própria construção política, desenvolvimento econômico e militar para defender-se e para ter condições de competir com o progresso israelita.

De acordo com os resultados obtidos, a ajuda e o equipamento de segurança dos EUA são fornecidos à Jordânia na medida em que não afetam o equilíbrio de poder regional com Israel. Por conseguinte, a orientação de segurança com os Estados Unidos deve ser redesenhada na proporção da aliança estratégica jordano-americana e da cooperação de segurança entre eles através da guerra contra o terrorismo e outros, e não ligando-a a Israel.

A continuação da política de moderação, centrismo, não-extremismo, e cooperação com todos, para servir aos interesses nacionais da Jordânia, trará mais cooperação tendo em vista a imagem da Jordânia como um país estável e moderado.

Ademais, estudar os resultados extraídos dos desenvolvimentos

que acompanharam a chamada Primavera Árabe, reconsiderando políticas internas e externas e reavaliando-as em intervalos proporcionais às mudanças.

Aderência às características de uma dinâmica flexível, longe da estagnação, e baseada em bases fixas, nomeadamente a não interferência nos assuntos internos de outros países, a crença na política de diálogo para resolver problemas, a cooperação contínua com irmãos árabes e irmãos em países e amigos islâmicos, o respeito pelas leis e normas internacionais, e a rejeição da interferência estrangeira e a apreensão das terras de outros pela força.

Adesão à primeira questão da Jordânia, que é a questão palestiniana, e que a parceria jordano-americana não leve a pressões sobre a Jordânia através da ajuda concedida e do Fundo Monetário Internacional para que a questão palestiniana seja resolvida às custas da Jordânia, e que a Jordânia torne-se uma pátria alternativa.

O estudo foi influenciado por algumas limitações que outros pesquisadores deveriam considerar e melhorar em suas pesquisas. Uma das principais deficiências deste estudo é a pandemia do Coronavírus e as restrições impostas pelos países internamente para proteger os seus cidadãos. Nacionalmente, a Jordânia impôs as mesmas restrições.

Uma vez que o instrumento de coleta de dados neste estudo se baseou em entrevistas, enfrentou-se dificuldades no agendamento das entrevistas, devido ao receio do entrevistado da propagação da epidemia. Sendo assim, as datas das entrevistas foram repetidamente adiadas devido à situação sanitária.

REFERÊNCIAS

Al Sarhan, A. S. (2017). United States Foreign Policy and the Middle East. Open Journal of Political Science, 7(04), 454-472. doi: 10.4236/ojps.2017.74036.

Al-Rousan, M. A. (2013). AMERICAN-ISRAELI RELATIONS DURING PRESIDENT BILL CLINTON'S REIGN. European Scientific Journal, 9(11).

Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. Qualitative research in psychology, 3(2), 77-101.

Bryman, A. (2017). Quantitative and qualitative research: further reflections on their integration. In Mixing methods: Qualitative and quantitative research (pp. 57-78). California: Routledge.

Bush, G. W. (2009). The National Security Strategy of the United States of

America. Washington: Wordclay.

Cash, G. L. (2018). A Comparative Analysis of Jordanian and United States Counterterrorism (Doctoral dissertation, Appalachian State University).

Chenail, R. J. (2011). Interviewing the investigator: Strategies for addressing instrumentation and researcher bias concerns in qualitative research. Qualitative Report, 16(1), 255-262.

Cleveland, W. L. (2018). A History of the Modern Middle East. New York: Routledge. doi: 10.4324/9780429495502.

Cleveland, W. L., & Bunton, M. (2016). A history of the modern Middle East. Hachette UK.

Cox, M., & Campanaro, R. (2016). Introduction to international relations. International Journal of Economics, Management, Finance and the Social Sciences, 5(11), 45-92.

Cox, R. W. (Ed.). (2016). The new realism: Perspectives on multilateralism and world order. New York: Springer.

Gutkowski, S. (2016). We are the very model of a moderate Muslim state: The Amman Messages and Jordan's foreign policy. International Relations, 30(2), 206-226.

Harders, C. (2016). Beyond Regionalism? Regional Cooperation, Regionalism and Regionalization in the Middle East. Oxon: Routledge.

Kinne, M. A. (2018). The Confluence of American and Jordanian Exceptionalism: An Enduring or Transactional Relationship. AIR UNIV MAXWELL AFB AL MAXWELL AFB.

Lang, H., Wechsler, W. & Awadallah, A. (2017). The Future of U.S.-Jordanian Counterterrorism Cooperation. Washington: Centre for American Progress.

Milani, M. M. (2018). The making of Iran's Islamic revolution: from monarchy to Islamic republic. Oxon: Routledge.

Noble, H., & Smith, J. (2015). Issues of validity and reliability in qualitative research. Evidence-based nursing, 18(2), 34-35.

Saleh, M. M., & Yassin, T. K. (2020). Jordanian-American Political Relations 1990-1993. Al Malweah for Archaeological and Historical studies, 7(20).

Schuetze, B. (2017). Simulating, marketing, and playing war: US–Jordanian military collaboration and the politics of commercial security. Security Dialogue, 48(5), 431-450.

Sharp, J. M. (2015). Jordan: Background and US relations. Congressional Research Service.

Sharp, J. M. (2019). Jordan: Background and US relations. Congressional Research Service.

Sharp, J. M., & Blanchard, C. M. (2012). Armed conflict in Syria: US and International Response. Washington DC: Congressional Research Service.

Sharp, J. M. (2007, December). Jordan: US Relations and Bilateral Issues. LIBRARY OF CONGRESS WASHINGTON DC CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE.

Sharp, J. M. (2009). Jordan: Background and US relations. Diane Publishing.

Sheikh, A. M. (2020). Political and Economic Relations between United States of America and Jordan (1990-2019). Journal of Humanities and Education Development (JHED), 2.

Sheikh, A. M. (2020). Relationship Between Jordan and United States of America in the Context of Military Aid and Alliance. Fadi Issa Ali Almashaqbeh, Aabid Majeed Sheikh." RELATIONSHIP BETWEEN JORDAN AND UNITED STATES OF AMERICA IN THE CONTEXT OF MILITARY AID AND ALLIANCE", International Journal of Creative Research Thoughts (IJCRT), ISSN, 2320-2882.

Strauss, A., & Corbin, J. (1998). Basics of qualitative research techniques. Thousand Oaks, CA: Sage publications.

Vatikiotis, P. J. (2017). Politics and the military in Jordan: a study of the Arab Legion, 1921-1957. London: Routledge.

Yilmaz, K. (2013). Comparison of quantitative and qualitative research traditions: Epistemological, theoretical, and methodological differences. European Journal of Education, 48(2), 311-325.

RESUMO

A Política Externa é uma parte integral das relações internacionais. Este estudo examina a Política Externa dos Estados Unidos para a Jordânia entre 1990 e 2017 tendo em vista que o período testemunhou importantes eventos políticos regionais e internacionais que impactam significativamente a Política Externa estadunidense. Esses eventos tiveram um grande impacto no desenvolvimentos das relações entre os dois países tanto em termos políticos quanto em termos securitários. Esse estudo examina quatro eventos políticos e seus impactos nas relações Jordânia-Estados Unidos sob as perspectivas política e securitária. Portanto, os objetivos deste estudo são examinar a Política Externa estadunidense para a Jordânia a partir dos aspectos securitários e políticos. Esse estudo adota uma abordagem qualitativa. Os dados primários foram coletados a partir de entrevistas enquanto os dados secundários foram obtidos a partir de livros, periódicos, jornais, trabalhos publicados em seminários, artigos e outros documentos. Neste estudo, foram selecionados 16 respondentes jordanianos e estadunidenses, especialistas nas áreas de política, economia e segurança, para entrevistas semi-estruturadas. Esse estudo empregou a Análise Temática para analisar os dados obtidos. Esse estudo adotou a teoria neo-realista como arcabouço teórico. Esse estudo concluiu que a política externa norte-americana reconhece a Jordânia como uma aliada próxima e considera sua estabilidade muito importante. A política externa norte-americana para a Jordânia foi percebida como relativamente negativa durante a Guerra Iraque-Kuwait em 1990. Contudo, o Tratado de Paz assinado entre Jordânia e Israel (o Tratado de Wadi Araba), em 1994, promoveu uma política externa norte-americana positiva para a Jordânia. Essa política foi sutilmente enfraquecida em 2017 em função da transferência da Embaixada norte-americana para Jerusalém. Certos eventos políticos desempenharam um importante papel na ajuda securitária fornecida à Jordânia pela política externa norte-americana. Esse estudo concluiu que o auxílio securitário da política externa norte-americana para a Jordânia tem como objetivo maior a proteção de Israel, a dispersão da ideologia norte-americana e o combate ao seu inimigo. Essa pesquisa concluiu, ainda, que a Jordânia possui uma boa localização para defender Israel uma vez que o país está cercado por importantes países árabes. A ajuda norte-americana à Jordânia está ligada a eventos políticos. Desta forma, o estudo recomenda ao Estado da Jordânia a necessidade de aumentar suas influentes alianças econômicas para o nível internacional. Além disso, a política da Jordânia precisa ser redesenhada, indo de encontro a realidade internacional e pressionando os Estados Unidos para que a Jordânia possa desempenhar um papel ativo na região e na arena internacional. A Jordânia deve utilizar melhor a sua localização geográfica para alcançar a cooperação internacional e fortalecer a segurança árabe como uma barreira ao Estado de Israel.

PALAVRAS-CHAVE

Política Externa. Políticas. Segurança.

Recebido em 9 de setembro de 2022
Aprovado em 19 de dezembro de 2022

Traduzido por Marina Felisberti

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.11, n.22, Jul./Dez. 2022 | p.119-139

A POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ PÓS-REVOLUCIONÁRIO: A CONVENIÊNCIA NA ENCRUZILHADA DO SUPRANACIONALISMO E DA SOBERANIA

Hamoon Khelghat-Doost[1]

Introdução

A direção da política externa da República Islâmica do Irã tem sido uma fonte de discussão entre os estudiosos desde o estabelecimento do regime revolucionário em 1979. A política externa do Irã, assim como sua revolução, ainda é um mistério para muitos pesquisadores, pois é difícil encontrar um referencial teórico adequado para ela. A revolução e como Estados revolucionários como China e Cuba veem o mundo e constroem suas relações externas com outras nações têm sido discutidos há muito tempo em trabalhos de estudiosos proeminentes, incluindo Leng (1972) , Armstrong (1993) , Walt (1996) , Halliday (2002) e Doma-Nguez & Domínguez (2009) . Contudo, o que torna a política externa do Irã revolucionário diferente de outros Estados revolucionários (principalmente revoluções marxistas) e, portanto, mais confusa de estudar, é a natureza islâmica xiita dela.

A ideologia islâmica xiita é um fator restritivo central, que "limita a escolha de um quadro conceitual adequado para analisar a política externa do país" (Nia 2011, tradução nossa). A política externa imprevisível e até certo ponto confusa do Irã tem sido a fonte dessa divisão entre os estudiosos para a teorização da política externa do Irã. Este artigo, portanto, visa fornecer respostas para duas questões importantes sobre como explicar a política externa pendular do Irã pós-revolucionário, entre o supranacionalismo e o interesse nacional, e como os tomadores de decisão em Teerã escolhem qual caminho seguir em diferentes contextos. Ao revisar a literatura atual e analisar

1 Professor assistente de Ciência Política na Üsküdar University, Turquia. E-mail: hamoon.khelghatdoost@uskudar.edu.tr

vários casos na política externa do Irã, este artigo argumenta que o conflito entre a natureza supranacionalista islâmica da política externa de Teerã e o atual sistema vestfaliano de relações internacionais é a principal fonte de confusão e desintegração na política externa do Irã. Ao enfatizar o conceito de *maslahat* (conveniência), o artigo também fornece explicações sobre como a política externa do Irã decide qual caminho seguir na encruzilhada entre o supranacionalismo e a soberania.

Contexto

Colocar a política externa do Irã dentro das estruturas e teorias existentes das relações internacionais tem sido objeto de debate entre os estudiosos desde o estabelecimento da república islâmica em 1979. O comportamento inconsistente de Teerã diante dos eventos a nível internacional tem sido a fonte dessa confusão. A revisão da literatura atual aponta para dois argumentos principais para abordar o comportamento da política externa do Irã: o modelo do ator racional e a abordagem supranacionalista.

Modelo do Ator Racional (Rational Actor Model, RAM)

Uma das estruturas comumente usadas para analisar a política externa de um país é o Modelo do Ator Racional (*Rational Actor Model*, RAM). Essa estrutura simples, mas eficaz, baseia-se na teoria da escolha racional, que "consiste simplesmente em selecionar a alternativa cujas consequências são mais importantes na função de recompensa do tomador de decisão; escolha de maximização do valor dentro de restrições especiais" (Zelikow 19U99, tradução nossa). O elemento de racionalidade neste quadro, portanto, nos faz prever e explicar uma tendência consistente de política e ação do Estado. Isso significa que os Estados escolhem a ação que maximizará as metas e objetivos estratégicos (Zelikow 1999). Conceitos como objetivos, cálculos, escolhas, ameaças, oportunidades são centrais, pesando todas as vantagens e desvantagens e assumindo a opção de maximização de valor em relação à principal fórmula empregada em RAM por Allison (Kafle 2004).

A abordagem do ator racional compartilha semelhanças com a teoria neorrealista, na qual o impacto da política doméstica nas políticas externas é marginalizado. O neo-realismo argumenta que é a estrutura do sistema internacional que impacta majoritariamente a concepção e implementação da política externa de qualquer país (Toni 1998). Com base na abordagem

neorrealista, o principal objetivo do Estado iraniano pode ser visto no panorama da priorização de sua sobrevivência na natureza anárquica do sistema internacional. Dentro do mesmo panorama neorrealista, pode-se argumentar que o Irã está maximizando seu poder por meio do cálculo estratégico das oportunidades e restrições de cada questão em relação aos seus interesses no sistema internacional (El Berni 2018). Por esse motivo, e ao contrário da representação ideologicamente limitada da política externa do Irã, vários estudiosos como Tarock (1999), Ramazani (2004) e Salehzadeh (2013) traçam abordagens mais pragmáticas e realistas. Ramazani argumenta que algum interesse nacional pragmático existia até mesmo na fase inicial, mais volátil e ideológica da política externa iraniana na década de 1980 (Ramazani 2004).

Estudiosos a favor da explicação da política externa do Irã através da abordagem RAM apontam diversos incidentes históricos para fortalecer o seu argumento contra as alegações de que as políticas externas e ideológicas do Irã são ideológicas. O caso Irã-Contras é conhecido como um dos principais casos que desmascaram a direção ideologicamente orientada do Irã e retratam uma imagem de um ator mais racional. Em 1985 e no auge da guerra Irã-Iraque, o Irã se envolveu em um acordo direto de armas com os Estados Unidos e Israel. Com base no acordo Irã-Contras, decidiu-se transferir armas americanas e israelenses para o Irã em troca da assistência deste na libertação de reféns ocidentais no Líbano (Ramazani 2004).

O impacto da guerra como um fator de pressão internacional para moldar a escolha da política externa e de segurança do Irã era evidente no caso Irã-Contras. Em vários outros períodos, como durante o governo do presidente reformista Khatami (1997-2005), a política externa iraniana não foi consistente com seus padrões ideológicos. Durante este período, o Irã foi mais cooperativo e melhorou as relações com os países ocidentais, especialmente os Estados membros da UE e os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). A cooperação do Irã com a comunidade mundial e os EUA em suas negociações nucleares constituiu mais um sinal do comportamento racional do Irã nas relações exteriores.

Abordagem Supranacionalista

Por outro lado, e ao contrário da narrativa acima, vários estudiosos como Nia (2011) e Beeman (2008) rejeitam a aplicação do Modelo do Ator Racional para a política externa do Irã e, em vez disso, enfatizam a ideologia supranacionalista islâmica como principal explicação condutor das políticas

iranianas. Eles criticam o Modelo do Ator Racional por ignorar a importância da política doméstica na formação da política externa do Irã e enfatizam o impacto das variáveis domésticas na formação da estrutura de tomada de decisão da política externa do Irã desde a revolução islâmica de 1979 mais do que qualquer outra variável internacional (Ramazani 2004). O impacto insignificante de duas grandes mudanças de paradigma nas relações internacionais, a saber, o colapso da União Soviética em 1990 e os ataques de 11 de setembro de 2011 na política externa do Irã, constitui a espinha dorsal desse argumento. De fato, estratégias como contra-hegemonismo, resistência, busca de justiça, campanha antiarrogância, antiamericana e anti-Israel como princípios fundamentais da política externa iraniana permaneceram intactas desde 1979 (Nia 2011).

Diferente do RAM, uma política externa islâmica baseada no supranacionalismo não vê as políticas meramente com base em relações materialistas de custo-benefício ou nos seus resultados. O supranacionalismo por si só é um campo pouco estudado nos diferentes ramos da ciência política. Grande parte da pesquisa realizada sobre o conceito de supranacionalismo é focada na União Européia (UE). Seguindo esse foco regional, o supranacionalismo é visto principalmente como a fusão de vários Estados em uma nova entidade (Agnes 2017). Ao mesmo tempo, as definições atuais de supranacionalismo discutem principalmente entidades acima da política de soberania doméstica de territórios reconhecidos, como na UE (Sweet, Sandholtz & Fligstein, 2001).

O supranacionalismo no Oriente Médio, entretanto, é de outro tipo. Ao contrário da definição territorial de supranacionalismo no contexto da UE, há uma forte dimensão ideológica no Oriente Médio. O movimento do pan-arabismo de meados do século XX é um testemunho dessa abordagem ideológica, ao tentar unificar as nações árabes do Oriente Médio e Norte da África em torno da língua árabe e/ou de suas lutas comuns contra agressores externos (Dawn 1988). No caso da política externa do Irã, no entanto, o elemento vinculante é a ideologia do Estado xiita do Irã.

Ao contrário da maioria dos países do mundo, o Irã é um Estado messianista xiita com a missão de passar o Estado para o Imam Mahdi, que os xiitas acreditam ter entrado em ocultação em 874 DC. Princípios supranacionalistas como "defesa dos direitos de todos os muçulmanos" e "não alinhamento com as superpotências hegemônicas" são a base da política externa do Irã e, de acordo com a Constituição da República Islâmica, o país "apoia as lutas justas dos oprimidos contra os opressores em todos os cantos do globo" (Papan-Matin 2014, tradução nossa). Embora essas declarações sejam de natureza geral, o foco principal da política externa do Irã tem sido

a *Ummah* Islâmica (comunidade islâmica), especialmente os xiitas. Por esta razão, uma das primeiras iniciativas da recém-fundada República Islâmica em 1980 foi estabelecer o Escritório de Movimentos de Libertação em Teerã com o objetivo de reunir diferentes organizações militantes islâmicas para facilitar a exportação da revolução e abrir caminho para o Irã intervir nos assuntos domésticos de outros países de maioria muçulmana (Alfoneh 2013, Ostovar 2016).

Em teoria, a direção supranacionalista e ideológica do Irã é a favor da *Ummah* (comunidade islâmica) e da unidade islâmica contra as ideologias nacionalistas. No entanto, na prática, a mesma política externa favorece as minorias xiitas em detrimento da maioria sunita. Tal abordagem parece incompatível com os princípios do RAM ou do neorrealismo. O forte apoio do Irã a grupos militantes islâmicos que são identificados principalmente como grupos terroristas pela comunidade mundial e a oposição do Irã às negociações de paz entre israelenses e palestinos são vistos principalmente como evidência de que a política externa do Irã deve ser vista a partir de sua perspectiva ideológica.

A Doutrina de Política Externa do Irã

A política externa iraniana é a soma de uma dupla identidade: "uma nação quase imperial em busca de hegemonia política e um poder revolucionário islâmico anti-status quo" (Hokayem 2012, tradução nossa). A política foi substancialmente influenciada pelo estabelecimento da República Islâmica em 1979, quando o Irã se transformou de um pilar da segurança dos EUA no Golfo Pérsico para um desafiante da ordem regional dominada pelo Ocidente (Hinnebusch 2011). Em linha com o argumento de Gasiorowski, que apresenta a relação clientelista EUA-Irã como fator predominante que facilitou o caminho para a Revolução (Farhang 1991), os conceitos de "rejeição de todas as formas de dominação" e "defesa dos direitos dos muçulmanos ao redor o globo" (tradução nossa) (explicitamente mencionado no Artigo 152 da Constituição da República Islâmica do Irã) tornaram-se os princípios-chave da política externa do Irã pós-revolucionário. As raízes dessa mudança drástica de política também podem ser abordadas do ponto de vista estruturalista, que argumenta que a presença histórica do imperialismo no Oriente Médio relegou países como o Irã parte inferior da hierarquia global. Isso, por sua vez, impôs uma ordem contra a resistência indígena, por meio de coerção e cooptação e em violação da identidade regional, que carece de hegemonia na região, portanto, está sujeita a contestação regular por movimentos

contra-hegemônicos que, em última análise, levam à instabilidade regional (Hinnebusch 2011).

Para esse fim, o novo Estado revolucionário identificou os EUA (e mais tarde todos os países ocidentais, incluindo Israel) como seus principais rivais nas arenas regional e internacional. Logo após a formação da República Islâmica, em 4 de novembro de 1979, os estudantes revolucionários iranianos invadiram a embaixada dos Estados Unidos em Teerã e fizeram reféns seus 52 funcionários. A invasão da Embaixada dos Estados Unidos em Teerã e a consequente crise dos reféns tornaram-se "uma provação para a política externa idealista revolucionária que colocou o Irã contra praticamente todos os países do mundo" (Ramazani 2004, tradução nossa). A crise dos reféns durou 444 dias e, entre suas repercussões mais duradouras, está a suspensão das relações diplomáticas entre o Irã e os Estados Unidos até o momento.

Abandonar os laços com os EUA não foi o único movimento feito pelo Estado revolucionário recém-criado no que diz respeito à sua política externa. Contra a divisão de Estados da Guerra Fria, o Irã posteriormente adotou o slogan de *Na Sharqi, Na Gharbi, Jomhoori-e Eslami* (Nem Oriente nem Ocidente, mas a República Islâmica) como fundamento de sua política externa. Armado com essa visão, o Irã se juntou ao Movimento dos Não-Alinhados (MNA) em 1979 na esperança de descobrir novos parceiros entre as nações em desenvolvimento que atenderiam aos seus objetivos de política externa como um Estado em desenvolvimento, "porquanto uma aliança com o Oriente ou o Ocidente não se encaixa no contexto religioso, cultural ou histórico iraniano" (Sadri 1998, tradução nossa). Ao mesmo tempo, a República Islâmica também condenou todos os governos regionais com tendências pró-ocidentais no Oriente Médio e Norte da África (MENA) como corruptos e anti-islâmicos, questionando diretamente sua legitimidade (Byman 2001).

Dada a natureza islâmica da Revolução de 1979, a política externa do Irã está fundamentalmente enraizada nos princípios xiitas nos quais os valores religiosos e as ideologias têm uma função de definição de normas (Dehshiri & Majidi 2008). A ideologia, neste contexto, é definida como um sistema de ideias e crenças e atitudes normativas e supostamente factuais sustentadas coletivamente que defendem um "padrão particular de relacionamentos e arranjos sociais e/ou visam justificar um padrão particular de conduta, que seus proponentes procuram promover, realizar, perseguir ou manter" (Hamilton 1987). As seções a seguir explicarão as principais áreas de conflito entre a política externa supranacionalista islâmica do Irã e o sistema vestfaliano de relações internacionais. As seções também explicarão o balanço pendular do Irã entre os dois usando o conceito de *maslahat* (conveniência).

Ummah vs. Estado-Nação

A ideologia islâmica enfatiza a unidade entre os muçulmanos, independentemente de sua raça, etnia, nacionalidade ou status social. Por esta razão, é a crença dos muçulmanos no Islã que os torna diferentes dos outros cidadãos do mundo. Portanto, uma forte narrativa no Islã não reconhece as atuais fronteiras políticas entre os países como meios legítimos de separar as pessoas. Dentro dessa narrativa forte, a população mundial é dividida em duas seções, a *Ummah* (a comunidade muçulmana global) e os não-crentes. Nesse sistema, a lealdade política dos cidadãos não é para com os Estados-nação, mas para a comunidade islâmica como um todo. Essa visão supranacionalista encontra sua origem em vários versículos do Alcorão, incluindo: "E certamente esta sua nação é uma nação e eu sou seu Senhor, portanto, tenha cuidado (de seu dever) para comigo" (O Sagrado Alcorão, tradução nossa). De acordo com as interpretações de tais versos, o único caminho para a redenção dos seres humanos é a rendição à vontade de Allah. Por esse motivo, diferenças como nacionalidade, idioma ou etnia devem ser ignoradas.

No entanto, o principal desafio para esta abordagem no cenário mundial atual é sua incoerência com as regras e regulamentos internacionais existentes. A abordagem dessa narrativa em relação às relações internacionais está em contraste direto com o Artigo 2 (7) das Nações Unidas, que declara claramente que "nada deve autorizar a intervenção em assuntos essencialmente da jurisdição doméstica de qualquer Estado" (United States 1945, tradução nossa). Essa abordagem islâmica específica também está em conflito com a Paz de Vestfália de 1648, que apoia uma sociedade de Estados baseada no princípio da soberania territorial (Newnham 1992). A narrativa acima mencionada molda os princípios da política externa pós-revolucionária do Irã.

Por causa da mesma narrativa, a constituição da República Islâmica confunde-se entre manter os princípios ideológicos da revolução islâmica xiita de 1979 ou aderir às necessidades da atual ordem internacional. Pode-se argumentar que essa confusão é uma questão comum na política externa da maioria dos países islâmicos, onde se fala da boca para fora para uma *ummah* universal contrastando com a sua prática de *realpolitik*. No entanto, o que torna a política externa do Irã diferente desses países islâmicos é que, em primeiro lugar, o supranacionalismo islâmico constitui a espinha dorsal da constituição do país e, em segundo lugar, nas últimas quatro décadas, Teerã executou repetidamente esses princípios supranacionalistas na prática (principalmente a favor das populações xiitas) em todo o mundo.

O Artigo 16 da Constituição do Irã enquadra claramente a doutrina da política externa do país "com base em critérios islâmicos, compromisso fraterno com todos os muçulmanos e apoio implacável aos *mustad'afiin* (os oprimidos) do mundo" (Algar 1980, tradução nossa). Tais critérios cobrem uma ampla gama de componentes de política externa que abrange relações internacionais, cidadania e *Ummah* Islâmica (comunidade muçulmana global), soberania, proteção e segurança dos cidadãos e relações militares estrangeiras. Entre os princípios fundamentais da política externa iraniana, que desempenhou um papel crítico na formação do comportamento internacional do Irã, está o conceito de utilizar o supranacionalismo islâmico e a *Ummah* (comunidade muçulmana global) para rejeitar a dominação de "opressores".

De acordo com os pensamentos islâmicos xiitas sobre relações internacionais e como foi argumentado anteriormente, a política externa do Irã é construída sobre a ideologia do supranacionalismo islâmico - que coloca sua ênfase na unidade da comunidade muçulmana global (*Ummah*). Indiscutivelmente, essa doutrina supranacionalista de base ideológica é, de muitas maneiras, incompatível com a atual ordem política mundial, baseada no conceito de Estado-nação vestfaliano. Argumenta-se que nas tradições islâmicas, "a tribo e a *Ummah* têm sido os principais focos de lealdade e compromisso, e o Estado-nação tem sido menos significativo" (Huntington 2000, tradução nossa). pelo aiatolá Khomeini, o fundador da revolução iraniana: "O Islã não é peculiar a um país, a vários países, a um grupo ou mesmo aos muçulmanos. O Islã veio para a humanidade. O Islã deseja trazer toda a humanidade sob a égide de sua justiça" (Owen 2010, tradução nossa). Ao contrário dos princípios acima, há vários outros artigos na Constituição da República Islâmica que reconhecem a abordagem do Estado-nação vestfaliano, incluindo: "Na República Islâmica do Irã, a liberdade, independência, unidade e integridade territorial do país são inseparáveis da uns aos outros, sendo sua preservação dever do poder público e de todos os cidadãos individualmente", "Fica vedada qualquer alteração dos limites do país" e "a hierarquia do poder executivo, será determinada por lei, de forma a preservar a unidade nacional, a integridade territorial, o sistema da República Islâmica e a soberania do governo central" (Algar 1980, tradução nossa).

O conflito entre a interpretação islâmica xiita das relações internacionais e o conceito de Estado-nação vestfaliano criou uma tendência inconsistente no comportamento internacional do Irã. Ao justificar seu apoio a grupos muçulmanos radicais em todo o mundo com base em seus valores ideológicos islâmicos, o Irã é absolutamente cuidadoso em não ser identificado como um país com o desejo de expandir suas fronteiras territoriais com base

em suas ideologias supranacionalistas islâmicas. Isso pode ser observado na insistência do Irã em reconhecer o Iraque como o agressor na guerra de oito anos pela comunidade mundial por meio da Resolução 598 da ONU.

Apoiando os Oprimidos Globais

Conforme mencionado anteriormente, o Irã utiliza os princípios islâmicos xiitas como ponto de referência em relação à política externa, portanto, não reconhece a nacionalidade com base em fronteiras políticas ou Estados-nação. Isso ocorre porque no Islã, a nacionalidade é um conceito baseado na fé. Os não-muçulmanos são considerados estrangeiros e os muçulmanos em todo o mundo são cidadãos da *Ummah* universal (Nakhaee 1997). Portanto, a República Islâmica do Irã é responsável pelos assuntos dos muçulmanos em qualquer lugar do mundo, independentemente das fronteiras políticas. Esse fenômeno está bem enquadrado no Artigo 154 da constituição iraniana, pois "apoia as justas lutas dos *mustad'afun* (o oprimido) contra o *mustakbirun* (o opressor) em todos os cantos do globo" (Algar 1980, tradução nossa).

Claramente, essa abordagem entra em conflito com a atual ordem mundial baseada na soberania dos Estados-nação. Logo após seu estabelecimento, a República Islâmica passou a exportar a revolução como forma de ajudar e apoiar os muçulmanos oprimidos em todo o mundo. Em geral, o objetivo da política era espalhar ideias revolucionárias xiitas contra os chamados Estados árabes apóstatas da região, forçar um choque de civilizações com o Ocidente "infiel" e proclamar a liderança do Oriente Médio árabe - particularmente no Golfo Pérsico rico em petróleo (Shapira & Diker 2007). A implementação de tal política criou uma relação tensa e desconfiada entre o Irã e as nações árabes vizinhas, particularmente aquelas com grandes populações xiitas – incluindo Bahrein, Iraque, Kuwait e até a Arábia Saudita. A guerra de oito anos Irã-Iraque no início dos anos 1980 pode ser vista como a primeira tentativa do Irã de colocar em prática sua nova ideologia de política externa. A guerra poderia ser definida como um choque entre o pan-islamismo de Khomeini e o pan-arabismo de Saddam Hussein (Toni 1998).

Como resultado, os Estados árabes do Golfo Pérsico ficaram assustados ao se encontrarem inesperadamente "no contexto muito mais amplo do mundo islâmico no qual grupos islâmicos e segmentos da população estavam respondendo à revolução iraniana" (Marschall 2003, tradução nossa). O resultado dessa abordagem foi o isolamento regional do Irã, que por sua vez fez pouco para convencer o Estado revolucionário a mudar sua política

externa de base ideológica. Tal política tornou-se a espinha dorsal da doutrina de política externa de base ideológica do Irã desde 1979, independentemente das diferenças políticas entre as figuras políticas que chegaram ao poder no Irã (Cakmak 2015).

Devido à sua política externa de base ideológica, o Irã presta especial atenção aos países muçulmanos com grandes populações xiitas, como Iraque, Síria, Líbano, Bahrein e Afeganistão. A Síria, juntamente com o Iraque e o Líbano, formam o Crescente Xiita no Oriente Médio. O Crescente Xiita é visto pelos Estados árabes sunitas como um esforço da República Islâmica para mobilizar a população xiita da região e estabelecer um cinturão ideológico de Estados xiitas simpatizantes e partidos políticos no Iraque, Síria, Líbano e a região do Golfo Pérsico (Barzegar 2008). O Crescente Xiita fornece ao Irã profundidade estratégica e ideológica inestimável na região contra Israel e outros Estados árabes sunitas. A importância do Crescente Xiita na política externa do Irã é facilmente perceptível na resposta de Teerã à Primavera Árabe. Alinhado com o conceito islâmico de "rejeição de todas as formas de dominação", o Irã acolheu calorosamente a Primavera Árabe, chamando-a de "despertar islâmico" contra os EUA e seus aliados árabes sunitas regionais.

Escolhendo entre Ideologia vs. Maslahat

Outro conflito importante entre o sistema islâmico de relações internacionais e a ordem do Estado-nação vestfaliano são suas opiniões sobre a origem das leis e regulamentos. Com base na ideologia islâmica, a vontade de Alá é a única fonte de todas as leis e regulamentos humanos, independentemente de raça e etnia. Portanto, estabelecer instituições para ordenar leis e regulamentos com base nos interesses nacionais conflita com os valores e princípios islâmicos. No sistema vestfaliano, no entanto, os Estados são os únicos sujeitos do direito internacional, tendo o último e absoluto poder dentro de seu território soberano (Engle 2004). Este princípio central do sistema vestfaliano é desafiado pelos princípios islâmicos.

No contexto dos pensamentos islâmicos xiitas e *Fiqh* (jurisprudência), o supranacionalismo é baseado em dois conceitos-chave binários de *Darul-Islam* (território do Islã)/*Darul-Kufr* (território da descrença) e *Darul-Islam* (território do Islã)/*Darul-Harb* (território de guerra). *Darul Islam* é referido como "região de soberania muçulmana onde a lei islâmica prevalece" (Esposito 2003, tradução nossa), e as leis islâmicas devem ser aplicadas pelo Estado naquele território. Consequentemente, *Darul-Kufr* refere-se a regiões de soberania não muçulmana onde a lei islâmica não prevalece.

Para superar os choques entre esse sistema ideológico e a realidade das relações atuais entre os Estados, o conceito de *maslahat* foi introduzido na jurisprudência islâmica. Com base nesse conceito, os Estados muçulmanos têm permissão condicional para negociar e interagir com territórios não-muçulmanos que não estejam em guerra com eles. A maioria dos países islâmicos aceitou o uso do *maslahat* nas relações exteriores. Nos anos imediatamente após a revolução islâmica de 1979, o regime iraniano adotou a abordagem binária mais radical de *Darul-Islam* (território do Islã)/*Darul-Harb* (território de guerra). *Darul-Harb* refere-se aos terrenos em que o Islã não prevalece. Simbolicamente, "o *Darul-Harb* é o domínio, mesmo na vida de um indivíduo, onde há uma luta ou oposição à Vontade de Deus" (Paterson 2009). Com base nessa abordagem, o Jihad como uma instituição divina de guerra deve ser declarado em tais territórios para defender e restaurar as regras e regulamentos do Islã. Este princípio foi tanto um componente fundamental da política externa do Irã quanto de sua segurança na primeira década após a revolução islâmica de 1979.

A impraticabilidade em seguir os princípios islâmicos na atual ordem mundial e o choque constante entre a abordagem supranacionalista e a soberania forçaram Teerã a buscar justificativas religiosas para mudar suas políticas externas de base ideológica para outras mais práticas. *Maslahat* parecia cumprir esse objetivo adequadamente. Para resgatar o Estado das consequências de decisões ideologicamente orientadas nas políticas nacionais e estrangeiras, o Irã estabeleceu o Conselho para o Discernimento da Conveniência do Estado (*majma-e tashkhish-e maslahat-e nezam*, doravante Conselho de Discernimento) em 1988. O dever do Conselho de Discernimento é simplesmente formulado nas palavras do aiatolá Khomeini como um instituto para intervir em situações que não poderiam ser resolvidas pelos meios normais (Sarrami 2001). No contexto do pêndulo do Irã como política externa, o Conselho de Discernimento está entre as principais entidades da República Islâmica para decidir qual caminho seguir na encruzilhada do supranacionalismo e dos interesses nacionais. Desde o estabelecimento da República Islâmica em 1979, o Estado iraniano recorreu, repetidamente, à brecha (subterfúgio) do *maslahat* para trazer à tona projetos políticos cruciais sempre que sua sobrevivência se encontrava em perigo imediato (Ghiabi 2019). A seção a seguir demonstra a importância da conveniência na política externa do Irã na prática.

Discussão

Um olhar mais atento à história da política externa do Irã desde o estabelecimento da República Islâmica em 1979 indica uma tendência comportamental semelhante a um pêndulo. Esse espectro comportamental varia desde a rejeição total do atual sistema vestfaliano de relações internacionais baseado em ideologias supranacionalistas islâmicas até tentativas desesperadas de serem aceitos como parte desse sistema. A fonte de tal paradoxo está enraizada na abordagem desintegrada do Irã em relação ao mundo. Como se discutiu anteriormente, por um lado, o Irã está tentando ao máximo permanecer leal aos seus princípios revolucionários ideológicos, enquanto, por outro lado, como membro da comunidade internacional, precisa aderir à atual ordem mundial. Este paradoxo pode ser melhor compreendido através do conceito de *maslahat* (conveniência) com a sobrevivência do Estado no centro dele.

A causa dessa drástica convergência e divergência na política externa do Irã está enraizada em sua abordagem ideológica paradoxal. A política externa do Irã tende a acomodar tanto o supranacionalismo islâmico quanto o sistema vestfaliano, ao mesmo tempo, dentro de sua estrutura. Para atingir esse objetivo, uma interpretação ideológica do *maslahat* é manipulada pelo Irã para garantir a sobrevivência do Estado islâmico. Na complicada estrutura da política externa iraniana, o *maslahat* pode ser precisamente visto como "nada menos que uma abordagem de custo-benefício para a tomada de decisões" (Tarzi 2009, tradução nossa). Essa abordagem postula que, até que a sobrevivência do Estado esteja em ameaça imediata, o Irã baseia sua política externa inicial em objetivos supranacionalistas islâmicos, em vez de objetivos racionais dentro do sistema vestfaliano. No entanto, quando tal ameaça se materializa, o Irã recua de seus objetivos ideológicos iniciais a favor da adoção de abordagens pragmáticas (reconhecendo o sistema vestfaliano), momento em que está preparado para negociar aberta ou secretamente seus objetivos idealistas – às vezes abandonando-os completamente.

Em várias ocasiões, o Irã recuou de sua política externa ideologicamente orientada quando confrontado com ameaças à sobrevivência do Estado. Na década de 1980, o aiatolá Khomeini inicialmente saudou a guerra Irã-Iraque, chamando-a de início de uma solução para os problemas do Oriente Médio e enfatizou repetidamente que o Irã lutaria até o último suspiro, mesmo que demorasse 20 anos. Em 1982 e após a libertação de todos os territórios iranianos, Teerã rejeitou a oferta iraquiana de um cessar-fogo e declarou que apenas "a derrubada do regime de Baath e sua substituição por uma república islâmica xiita eram os únicos termos de paz que o Irã aceitaria" (Karsh 2014, tradução nossa). A insistência nessa política externa ideológica, porém, chegou ao fim em 1988. Após oito anos de uma guerra inconclusiva

e quando as forças iranianas estavam exaustas e opunham muito pouca resistência às ofensivas iraquianas que ameaçavam a sobrevivência do Estado, a política externa iraniana mais uma vez se deslocou para o pragmatismo. O aiatolá Khomeini aceitou a resolução 598 do Conselho de Segurança da ONU e concordou com um cessar-fogo em 1988. Ele chamou sua aceitação da resolução de um ato de *maslahat* e a descreveu como beber o cálice amargo do veneno (Taremi 2014).

Logo após o cessar-fogo e a remoção da ameaça de sobrevivência, o Irã mais uma vez mudou a direção de sua política externa para o supranacionalismo em fevereiro de 1989. Em uma *fatwa* histórica, o aiatolá Khomeini ordenou a execução de Salman Rushdie, autor de *Os versos satânicos* e todos envolvidos na publicação do livro. Em sua fatwa, ele chamou o livro de blasfemo contra o Islã. Em sua *fatwa*, o aiatolá Khomeini declarou: "Peço a todos os muçulmanos zelosos que os executem rapidamente, onde quer que sejam encontrados, para que ninguém mais ouse insultar as crenças sagradas dos muçulmanos. Quem é morto neste caminho é um mártir" (Chase 1996, tradução nossa). Um dia de luto nacional foi declarado no Irã e o primeiro-ministro iraniano Hussain Mousavi autorizou grupos islâmicos radicais a tomar as medidas necessárias contra Rushdie (BBC 1989).

Ao emitir esta *fatwa*, o aiatolá Khomeini desempenhou o papel de um herói muçulmano supranacionalista ao defender o Islã contra o proclamado insulto do livro de Rushdie. Embora sua fatwa supranacionalista tenha resultado na mobilização de muitos muçulmanos em todo o mundo, mais uma vez o evento colocou a política externa do Irã em uma encruzilhada. Em resposta a esta *fatwa*, 12 países europeus retiraram seus embaixadores do Irã e congelaram todos os vínculos econômicos com Teerã. A Grã-Bretanha também rompeu relações diplomáticas com o Irã. Mais uma vez, o Irã se viu sob crescente pressão econômica e isolamento diplomático. Pouco depois da morte do aiatolá Khomeini em junho de 1989 e em uma clara mudança de direção em direção à conveniência, tanto o presidente Rafsanjani quanto o presidente Khatami rescindiram o apelo do aiatolá pela morte de Salman Rushdie (Eggerking 1991). Durante a Assembléia Geral das Nações Unidas em 1998, o presidente Khatami mais uma vez enfatizou que se deveria considerar a questão de Salman Rushdie completamente encerrada. Ao mesmo tempo, Robin Cook, secretário de Relações Exteriores britânico, e Kamal Kharrazi, ministro de Relações Exteriores iraniano, anunciaram o encerramento do caso. Kharrazi também expressou sua esperança de que um novo capítulo no relacionamento com o Reino Unido seria aberto por meio desse ato (Black 1998).

Em outro incidente e após o 11 de setembro e a invasão do Afeganistão

e do Iraque, o Irã se encontrava sob a ameaça de se tornar o próximo alvo dos EUA na região. As tropas americanas foram então posicionadas ao norte na Ásia Central, ao leste no Afeganistão, ao sul no Golfo Persa e ao oeste no Iraque. O Irã estava virtualmente cercado (Dobbins 2012). Nessa situação e contra seus valores ideológicos, em junho de 2003, o Irã secretamente contatou os Estados Unidos para abrir um canal para um amplo diálogo sobre todas as questões em disputa, incluindo cooperação total em programas nucleares, a aceitação de Israel e o término do apoio iraniano a grupos militantes palestinos (Kessler 2016). Temendo por sua sobrevivência e enfrentando crescente pressão internacional, o Irã interrompeu seu programa nuclear no mesmo ano (Mazzetti 2003).

As negociações nucleares entre o Irã e o P5+1, que resultaram na assinatura do Plano Conjunto de Ação Abrangente (*Joint Comprehensive Plan of Action*, JCPOA) em julho de 2015, é outro exemplo do Irã desistindo de seus objetivos ideológicos em favor de abordagens pragmáticas. Semelhante ao seu antecessor, o aiatolá Khamenei há muito descreve as negociações com os Estados Unidos como uma linha vermelha do Estado. No entanto, somente sob as sanções econômicas e financeiras globais lideradas pelos EUA (ameaçando a sobrevivência do Estado) o Irã decidiu se envolver em negociações significativas com o governo Obama sobre o seu programa nuclear em 2013.

Para justificar essa mudança drástica na política externa, em 2014, o líder supremo aiatolá Khamenei anunciou um novo fenômeno chamado *Narmesh-e Ghahramananeh* (Leniência Heróica). A ideia de leniência heróica é baseada na interpretação xiita do acordo de paz de Iman Hassan (o segundo Imman dos xiitas) com Muawiyah bin Abu Sufyan, o califa da época, no século VII. Com base nessa interpretação, Imam Hassan optou por não lutar contra o mais forte Muawiyah e se tornar um mártir e, em vez disso, fez as pazes com ele, apesar da ilegitimidade de Muawiyah. Este tratado de paz é justificado pelos clérigos xiitas com a salvaguarda do sangue dos muçulmanos, o fortalecimento do Islã e o impedimento que os inimigos externos e internos tirassem vantagem indevida da situação (Ayati 1984). A justificativa foi usada pelo aiatolá Khamenei para justificar a mudança da política externa do Irã e iniciar negociações no mais alto nível com as autoridades americanas desde a revolução de 1979. É evidente que, naquele período, os princípios supranacionalistas islâmicos foram mais uma vez interrompidos em favor dos valores vestfalianos.

O JCPOA permitiu que o Irã recuperasse o acesso ao mercado global após uma década de sanções econômicas. Teerã teve acesso a mais de US$ 100 bilhões em receitas de petróleo congeladas em países estrangeiros em

uma forma especial de caução. O Irã também recuperou o acesso ao sistema bancário internacional como parte do JCPOA (Samore et al 2015). No entanto, argumenta-se que os benefícios fornecidos pelo JCPOA mais uma vez encorajam o Irã a deixar a conveni˜encia e retomar seus comportamentos malignos regionais, incluindo seus testes periódicos dos limites do acordo nuclear, o progresso contínuo em mísseis balísticos, a expansão regional, o apoio a organizações extremistas islâmicas e a propagação de virulenta ideologia antiamericana (Edelman & Wald 2018).

A política de "pressão máxima" da administração do presidente Trump sobre o Irã também pode ser vista através do argumento principal deste artigo. Acreditando no enfrentamento da ameaça à sobrevivência como o principal motivo para mudança de direção política da República Islâmica, os Estados Unidos anunciaram sua retirada do JCPOA em 8 de maio de 2018. Após a retirada dos EUA, o Irã mais uma vez enfrentou sanções econômicas incapacitantes. O PIB do país contraiu cerca de 4,8% em 2018 e encolheu outros 9,5% em 2019. A taxa de desemprego, entretanto, aumentou de 14,5% em 2018 para 16,8% em 2019 (International Monetary Fund 2019). Enquanto isso, em outubro de 2019, a produção de petróleo bruto do Irã havia caído para 2,1 milhões de barris por dia (*barrels per day, bpd*), em geral, apenas 260.000 bpd em média estavam sendo exportados em comparação com cerca de 2,3 milhões de bpd no início de 2018. O Rial iraniano também perdeu 50% de seu valor em relação ao dólar americano desde a saída dos EUA do JCPOA (BBC 2019).

Com base no argumento principal deste artigo, o governo dos EUA visa, ao impor sanções mais severas ao Irã, mudar a direção de sua política externa para a conveniência política. Os EUA esperam que essas sanções levem a uma redução significativa nas receitas do Irã e, portanto, interrompam sua interferência ou influenciem Estados como Iraque, Afeganistão, Síria, Líbano ou países árabes do Golfo Pérsico (Luers 2012). Empurrando o Irã para uma crise econômica que ameaça a sobrevivência do Estado, o governo dos EUA acredita que forçará o Irã a entrar em contato com a Casa Branca para negociar um acordo mais comleto, incluindo questões como o reconhecimento de Israel, o programa de mísseis e a segurança regional. O presidente Trump chamou repetidamente o JCPOA de um acordo desastroso, e seu objetivo é chegar a um acordo melhor do que ele considera adequado.

A reação branda de Teerã ao assassinato do general Qassem Soleimani, a figura mais poderosa do Irã depois de seu líder supremo, também pode ser analisada através do argumento principal deste artigo. Imediatamente após a publicação da notícia da morte do general Soleimani, levantou-se um clamor por vingança em todos os lados no Irã, incluindo do líder supremo aiatolá

Khamenei. Alguns oficiais militares iranianos também alertaram os Estados Unidos para considerar um caixão para suas tropas na região. No entanto, apesar de todos esses clamores, o Irã escolheu o *maslahat* como resposta. Em 8 de janeiro de 2020, o Irã disparou 10 mísseis balísticos contra a base militar americana de Ain al-Assad, no Iraque, e mirou nas instalações de Erbil. Ao informar os Estados Unidos antes do ataque (através de oficiais iraquianos) e apesar de seus slogans épicos, o Irã mais uma vez mostrou que não tinha a intenção de enfrentar os Estados Unidos militarmente, mesmo com a morte de seu militar mais proeminente. O ataque foi apenas um ato simbólico para proteger a reputação dos líderes do Irã aos olhos de seus seguidores domésticos. A caótica condição socioeconômica do país não deixou espaço para Teerã buscar um confronto total com os EUA, pois isso poderia colocar em sérias dúvidas a sobrevivência da República Islâmica.

Conclusão

Estudar a política externa pós-revolucionária do Irã mostra claramente um choque entre suas tendências supranacionalistas xiitas e a sua ação como um membro comprometido com os princípios vestfalianos. Conforme discutido em vários casos neste artigo, desde que o Estado não enfrente ameaças de sobrevivência no nível internacional, ele continuará a perseguir sua respectiva política externa ideologicamente vinculada. Nesta fase, as elites dirigentes – constituídas pela administração política dominante, bem como pelo aparato militar e de segurança – são as principais responsáveis pela consecução da política externa ideológica do Estado. No entanto, ao enfrentar condições que ameaçam a sobrevivência do Estado, o Estado adota uma atitude mais flexível, em que suas decisões de política externa tornam-se mais racionais de acordo com a natureza do sistema vestfaliano. O grau de flexibilidade do Estado está diretamente relacionado à gravidade e à proximidade da ameaça à sobrevivência do Estado.

O artigo também sugere que o mesmo argumento pode ser utilizado para estudar e analisar a política externa de outros Estados autoritários ideologicamente conduzidos, incluindo Coreia do Norte, Cuba e Venezuela. Nesses países, o Estado baseará sua política externa inicial em objetivos idealistas em vez de objetivos pragmáticos. Ao enfrentar uma ameaça à sua sobrevivência, no entanto, esses Estados escolhem a conveniência em detrimento de preferências ideológicas.

REFERÊNCIAS

Agnew, John. 2017. Globalization and sovereignty: Beyond the territorial trap. Rowman & Littlefield

Alfoneh, Ali. 2013 Iran Unveiled: How the revolutionary guards is transforming iran from theocracy into military dictatorship. Aei Press.

Algar, Hamid. 1980. Constitution of the Islamic Republic of Iran. Mizan Press.

Armstrong, David. 1993. Revolution and world order: The Revolutionary State in International Society. Oxford University Press.

Ayati, Ibrahim. 1984. A Probe into the History of Ashura. Islamic Seminary Publications.

Barzegar, Kayhan. 2008. "Iran and the Shiite Crescent: Myths and Realities." Brown Journal of World Affairs. v. 15: n. 87.

BBC. 1989. "1989: Ayatollah Sentences Author to Death." BBC. 14 February 1989. http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/february/14/newsid_2541000/2541149.stm

BBC. 2019. "Six Charts That Show How Hard US Sanctions Have Hit Iran." BBC. 9 December 2019. https://www.bbc.com/news/world-middle-east-48119109

Beeman, William O. 2008. The Great Satan Vs. The Mad Mullahs: How the United States and Iran Demonize Each Other. University of Chicago Press.

Black, Ian. 1998. "Rushdie's Nightmare Is Over." The Guardian. 25 September 1998. https://www.theguardian.com/world/1998/sep/25/ianblack

Byman, Daniel, Shahram Chubin, Anoushiravan Ehteshami, and Jerrold D. Green. 2001. Iran's Security Policy in the Post-Revolutionary Era. Rand Corporation.

Cakmak, Cenap. 2015. "The Arab Spring And The Shiite Crescent: Does Ongoing Change Serve Iranian Interests?." The Review of Faith & International Affairs v. 13, n. 2, pp. 52-63.

Chase, Anthony. 1996. "Legal Guardians: Islamic Law, International Law, Human Rights Law, And the Salman Rushdie Affair." American University International Law Review: n. 375.

Dawn, C. Ernest. 1988. "The formation of Pan-Arab ideology in the interwar years." International journal of Middle East Studies v. 20, n. 1, pp. 67-91.

Dehshiri, M. R., and M. R. Majidi. 2008. "Iran's Foreign Policy in Post-

Revolution Era: A Holistic Approach'." The Iranian Journal of International Affairs Vol. XXI 1-2: 09.

Dobbins, James. 2012. "Engaging Iran." The Iran Primer. http://iranprimer.usip.org/resource/engaging-iran

Doma-Nguez, Jorge I., and Jorge I. Domínguez. 2009. To Make A World Safe for Revolution: Cuba's Foreign Policy. Harvard University Press.

Edelman, Eric, and Charles Wald. 2018. "Comprehensive U.S. Strategy Toward Iran After the JCPOA." JINSA's Gemunder Center Iran Task Force. September 2018.

Eggerking, Kitty. 1991. "Profile: President Ali-Akbar Rafsanjani." Australian Left Review 1, n. 126: p. 3.

El Berni, Hazal Muslu. 2018. "Iran's Security Dilemma in The Middle East: A Neorealist Approach to Iran's Foreign Policy in Syria." Iran Çalısmaları Dergisi v. 1, n. 2, pp. 115-139.

Engle, Eric Allen. 2004. "The Transformation of the International Legal System: The Post-Westphalian Legal Order." QLR v. 23, p. 23.

"Dar al-Islam." 2003. In The Oxford Dictionary of Islam, edited by Esposito, John L.. : Oxford University Press, 2003. https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780195125580.001.0001/acref-9780195125580-e-491. http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e491

Farhang, Mansour. 1994. "Mark J. Gasiorowski, US Foreign Policy and the Shah: Building a Client State in Iran (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991). p. 258." International Journal of Middle East Studies v. 26, n. 1, pp. 148-150.

Ghiabi, Maziyar. 2019. "The council of expediency: crisis and statecraft in Iran and beyond." Middle Eastern Studies v. 55, n. 5, pp. 837-853.

Halliday, Fred. 2002. Revolution and Foreign Policy: The Case of South Yemen, 1967-1987. No. 21. Cambridge University Press.

Hamilton, Malcolm B. 1987. "The Elements of the Concept of Ideology." Political Studies v. 35, n. 1, pp. 18-38.

Hinnebusch, Raymond. 2011. "The Middle East in the world hierarchy: Imperialism and resistance." Journal of International Relations and Development v. 14, n. 2, pp. 213-246.

Hokayem, Emile. 2012. "Syria and Its Neighbors." Survival v. 54, n. 2, pp. 7-14.

Huntington, Samuel P. 2000. "The Clash of Civilizations?" In Culture and politics, pp. 99-118. New York: Palgrave Macmillan.

International Monetary Fund. October 2019. "World Economic Outlook, Global Manufacturing Downturn, Rising Trade Barriers." International

Monetary Fund.

Kafle, T. 2004. Making a Difference: Allison's Three Models of Foreign Policy Analysis. University of Nicosia.

Karsh, Efraim. 2014 The Iran–Iraq War 1980–1988. Bloomsbury Publishing.

Kessler, Glenn. 2016. "In 2003, U.S. Spurned Iran's Offer of Dialogue." The Washington Post. June 18, 2016. https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2006/06/18/in-2003-us-spurned-irans-offer-of-dialogue-span-classbankheadsome-officials-lament-lost-opportunity-span/1b6aa764-7acf-4baa-8a4b-e84406d52232/

Leng, Shao-Chuan. 1972. "Revolution and Chinese Foreign Policy: Peking's Support for Wars of National Liberation. By Peter Van Ness. (Berkeley: University of California Press, 1970. Pp. 266)." American Political Science Review v. 66, n. 1, pp. 293-294.

Luers, William, Iris Bieri, and Priscilla Lewis. 2012. "Weighing Benefits and Costs of International Sanctions Against Iran." The Iran Project.

Marschall, Christin. 2003. Iran's Persian Gulf Policy: From Khomeini to Khatami. Routledge.

Mazzetti, Mark. 2007. "U.S. Finds Iran Halted Its Nuclear Arms Effort in 2003." The New York Times. December 4, 2007. https://www.nytimes.com/2007/12/04/world/middleeast/04intel.html

Nakhaee, Hussein. 1997. National Interests and Islamic Expedient: Comparative Study of Foreign Policy of National and Islamic States. Ministry of Foreign Affairs Press, Tehran.

Newnham, Jeffrey. 1992. The Dictionary of World Politics: A Reference Guide to Concepts, Ideas and Institutions. Harvester Wheatsheaf.

Nia, Mahdi Mohammad. 2011. "A Holistic Constructivist Approach to Iran's Foreign Policy." International Journal of Business and Social Science v. 2, n. 4.

Ostovar, Afshon. 2016. Vanguard of the Imam: religion, politics, and Iran's revolutionary guards. Oxford University Press.

Owen IV, John M. 2010. The Clash of Ideas in World Politics: Transnational Networks, States, and Regime Change, 1510-2010. Vol. 123. Princeton University Press.

Papan-Matin, Firoozeh. 2014. "The Constitution of the Islamic Republic of Iran (1989 Edition)." Iranian Studies v. 47, n. 1, pp. 159-200.

Paterson, Andrea C. 2009. Three Monotheistic Faiths-Judaism, Christianity, Islam: An Analysis and Brief History. Author House.

Ramazani, Rouhollah K. 2004. "Ideology and Pragmatism in Iran's Foreign Policy." The Middle East Journal v. 58, n. 4, pp. 1-11.

Sadri, Houman A. 1998. "Trends in the Foreign Policy of Revolutionary Iran." Journal of Third World Studies v. 15, n. 1, pp. 13-37.

Salehzadeh, Alan. 2013. "Iran's Domestic and Foreign Policies." Series 4: Working Papers, No 49 .

Samore, Gary S., Matthew G. Bunn, Graham T. Allison, Aaron Arnold, R. Nicholas Burns, Shai Feldman, Chuck Freilich et al. 2015. "The Iran nuclear deal: A definitive guide." Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School.

Sarrami, Seyfollah. 2001. Ahkam-e Hokumati va Maslahat [State decrees and expediency]. Tehran: Center of Strategic Studies, 1380..

Shapira, Shimon and Daniel Diker. 2007. "Iran's Second Islamic Revolution: Its Challenge to the West." Jerusalem Center for Public Affairs.

Stone Sweet, Alec, Wayne Sandholtz, and Neil Fligstein. 2001. The institutionalization of Europe. Oxford University Press.

Taremi, Kamran. 2014. "Iranian Strategic Culture: The Impact of Ayatollah Khomeini's Interpretation of Shiite Islam." Contemporary Security Policy v. 35, n. 1, pp. 3-25.

Tarock, Adam. 1999. Iran's Foreign Policy Since 1990: Pragmatism Supersedes Islamic Ideology. Nova Science Publications Incorporated.

Tarzi, Amin, ed. 2009. The Iranian Puzzle Piece: Understanding Iran in the Global Context. Marine Corps University Press.

The Holy Quran, 23:52

Toni, David R. 1998. Iranian Foreign Policy Making: Domestic Factionalism and Its Implications for US Policy. Naval Postgraduate School Monterey, CA.

Toni, David R. 1998. Iranian Foreign Policy Making: Domestic Factionalism and Its Implications for US Policy. Naval Postgraduate School Monterey, CA.

United States. 1945. The Charter of the United Nations with the Statute of the International Court of Justice. US Government Printing Office.

Walt, Stephen M. 1996. Revolution and War (Cornell Studies in Security Affairs). Cornell University Press.

Zelikow, Philip, and Graham T. Allison. 1999. "Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis."

ABSTRACT
Após a Revolução Iraniana de 1979 e a subsequente formação da República Islâmica, a islamização da política externa do Irã tornou-se indiscutivelmente a principal agenda do Estado recém-criado na arena internacional. Coerente com os pensamentos islâmicos sobre as relações internacionais, a política externa da República Islâmica foi construída sobre o conceito de supranacionalismo islâmico - que coloca sua ênfase na unidade da comunidade muçulmana global (*Ummah*). Sem dúvidas, essa doutrina supranacionalista é incompatível com a atual ordem política mundial baseada no conceito de Estado -nação vestfaliano . Essa incompatibilidade existe em três níveis; em primeiro lugar, o Islã enfatiza as fronteiras ideológicas em lugar das fronteiras políticas e, portanto, rejeita a ideia de Estados nacionalistas. Em segundo lugar, o Islã nega as fontes atuais de legitimidade em relação às leis e regulamentos internacionais e, finalmente, o Islã demanda a eliminação das fronteiras culturais, étnicas e geográficas entre os muçulmanos, a fim de unir as comunidades muçulmanas em um novo bloco de poder dentro da atual ordem política mundial. Este artigo primeiramente identifica as diferenças entre o supranacionalismo islâmico e a doutrina da soberania vestfaliana. Em segundo lugar, enfatizando o conceito de maslahat (conveniência) e usando vários exemplos, este artigo também fornece explicações sobre como a política externa do Irã decide qual caminho seguir na encruzilhada entre supranacionalismo e soberania.

KEYWORDS
Supra-Nacionalismo Islâmico, Soberania Vestefaliana, Política Externa, Irã, Conveniência.

Recebido em 7 de julho de 2021
Aprovado em 26 de dezembro de 2022

Traduzido por Magnus Kenji Hiraiwa

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.11, n.22, Jul./Dez. 2022 | p.140-165

A NOVA ROTA DA SEDA: DINÂMICAS PARA A AMÉRICA LATINA E PARA A REGIÃO DO CARIBE

Anurag Tripathi[1]
Abhishek R.L.[2]
Arun Teja[3]

Introdução:

A Nova Rota da Seda (NRS) é considerada a pedra angular da política externa do Presidente Xi Jinping. O conceito da NRS é inspirado na antiga Rota da Seda. No passado, era conhecida como "Um Cinturão, Uma Rota". A ascensão da China como superpotência econômica trouxe seu próprio conjunto de desafios, tais como garantir o acesso a novos mercados e assegurar recursos energéticos para sustentar o crescimento econômico. A NRS é considerada um mecanismo através do qual a China pretende aumentar sua conectividade e sua influência global. A China busca construir essas ligações, que são necessárias para o seu crescimento sustentado, através de investimentos em infraestrutura, da abertura de corredores de transporte e econômicos, e da sua conexão com outros Estados-nação "física, financeira, digital e socialmente[4]" (Mobley, 2019, nossa tradução).

Quando a NRS foi proposta pela primeira vez, ela estava limitada a duas rotas geográficas específicas - um Cinturão Econômico da Rota da Seda terrestre e uma Rota Marítima da Seda do Século XXI ("Belt and Road Initiative (BRI)", 2019). A NRS, porém, tem se tornado cada vez mais um empreendimento global. Embora tenha sido excluída nas primeiras fases da

1 Professor Assistente do Departamento de Estudos Internacionais, Ciência Política e História na Christ University, Bangalore, Índia. E-mail: anurag.tripathi@christuniversity.in

2 Pesquisador acadêmico no Departamento de Estudos Internacionais, Ciência Política e História Christ University, Bangalore, Índia. E-mail: anuragjnu@gmail.com

3 Pesquisador acadêmico na O.P. Jindal Global University (JGU), Índia.

4 No original: "physically, financially, digitally, and socially" (Mobley, 2019).

Nova Rota da Seda, a região da América Latina e do Caribe (LAC) foi declarada como uma "extensão natural" da Rota Marítima da Seda pelo Presidente Xi Jinping durante seu encontro com o Presidente argentino Mauricio Macri no Belt and Road Forum (Babineau &; Farah, 2019). Desde a conclusão do primeiro fórum da NRS, a região da LAC começou lentamente a ficar sob o âmbito do NRS.

Apesar da distância relativa dos estados da América Latina e do Caribe, geograficamente, os líderes e diplomatas dos Estados-nação da LAC têm defendido a inclusão da região à NRS. Por exemplo, em 2015, o embaixador da Bolívia na China declarou que a NRS é "extremamente importante para o desenvolvimento futuro da Bolívia[5]" (Myers, 2018, nossa tradução). Várias outras autoridades latino-americanas como o ex-ministro das Relações Exteriores e embaixador do Peru na China, Gonzalo Gutiérrez Reinel (publicou um artigo sobre a esperança do Peru de que a Nova Rota da Seda fosse estendida à América Latina), o embaixador do Equador na China José Borja, o embaixador do Chile na China Jorge Heine etc., buscaram que a NRS fosse estendida à América Latina (ibidem). O Panamá tornou-se o primeiro estado-nação da região a assinar um acordo de cooperação com a NRS, em 2017. Depois disso, vários outros estados nacionais, como Chile, Equador, Antígua e Barbuda, República Dominicana e Jamaica, assinaram os acordos da NRS (Koop, 2019). O Peru é o último país da região a aderir à NRS, fato que ocorreu durante o segundo Belt and Road Forum.

No entanto, nem todos os Estados-nação da região se mostraram entusiasmados em aderir à Nova Rota da Seda. As maiores economias da região - Brasil e México - ainda não assinaram nenhum acordo da NRS até o momento (ibidem). O Chile é a única grande economia da região que se inscreveu para a NRS. Entretanto, recentemente o novo presidente da Argentina, o presidente Alberto Fernandez, tem alegadamente expressado seu anseio em se juntar à NRS ("Argentina wants to join China's Belt & Road Initiative - Belt and Road News", 2019). Mantendo o anseio, a Argentina aderiu à NRS recentemente, em fevereiro de 2022 (Lanteigne, 2022). Com o crescente interesse e participação dos Estados latino-americanos, torna-se importante entender por que a China está gradualmente tentando colocar esses Estados sob o âmbito da Nova Rota Seda e o que eles ganhariam em fazer parte desse megaprojeto. Enquanto o desenvolvimento da infraestrutura é declarado como o elemento crucial da NRS, estudiosos como Matt Ferchen expressaram preocupações com relação à ligação entre o desenvolvimento da infraestrutura e o que ela significa para a China em termos de segurança e

5 No original: "extremely important to Bolivia's future development" (Myers, 2018).

acesso a recursos. Por exemplo, a Venezuela recebeu empréstimos pesados da China enquanto estava atolada em problemas econômicos. O exemplo venezuelano serve de alerta para outros, assim como para a China, sobre as complexidades da gestão de dívidas e dos empréstimos. A situação na Venezuela levanta questões sobre quais são os motivos estratégicos mais profundos da China e fornece um caso para analisar a NRS neste contexto.

A fim de examinar os desafios e riscos decorrentes da Nova Rota da Seda, este artigo, em sua seção inicial empreende um estudo de caso da Venezuela, explicando a provável armadilha de endividamento que surge nessa região da América Latina. A seguir, a próxima seção examina os riscos decorrentes da NRS a partir da perspectiva da teoria da dependência. Observa-se que os EUA tomaram a região latino-americana como certa. No entanto, a China parece invadir o que os EUA consideram como seu quintal. Com esta visão a posteriori, o crescente envolvimento da China na região é analisado dicotomicamente para refletir se é uma estratégia para ganhar influência ou uma extensão de ascensão pacífica na terceira seção. Os investimentos pós-pandêmicos da China na LAC foram analisados para reforçar o argumento de uma contenda entre os EUA e a China. Isto fornece uma imagem clara de como os dois gigantes econômicos globais estão movimentando seu dinheiro para sustentar sua influência sobre a LAC. Finalmente, a geopolítica digital também tem sido considerada na explicação dos riscos e desafios da NRS. Observa-se que sem qualquer regime de regulamentação de dados atualmente em todo o mundo, os Estados latino-americanos acabariam se tornando o que chamamos de *data-trap*. Considerando todas as observações, não se pode ignorar que o futuro da geopolítica não é mais explicável de forma válida através da teoria da estabilidade hegemônica ou estruturas hierárquicas. Será um centro de poder horizontalmente variado ancorado às instituições regionais, ou, voltando ao conceito de soberano, será o conceito de rei.

A Nova Rota da Seda na Venezuela: A armadilha do endividamento como uma ferramenta para ganhar alavancagem estratégica?

O Presidente Hugo Chávez da Venezuela morreu em 2013. Desde sua morte, a Venezuela vem passando por um período de grande instabilidade política. O atual Presidente da Venezuela Nicolás Maduro foi reeleito em maio de 2018 para um segundo mandato, mas os resultados foram criticados como sendo fraudulentos pela maioria dos Estados vizinhos e pelos Estados Unidos da América (Kaburi, 2019). A China, entretanto, reconheceu a eleição

do Presidente Maduro. A situação, apesar disso, se deteriorou em janeiro de 2019, quando a Assembléia Nacional, controlada pela oposição, declarou que a reeleição do Presidente Maduro era inválida. Juan Guaidó foi declarado como o presidente interino da Venezuela. Os Estados Unidos da América, Canadá, Brasil e vários outros estados latino-americanos reconheceram Juan Guaidó como o presidente interino, mas a China expressou seu apoio ao Presidente Maduro (ibidem). O apoio chinês ao Presidente Maduro tornou-se evidente em fevereiro de 2019, quando a China, juntamente com a Rússia, vetou uma Resolução do Conselho de Segurança pedindo novas eleições presidenciais na Venezuela (What's behind Venezuela's political crisis?, 2019). A China tem continuado a estender seu apoio ao Presidente Maduro, na esperança de que seus interesses não sejam afetados negativamente. Isto se deve ao fato de que a Venezuela tem uma grande dívida com a China. Com os Estados Unidos apoiando um novo presidente, a China pode ter muitos problemas na Venezuela.

Isto levanta a questão de por que a China ainda está interessada nos assuntos da Venezuela, apesar de estar bem ciente dos graves problemas que a Venezuela enfrenta. A China não só tem continuado a apoiar a Venezuela financeiramente até os dias atuais, como também assinou acordos sob a bandeira da NRS. Para se ter uma ideia do motivo pelo qual a China continua a se envolver profundamente com a Venezuela, uma perspectiva histórica precisa ser analisada. Até 2003, as relações econômicas entre a China e a Venezuela eram insignificantes. No entanto, sob o governo do então presidente Hugo Chávez, o vínculo econômico sino-venezuelano cresceu exponencialmente. Do ano de 2003 para 2012, o comércio bilateral entre a China e a Venezuela aumentou cerca de 24 vezes, de US$742.417.000 em 2003 para US$20.000.000.000 em 2012 (Ríos, 2013).

Durante este período, a Venezuela também se tornou o quarto maior fornecedor de petróleo da China. No entanto, recentemente veio à luz que, de aproximadamente 2007 a 2014, a China havia emprestado à Venezuela uma quantia surpreendente de quase 63 bilhões de dólares (Balding, 2019). Isto equivale a cerca de 53% de todos os empréstimos chineses à América Latina durante este período (ibidem). Pequim, no entanto, insistiu sensatamente no reembolso dos empréstimos sob a forma de petróleo. O petróleo foi arranjado como garantia para o reembolso de empréstimos, já que era amplamente sabido na época que a Venezuela tinha as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo. A preocupação problemática aqui é que a maior parte deste acordo foi estabelecida quando os preços do petróleo pairavam a mais de 100 dólares por barril. Os preços do petróleo no mercado mundial flutuaram ao redor dessa cotação durante o período de aproximadamente 2007 a 2014.

No entanto, os preços do petróleo sofreram uma queda severa desde janeiro de 2016. A queda de preços tem sido tão severa que os preços do petróleo agora variam perto de cerca de 30 dólares por barril (ibidem). Isto se torna uma questão importante para a Venezuela, pois sua etiqueta de preços para completar seus pagamentos da dívida agora explodiu. Para pagar agora Pequim, a Venezuela deve enviar dois barris de petróleo para cada um dos barris com os quais havia concordado originalmente.

Os acordos chineses de investimento e empréstimo são geralmente destinados a abrir novos mercados de exportação e garantir acesso a recursos naturais (Chellaney, 2017). A razão pela qual a China tinha originalmente se aproximado da Venezuela era que, naquele momento, a China estava interessada em ganhar amigos no Hemisfério Ocidental. Isto junto com a necessidade de garantir o acesso ao petróleo também coincidiu com os interesses da Venezuela. A Venezuela estava interessada em diversificar sua base de clientes fora dos Estados Unidos (Ríos, 2013). No entanto, esta coincidência de interesses não significou que a China tivesse oferecido qualquer tipo de desconto em seus empréstimos. A China emprestou em taxas exorbitantes para a Venezuela. Agora, a China se recusa a renegociar essas dívidas, mesmo com a economia e a indústria petrolífera venezuelanas enfrentando dificuldades. Estrategicamente, a Venezuela deixou de ser o aliado mais próximo que a China tinha na América Latina e no Caribe e passou a ser um grande devedor. Uma inadimplência venezuelana poderia ter graves consequências, na visão chinesa.

Através da NRS, a China vê uma oportunidade de expandir sua influência, fazendo aliados e assegurando recursos ao mesmo tempo. Hoje a China está em uma posição ainda melhor para realizar tais negócios, para estabelecer parceiros no Hemisfério Ocidental e ao mesmo tempo garantir recursos. A China tem constantemente alavancado sua força financeira e sua experiência em infraestrutura. Com base no modelo venezuelano, a China planeja avançar com o mesmo tipo de acordo como parte da sua estratégia para a NRS (Balding, 2019). Isto é um motivo de preocupação, visto que os investimentos e empréstimos chineses vêm com condições, tais como o fato de que os projetos empreendidos em outros países devem ser concedidos às empresas chinesas e pelo menos 50% do material, do equipamento, da tecnologia ou dos serviços têm de ser originário da China (Mobley, 2019).

A relação insustentável da China com a Venezuela é um exemplo claro de como o a Nova Rota da Seda chinesa poderia levar a um cenário de endividamento. Isto junto com as cláusulas como a necessidade de conceder os projetos, no âmbito da NRS, a empresas chinesas e 50% do material, equipamento, ou serviços que tenham que ser obtidos na China é uma

questão de grande preocupação. Isto faz com que os Estados economicamente mais fracos se tornem dependentes da China a longo prazo, uma vez que são incapazes de sustentar o pagamento de empréstimos, assim como no caso da Venezuela. Este fenômeno é definido como uma armadilha de endividamento. Uma armadilha de endividamento é normalmente definida como "Uma situação em que uma dívida é difícil ou impossível de ser paga, devido aos altos juros que impedem o pagamento do valor total[6]" ("Debt Trap | Meaning of Debt Trap by Lexico", n.d., nossa tradução). Uma armadilha de dívida ajuda a nação credora a alavancar sua influência ou pressionar os Estados-nação a seguir as políticas que beneficiam o credor. Esta é uma situação com a qual os Estados-nação menores podem se deparar caso não conseguirem pagar os empréstimos a longo prazo.

O exemplo venezuelano pode ser o caso mais extremo de uma relação de dívida que deu errado. Entretanto, esta não é uma ocorrência isolada em relação aos investimentos da China. Recentemente, muitos outros exemplos estão surgindo. O Corredor Econômico China-Paquistão (CECP) é cada vez mais analisado a respeito das maneiras como os interesses econômicos e de segurança da China podem ser prejudicados por acordos que deram errado (Ferchen, 2018). No Sri Lanka, o caso do Porto de Hambantota no qual o Sri Lanka teve de entregar o porto para arrendamento à China por 99 anos é mais um exemplo de um Estado-nação sujeito a uma armadilha de dívidas (Chellaney, 2017).

A China ainda não utilizou meios coercitivos (como uma opção militar) no caso da Venezuela. Se a China utilizar métodos mais coercivos para recuperar o dinheiro, o petróleo ou os portos que possui financiados, corre o risco de passar a impressão de que toda a sua retórica de uma relação "ganha-ganha" através da NRS e suas contribuições para o desenvolvimento cooperativo são, na verdade, apenas uma cortina de fumaça para um jogo mais tradicional de *realpolitik* de soma zero (Ferchen, 2018). Torna-se assim interessante observar a maneira como a China pretende recuperar suas dívidas da Venezuela e entender o porquê de a China continuar a emprestar enormes somas de dinheiro a estados economicamente mais fracos. A China sob a NRS continua a investir enormes somas de dinheiro de maneira similar ao que foi feito no caso venezuelano. Isso levanta a questão de até que ponto a atuação da Nova Rota da Seda na América Latina e no Caribe não é apenas uma ferramenta para a criação de um modelo de dependência.

6 No original: "A situation in which a debt is difficult or impossible to repay, because of the high-interest payments preventing repayment of the principal" ("Debt Trap | Meaning of Debt Trap by Lexico", n.d.).

A Nova Rota da Seda: Criando um sistema de dependências?

Cada Estado-nação enfrenta a dificuldade de ter recursos limitados para satisfazer suas necessidades. Para um poder crescente como a China, torna-se essencial garantir o acesso a recursos e a novos mercados. A era do uso da força bruta e da colonização de outros Estados para alcançar o objetivo acima mencionado já passou. No estudo das Relações Internacionais, a Teoria da Dependência tenta mapear como os Estados poderosos tentam assegurar seus interesses nacionais por outros meios que não sejam essencialmente ligados à imposição da força militar como o principal método. As práticas chinesas de investimento, como as vistas no caso da Venezuela, trazem à tona o questionamento sobre se elas estão seguindo um modelo similar baseado na teoria da Dependência (Abdenur, 2017). A Teoria da Dependência no estudo das relações internacionais enfatizou sobre as restrições impostas pela ordem política e econômica mundial que impediram nações menos desenvolvidas de alcançar seu pleno potencial e que, assim, foram obrigadas a depender das economias desenvolvidas. A Teoria da Dependência foi proposta pela primeira vez no final dos anos 1950. O crédito de propor esta teoria vai para o economista e estadista argentino Raúl Prebisch. No entanto, a teoria só ganhou destaque durante os anos 1960 e 1970. O cerne dessa teoria é que os Estados-nação estão divididos em três categorias, que são o núcleo, a periferia e os estados semiperiféricos. Há uma ênfase nas relações desiguais entre os Estados do mundo inteiro (Zimmerman, 1978). Estas relações desiguais são exacerbadas na América Latina quando as indústrias europeias e estadunidenses estabeleceram seu controle econômico sobre os recursos (Kaufman et al., 1975). Esta explicação se baseia na proposta de que os Estados centrais são economicamente bem desenvolvidos, os Estados semiperiféricos são estados em desenvolvimento que estão no processo de se tornar um Estado desenvolvido e os Estados periféricos são os Estados em que há uma estrutura econômica muito frágil, geralmente causada pela falta de modernização (estes Estados periféricos são geralmente os estados anteriormente colonizados que foram explorados). O subdesenvolvimento nos estados periféricos de acordo com a teoria é causado principalmente pelo Sistema Internacional (Munro, n.d.). Os Estados-nação afetados na economia mundial (os semi-periféricos e os periféricos) são tipicamente Estados subdesenvolvidos que oferecem mão de obra barata e matérias-primas no mercado mundial. Os Estados centrais (desenvolvidos) possuem os meios para transformar os recursos em produtos acabados. Os próprios recursos vendidos pela estados periféricos como matéria-prima são vendidos de volta a eles como commodities acabadas a preços muito mais altos, esgotando seus recursos de capital. Este capital poderia ter sido dedicado ao melhoramento

da sua própria capacidade produtiva por parte dos Estados periféricos. Isto resulta em um vicioso ciclo que leva à divisão da economia mundial entre um núcleo rico e uma periferia pobre.

No contexto da Nova Rota da Seda, os chineses estão em posição de realizar negócios em que os Estados menos desenvolvidos da América Latina e da região do Caribe sejam vulneráveis e por isso se tornem vítimas, como os Estados da Teoria da Dependência. É essencial compreender a relação entre a China e a região para avaliar se está sendo criado um modelo de dependência usando a NRS como meio. As relações comerciais entre a China e a LAC não eram significativas. Isto porque a América Latina e a região do Caribe foi considerada como uma zona de influência dos Estados Unidos da América. Entretanto, a China está lentamente começando a fazer incursões consideráveis na região. O comércio anual total entre a China e a América Latina subiu para mais de 200 bilhões de dólares em 2014 (Schechter, 2019). Este é um aumento significativo e, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as exportações da América Latina para a China aumentaram em cerca de 30% em 2017 (ibidem). Este crescimento exponencial nas relações econômicas pode ser atribuída a um aumento dos preços do petróleo, dos minerais e de outras commodities. A China se tornou o maior parceiro comercial de Brasil, Chile e Peru em um curto espaço de tempo. Junto com um aumento do comércio, os investimentos da China também dispararam. A preocupação aqui é em relação ao tipo de investimento. Um relatório do Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston aponta para o tipo de investimentos empreendidos pela China (ibidem). As empresas chinesas usam, em grande parte, o método "greenfield" de investimento estrangeiro direto na região. A definição comumente aceita para um investimento "greenfield" é que ele é "um tipo de investimento estrangeiro direto (IED) no qual uma empresa matriz cria uma empresa subsidiária em outro Estado, construindo suas operações a partir do zero[7]". (Abdenur, 2019, tradução nossa). Os investimentos do tipo "greenfield" autorizam a construção de novas instalações de produção. Tais empreendimentos incluem ainda a construção de novos centros de distribuição, escritórios, e alojamentos. Esta característica do tipo de investimento "greenfield" indica que ele proporciona o mais alto grau de controle para a empresa patrocinadora (ibidem). Isto poderia levar a contratos comerciais injustos, uma vez que será difícil para os Estados latino-americanos regularem os investimentos chineses. A China, nos últimos anos, tem aumentado tais investimentos na América Latina através de suas empresas. As empresas chinesas aumentaram seu investimento baseado no

7 No original: "A type of foreign direct investment (FDI) in which a parent company creates a subsidiary in a different state, building its operations from the ground up" (Abdenur, 2019).

padrão "greenfield" de IED na América Latina em aproximadamente US$ 29,5 bilhões de 2013 a 2017 (ibidem). Desde 2008, a América Latina se tornou o segundo maior destino das finanças chinesas. A recente tendência nos investimentos chineses é que os investidores chineses estão diversificando seus investimentos para além das indústrias de extração. Seu foco geográfico que se concentrava principalmente na Venezuela também está mudando para uma perspectiva mais abrangente. Os investimentos no Brasil e na Argentina progrediram a tal ponto que os chineses estão se concentrando em projetos bancários e de infra-estrutura, tais como estradas de ferro, usinas elétricas e portos. (Schechter, 2019). Isto se assemelha muito ao modo como os acordos da NRS têm sido realizados em outros países, como o Paquistão, por exemplo, sob o corredor econômico China-Paquistão (Chellaney, 2017). Estes investimentos são um motivo de preocupação principalmente devido às políticas chinesas que têm sido criticadas por empregar métodos como a "armadilha da dívida", para garantir seus interesses (ibidem).

Estudiosos como Matt Ferchen, no entanto, afirmaram que a Nova Rota da Seda da China é um pouco mais do que só uma "armadilha de dívidas" (Ferchen, 2018). No entanto, os números falam por eles mesmos. De acordo com um relatório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a partir de janeiro de 2018 em "Explorando novas formas de cooperação entre a China e a América Latina e o Caribe", foi relatado que 80% dos empréstimos internacionais concedidos aos estados latino-americanos de 2005 a 2016 tiveram origem no Banco de Desenvolvimento da China (Schechter, 2019). O montante desses empréstimos totaliza um total assombroso de US$141 bilhões. Isto é altamente significativo considerando o fato de que os empréstimos chineses aos governos da região excedem os empréstimos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco de Desenvolvimento da América Latina juntos (ibidem). A questão aqui é que os empréstimos concedidos pelas instituições financeiras multilaterais geralmente insistem na prestação de contas e reformas como condições para a concessão desses empréstimos. Em contraste, os empréstimos concedidos pela China não exigem medidas que insistam em reformas estruturais ou na prestação de contas. Em vez disso, eles determinam que os projetos vinculados aos empréstimos devem ser concedidos a empresas chinesas e que pelo menos 50% de material, equipamento, tecnologia ou serviços utilizados devem ser provenientes da China. Os investimentos iniciais em infraestrutura feitos pela NRS já foram sujeitos a exame minucioso devido a este tipo de prática adotada pela China. A China é conhecida por usar a estratégia da armadilha de endividamento

para "reformular as relações internacionais a seu favor[8]" (Mobley, 2019, tradução nossa). Isso geralmente é feito através da criação de um modelo de dependência com o país parceiro da NRS. Isso se reforça à medida que "mais da metade das nações que fazem parte da NRS são classificadas como sucata ou não classificadas, devido a fraquezas políticas e econômicas" (ibidem). Os estados latino-americanos têm opções limitadas e são muito vulneráveis à dependência e à coerção econômica, pois a acumulação de empréstimos sem reformas pode criar uma grave crise, como visto no caso da Venezuela.

No entanto, a NRS não pode ser recusada pela região, uma vez que a China se ofereceu para fornecer empréstimos a Estados com os quais outros financiadores estão muito relutantes em se engajar. Isto tem levado à preocupação de que se trata de um estratagema da China para ganhar ativos e construir influência através da diplomacia e da coerção econômica. Do ponto de vista regional, embora estes investimentos e empréstimos ofereçam infraestrutura e oportunidades de investimento que, de outra forma, poderiam não ter estado disponíveis. A questão quanto a se a região será capaz de evitar tornar-se vítima de coerção econômica dependerá da capacidade dos Estados da região de alcançar um equilíbrio equitativo entre os interesses da China e os seus próprios interesses. Para atingir um equilíbrio justo, os Estados precisam estar cientes de sua saúde política e econômica, bem como de sua capacidade de se proteger contra o excesso de dependência em relação à China. Mas a questão permanece sobre se as nações da América Latina e do Caribe podem deixar de serem meras nações periféricas fornecedoras de matérias primas para China que está a caminho de se tornar um Estado desenvolvido (a China ainda tem um longo caminho a percorrer antes de ser classificado como uma nação desenvolvida) ou se podem se tornar parceiros em pé de igualdade na NRS. Isto depende se a ascensão da China no cenário mundial será pacífica.

A Nova Rota da Seda: Os meios para a ascensão pacífica da China ou uma agenda de dominância na América Latina?

A Nova Rota da Seda merece tanto elogios quanto críticas. A China se interessou e investiu em Estados onde outros emprestadores estão relutantes em se engajar. Por exemplo, os fabricantes chineses BYD e Yutong venderam 200 ônibus elétricos para o Chile em 2019 (The Chile Embrace: Beijing Charts path into Latin America - Belt Road News, 2019). Tais iniciativas da China demonstram uma mudança dramática no relacionamento dela com

8 No original: "reshape international relations in its favor" (Mobley, 2019).

essa região. A capital do Chile (Santiago) agora têm a segunda maior frota de ônibus elétricos do mundo inteiro (ibidem). Enquanto que as maiores economias latinoamericanas, Brasil e México, permanecem céticas em relação à NRS, a China está cada vez mais focada em fazer incursões na região para Estados como o Chile. O Chile tem uma economia em rápido crescimento, um governo estável e recursos naturais, o que o torna uma meta importante para os esforços da China em expandir seu alcance global. Este desenvolvimento também mostra o progresso da tecnologia chinesa, a qual pode elaborar produtos acessíveis e ambientalmente conscientes. Isto pode ajudar imensamente as cidades super populosas da América Latina a reduzir sua poluição. Entretanto, muitos estudiosos têm argumentado que a verdadeira intenção da China é usar a NRS para melhorar sua situação econômica, política e de segurança. A China, por sua vez, declarou que esse megaprojeto é um benefício econômico para os países parceiros e tem o destacado como um dos meios para a China se desenvolver pacificamente. Este é um argumento positivo.

No entanto, é essencial olhar também a partir de outras perspectivas. O Doutor John J. Mearsheimer em seu trabalho "A Tragédia da Política das Grandes Potências" usou sua abordagem de Realismo Ofensivo para oferecer importantes insights sobre a ascensão chinesa. Um de seus principais argumentos foi que, se a China continuasse a crescer economicamente, ela acabaria por tentar dominar a Ásia. Isto fará com que os Estados Unidos (considerados como a hegemonia e o líder do mundo livre) se esforcem ao máximo para impedir que a China alcance tal hegemonia regional. O resultado deste choque de interesses nacionais, segundo o Dr. Mearsheimer será uma intensa competição de segurança com potencial significativo para guerra (Mearsheimer, 2014). Segundo ele, é pouco provável que a ascensão da China seja tranquila. Essa visão foi criticada, mas, de acordo com Jennifer Lind, a China já está seguindo as estratégias de hegemonias regionais anteriores. Ela afirma que a China está usando a coerção econômica para subordinar outros países à sua vontade (Lind, 2018). A China, segundo Jennifer Lind, está intervindo na política interna de outros Estados para obter políticas e acordos mais favoráveis para si mesma. Isto pode ser apoiado por evidência também. Pode-se ver que a China tem sido bem sucedida em implementar isto em Estados como o Camboja, que está disposto a servir como representante da China dentro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Alguns estudiosos associam o envolvimento da China utilizando a NRS na América Latina como um meio para assegurar suas necessidades energéticas sempre crescentes, o que é chamado de uma espécie de "mercantilismo energético" (Mobley, 2019). Isto vem no contexto da insegurança da China

com a capacidade dos Estados Unidos para usar seu acesso ao petróleo como uma arma. A China teme a possibilidade de ser coagida e enfrenta o dilema de Malaca (a China depende muito da importação de petróleo que tem que passar pelo Estreito de Malaca, que é considerado como um choke point - ponto de estrangulamento - e por isso poderia ser usado pelos inimigos da China para ganhar vantagem). A expansão da NRS para a América Latina e o Caribe é vista como um meio de assegurar múltiplas fontes e rotas de fornecimento de energia. A China também está construindo tais relações globalmente para garantir votos favoráveis na Assembleia Geral das Nações Unidas e em outros organismos multilaterais (Babineau & Farah, 2019). Outra prioridade para a China é fortalecer sua posição como o governo chinês legítimo no Hemisfério Ocidental (ibidem). Pequim considera Taiwan como uma província chinesa separatista. A China tenta evitar que os países estabeleçam laços com a ilha. Em 2017, o Panamá estabeleceu laços diplomáticos com Pequim depois de romper os laços com a autodeterminada Taiwan. Essa é uma grande vitória para a China, que se tornou agora o segundo cliente mais importante do Canal do Panamá, um dos canais de navegação mais importantes do mundo (Group including Chinese firm begins Panama port project, 2017). Após o Panamá, a República Dominicana cortou os laços com Taiwan em maio de 2018 e El Salvador em agosto de 2018 (Babineau & Farah, 2019). Isto deixou Taiwan com apenas 17 aliados diplomáticos formais, o que é um motivo de preocupação para os Estados Unidos da América. Esses acontecimentos indicam a vontade crescente dos Estados da LAC em aceitar a NRS e a China, o que não é bem visto pela atual superpotência estadunidense. Isto se deve ao fato de que os Estados Unidos e a China têm diferenças de opinião devido a sua visão da política mundial.

Em seu artigo "The Strategic Price of Neglect", Peter Schechter adverte os Estados Unidos sobre o preço que pagarão se não se envolverem ativamente na região da América Latina. Os Estados Unidos consideram a América Latina como já estando em sua esfera de influência e portanto tomaram como certo que continuariam a gozar de uma influência predominante na região. Esta atitude pode ser percebida na falta de atenção dos formuladores de políticas dos Estados Unidos. É bem sabido que a América Latina não tem gozado de favoritismo comercial por parte dos negócios estadunidenses, apesar de se situar geograficamente próxima. Peter Schechter e outros estudiosos têm pedido mais assistência, mais visitas presidenciais e estruturas políticas mais criativas para a região da LAC. As incursões feitas pela China são uma ameaça para a tradicional área de influência dos Estados Unidos (Roa, 2019). O crescente interesse da China na região não tem vindo sem controvérsias. Este interesse fez com que os funcionários dos Estados Unidos passassem

a alertar a América Latina sobre a natureza "predatória" da China e sobre as armadilhas de endividamento que esta última criou para os países em desenvolvimento (Churchill, 2018).

As práticas seguidas pela China na concessão de empréstimos ou em investimentos muitas vezes exigem que os projetos feitos nos países parceiros sejam concedidos a empresas chinesas e que pelo menos 50% do material, equipamento, tecnologia ou serviços sejam de origem chinesa. Tais cláusulas, conforme explicado anteriormente, poderiam ser usadas por uma nação mais forte para pressionar Estados mais fracos. Isto cria uma espécie de dependência, já que os Estados latino-americanos e caribenhos muitas vezes não possuem a força necessária para enfrentar a China. A China também tem sido muito sigilosa, uma vez que os acordos assinados sob a NRS na região da LAC têm sido obscuros. Os projetos que têm a participação de empresas chinesas podem estabelecer um monopólio sobre matérias-primas e recursos escassos e usar seu poder para impor seu controle sobre Estados menores como os latino-americanos.

Além de todas as observações cépticas, as crescentes capacidades de energia renovável da LAC podem ser atribuídas aos investimentos chineses. Isto é feito sob Plano de Cooperação China-Países Latino-americanos e do Caribe (Lu, 2017). Mesmo quando as empresas europeias assumem os projetos, alguns de seus equipamentos são provenientes da China (Albe & Sarah, 2021). De 2011 a 2018, a maioria dos investimentos chineses foram no setor energético (Ding et al., 2021). Não apenas no setor energético, mas os investimentos chineses também são significativos em agricultura e infraestrutura (Neves & Tulio, 2022). Isto mostra que a América Latina se beneficia economicamente de investimentos chineses. Entretanto, como discutido anteriormente, os países da LAC devem ser cautelosos em relação a possíveis armadilhas da dívida.

É muito cedo para julgar se a China está utilizando a NRS na América Latina e no Caribe como uma estratégia para ganhar influência ou se a China realmente busca um desenvolvimento pacífico. Isto junto do fato de que todo o quadro da Nova Rota da Seda na região não está claro, devido à falta de transparência e à escassa disponibilidade do Memorando de Entendimento assinado no pela iniciativa da NRS na América Latina, levanta suspeitas sobre as intenções chinesas. Peter Schechter aponta que haverá inevitavelmente um debate sobre o papel da China na América Latina mais cedo ou mais tarde. Isso porque, apesar da falta de clareza no que diz respeito aos objetivos da NRS na América Latina e no Caribe, o sucesso ou o fracasso do megaprojeto na região determinará ou moldará a visão do resto mundo sobre a Nova Rota da Seda como um todo. Margaret Meyers continua a se perguntar se

a China entendeu que o apelo aos governos latino-americanos, com uma retórica inclusiva e com políticas de desenvolvimento, pode ser melhor do que a abordagem estadunidense. Se este for o caso, então a China será capaz de provar que é um líder para os Estados em desenvolvimento do mundo e que, ao aderir à NRS, o mundo se beneficia. Os Estados Unidos, por outro lado, devem ser capazes de provar que suas afirmações de que o BRI é uma ferramenta estratégica dos chineses para colocar os Estados-nação menores sob sua influência não é apenas uma mera retórica para travar a ascensão da China. Para isso, os Estados Unidos devem fornecer apoio econômico à região. No entanto, como Peter Schechter apontou corretamente, os Estados Unidos devem ir além da narrativa de olhar para os estados latino-americanos através da lente das drogas, do crime e da imigração para fornecer tal apoio. Ele afirma ainda que os Estados Unidos estão em um momento histórico onde o preço de negligenciar a região é simplesmente a abdicação de sua influência para o seu rival estratégico mais importante - a China. O autor apela para que os EUA e seus aliados construam um "arco de confiança" de nações democráticas e orientadas para o Ocidente que tenham fé na ordem baseada em regras e que escolham a abertura e a inclusão para todos.

No entanto, a construção de uma ordem internacional baseada em tais regras será um desafio. O Doutor Evan Ellis, que é professor de pesquisa de Estudos Latino-Americanos na Faculdade de Guerra do Exército dos EUA, aponta para como a China não adere aos principais inquilinos da ordem mundial liberal (Ellis, 2019). A forma como a China opera é um desafio para os Estados Unidos, visto que o aumento da influência chinesa em um mundo no qual os Estados Unidos têm promovido seus objetivos ativamente através de sua política externa configura uma ameaça para toda essa estrutura. A China também tem sido acusada do desejo de ganhar influência hemisférica. A China tem demonstrado uma atitude em grande parte desprovida de considerações sobre questões como degradação ambiental, estado de direito, instituições democráticas em funcionamento, e repressão interna. Por exemplo, na capital do Equador (o Equador assinou o acordo da NRS), Quito, dispositivos de vigilância por vídeo de fabricação chinesa são instalados nas esquinas das ruas e dentro de edifícios (Carvalho, 2019). Em 2011, o Equador introduziu um sistema de monitoramento em espaços públicos que compreende também a tecnologia de reconhecimento facial. A adoção de tais tecnologias chinesas deu origem a preocupações relacionadas aos direitos humanos, uma vez que as imagens capturadas usando estas câmeras do tipo CCTV também têm sido usadas para vigilância e coleta de informações. O uso de tal tecnologia ajuda na repressão interna (ibidem). A falta de privacidade e de preocupação com os direitos humanos ajuda a explicar a disposição da

China de emprestar grandes quantias de dinheiro para o regime de Maduro na Venezuela. A China demonstrou que não está preocupada com valores tais como direitos humanos, Estado de direito, etc. Desde que a China veja uma oportunidade de assegurar suas demandas, precisa continuar a ajudar os governos de seus aliados. O resultado de tal desconsideração para com as normas estabelecidas pode levar a um confronto. A visão amplamente dominante estadunidense é que as empresas chinesas estão prejudicando a América Latina ao investir principalmente nas áreas de extração e transporte de suas preciosas matérias primas.

Além da exploração dos recursos naturais e dos riscos econômicos da NRS, a nova esquerda também parece apoiar os chineses e não os europeus e os EUA. Os aumentos dos investimentos chineses em recursos naturais e em infraestrutura fazem parte da abordagem da nova esquerda na LAC (Pickup, 2018). Os líderes Hugo Chavez, Evo Morales, Rafael Correa são considerados proponentes da "nova esquerda" na LAC. Hugo Chavez defendeu abertamente um mundo multipolar mostrando sutilmente seu ressentimento em relação à crescente hegemonia americana (Ellner, 2012), P. 104). A recém eleita líder Xiomara Castro de Honduras (Arsenault, 2021), Gustavo Petro de Columbia (Vishwanathan, 2022), líderes do Chile e do Brasil (Londono et al., 2022), e México, Argentina, Bolívia, Peru (The Economist, 2022) são categorizados como nova esquerda. A partir desse fato, não é um exagero inferir que eles permitiriam o aumento da influência chinesa.

Para a região da América Latina e do Caribe, um confronto entre os Estados Unidos e a China pode levar a consequências desastrosas e atrasar sua busca pelos seus objetivos de desenvolvimento. Por isso, os Estados latino-americanos devem ser cuidadosos enquanto assinam os acordos da NRS, pois há uma possibilidade de que os Estados-nação sejam forçados, como aconteceu durante a Guerra Fria, a escolher lados. O desafio para os Estados da LAC será explorar as possibilidades que a competição entre EUA e China oferece a eles sem que se tornem vítimas dessa disputa.

Investimentos pós-pandêmicos da Nova Rota da Seda

O diretor de investimentos e empreendimentos da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), James Zhan, disse que as economias da região da LAC seriam empurradas para uma profunda recessão por causa da pandemia da COVID-19 (UNCTAD, 2020). O principal fator para isso é visto como sendo a redução dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) na região. Antes do COVID-19

atingir o mundo, os fluxos de IED para esta região estavam atolados com implicações estratégicas. Logo no início da pandemia no mundo, é possível perceber uma crescente afluência de capitais chineses à região. Em 2018, a China foi responsável por mais de 20% do fluxo de IED nas regiões (Chen, 2018) . Os chineses investiram em empresas de alta tecnologia promovendo ativos globais (Rolando Avendano, 2017, p. 4). A tendência da China de aumentar os fluxos de capital externo está definitivamente ajudando a região da LAC, embora seja um movimento estratégico. O papel da China na LAC, no mundo pós-pandêmico, será o mesmo que foi durante os tempos da crise financeira de 2008? Pode-se argumentar que é possível ir para os dois lados, mas a maioria dos investimentos aumentaria. Não pode ser ignorado que a China tem potencial para prestar assistência financeira e técnica à LAC e é um concorrente em pé de igualdade com os EUA. Antes da pandemia, o declínio dos investimentos dos EUA na América Latina foi atribuído à saída dos estadunidenses da Parceria Transpacífica [TPP] (Rolando Avendano, 2017, p. 5). Os crescentes distúrbios políticos internos nos EUA abriram uma oportunidade para a China estender uma mão estratégica de ajuda aos países da LAC. O foco crescente da China no setor de serviços a incentiva ainda mais a fornecer sistemas de vigilância e serviços de saúde. Já empresas chinesas como Huawei, ZTE e Bank of Communications fizeram suas incursões no mercado doméstico (Robert Greene, 2020, p. 7). Tencent é vista como um investidor emergente para as empresas iniciantes da região (Asia Unbound, 2021). Um artigo publicado no The Diplomat argumenta que se a LAC perceber que a China está empenhada no caminho neocolonial para derrubar a hegemonia dos EUA globalmente, os estados da LAC teriam menos incentivo para cooperar (Bernhard, 2021). Mas um relatório da Baker McKenzie diz que a pandemia de Covid-19 deu origem aos investimentos no desenvolvimento da infraestrutura digital (GRI News Reports, 2020, p. 5). Outra grande abertura para a China são seus investimentos no setor da saúde (Koop, 2020). Estas duas áreas seriam suficientes para conquistar toda a influência, se feitas de forma eficaz. Tecnologias digitais como a inteligência artificial e sistemas de vigilância proporcionariam à China acesso aos dados dos cidadãos. Tal acesso, se não regulamentado, daria à China o controle da percepção da LAC. Entretanto, o argumento de hegemonia e controle social não pode ser aplicado somente para a China. Ele se implica igualmente aos EUA. Assim, cabe aos Estados da América Latina e do Caribe (LAC) decidir em que condições eles permitiriam os investimentos.

A importância estratégica da região da LAC pode ser compreendida observando-se os registros aduaneiros da China durante a pandemia. Sua importação de alimentos aumentou durante o primeiro trimestre de 2020 (Yunxia, 2020). Este comércio garantiu o livre fornecimento de alimentos para

a China durante a pandemia. Os estudiosos opinam que as futuras guerras seriam travadas por causa de alimentos e água. Em tal cenário, estender os laços pelo mundo e assegurar o interesse nacional torna-se inevitável. A China parece ser o caminho certo para enfrentar suas crescentes demandas.

O conflito entre a potência dominante, os Estados Unidos, e a grande potência emergente, que é a China, é melhor explicado pela Teoria da Transição do Poder de Organski. Essa subteoria neo-realista propõe fortemente que o poder nacional inclua os aspectos socioeconômicos e recursos políticos. Tal desenvolvimento na compreensão do conceito de poder é derivado dos frutos econômicos proporcionados pela industrialização, pela mudança demográfica e pela capacidade da elite para fazer uso de uma demografia industrial qualificada (Kugler & Organski, 1989, p. 181). O poder de um Estado é calculado por Poder = (Produção Econômica per Capita x População) x Capacidade Política Relativa Onde a Capacidade Relativa de Poder (RPC) é a relação entre a receita esperada e a receita gerada. Quando tal poder calculado de grande poder excede os poderes dominantes, o conflito surge. No caso da Nova Rota da Seda da China e sua briga com os EUA, a RPC da China pode ter aumentado quando comparada com a RPC dos EUA nessa região. Os EUA consideram a China como um Estado beligerante. Gilpin argumenta que um Estado dominante tentaria proteger seu status como hegemon quando emerge um rival. Ele também propõe que um hegemon concorrente possa surgir com sucesso, caso ele tenha tecnologia superior e capacidade organizacional (Gilpin, 1988, p. 8).

A Rota da Seda Digital da China

A Rota da Seda Digital (RSD), que foi anunciada em 2015 no Livro Branco do governo chinês visa fornecer assistência para melhorar as comunicações digitais, as capacidades da rede, e quase todas as outras infraestruturas de internet essenciais. Não apenas com financiamento, a China também ajuda seus países vizinhos de outras maneiras, como a Huawei na exportação de suas tecnologias inovadoras tipo o 5G. Dada a volatilidade política na LAC, não deve surpreender o mundo se eles pedirem tecnologia de vigilância de alta tecnologia da China. Tais tecnologias, sem qualquer regime de regulamentação de dados atualmente em todo o mundo, acabariam por levar os estados da LAC ao que chamamos de "armadilha de dados".

Não apenas com a China, mas o medo de entrar em uma armadilha de dados seria verdade, mesmo que os Estados tomassem assistência dos EUA. Os vazamentos de Edward Snowden indicam que o governo dos EUA não é diferente da China quando se trata de comportamento de vigilância. Pelo menos, o governo de Xi Jinping enfatiza a soberania cibernética. A

China até declarou que todos seus projetos de infraestrutura digital ao longo da NRS adeririam às leis soberanas das regiões pelas quais passará (Robert Greene, 2020). Outro desenvolvimento interessante do RSD é que ele não é realizado como uma abordagem de cima para baixo . Ao invés disso, as empresas chinesas são incentivadas a prestar serviços internacionais (Robert Greene, 2020) . Isto faz com que a armadilha de dados seja invisível. A fim de ficar longe da armadilha de dados, os países clientes da RSD devem conhecer as leis domésticas chinesas e também devem se preocupar com a estrutura social e política da nação. No entanto, o apoio imediato à infraestrutura de saúde e uma infraestrutura digital barata e confiável só são fornecidos pela China. Além disso, as pessoas dos países clientes são treinadas e educadas, além de apenas receberem a tecnologia. Este acordo de armadilha de dados vem na forma de cavalo de tróia, se a China optar pela espionagem de dados.

A desvantagem que os estados da LAC encontrarão é a distância geográfica da China. As infraestruturas digitais alternativas podem ser aproveitadas a partir dos EUA a algum custo. Se a China tem que estabelecer sua influência, tem que se envolver completamente com a LAC. Toda a infraestrutura digital da região, especialmente a fabricação de hardware, deve ser feita na LAC. Até agora, a RSD tornou visível sua entrada em nações africanas. Os EUA com seu ego de superioridade cultural não pode estabelecer outro lar na África e adotar algumas das culturas africanas. O segundo Fórum da Rota da Seda, pela primeira vez, realizou uma sessão sobre a RSD. Ela propôs mais de 30 estados, incluindo Cuba. No âmbito da infraestrutura digital, o Brasil é a região mais investida pela empresa chinesa Huawei. Essa empresa está envolvida na construção de infraestrutura de rede, instituições de pesquisa e treinamento (Malena, 2021, p. 8).

O governo estadunidense anunciou em meados de 2008 a Conectividade Digital e Parceria de Cibersegurança (DCCP), voltada para o Indo-Pacífico. Tais parcerias devem ser iniciadas na região da LAC para sustentar sua influência. No entanto, não se pode ignorar que o futuro da geopolítica não é mais explicável de forma válida através da teoria da estabilidade hegemônica ou das estruturas hierárquicas. Ou haverá polos de poder horizontalmente variados ancorados às instituições regionais, ou, voltando ao conceito de soberano, haverá o conceito de rei.

Conclusão

A NRS evoluiu significativamente a partir do conceito inicial de Um Cinturão e Uma Rota (OBOR) proposto pelo Presidente Xi Jinping em 2013. Os líderes e diplomatas da América Latina e do Caribe estão indicando uma

maior disposição para fazer parte da NRS. Apesar das grandes economias, como Brasil e México, ainda não assinarem os acordos da NRS, o engajamento chinês com esses Estados é um de seus objetivos. A China tem feito isso com Estados como o Chile, o que permitiu a ela tornar-se um agente político importante na região. A China também diversificou seus engajamentos e passou de um foco estreito apenas na Venezuela para incluir mais Estados como parceiros na região. A maior preocupação com a NRS nesta região tem sido com o que a China busca ganhar incluindo a região sob a bandeira da NRS. Apesar do crescente interesse chinês em ampliar a Nova Rota da Seda para a região da LAC e o entusiasmo sustentado na própria região sobre essa possibilidade, não fica claro o que exatamente a NRS pretender fazer com a região (China's Belt and Road Initiative in Latin America and the Caribbean, 2018). Uma possibilidade é que os Estados da América Latina e do Caribe possam atrair mais apoio financeiro do Estado chinês, como resultado da adesão à NRS (Myers, 2018). Os investimentos chineses em infraestrutura podem vir a ser uma bênção para esta região, especialmente porque a região procura resolver seu déficit crítico (ibidem).

O outro desafio para a região é que muitos projetos chineses têm sido cada vez mais questionados por organizações não-governamentais devido a violações dos direitos humanos (Carvalho, 2019). Por exemplo, a Bolívia adotou um "sistema de resposta a emergências" desenvolvido por uma empresa. A empresa em questão foi financiada com um empréstimo de Pequim (ibidem). O sistema de resposta de emergência é utilizado para a vigilância de seus próprios cidadãos. Isto é perturbador, pois a vigilância é usada por regimes autoritários para reprimir qualquer tipo de oposição e para reprimir as pessoas de expressarem sua opinião. A Venezuela começou a emitir cartões da pátria desde 2016 utilizando tecnologia chinesa (ibid.). O cartão da pátria é um certificado de identidade que os ativistas de direitos humanos temem que seja usado para vigilância ou para infringir a privacidade. Outro obstáculo emergente tem sido o não-cumprimento das normas ambientais por parte dos chineses. O acadêmico argentino Ariel Armony e o pesquisador mexicano Enrique Dussel Peters afirmam que a maioria dos projetos na região tem sido confrontada com uma resistência local devido a preocupações ambientais (ibidem). Os povos indígenas estão preocupados com a poluição e os danos causados aos seus moradores e à sua subsistência. Na Argentina, a construção das represas hidrelétricas Condor Cliff e La Barrancosa terminou em controvérsia. Os trabalhos de construção das barragens planejadas para serem construídas em Santa Cruz, na Argentina, foram iniciados sem uma avaliação de impacto ambiental. Isto levou o Supremo Tribunal Argentino a ordenar a suspensão dos projetos. Tal desconsideração pelas normas ambientais levou a um grave retrocesso, mas segundo as empresas chinesas a comunidade não

é um interlocutor válido, apenas o governo é (ibid.). Este tipo de diferença cultural e a diferença em termos de configuração política poderia levar a um grave choque de interesses. De acordo com Po Chun Lee, um economista taiwanês-equatoriano, o outro problema significativo é que "Onde quer que a China invista, eles tornam esse lugar muito chinês". Eles não dão importância à cultura nativa. Os chineses separam ou segregam os trabalhadores em termos de dividi-los em um acampamento chinês e um acampamento local. O problema aqui é que a China não leva a sério o cumprimento das normas internacionais. Esta é a própria razão pela qual existe uma visão cética em relação ao que a China faz. Esta é também a razão pela qual os realistas ofensivos, como John Mearsheimer, argumentam que a China não irá se desenvolver pacificamente, pois apesar de ter interdependência econômica com outros Estados, as práticas chinesas são um desafio à ordem estabelecida, baseada em regras que os Estados Unidos, a única superpotência, tem promovido. A posição chinesa no Mar do Sul da China, onde eles rejeitaram uma decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem - o arrendamento de 99 anos do Porto de Hambantota às empresas chinesas - devido ao fato do Sri-Lanka ter sido pego em uma armadilha de endividamento, mostrou claramente as políticas coercitivas da China em relação a Estados mais fracos (Chellaney, 2017). Esta é a razão pela qual os investimentos chineses estão sujeitos a um severo exame minucioso.

É também por isso que a política global pode vir a ser o fator decisivo no contexto do sucesso da NRS na região. Peter Schechter prevê que a América Latina é onde a luta para expandir o arco de confiança deve ser bem sucedida. O choque entre a superpotência atual, os Estados Unidos, e seus aliados contra a crescente potência chinesa vai manifestar-se nesta região. O potencial de crescimento da região faz dela um terreno possível para um conflito entre os Estados Unidos e a China. Se os Estados Unidos forem capazes de ampliar o apoio às economias da região, então as oportunidades chinesas de estender sua influência poderão diminuir. O desafio para os Estados da América Latina e do Caribe será explorar as possibilidades que os Estados Unidos da América e a concorrência chinesa oferecem sem se tornar suas vítimas. Isto não significa que o investimento chinês deva ser evitado ou que a NRS deva ser vista apenas de uma perspectiva negativa. Como já foi dito, a China está disposta a emprestar a Estados para os quais os outros não estão dispostos a emprestar. O investimento chinês, entretanto, deve ser melhor esclarecido e depende da capacidade dos países latino-americanos de garantir que eles obtenham negócios justos e transparentes. Para que a região se beneficie da NRS, ela deve pensar de forma estratégica e colaborativa sobre o desenvolvimento da infraestrutura regional. Juntos, os estados latino-americanos poderiam estar em melhor posição para conquistar benefícios, ao invés de fazerem acordos

de Estado a Estado com a China. As empresas chinesas, por sua vez, também expressaram o difícil ambiente de investimento como um grande desafio para prosseguir com os acordos da NRS. A grande distância entre a China e a América Latina, juntamente com ambientes regulatórios e processos de licitação complexos, atua como um impedimento para uma maior cooperação (Zhimin, 2018). Assim, para que os Estados latino-americanos e caribenhos se beneficiem, eles devem se concentrar em ter planos bem desenvolvidos para projetos de infraestrutura doméstica, estratégias regionais e até sub-regionais, ao mesmo tempo em que facilitam os ambientes regulatórios e os processos de licitação (Myers, 2018). Os estados da América Latina e do Caribe também devem criar as condições fundamentais necessárias para atrair investidores chineses. Como aponta Margaret Myers, os estados latino-americanos devem garantir que os projetos sejam orientados pela demanda e promover o crescimento econômico sustentável, responsável e de longo prazo. O maior desafio, portanto, está na capacidade dos Estados-nação latino-americanos e caribenhos de construírem uma relação baseada na igualdade, e evitarem tornar-se uma vítima da rivalidade das superpotências ou serem reduzidos a meros Estados periféricos completamente dependentes da China para suas necessidades.

REFERÊNCIAS

Abdenur, A. (2017). Skirting or Courting Controversy? Chinese FDI in Latin American Extractive Industries. Revue Internationale De Politique De Développement, 9(9), 174-198. doi: 10.4000/poldev.2365

Albe, Ignacio. Sarah, Phillips. (2021). China's Renewable Energy Investment in Latin America. The Dialouge. Retrieved from https://www.thedialogue.org/blogs/2021/09/chinas-renewable-energy-investment-in-latin-america/

Argentina wants to join China's Belt & Road Initiative - Belt & Road News. (2019). Retrieved from https://www.beltandroad.news/2019/12/18/argentina-wants-to-join-chinas-belt-road-initiative/

Arsenault, Chris. (2021). How left-wing forces are regaining ground in Latin America. Aljazeera. https://www.aljazeera.com/features/2021/12/14/how-left-wing-forces-are-regaining-ground-in-latin-america

Asia Unbound. (2021, January 19). China's Growing Trade and Investment in Latin America Outpaces Its Influence in the Region's Media and Civil Society. Retrieved from Council on Foreign Relations: https://www.cfr.org/blog/chinas-growing-trade-and-investment-latin-america-

outpaces-its-influence-regions-media-and

Babineau, K., & Farah, D. (2019). Extra-regional Actors in Latin America: The United States is not the Only Game in Town. PRISM, 8(1), 96-113. Retrieved from https://www.jstor.org/stable/e26597304

Balding, C. (2019). Venezuela's Road to Disaster Is Littered With Chinese Cash. Retrieved 2019, from https://foreignpolicy.com/2017/06/06/venezuelas-road-to-disaster-is-littered-with-chinese-cash/

Belt and Road Initiative (BRI). Retrieved 20 November 2019, from https://www.ebrd.com/what-we-do/belt-and-road/overview.html

Bernhard, I. (2021, January 16). China Is Expanding Its Foreign Policy Vision. Is Latin America Ready? Retrieved from The Diplomat: https://thediplomat.com/2021/01/china-is-expanding-its-foreign-policy-vision-is-latin-america-ready/

Carvalho, R. (2019). China in Latin America: partner or predator?. Retrieved September 2019, from https://multimedia.scmp.com/week-asia/article/3011618/beijing-conquest-latin-america/index.html

Chellaney, B. (2017). China's Debt-Trap Diplomacy | by Brahma Chellaney. Retrieved from https://www.project-syndicate.org/commentary/china-one-belt-one-road-loans-debt-by-brahma-chellaney-2017-01?barrier=accesspaylog

Chen, M. X. (2018, October 11). Foreign investment growth in the Belt and Road economies. Retrieved from worldbank.org: https://blogs.worldbank.org/trade/foreign-investment-growth-belt-and-road-economies

China's Belt and Road Initiative in Latin America and the Caribbean. (2018). Strategic Comments, 24(10), 8-9. doi: 10.1080/13567888.2018.1565141

Churchill, O. (2018). Pompeo warns Panama about accepting China's 'belt and road' loans. Retrieved 2019, from https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/2169449/mike-pompeo-warns-panama-and-other-nations-about-accepting

De Castro Neves, L. A. D., & Cariello, T. (2022). China's Growing Presence in Brazil and Latin America. In Transition and Opportunity (pp. 73-87). Springer, Singapore.

Debt Trap | Meaning of Debt Trap by Lexico. Retrieved from https://www.lexico.com/definition/debt_trap

Ding, D., Di Vittorio, F., Lariau, A., & Zhou, Y. (2021). Chinese Investment in Latin America: Sectoral Complementarity and the Impact of China's Rebalancing. International Monetary Fund. Retrieved from https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2021/06/07/Chinese-

Investment-in-Latin-America-Sectoral-Complementarity-and-the-Impact-of-Chinas-50217

Ellis, R. (2019). The U.S. Military in Support of Strategic Objectives in Latin America and the Caribbean. PRISM, 8(1), 26-39. Retrieved from https://cco.ndu.edu/Portals/96/Documents/prism/prism8_1/190306_PRISM8_1_Ellis.pdf?ver=2019-03-05-152841-827

Ellner, S. (2012). The distinguishing features of Latin America's new left in power: The Chávez, Morales, and Correa governments. Latin American Perspectives, 39(1), 96-114.

Ferchen, M. (2018). China, Venezuela, and the Illusion of Debt-Trap Diplomacy. Asiaglobal Online Journal. Retrieved from https://www.asiaglobalonline.hku.hk/china-venezuela-debt-trap-diplomacy/

Gilpin, R. (1988). Theory of Hegemonic War. Journal of Interdisciplinary History, 591-613.

GRI News Reports. (2020). CHINA'S BRI & LATIN AMERICA: A New Wave of Investments? Baker Mckenzie. Retrieved from: https://www.globalcompliancenews.com/2020/12/05/china-chinas-belt-and-road-initiative-bri-and-latin-america-a-new-wave-of-investments-09112020/

Group including Chinese firm begins Panama port project. (2017). Retrieved from https://in.reuters.com/article/china-panama/group-including-chinese-firm-begins-panama-port-project-idINL8N1MU072

Kaburi, R. (2019). Venezuela's Political Crisis - The Organization for World Peace. Retrieved 2019, from https://theowp.org/reports/venezuelas-political-crisis/

Kaufman, R. R., Chernotsky, H. I., & Geller, D. S. (1975). A preliminary test of the theory of dependency. Comparative Politics, 7(3), 303-330.

Koop, F. (2019). Belt and Road: The new face of China in Latin America. Retrieved 5 June 2019, from https://dialogochino.net/26121-belt-and-road-the-new-face-of-china-in-latin-america/

Koop, F. (2020, July 30). Coronavirus reshapes Belt and Road in Latin America. Retrieved from Dialogo Chino: https://dialogochino.net/en/infrastructure/36699-coronavirus-reshapes-belt-and-road-in-latin-america/

Kugler, J., & Organski, A. F. (1989). The Power Transition: A Retrospective and Prospective Evaluation. In M. I. Midlarsky, Handbook of war studies (pp. 171-194). Routledge.

Lanteigne, Marc. (2022). Argentina Joins China's Belt and Road. The Diplomat.

Retrieved from https://thediplomat.com/2022/02/argentina-joins-chinas-belt-and-road/

Lind, J. (2018). Life in China's Asia. Foreign Affairs. Retrieved from https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-02-13/life-chinas-asia

Londono, Ernesto. Julie, Turkewitz. Flavia, Milhorance. (2022). Leftists Are Ascendant in Latin America as Key Elections Loom.

Lu, J. (2018). China-LAC Energy Cooperation. Retrieved from https://ecommons.cornell.edu/bitstream/handle/1813/57406/JunLu-CIPAProfessionalReport.pdf?sequence=1

Malena, J. (2021, January 19). The Extension of the Digital Silk Road to Latin America:. Retrieved from Council on Foreign Relations: https://cdn.cfr.org/sites/default/files/pdf/jorgemalenadsr.pdf

Mearsheimer, J. (2014). Can China Rise Peacefully?. The National Interest. Retrieved from https://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204

MIller, B. (1992). Explaining Great Power Cooperation. World Politics, 45(1), 1-46. Retrieved from https://www.jstor.org/stable/2010517

Mobley, T. (2019). The Belt and Road Initiative. Strategic Studies Quarterly, 13(3), 52-72. Retrieved from http://www.jstor.org/stable/10.2307/26760128

Munro, A. dependency theory | Definition & Facts. Retrieved from https://www.britannica.com/topic/dependency-theory

Myers, M. (2018). China's Belt and Road Initiative: What Role for Latin America?. Journal Of Latin American Geography, 17(2), 1-5. Retrieved from https://digitalcommons.lsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1181&context=jlag

Pickup, M. (2019). The political economy of the new left. Latin American Perspectives, 46(1), 23-45.

Ríos, X. (2013). China and Venezuela: Ambitions and Complexities of an Improving Relationship. East Asia, 30(1), 53-65. doi: 10.1007/s12140-012-9185-0

Roa, C. (2019). The United States is Losing Latin America to China. Retrieved 2019, from https://nationalinterest.org/feature/united-states-losing-latin-america-china-73906

Robert Greene, P. T. (2020, May 8). Will China Control the Global Internet Via its Digital Silk Road? Retrieved from Carnegie Endowment for International Peace: https://carnegieendowment.org/2020/05/08/will-china-control-global-internet-via-its-digital-silk-road-pub-81857

Rolando Avendano, A. M. (2017). Chinese FDI in Latin America: New Trends

with Global Implications. Washington: Atlantic Council.

Schechter, P. (2019). The Strategic Price of Neglect. PRISM, 8(1), 12-25. Retrieved from http://www.jstor.org/stable/10.2307/26597307

The Chile Embrace: Beijing Charts path into Latin America - Belt & Road News. (2019). Retrieved 2019, from https://www.beltandroad.news/2019/03/08/the-chile-embrace-beijing-charts-path-into-latin-america/

The Economist. (2022). A new group of left-wing presidents takes over in Latin America. Retrieved from https://www.economist.com/the-americas/2022/03/12/a-new-group-of-left-wing-presidents-takes-over-in-latin-america

UNCTAD. (2020, June 16). Foreign investment in Latin America expected to halve in 2020. Retrieved from unctad.org: https://unctad.org/news/foreign-investment-latin-america-expected-halve-2020

Vishwanathan, R. (2022). With a New Leftist President, Colombia Heralds Pink Tide in Latin America. The Wire. Retrieved from https://thewire.in/world/colombia-gustavo-petro-latin-america-pink-tide

What's behind Venezuela's political crisis?. (2018). Retrieved 2019, from https://www.bbc.com/news/world-latin-america-36319877

Youkee, M. (2019, May 7). The Panama Canal Could Become the Center of the U.S.-China Trade War. Retrieved from Foreign Policy: https://foreignpolicy.com/2019/05/07/the-panama-canal-could-become-the-center-of-the-u-s-china-trade-war/

Yunxia, Y. (2020, November 17). China and Latin America must use BRI to deepen cooperation. Retrieved from Chinadaily: http://www.chinadaily.com.cn/a/202011/17/WS5fb3138da31024ad0ba947b1.html

Zhimin, Y. (2019). BRI boosts cooperation with Latin America - Opinion - Chinadaily.com.cn. Retrieved August 2019, from http://www.chinadaily.com.cn/a/201811/29/WS5bff2877a310eff30328baaf.html

Zimmerman, W. (1978). Dependency theory and the Soviet-East European hierarchical regional system: initial tests. Slavic Review, 37(4), 604-623.

RESUMO

A Nova Rota da Seda (NRS) está se tornando cada vez mais um empreendimento global e recentemente foi estendida à Região da América Latina e Caribe (LAC). A diversidade dos estados-nação que compõem a região coloca vários desafios no que diz respeito à associação dessa região com a NRS. Por exemplo, a Venezuela recebeu empréstimos pesados da China enquanto estava atolada em problemas econômicos. O exemplo venezuelano serve de alerta para outros, assim como para a China, sobre os meandros da gestão da dívida e dos empréstimos. Este documento tem como objetivo estudar os desafios e riscos decorrentes da extensão da Nova Rota da Seda à América Latina e à região do Caribe. Este documento também tenta analisar se é possível obter um resultado vantajoso tanto para a China quanto para os Estados-nação da América Latina e do Caribe e o que a China procura da região. Foi feita uma tentativa de avaliar o papel que o ambiente global pode desempenhar nesta relação em evolução entre a China e os Estados-nação da América Latina e do Caribe. O documento também analisa o investimento pós-pandêmico da NRS na região da LAC.

PALAVRAS-CHAVE

Armadilha de dívidas, Alavancagem estratégica, Teoria da dependência, China, LAC, NRS, Venezuela.

Recebido em 26 de abril de 2022
Aprovado em 30 de junho de 2022

Traduzido por João Pedro Lopes Gonçalves

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.11, n.22, Jul./Jul. 2022 | p.166-185

DIPLOMACIA MARÍTIMA NO OCEANO ÍNDICO: CAMINHO A SEGUIR PARA O PAQUISTÃO

Zaeem Hassan Mehmood[1]
Ramla Khan[2]

Introduction

> "Quem controla o Oceano Índico domina a Ásia. Este oceano é a chave para os sete mares. No século XXI, o destino do mundo será decidido nestas águas[3]" (Holmes 2004).

O Oceano Índico (OI), embora seja o menor dos três grandes oceanos, ocupa lugar de destaque na paisagem geopolítica. Abrange uma área de 73.600.000 quilômetros quadrados que equivale a quase um sétimo de toda a superfície global. Representando 20% da área oceanográfica total, com 9.500 km de largura, está localizado entre o extremo sul da África e a Antártica (Goel 2005). Ele se estreita continuamente em direção ao norte, onde é interceptado pelo Mar da Arábia e pela Baía de Bengala. O Estreito de Bab-el-Mandeb conecta o Mar Arábico e o Mar Vermelho ao Golfo Pérsico. A região oceânica é limitada a norte pelo Irã, Paquistão, Índia, Birmânia e Bangladesh e a oeste pela Península Arábica e África; lado leste pela península malaia e pelo continente da Austrália; e ao sul pelo gelado continente da Antártida. O Oceano Índico é, portanto, considerado um oceano tropical que se estende de 700° S a 300° N. Tem uma profundidade média de 12.700 pés (3.890 m) com um volume de 70.086.000 milhas cúbicas e uma profundidade máxima de 24.442 pés (7.450 m) localizado a a Fossa de Java (Rao & Griffiths 1998). É o único grande oceano que não se estende de pólo a pólo, ao mesmo tempo que é grande o suficiente para se estender da península indiana à Antártica. Os países mais antigos e densamente povoados do mundo margeiam a parte

1 Greenwich University. Karachi, Paquistão. E-mail: zhmehmood42@gmail.com

2 Departamento de Relações Internacionais, National Defence University. Islamabad, Paquistão. E-mail: ramla.khan2418@gmail.com

3 Tradução nossa.

norte da orla do Oceano Índico. Ao contrário dos oceanos Atlântico e Pacífico, o Oceano Índico é único, pois é fechado ao norte pelos continentes asiáticos, mas aberto ao sul. Vulnerável, este é o local de onde ocorreram invasões. O colono europeu veio do mar deste lugar. O Oceano Índico é simétrico no sentido de um "eixo norte-sul", percorrendo toda a extensão do arquipélago das Maldivas (Bowmann 1988).

Na contemporaneidade, o mar se transformou para ser a linha de vida crítica para a segurança, proteção, economia, meio ambiente e geopolítica marítima. Existem interesses contestados e muitas vezes entrecruzados que caracterizam o ambiente complexo representado pela competição, interdependência, rivalidade, suscetibilidade no quadro estratégico marítimo (Holmes & Yoshihara 2008). A Consciência do Domínio Marítimo (MDA, na sigla em inglês), a este respeito, é essencial para a governança cooperativa no mar (Boraz 2009). É definido como a compreensão da natureza e das características do domínio marítimo que têm um impacto subjacente sobre a segurança, a economia e o meio ambiente. O MDA eficaz só pode ser possível por meio de uma parceria entre agências governamentais interestatais, guardas costeiras e a marinha (Campion 2008).

O Paquistão tem a bênção de estar situado em uma localização geoestratégica nas proximidades dos Estados do Golfo ricos em petróleo, proporcionando uma oportunidade de compartilhar sua expertise e experiência no domínio marítimo como parte da MDA. Ao liderar a iniciativa MDA, pode desempenhar um papel fundamental no fornecimento de cooperação marítima no OI. Os desenvolvimentos anteriores na região, incluindo o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês), uma iniciativa emblemática da Belt and Road Initiative (BRI, na sigla em inglês), aumentam a dimensão geoeconômica que o Paquistão pode capitalizar para promover seus interesses nacionais (Bueger & Stockbreugger, 2016). O Oceano Índico Ocidental, portanto, requer um exame minucioso pelas partes interessadas nos níveis mais altos dos procedimentos políticos. O Paquistão precisa considerar o Oceano Índico Ocidental como uma arena para a cooperação regional. Tem potencial para oferecer plataformas multilaterais como a AMAN e a Patrulha Regional de Segurança Marítima (RMSP, na sigla em inglês). Uma área de prioridade chave seria continuar a colaborar em questões marítimas com os Estados da África e do Oriente Médio.

Métodos de pesquisa

O estudo é realizado mediante exame qualitativo de fontes primárias e

secundárias de dados relativos à estratégia marítima e à diplomacia. Os dados primários compreendem documentos do governo, documentos de estratégia e discussões realizadas informalmente com dignitários, acadêmicos e palestrantes da Conferência Marítima Internacional. Dados secundários, incluindo dissertações e artigos de pesquisa, serviram como importante fonte de informação. Eles foram examinados juntamente com o processo de pensamento de proeminentes Estados regionais do Oceano Índico. Este último foi estudado usando técnicas de análise de discurso para evitar viés de política e preencher a lacuna da literatura.

Diplomacia nas Relações Internacionais

A diplomacia continua a ter uma posição significativa na arte e na prática das Relações Internacionais, onde os Estados continuam a usá-la como uma ferramenta para promover seus objetivos de segurança nacional em um mundo geopolítico em mudança, caracterizado por uma interdependência complexa. A transição nos corredores internacionais de poder teve efeitos profundos na formação dos mecanismos diplomáticos que incluem a ampla gama de entidades não estatais, como conglomerados e instituições financeiras globais. Tradicionalmente, pensava-se que a diplomacia era a aplicação da inteligência e do tato à condução das relações de Estado a Estado por meios pacíficos. Harold Nicolson chamou isso de "o processo e a maquinaria pela qual as negociações são realizadas" (Nicholson 1961).

Para Peter Barber, renomado historiador europeu, trata-se da "gestão pacífica das relações internacionais" (Barbet 1979). James Der Derian chamou isso de o próprio processo de mediação que facilita indivíduos e entidades alienados. O papel da diplomacia nesse contexto seria facilitar a abertura de espaços de intercâmbio cultural (Sharp 1999). No entanto, concordando com a mudança de caráter do século XXI, que viu a 'ascensão da Ásia', a diplomacia consiste mais em ser um sistema geral que fornece coleta de informações em um mundo desafiado e iluminado pela manipulação da mídia e operações de desinformação que têm o potencial de desencadear hostilidades entre adversários (Black 1990). O artigo estuda como o segmento marítimo de uma diplomacia abrangente continua a desempenhar um papel importante no fornecimento de um mecanismo colaborativo e pacífico para abordar as questões de potencial conflito no mar. Deve-se notar que a região alcançou uma estatura proeminente no tabuleiro de xadrez global onde os interesses dos atores regionais e extra-regionais convergem nas principais linhas marítimas de comunicação. O domínio da segurança marítima no Oceano

Índico está em alta, enquanto os acordos regionais de segurança cooperativa ainda estão em estágio inicial.

Estrutura Conceitual: Fundamentos do Poder Marítimo

> "A marinha sempre foi um instrumento da política dos Estados, uma importante ajuda para a diplomacia em tempos de paz[4]" (Almirante Gorshkov 1979, 248).

No assunto das relações internacionais, existem vários relatos relativos à definição absoluta de poder. James Cable definiu a capacidade de usar uma força de resposta adequada em uma determinada situação. Ao longo dos anos, os teóricos dedicaram esforços consideráveis ao refinamento e elaboração do poder dos benchmarks. Essa definição se estende a características pertencentes aos domínios da tecnologia, economia, estratégia e geografia. Na contemporaneidade a extensão tem sido aos fatores menos perceptíveis anteriormente como a organização e maneira de formação política, o moral, a motivação e os fundamentos do Estado. Esses estudos foram realizados com o objetivo de fornecer uma "definição abrangente de poder", que seria confiável o suficiente para a comparação interestadual dos fatores de poder. No âmbito do poder marítimo, os estudos realizados reconhecem cerca de quarenta desses elementos que consubstanciam a aptidão naval.

O poder marítimo hoje está disperso por duas elucidações dignas de nota. O primordial relacionado aos aspectos da tecnologia, que apesar do poder de fogo e sofisticação sem precedentes fornece a limitação que se reflete no fato de que navios até mesmo das nações mais avançadas são propensos a serem vulneráveis no mar. Eles não estão imunes a possíveis oponentes, às armas que são baratas, prontamente disponíveis e amplamente difundidas. Do ponto de vista puramente do equipamento, a diferença entre uma superpotência e uma nação de potência média diminuiu relativamente mais do que nunca. No entanto, em todos os níveis, exceto no mais alto, as aberturas de combate diminuíram. O poder marítimo pode ser economicamente empregado por um Estado 'obstinado' com algumas armas sofisticadas para negar a um adversário distante o uso de águas adjacentes dentro do alcance fácil de aeronaves e artilharia baseadas em terra (Voyer et al. 2018). A resistência do Império Otomano em nos estreito de Dardanelos em 1915 é um exemplo peculiar, dependente de poucos canhões e minas de fortaleza contra a formidável flotilha naval britânica e francesa (Cable 1985, 52). Outro exemplo

4 Tradução nossa.

proeminente seria o do Reino Unido, que possui a frota naval mais forte nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. No entanto, as capacidades de U-boat da Alemanha durante o curso da guerra, em certa medida, não deixaram escapar as perspectivas de derrota decisiva nas operações navais. Os Estados Unidos (EUA), a única superpotência, foram humilhados em 1968 pelos norte-coreanos no caso *USS Pueblo* e pelos iranianos na crise dos reféns de 1980 (Murray 2010).

Não há uma resposta única para a pergunta: "*Poder para fazer o quê?*" Acreditava-se que o comando do mar proporcionava o escoamento de outras recompensas que sustentariam a suscetibilidade naval. O conceito evoluiu desde então, indo do Mahaniano até os tempos de Colbert e Holmes, com credenciais agregadas e certas omissões. O uso do poder adequado foi tradicionalmente reconhecido para permitir a extensão dos interesses nacionais e a projeção do poder. Foi por esta razão que Bismarck se deu ao luxo de proclamar sua intenção de enviar contra-força se a frota britânica bloqueasse a costa da Pomerânia no "caso Schleswig-Holstein". O mecanismo de "força apropriada" em tais casos forneceu uma vantagem contra aqueles que foram expostos no mar (Pflanze 1955).

A latitude dessas fraquezas foi desde então superada pelos sistemas de organizações políticas avançadas e pelas infraestruturas de comunicação global das nações litorâneas. As mudanças no que o comando do mar pode fazer são, no entanto, menos fundamentais do que os novos obstáculos à sua criação. Anteriormente, o caso era que as frotas marítimas eram consideradas benignas de tudo, exceto uma flotilha mais robusta. O comando do mar, portanto, permitia uma força de tamanho adequado para atingir um objetivo, como uma ocupação ininterrupta da força naval. Somado a isso, as capacidades marítimas foram pensadas para trazer todos os benefícios associados ao comando como a recompensa predestinada de uma frota suficientemente superior. Minas, torpedos, aeronaves, submarinos e mísseis mudaram a equação. Almirante Turner: "não é mais concebível, exceto no sentido mais limitado, controlar totalmente os mares para uso próprio ou negar totalmente ao inimigo". Ele acrescentou que a Marinha dos EUA, na melhor das hipóteses, poderia esperar um "controle realista em áreas limitadas e por períodos limitados de tempo" (Nathan & Oliver 1979, 48).

Atualmente, a força está em uso no, sobre e sob o mar para proteger ou negar um uso específico do mar. Os EUA podem fazer melhor "em uma área limitada e por um período de tempo limitado" (Cable 1985, 156). É imperativo postular o uso do poder marítimo como uma ferramenta para conter a disputa. Para tanto, há necessidade de medir o poder no âmbito marítimo. Há uma série de parâmetros para esse fim, em conformidade com várias disputas anteriores. Um exemplo interessante é o da Marinha Real Britânica

que, apesar de suas capacidades superiores, foi subjugada em grande parte por duas potências bastante subsidiárias. O primeiro caso é o da Albânia, que no ano de 1946 causou danos austeros aos contratorpedeiros britânicos (Thompson 2004). O segundo episódio é o da Islândia que efetivamente afirmou sua prerrogativa de direitos exclusivos de pesca com o auxílio da canhoneira. Os dois conflitos terminaram sem a ocorrência de guerra ou conflito contínuo. É fato de que nenhum dos dois países possuía poder naval análogo ao do Reino Unido, mas cada um prevaleceu e foi capaz de fazer uso da "força apropriada". A estimativa conservadora de contemplar o poder marítimo refere-se à contagem de navios por meio da comparação e análise da escala e grandeza das capacidades operacionais da missão, as capacidades são derivadas. Um ex-Secretário de Defesa dos EUA categorizou isso como o talento para lutar "2 ½ ou 1 ½ guerras" (Cable 1994, 146).

Definindo a Diplomacia Marítima (DM)

A DM pode facilitar comportamentos que vão desde os cooperativos, como visitas a portos, ajuda filantrópica até a colocação coercitiva e persuasiva de contratorpedeiros navais para extrair incentivos políticos. Na era contemporânea, a atividade já não se limita apenas à força naval, onde as embarcações civis e grupos não estatais, como multinacionais, têm um papel cada vez mais importante a desempenhar. A presente seção descreve a evolução da diplomacia marítima e como ela pode ser um mecanismo para trazer estabilidade na região do Oceano Índico.

A era da "diplomacia da canhoneira", que traz à tona imagens de navios de guerra europeus bombardeando e coagindo Estados por meio de atos de intimidação naval, é geralmente considerada há muito tempo na era do unipolarismo que está cedendo em direção ao multipolarismo. Além disso, a DM baseado em canhoneiras pode não ser um empreendimento histórico do passado imperial, já que as ex-vítimas asiáticas da colonização têm os recursos, poder econômico e força naval para lidar com seus ex-governantes coloniais na era moderna, interdependente e globalizada (Kaplan 2019). Vários Estados entenderam a utilidade estratégica da "diplomacia da canhoneira". Ela permite que os atores usem a coerção para perseguir os objetivos do Estado ao mesmo tempo em que evitam custos e conflitos em larga escala. Recentemente, o Irã realizou exercícios navais Velayat em janeiro de 2012, o porta-aviões USS George Washington participou do que é conhecido como "exercícios Invincible Spirit" com o Japão e outros aliados, como um impedimento ao afundamento norte-coreano da corveta sul-coreana (Avery & Taylor 2010).

DM é uma ferramenta importante de estadismo para a prevenção da

guerra, sinaliza ao adversário as políticas e capacidades de alguém, colocando em jogo a interação de dissuasão e compulsão. Uma excelente medida que fornece uma válvula para relaxamento de tensão no sistema internacional. A incidência da diplomacia marítima pode mitigar possíveis conflitos que possam ocorrer, sinalizando para Estados hostis e resolvendo divergências por meio da ameaça de força limitada. Uma ferramenta preditiva e preventiva, usada para evitar e dissuadir conflitos, e também fazer uma observação política. DM é, portanto, crítico na equação de potência emergente que se desenvolve no OI.

Diplomacia Marítima Cooperativa

"A diplomacia é a gestão eficiente dos interesses do Estado nas relações internacionais[5]", concordando com esta definição, a diplomacia marítima é o uso de recursos marítimos para gerir as relações entre os Estados (Holmes 2006). Visitas a portos, treinamentos combinados e exercícios navais, assistência humanitária e socorro em desastres. Isso aumenta a flexibilidade das forças navais e equivale ao fato de serem capazes de operar em águas internacionais politicamente neutras. Nos últimos anos, a assistência humanitária e as atividades de socorro em desastres acrescentaram um elemento suave, resultando na evolução do termo "filantropia canhoneira" (Kimunguyi 2007).

A diplomacia marítima cooperativa usa os elementos de soft power que, nas palavras de Joseph Nye, induz os outros a fazer o que você quer que eles façam. É uma tentativa de apoiar o soft power mediante o uso de recursos navais de hard power. As visitas regulares de porto a porto da força naval geralmente têm a intenção de construir influência diplomática e tranquilizar os aliados. Os exercícios diplomáticos e de treinamento permitem a capacitação e a criação de marinhas inteligentes, além de reforçar a amizade com um grau de maior compatibilidade. Bob Davidson, da Royal Canadian Navy, chamou isso de "operações de influência marítima" e seus marinheiros como "mini-embaixadores, representando o país, seus interesses e valores em todos os portos de escala". Isso ilustra o conceito subjacente de que as marinhas contemporâneas têm "potencial muito além da estreiteza da diplomacia da canhoneira[6]" (Prantl 2021).

Geoffrey Till observa que as forças navais têm maiores atributos e habilidades do que as outras forças armadas, o que proporciona um alcance

5 Tradução nossa.

6 Tradução nossa.

expansivo e flexível junto a uma mobilidade estratégica inalcançável a formações de tropas de infantaria ou a aeronaves de caça (Till 2007). Peace Ark, o primeiro navio-hospital chinês foi enviado em uma viagem pela África para administrar instalações medicinais e de enfermagem à população local. A embarcação transmitia as noções de harmonia, ao mesmo tempo que criava uma imagem positiva e ternura de soft power para fortalecer a parceria, ao mesmo tempo que valorizava os PLN como uma força militar benigna (Miere 2005, 8). O Zheng He é um exemplo de sucesso da diplomacia marítima chinesa, sinalizando a "ascensão pacífica" do país.

Diplomacia Marítima Persuasiva

As plataformas navais há muito são usadas para fins políticos em tempos de paz. Essas formas, no entanto, não são cooperativas, pois carecem de colaboração nos efeitos diplomáticos. Diferencia-se da cooperativa pela falta de colaboração e da diplomacia coercitiva, pois não visa dissuadir nem obrigar o outro. Eles visam aumentar o reconhecimento do poder nacional e construir prestígio no cenário global. Adicionado a isso, diplomacia marítima persuasiva, curiosamente, é projetada ao contrário dos outros tipos, para não confiar no elemento de terror e de medo do poder naval, mas sim para persuadir outros por meios pacíficos.

Navios militares sinalizam presença e capacidade sem influenciar a política do outro. Um exemplo é a Grande Frota Branca dos Estados Unidos, uma iniciativa do então presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt. Pretendia-se viajar por todos os continentes no início do século XX. Os navios foram pintados de branco para mostrar que o objetivo da expedição global era inteiramente pacífico. A imagem da Marinha dos EUA foi, no entanto, construída com esta viagem, que foi fundamental para projetar o poderio marítimo durante o caso de 1898 conhecido como a guerra hispano-americana, que resultou na ocupação de Guam, Filipinas e Porto Rico. O objetivo principal era a ascensão da América ao topo da tabela das potências mundiais. "Fale baixinho e carregue um bastão grande" (Holmes 2008).

Argumenta-se que a diplomacia marítima persuasiva é praticada menos comumente do que as outras duas, pois seus efeitos são vagos. Um exemplo moderno é o da Marinha iraniana. Em fevereiro de 2011, lançou uma modesta frota para transitar pelo Canal de Suez, feito pela primeira vez desde a deposição do xá em decorrência da Revolução Islâmica. No entanto, a viagem de natureza pacífica foi um sinal de apoio ao único aliado árabe da nação, a Síria. Nas palavras do Líder Supremo Ali Khamenei: "O mundo deve saber que a presença de navios de guerra iranianos no Canal de Suez ocorreu

por meio da orientação profunda do Líder Supremo[7]" (Seyfi & Hemati, 2020). O então vice-presidente israelense Silvan Shalom comentou que a flotilha iraniana pretendia provocar outros Estados do Golfo Pérsico, significando "quem é o novo líder no Oriente Médio, após a queda da 'Primavera Árabe'" (Boudreaux 2015).

Diplomacia Marítima Coercitiva

A diplomacia marítima coercitiva assemelha-se à maior parte da diplomacia das canhoneiras. Definido e instrumentado por eventos. Um exemplo é quando a Coreia do Norte atacou o USS Pueblo, um navio de coleta de inteligência em 1968 com uso de força insignificante e controlável. Nas palavras de James Cable, "a ameaça ou utilidade da força naval limitada é a diplomacia da canhoneira empregada para obter vantagem limitada ou minimizar perdas, seja na promoção de uma disputa internacional ou contra cidadãos estrangeiros dentro do território ou jurisdição de seus próprio Estado[8]" (Cable 1985, 14).

Diplomacia da Canhoneira (DC) foi escrito pela primeira vez na década de 1970. Na era atual, atores não estatais assumiram um papel maior no comando dos assuntos globais, apesar de os EUA e seus aliados travarem uma guerra especificamente contra atores não estatais. Entre as entidades militantes não estatais, o Hezbollah e os ex-Tigres Tamil. Este último foi um dos primeiros grupos insurgentes contemporâneos a operar uma marinha. Nas "celebrações do Dia dos Heróis" em 27 de novembro de 2005, quando seus navios de guerra modestamente equipados exibiram sua projeção de poder em Kallapadu, Mullaithivu (Miere 2011). A ideia era mostrar ao governo de Colombo as suas competências e uma força a ter em conta. Essa abordagem de dissuadir a violência do Estado, projetando poder na esfera marítima, foi um exemplo de DC.

Diplomacia Marítima e Paquistão

A conjectura geoestratégica do Paquistão na cabeceira do Mar Arábico conectando o Golfo Pérsico naturalmente o torna um ator de destaque na região. Devido à falta de consciência marítima e continental, apenas um progresso limitado foi realizado no que diz respeito ao papel de liderança. No

7 Tradução nossa.

8 Tradução nossa.

entanto, o país tem um potencial que, se bem aproveitado, pode dar o impulso necessário. Além disso, com o CPEC, é provável que a situação se torna mais complexa com o aumento do tráfego marítimo, o que exigiria uma maior segurança marítima regional (Khan 2019). A Marinha do Paquistão (MP) estabeleceu a RMSP com o objetivo de proteger os interesses do país no mar e proteger a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de todos os tipos de ameaças tradicionais e não tradicionais (Ali 2018). A força marítima continua a ser membro da coligação CMF liderada pelos EUA, em CTF-150 que é atribuído o papel de patrulhamento contra o contrabando ilícito, incluindo narcóticos e CTF-151 que lida exclusivamente com a pirataria. No nível regional, devido à rápida modernização da marinha indiana, o Paquistão precisa desenvolver uma "capacidade de dissuasão". Para esse fim, o país configurou acordos de aquisição da Romênia, China e Turquia no passado recente (Azmie 2019). O papel da Marinha e os planos futuros incluem a construção e manutenção nativa de plataformas marítimas. Para este fim, o estaleiro estatal Karachi Shipyard and Engineering Works (KS&EW) está sendo atualizado (Ansari 2020).

O poder naval por si só não é critério suficiente para um poder marítimo abrangente, pois este último possui aspectos multidimensionais. É preciso que além de uma frota naval, se dê ênfase também ao aperfeiçoamento da frota mercantil em quantidade e qualidade. Além disso, projetos semelhantes como Gwadar no longo prazo também podem ser feitos na costa para aumentar os portos padronizados internacionalmente e aumentar a economia baseada no mar (Voyer et al. 2018). O Paquistão depende amplamente do mar para o bom funcionamento da economia. Segundo vários inquéritos, cerca de 94 por cento do comércio total do país em volume e 86 por cento em valor é facilitado pelo mar. Somente o frete, que é a sobretaxa sobre o uso de linhas de navegação fretadas, chega a US$ 6 bilhões, de acordo com a estimativa de 2019 (Alam et al. 2019). Os SLOCs que movimentam as importações e exportações para o Paquistão são potencialmente instáveis, incluindo o Golfo Pérsico, o Extremo Oriente e o Mar Vermelho (Haider 2015). A dependência excessiva de importações marítimas é maior no caso do Paquistão do que no caso de seu rival tradicional, a Índia.

A participação da MP em atividades cooperativas marítimas globais e regionais foi reconhecida pela comunidade e organizações internacionais em vários momentos (Ali 2018). As plataformas, oficiais e navios de guerra da MP fazem parte das Forças Marítimas Combinadas (CMF) há mais de dezessete anos. Oficiais seniores da MP comandaram a coalizão em regime de rodízio com outros países (CMF 2018). Em termos quantificáveis, mais de 100 plataformas MP forneceram operação de serviço no CMF para manter a

segurança no OI (Ansari 2020).

A plataforma *AMAN - Together for Peace* pode ser denominada como um dos maiores esforços do Paquistão na divulgação de seu discurso sobre o OI e outros assuntos marítimos relacionados. A sexta edição da série *AMAN* aconteceu em 19 de fevereiro, que contou com a participação de quarenta e seis nações de todo o mundo (Iqbal 2019). Além disso, representantes da MP participam de atividades internacionais e regionais quase relacionadas, realizadas para a manutenção da ordem no mar. Estes incluem: Galle Dialogue, International Sea Power Symposium e outros exercícios multinacionais e esforços de socorro (Bueger & Stockbruegeer 2016).

Conferência Marítima Internacional (CMI)

O CMI é realizado a cada dois anos em conjunto com o exercício *AMAN* organizado pelo NIMA para um processo de reflexão para contemplar as conotações estratégicas emergentes da geopolítica marítima e analisar seu impacto na região e no Paquistão em particular (Afnan 2019). Isso permite que a academia e os especialistas elaborem resoluções viáveis para a promulgação de objetivos comuns de coexistência pacífica e progresso econômico sustentável (Ahmad 2019). No final de cada conferência, um procedimento é formulado descrevendo o conhecimento e as perspectivas de conceituados acadêmicos convidados de todo o mundo. Foi uma das CMIs que, como resultado da deliberação, o Dr. Christian Bueger propôs o papel principal de MP na Arquitetura de Segurança do Oceano Índico (Bueger 2017).

Exercício AMAN

O exercício foi concebido para abordar as seguranças mútuas das marinhas contribuintes, fornecendo uma plataforma para compartilhamento de informações e ação participativa em questões tão diversas quanto contraterrorismo, assistência humanitária e operações de segurança marítima. Foi realizado pela primeira vez em 2007, onde 28 nações se interessaram pelo exercício multilateral. Desde então, tem sido realizado a cada dois anos, com apenas uma exceção entre fornecer parceiros navais para compartilhar seu processo de pensamento e ganhar com a experiência uns dos outros (Hafiz 2017). Do ponto de vista nacional, serve como palco para ampliar a imagem da nação na região e no globo em estratégia e segurança marítima (Khattak 2020). Pode ser argumentado pelos críticos que organizar exercícios

marítimos em alto nível é caro e logisticamente uma atividade complexa, para a nação anfitriã e as marinhas participantes, ao contrário, é uma experiência de treinamento significativa com as marinhas de última geração do mundo.

Os membros que participam coletivamente sob a liderança naval do Paquistão aumentaram consideravelmente de vinte e oito na primeira edição do exercício para mais de quarenta durante o último realizado em 2019 (Afzal 2008). A *AMAN* está adequadamente organizada para promover a cooperação entre a força naval regional e extra-regional com interesse na segurança e estabilidade do OI. Um movimento diplomático empreendido para promover a segurança da região contra ameaças à segurança, especialmente no domínio não tradicional, para garantir o desenvolvimento regional sustentável a longo prazo. O envolvimento de marinhas de todos os continentes também cria perspectivas de sinergia entre diferentes componentes das capacidades navais. Desta forma, a *AMAN* pode servir de ponte entre muitas regiões (Malik 2018).

Centro Conjunto de Coordenação de Informações Marítimas (CCCIM)

O CCCIM foi desenvolvido pela MP e atualmente está baseado em PNS Qasim, Karachi, como uma plataforma de compartilhamento de informações e coordenação interagências para acontecimentos marítimos na ZEE (Aleem 2017). O Centro também fornece um ambiente auxiliado por rede para o surgimento do Maritime Common Operating Picture (MCOP) para aprimorar o MDA para identificação precoce de ameaças potenciais e facilitar a resposta coordenada para combater atividades ilícitas no mar (JMIO 2019). A segurança marítima foi aceita como crítica para a estabilidade global, onde as ameaças marítimas colocam em risco os interesses econômicos e comerciais. Para reduzir esses desafios, sistemas de detecção precoce e alerta foram implantados pelas principais nações marítimas do mundo, como um meio de coordenar e trocar informações vitais para a segurança nas águas regionais e territoriais (Bhatti 2014).

O CCCIM, como o centro nervoso da MP a esse respeito, estabeleceu contatos importantes com hubs de dados marítimos e organizações semelhantes, como o Information Fusion Center de Cingapura e o Virtual Regional Maritime Traffic Center da Itália (Asghar 2016). O CCCIM tem envidado esforços em nível nacional para facilitar as Agências de Aplicação da Lei (AAL) na manutenção da boa ordem no mar. Em colaboração com a Agência de Segurança Marítima do Paquistão (PMSA, na sigla em inglês), lançou um aplicativo baseado em Android "Assistência, a qualquer hora, em qualquer lugar no mar" (AAAS, na sigla em inglês) para facilitar as

comunidades marítimas que operam em águas territoriais do Paquistão em caso de emergência. No final de 2019, coordenou com as autoridades 244 missões de busca e salvamento, salvando 1.815 vidas preciosas (Rashid 2019).

Patrulha Regional de Segurança Marítima (PRSM)

A MP instituiu a PRSM em áreas de águas turbulentas, particularmente no sul do Mar Vermelho, Golfo de Áden, Golfo de Omã e pontos de estrangulamento nas Maldivas (Azmie 2019). Estes são vitais para a estabilidade e segurança das rotas marítimas que são fundamentais para os interesses nacionais e econômicos do Paquistão. A concepção da PRSM é monitorar via plataformas marítimas esses "pontos de perigo" para manter uma postura de segurança vigorosa que permita a proteção da navegação nacional e internacional e ao mesmo tempo garanta o livre e ininterrupto acesso ao alto mar. A PRSM a esse respeito reflete os compromissos do Paquistão como um Estado responsável e líder da região quando se trata de desenvolver arquitetura de segurança (Mustafa 2005).

O objetivo central é garantir condições marítimas estáveis nas proximidades da localização geográfica do país. Para tanto, recursos navais têm se dedicado a cultivar laços regionais com outros Estados afins. Por vários anos, a MP se contentou com uma estrutura "centrada na região" para a segurança do OI. O país entende que a preservação da estabilidade do OI do ponto de vista econômico e diplomático é mais bem conservada pelos Estados da região e não em um Quadro Regional Ampliado (QRA), envolvendo a presença permanente de potências extrarregionais. Um relato do passado mostrou que estruturas cooperativas dirigidas por QRA, por exemplo, CENTO e SEATO, levaram a hesitações por parte dos atores interessados regionais que acabaram recebendo dúvidas e suspeitas sobre o acordo.

Por sua vez, a PRSM está organizada para "expandir, segundo o princípio de lidrança regional, a própria da região" e servir como construto marítimo cooperativo para a segurança nas OI. A PRSM está de acordo com o UNSC e o UNCLOS. De acordo com a Resolução 2316 (2016) do CSNU, ela deu um mandato aos estados da ONU, "para agir contra a pirataria, assalto à mão armada no mar ao largo da Somália". A Resolução 2.216 (2015) também reforça a visão da RMSP de eliminar a rede de armas ilícitas. O artigo 100 da CNUDM respalda a RMSP nesses esforços para derrotar a pirataria (Aleem 2017).

Conclusão

Alfred Mahan, o fundador do poder marítimo afirmou que "não é apenas o poder de uma nação no mar, mas o poder que vem do mar", significando como uma nação explora as enormes vantagens do espaço marítimo e a influência incorrida por meio das ferramentas de DM. Em relação ao Paquistão, isso exigiria o desenvolvimento do poder naval para combater os projetos hegemônicos de Estado de águas azuis, como a Índia. Tal esforço permitiria ao Paquistão manter a capacidade de desempenhar seu papel em vários desenvolvimentos estratégicos e não ficar isolado das estratégias de grande potência no Oceano Índico. A *AMAN – Together for Peace* é uma excelente plataforma nesse quesito. Vale ressaltar que o último da série de exercícios navais sob sua égide reuniu quarenta e seis nações participantes de todo o globo. Foi um momento marcante e de orgulho para o Paquistão no domínio das relações internacionais, bem como no discurso da diplomacia marítima de que EUA, China e Rússia participaram, apesar das contínuas rivalidades geopolíticas.

A longo prazo, os formuladores de políticas no Paquistão, de que o país na conjectura geoestratégica no Mar da Arábia que conecta o Golfo Pérsico, naturalmente o torna um ator líder na região. Além disso, com o CPEC, é provável que a situação se tornasse mais complexa com o aumento do tráfego marítimo, o que exigiria um maior patrulhamento marítimo regional. Além disso, o poder naval por si só não é critério suficiente para uma DM abrangente, pois este último possui aspectos multidimensionais. Uma economia forte e robusta é a necessidade do momento que pode permitir ao Paquistão projetar uma melhor postura de poder marítimo. A esse respeito, ênfase especial precisa ser colocada em mega-projetos como CPEC e Porto de Gwadar, as instalações na costa precisam ser atualizadas para manter as diretrizes de portos padronizados internacionalmente que aumentariam a economia nacional.

REFERÊNCIAS

Afnan, A. 2019. "Together For Peace": Multinational Maritime Exercise Aman-2019. Defence Journal, 22(8), 85-90.

Ahmad, S. 2019. "Aman-An Initiative to Collaborative Peace". Defence Journal, 22(7), 28-30.

Alam, K. M., Li, X., & Baig, S. 2019. "Impact of Transport Cost and Travel Time On Trade Under China-Pakistan Economic Corridor". Journal of Advanced Transportation, 2019.

Ali, A. 2018. "Regional Maritime Security Patrols by Pakistan Navy–Same Goal, A New Approach". Defence Journal, 22(2), 39-40.

Ansari, U. 2017. "PN-An Epitome of Peace and Co-Operation in The IOR". Defence Journal, 20(9), 48.

Ansari, U. 2020. "Pakistan's Naval Chief Talks Regional Security and Tech Wish List". Defense News, 3.

Asghar, R. A. R. P. 2016. "Safeguarding Vital Links in Sea Trade". Defence Journal, 20(4), 30.

Azmie, S. 2019. "Maritime Cooperative Continuum: Pakistan Navy's Evolving Maritime Security Concept". Defence Journal, 23(1), 64.

Barber, P. 1979. Diplomacy: The World of the Honest Spy. Longwood Press Ltd.

Bekkevold, J. I., & Till, G. 2018. International Order At Sea How It Is Challenged. How It Is Maintained. London: Palgrave Macmillan Uk.

Bhatti, N. Z. (2014). "Navy's Contribution Towards Maritime Sector". Defence Journal, 18(3).

Black, J. (1990). Essay and Reflection: On the 'Old System'and the 'Diplomatic Revolution'of The Eighteenth Century. Taylor & Francis.

Boraz, S. C. 2009. "Maritime Domain Awareness: Myths And Realities". Naval War College Review, 62(3), 137-146.

Bouchard, C., & Crumplin, W. 2010. "Neglected No Longer: The Indian Ocean At The Forefront Of World Geopolitics And Global Geostrategy". Journal of the Indian Ocean Region, 6(1), 26-51.

Bowman, L. W. 1998. "Review of Empires of the Monsoon: A History of the Indian Ocean and Its Invaders; Science and Power in Colonial Mauritius." The International Journal of African Historical Studies, 31(3), 665–667. https://doi.org/10.2307/221504

Bueger And Edmunds. 2017. "Beyond Seablindedness: A New Agenda for Maritime Security Studies" International Affairs 93:6.

Bueger, C. 2017. "Pakistan And The Western Indian Ocean Security Community". NCMPR Bahria University PK.

Bueger, C., & Stockbruegger, J. 2016. "Pirates, Drugs And Navies: Why The Western Indian Ocean Needs A New Security Architecture". The Rusi Journal, 161(5), 46-52.

Bueger, C., Edmunds, T., & Mccabe, R. 2021. "Maritime Security, Capacity Building, And The Western Indian Ocean". In Capacity Building for Maritime Security. Palgrave Macmillan, Cham.

Cable, J. 1985. "Interdependence: A Drug Of Addiction?". In Diplomacy At Sea (Pp. 55-73). Palgrave Macmillan, London.

Cable, J. 1994. "The Future of Gunboat Diplomacy". In Gunboat Diplomacy 1919–1991 (Pp. 140-157). Palgrave Macmillan, London.

Cable, James. 1985. "The Diffusion of Maritime Power." In Diplomacy At Sea, Pp. 36-54. Palgrave Macmillan, London.

Campion, F. J. 2008). Strategic Maritime Domain Awareness: Supporting the National Strategy for Maritime Security. Army War College Carlisle Barracks P.A.

Chanlett-Avery, E., & Taylor, M. A. 2010. North Korea: Us Relations, Nuclear Diplomacy, and Internal Situation. Congressional Research Service, Library of Congress.

Cheema, P. I. 1981. Conflict And Cooperation In The Indian Ocean: Pakistan's Interests and Choices. Canberra: Strategic and Defence Studies Centre, Research School of Pacific Studies, Australian National University.

Cheema, P. I. 1991. "Indian Naval Buildup and Southeast Asian Security: A Pakistani View". Contemporary Southeast Asia, 13(1), 86.

Cheema, Pervaiz Iqbal. 2012. "Indian Ambitions In The Indian Ocean And The Pacific Rim: The Response Of Global And Regional Powers." Journal of European Studies 28, No. 2 (2012).

CMF (2018). "Pakistan CMF," August 15, 2018 https://combinedmaritimeforces.com/tag/Pakistan/.

Cordner, L. 2011. "Progressing Maritime Security Cooperation in the Indian Ocean". Naval War College Review, 64(4), 68-88.

Doyle, T. 2018. "Blue Economy and the Indian Ocean Rim. Journal of the Indian Ocean Region". 14(1), 1-6.

Glaser, C. L. 1997. "The Security Dilemma Revisited". World Politics, 50(1), 171-201.

Goel, M. 2005. Energy Sources and Global Warming. Allied Publishers.

Gorshkov, S. G. 1977. The Sea Power of the State. Pergamum Press

Grare, F., & Samaan, J. L. 2022. "Rethinking the Indian Ocean Security Architecture". In The Indian Ocean As A New Political And Security Region (Pp. 205-226). Palgrave Macmillan, Cham.

Hafiz, A. 2017. "Aman 2017: A Landmark Success". Defence Journal, 20(9), and 76.

Haider, M. Z. 2015. "Maritime Prospects of China Pakistan Economic

Corridor". Defence Journal, 18(10), 27.

Holmes, J. R. 2006. "Soft power at sea: Zheng He and China's maritime diplomacy". Southeast Review of Asian Studies, 28, 95-107.

Holmes, J. R. 2008. "A Striking Thing" Leadership, Strategic Communications, And Roosevelt's Great White Fleet". Naval War College Review, 61(1), 50-67.

Holmes, J. R., & Yoshihara, T. 2008. "China and the United States in the Indian Ocean: An Emerging Strategic Triangle?" Naval War College Review, 61(3), 40-60.

Holmes, J. R., & Yoshihara, T. 2008. "China's Naval Ambitions in the Indian Ocean". Journal of Strategic Studies, 31(3), 367-394.

Iqbal, A. C. R. K. 2019. "Together For Peace: Aman 2019". Defence Journal, 22(8), and 16.

JMIO, 2019. National Assembly Bill for the Constitution Of Joint Maritime Information Organization (JMIO) Under Jmio Act. 2019, Retrieved From Http://www.na.gov.pk/Uploads/Documents/1568374802_921. Pdf (Accessed: Jan 4, 2020)

Kaplan, R. D. 2009. "Center Stage For The Twenty-First Century: Power Plays In The Indian Ocean". Foreign Affairs, 16-32.

Kaplan, R. D. 2009. "The Revenge of Geography". Foreign Policy, (172), 96-105.

Kaplan, R. D. 2011. Monsoon the Indian Ocean and the Future of American Power. New York: Random House.

Kennedy, P. M. 1987. The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000. London: William Collins.

Khan, R. 2019. Resource Amassement as a Tool of Maximizing Sea Power In The Indian Ocean. Andalas Journal Of International Studies 8(1), 62-74.

Khattak, T. 2019. "The Importance Of Aman – 2019 And Beyond." Global Village Space https://www.globalvillagespace.com/Importance-Of-Aman-Exercises-2019-And-Beyond/ (Accessed 30 Jan, 2022)

Le Mière, C. 2014. Maritime Diplomacy in The 21st Century: Drivers And Challenges. Routledge.

Len, C. 2015. "China's 21st Century Maritime Silk Road Initiative, Energy Security and SLOCs Access". Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation Of India, 11(1), 1-18.

Malik, A. H. 2010. History of Pakistan Merchant Navy: 1947-2009. A And C

Black.

Malik, H. 2018. "Role of Pakistan Navy in Indian Ocean Blue Diplomacy." Defence Journal 21, No. 8: 33-35.

Murray, M. 2010. "Identity, insecurity, and great power politics: the tragedy of German naval ambition before the First World War". Security Studies, 19(4), 656-688.

Mustafa, M. Q. 2005. "Maritime Security: The Role of Pakistan Navy. Strategic Studies", 25(4), 158-190.

Nathan, J. A., & Oliver, J. K. 1979. The Future of United States Naval Power: By James A. Nathan And James K. Oliver. Indiana University Press.

Nawaz, R. R. 2004. Maritime Strategy in Pakistan. Naval Post Graduate School Monterey Ca.

Nicolson, H. 1961. "Diplomacy then and now". Foreign Aff., 40, 39.

Pakistan Navy. 2018 Maritime Doctrine of Pakistan. Naval Headquarter Islamabad.

Panneerselvam, P. 2021. "Maritime Narcotics Trafficking In the Western Indian Ocean: Threat to Regional Maritime Security". Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India, 17(1), 110-115.

Pflanze, O. 1955. "Bismarck and German nationalism". The American Historical Review, 60(3), 548-566.

Prantl, J. 2021. "Reuniting Strategy and Diplomacy for 21st Century Statecraft". Contemporary Politics, 1-19.

R. A. Aleem. 2017. "Enhanced Maritime Visibility; Challenges and Way Forward". Galle Dialogue International Maritime Conference, Sri Lanka Navy, Colombo

Rashid E. 2019, "JMICC: A Hub Of Maritime Information." Maritime Watch Volume 1, Issue 2: 20-21.

Richard Boudreaux. 2011. "Iran Sends Two Naval Vessels through Egypt's Suez Canal." The Wall Street Journal.

Sakhuja, V. 2012. Asian Maritime Power in the 21st Century: Strategic Transactions: China, India, And Southeast Asia. Shahpur Jat, New Dehli: Pentagon Press.

Sharp, P. 1999. "For Diplomacy: Representation and the Study of International Relations". International Studies Review, 1(1), 33-57.

Stavridis, J. (2018). Sea Power: The History and Geopolitics of the World's Oceans. NY: Penguin Books.

Tahir, M. A. (2008). "Threat Of Terrorism And Security Of Ocean Trade: What Contribution Can The Pakistan Navy Make?". Pakistan Horizon, 61(3), 29-35.

THOMSON, S. 2004. "Maritime jurisdiction and the law of the sea". In The Royal Navy and Maritime Power in the Twentieth Century (pp. 162-177). Routledge.

Till, G. 2007. "New Directions in Maritime Strategy? Implications for the US Navy". Naval War College Review, 60(4), 29-43.

Voyer, M., Schofield, C., Azmi, K., Warner, R., Mcilgorm, A., & Quirk, G. 2018. "Maritime Security and the Blue Economy: Intersections and Interdependencies in the Indian Ocean". Journal of the Indian Ocean Region, 14(1), 28-48.

RESUMO
O Oceano Índico tem ganhado destaque no discurso geopolítico internacional. Está se tornando um palco para grandes competições entre as grandes potências novas e existentes. A Diplomacia Marítima, nesse sentido, é um valioso instrumento para evitar conflitos. A gama de opções disponíveis vai desde as cooperativas até a seleção persuasiva e coercitiva para as forças marítimas. É útil não apenas para aqueles que o utilizam, mas também para acadêmicos que estão tentando decifrar as ramificações mais extensas da utilização da estratégia baseada no mar. Mahan documentou, o Estado mais poderoso no mar é, geralmente, também o mais rico e economicamente predominante na ordem internacional. O estudo usa o método qualitativo para analisar a literatura existente que compreende um conjunto primário e secundário de imperativos para fornecer uma visão estruturada que seria útil para formuladores de políticas e acadêmicos. A perspectiva paquistanesa e a interação na geopolítica em mudança são avaliadas na região denominada como "pivô do mundo".

PALAVRAS-CHAVE
Oceano Índico; Diplomacia Marítima; Diplomacia Cooperativa; Estratégia Marítima.

Recebido em 18 de março de 2022
Aceito em 23 de dezembro de 2022

Traduzido por Igor Estima Sardo

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.11, n.22, Jul./Dec. 2022 | p.186-206

RUMO À EFETIVIDADE DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA MÚTUA DA ASEAN NO COMBATE À AMEAÇA NÃO-TRADICIONAL DE SEGURANÇA NA REGIÃO DO SUDESTE ASIÁTICO[1]

Syafrinaldi Syafrinaldi[2]
Rendi Prayuda[3]
Syafri Harto[4]

Introdução

A dinâmica da constelação política internacional após a Guerra Fria mudou a polarização das relações entre os países na arena política internacional tanto em termos de questões quanto de atores políticos internacionais. Se na Guerra Fria os países do mundo priorizam a questão da segurança nacional e internacional, depois da Guerra Fria a questão começará a se mover para as questões de "*low politics*", como as econômicas, sociais e culturais. O levantamento de questões de segurança não tradicionais na perspectiva de segurança internacional pós-Guerra Fria é um fenômeno importante na história da vida social dos povos do mundo, especialmente relacionado a questões de segurança humana.

Hoje em dia, juntamente com o desenvolvimento da tecnologia e da informação, tem um impacto certamente real e dá origem a uma nova

1 Com amplo apoio de Syafhendry e Dian Venita Sary, Universitas Islam Riau, Indonésia.

2 Professor em Direito Internacional na Universitas Islam Riau, Indonésia.

3 Lecturer no departamento de Relaçãoes Internacionais da Universitas Islam Riau, Indonésia. E-mail: rendiprayuda@soc.uir.ac.id

4 Professor assistente no departamento de Relaçãoes Internacionais da Universitas Riau, Indonésia.

estrutura e ordem. A nova ordem cria uma dimensão que certamente pode ter implicações na geração de dependência. As mudanças na nova ordem, de forma consciente ou não, tiveram grande influência nas relações estabelecidas entre os Estados; a vida neles é, também, principalmente uma questão de segurança e interação humana com os seres humanos. Atualmente, a questão da segurança internacional é um problema, e um problema ainda amplamente discutido e debatido. No entanto, no processo de seu desenvolvimento, a questão da segurança internacional não fala apenas sobre as questões de segurança do Estado, estando também intimamente relacionada à segurança humana.

Além disso, o próprio conceito de segurança passou de segurança tradicional para segurança não tradicional. O significado tradicional de segurança é muitas vezes percebido no contexto das relações entre países com a perspectiva de "como manter e proteger a segurança ou soberania de um Estado da intervenção e ameaça externa" e geralmente se refere a ameaças militares provenientes de outros Estados. Enquanto a segurança não tradicional é baseada em dois componentes, ou seja, "sem medo" e "sem falhas". Neste contexto, o conceito de segurança não tradicional está associado a casos de crimes transnacionais que são crimes que violam os valores da decência e da humanidade. Em essência, os Crimes Transnacionais são atos relacionados a crimes com motivações financeiras, que afetam os interesses de mais de um estado e que ocorrem em um complexo transfronteiriço do Estado, gerando inquietação na sociedade.

De acordo com G.O.W. Mueller, "crime transnacional é um termo jurídico que estuda a ciência do crime, criado pelas Nações Unidas no campo da prevenção do crime e da justiça criminal na identificação de certos fenômenos jurídicos que vão além das fronteiras ou fronteiras internacionais, violam o direito interno e podem ter um impacto sobre a regulamentação legal de outros Estados". O termo "crime transnacional" é uma forma de desenvolvimento das características de um conceito contemporâneo de crime chamado Crime Organizado. O termo é utilizado como explicação da correlação entre crimes que ultrapassam os limites territoriais do Estado e também têm impacto nas leis de vários Estados (Olii, 2005).

Como uma breve revisão, sabe-se anteriormente que existe uma rede criminosa transnacional que arrecadou dezenas de bilhões de dólares americanos por ano por meio de vários tipos de atividades criminosas, como contrabando de produtos falsificados, tráfico de entorpecentes ou venda de drogas ilegais, Tráfico de pessoas e comércio de vida selvagem. Nesse contexto, os crimes transnacionais são tão prejudiciais que a ameaça representada afeta sobremaneira a soberania de um Estado. Às vezes, o papel operacional em

um país não é necessariamente capaz de resolver esse problema de forma abrangente, embora existam vários regulamentos que regem cada Estado, mas isso não é considerado ideal o suficiente e também bem realizado, especialmente se um país não puder lidar com essas ameaças e problemas pessoalmente, também os procedimentos de aplicação da lei contra crimes internacionais, incluindo questões envolvendo ameaças multilaterais, não podem ser realizados pela prática do direito internacional na extradição (tendo relações diplomáticas e jurisdição entre o Estado destinatário e o Estado requerente).

Mas utiliza uma forma de cooperação entre países na prática do direito internacional consuetudinário obtido dos Tratados de Assistência Jurídica Mútua (MLATs, na sigla em inglês). Esta forma de cooperação contém a solidariedade na prática de erradicação de crimes internacionais transnacionais e mitigação de crimes internacionais que tenham sido acordados como ato de implementação de acordos realizados entre os países envolvidos. É claro que este acordo respeita a jurisdição e se baseia nas disposições das leis nacionais dos países participantes, mas são necessários regulamentos e ações para coordenar as atividades nacionais para que estejam cada vez mais alinhadas com o desenvolvimento de crimes transfronteiriços ou internacionais.

Além disso, a aplicação da lei também precisa ser realizada por meio da cooperação mútua, especialmente nos países da ASEAN. Porque prevenir e erradicar os crimes transnacionais não pode ser feito simplesmente colocando seus regulamentos em convenções e tratados internacionais, mas sim com cooperação física multilateral.

Portanto, com o arranjo do conceito de Assistência Jurídica Mútua, espera-se que haja uma cooperação regional entre os países da região do Sudeste Asiático que também são membros de uma Associação/Organização chamada ASEAN para erradicar ou pelo menos reduzir ligeiramente os crimes transnacionais que ocorrem. Porque, com base em pesquisas, a região do Sudeste Asiático é uma região muito estratégica quando vista a partir de sua localização cercada por países em desenvolvimento. E é isso que provavelmente fará desta área um caminho para a realização de ações criminosas efetuadas por crimes transnacionais, referindo-se aos seguintes dados:

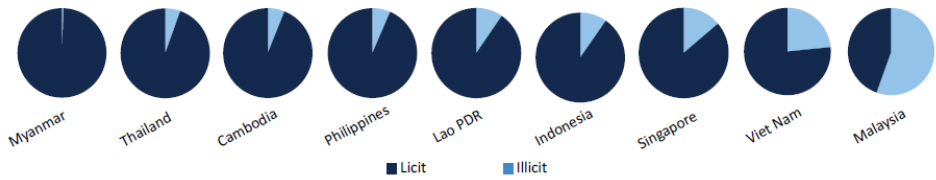


Figura 1. Porcentagem de contrabando de produtos falsificados
Fonte: UNODC elaboration based on data from Oxford Economics, "Asia Illicit Tobacco Indicator 2017", Maket Trends, September 2018.

O Sudeste Asiático é o centro global de produtos falsificados da cadeia de suprimentos de produtos falsificados e tabaco ilegal (UNODC, 2019).

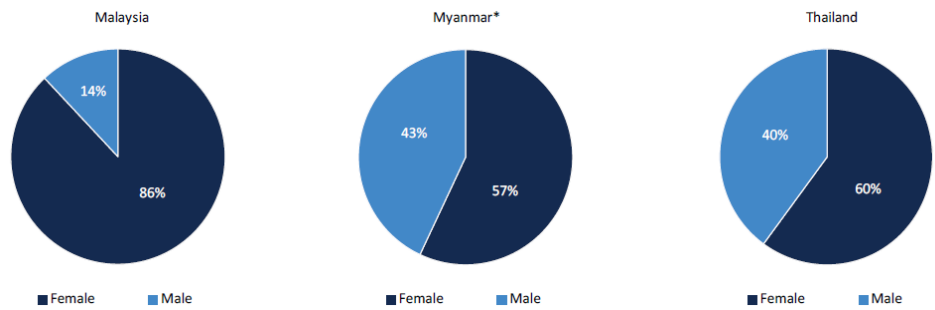
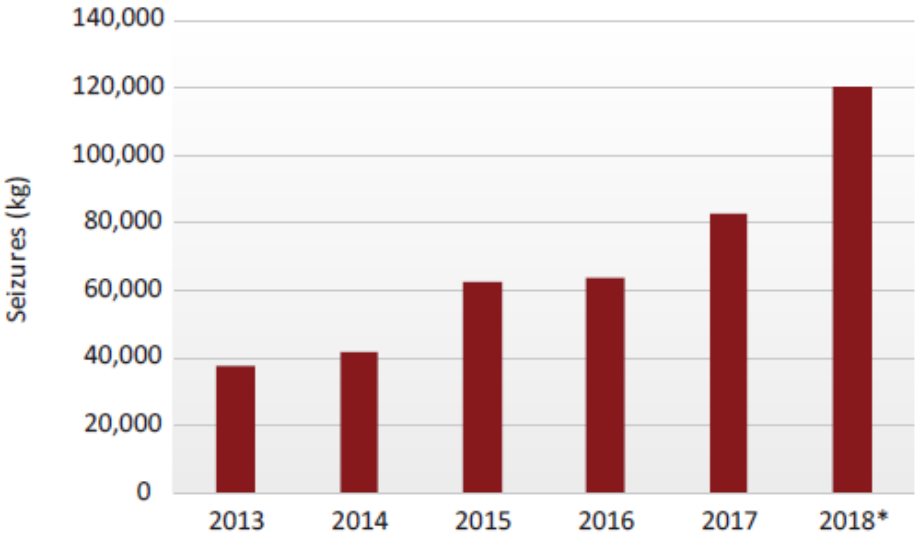


Figura 2. Porcentagem de mulheres traficadas
Fonte: UNODC, "Global Report on Trafficking in Persons 2018", Vienna, 2018; Royal Thai Government, "Thailand's Country Report on Anti-Human Traffickin Response (1 January 2017-31 December 2017)", Ministry of Social Devolopment and Human Security, 2018.

Todos os anos, milhares de mulheres e crianças que sofrem com a pobreza ou não têm chance de trabalhar caem nas mãos de sindicatos intrarregionais do tráfico de pessoas. Essas mulheres são comercializadas para abastecer a indústria do sexo na Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas (Le Nguyen, 2012).

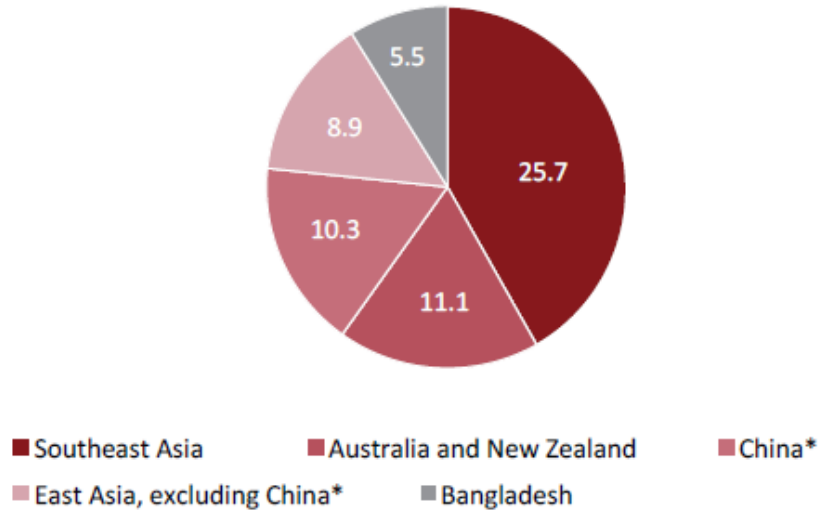
Figura 3. Confisco de todas as formas de metanfetamina no Sudeste Asiático, 2013-2018



Fonte: UNODC, responses to the annual report questionnaire (ARQ) and government sources; Drug Abuse Information Network for Asia and the Pacific (DAINAP).

Cinco países da ASEAN (Camboja, Laos, Mianmar e Tailândia) são reconhecidos como um dos principais locais do mundo para a produção de heroína do tipo anfetamina e estimulantes. A droga principal produzida no sudeste da Ásia é o ópio. Um dos maiores países produtores de ópio é Mianmar. O tráfico de drogas envolve uma área de triângulo dourado que é então contrabandeada para destinos asiáticos ou europeus. No momento da redação deste artigo, os dados de apreensão de drogas do ano inteiro são relatados e fornecidos por Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, Japão, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã, que são os países da região do Sudeste Asiático.

Figura 4. Tamanho de varejo estimado do mercado de metanfetamina no sudeste da Ásia, Austrália, Nova Zelândia, Bangladesh e China



Fonte: UNODC (2019).

Algumas das classificações de crime organizado transnacional na região do Sudeste Asiático ocorrem em alguns países da área, como:

Tabela 1. Classificação do Crime Organizado Transnacional

Nº	Status	Descrição

1	Lavagem de dinheiro	Um aumento no número de incidentes de contrabando de grandes quantias de dinheiro em vários países da ASEAN. Ao longo dos últimos anos, as autoridades tailandesas apreenderam grandes somas de dinheiro de países vizinhos contrabandeados, e relatos de contrabando de dinheiro de correios do Camboja, Laos e grupos criminosos de Mianmar com redes no Sudeste Asiático também são conhecidos por lavar grandes quantias de dinheiro por meio do sistema bancário. Formalmente em Cingapura, Hong Kong e China, por causa de sua abertura como um centro financeiro e de transporte internacional.
2	Cassino	Em janeiro de 2019, havia 230 cassinos licenciados no sudeste da Ásia, incluindo 150 cassinos no Camboja, 67 nas Filipinas e 5 no Laos e em Mianmar. Muitos desses cassinos surgiram após a repressão às atividades de lavagem de dinheiro em Macau, China, em 2014. Isso levanta preocupações de que a "mudança" de atividades criminosas relacionadas a cassinos tenha ocorrido no sudeste da Ásia, especialmente na região de Mekong, que não possui supervisão dos regulamentos e capacidade de execução.

Fonte: Elaboração própria.

E existem muitos outros tipos de crimes transnacionais que ocorrem na região do Sudeste Asiático. Portanto, isso requer a sensibilidade de cada país da região da ASEAN para cooperar uns com os outros no combate a esses crimes. Uma delas é usar a Assistência Jurídica Mútua (AJM). Em seu sentido, a AJM em si ou referida como assistência mútua é um mecanismo para fornecer assistência jurídica com base em métodos jurídicos básicos formais. Geralmente na forma de coleta e apresentação de provas realizadas por uma autoridade/mediador legal em outro país em resposta a um pedido de assistência. Referindo-se a essas descrições e explicações, o autor se concentra em pesquisar a discussão intitulada "*Toward Effective of Asean Mutual Legal Assistance in Combating Non-Traditional Security Threat in Southeast Asia Region*".

Métodos de pesquisa

O método de pesquisa usado para escrever este artigo é o estudo da literatura, que é uma série de atividades relacionadas a métodos descritivos qualitativos, onde se concentra nas técnicas de coleta de dados na biblioteca, revisão da literatura, leitura e processamento de informações e material de pesquisa. Os principais tipos de referências utilizadas no estudo da literatura são livros, periódicos e artigos científicos. Os dados são usados como base para analisar e explicar o problema em uma discussão. Nesta obra científica o escritor utiliza a perspectiva do Liberalismo, que explica que a cooperação é uma das melhores formas de resolver um problema ou um problema existente. E pode diminuir o fosso que ocorre entre os países que têm uma disputa. A técnica de análise de dados ocorre na forma descritiva-argumentativa, baseada na ideia de ver os fenômenos que ocorrem ao redor. Enquanto o nível de análise utilizado é o nível de análise entre Estados (*State-level analysis*), que examina cada escala de variáveis de pesquisa e o comportamento do Estado em vários de seus fatores internos e externos ao desempenhar um papel na formulação e solução de problemas de política externa.

Resultados e discussão

A dinâmica de mudança do conceito de segurança de segurança do Estado para segurança humana certamente tem impacto na mudança de questões e temas na arena política internacional. Uma forma de mudança fundamental na abordagem de segurança internacional é o foco muito alto da interação da comunidade transnacional apoiada por avanços tecnológicos, de modo que a ameaça hoje não seja mais militar e de guerra, mas sim não militar ou humanitária. Portanto, essa dinâmica resulta em mudanças nos estilos de vida humanos que são orientados para as necessidades e acabam por impactar nas complexas implicações de interdependência e integração.

A alta mobilidade entre os países resultou na diminuição das fronteiras nacionais e da autoridade do Estado, de modo que isso tem impacto no alto número de interações entre as pessoas que são de natureza *cross-country*, de modo que novos problemas surgem; um dos quais é a oportunidade para a ocorrência dos comumente chamados crimes transnacionais. Essas várias formas de crime transnacional em seu desenvolvimento têm um impacto enorme e são capazes de destruir a estabilidade política e a segurança de um país. Os avanços tecnológicos aumentam a intensidade das relações e a interdependência dos países no mundo. Quanto maior o nível de dependência, mais se incentiva a confiança mútua e o desencadeamento

da cooperação internacional, que pode ser formulada em um acordo internacional. Diferenças de filosofia, percepção, visão de vida, raça, religião ou crença, bem como cultura, não são mais um fator de barreira em um relacionamento e na cooperação. Os avanços no campo da ciência e tecnologia levaram à necessidade de uma regulamentação e regras mais rígidas, certas e difundidas, para que isso seja bem delineado nos acordos internacionais (I Wayan Pathiana, 2002, p. 2).

No mundo internacional de hoje, novos problemas muitas vezes vêm à tona e sempre resultam em conflitos entre os países. O conflito não surge apenas por um infortúnio causado pelo Estado, mas também é protagonizado por grupos criminosos. Embora já existam vários regulamentos relacionados à aplicação da lei em um país para erradicar e interromper as atividades operacionais de redes de grupos criminosos, infelizmente ainda não são considerados ideais.

Assistência Jurídica Mútua em resposta à dinâmica do crime

Os crimes se desenvolveram junto ao desenvolvimento da civilização humana. Isso se vê pela significativa evolução do agressor, do *modus operandi* e das consequências que ele causa. O crime com armas convencionais foi substituído por ferramentas modernas sofisticadas. Criminosos individuais se transformam em grupos/sindicatos organizados.

A era da globalização apoiada pelos avanços da ciência e tecnologia nas áreas de telecomunicações e transportes é cada vez mais sofisticada. Entretanto, essa sofisticação proporciona benefícios positivos e impactos negativos, bem como a influência no desenvolvimento do crime. A transferência de criminosos de um país para outro é facilmente realizada porque possui uma rede de sindicatos do crime em diferentes partes do mundo.

Existe um tipo de crime que se desenvolve como resultado do desenvolvimento da tecnologia e da informação, mas que envolve redes internacionais apoiadas em infraestruturas sofisticadas. Este crime é chamado de Crime Transnacional. Este crime organizado transnacional tem como exemplos: crimes humanos, lavagem de dinheiro, contrabando de mercadorias, drogas e drogas ilícitas e outros crimes envolvendo a existência de redes criminosas.

Para antecipar e superar os denominados crimes transnacionais, uma das cooperações surgiu na forma de acordos e leis denominadas de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal. Como afirma a concepção teórica, a Assistência Jurídica Mútua é um mecanismo de cooperação internacional relacionado a investigações, processos e exames em audiências judiciais com

base nas disposições dos regulamentos e leis do país requerido.

A comunidade de ASEAN tem como lema a frase "Uma Visão, Uma Identidade e Uma Comunidade", o que significa que em termos de segurança, os países da ASEAN devem ter a mesma visão e missão para combater casos criminais que ancoram a segurança e a estabilidade econômica do país. Assim, espera-se que, por meio da ASEAN, os países possam discutir as questões que ocorrem. Os problemas enfrentados pelo regime de segurança da ASEAN podem ser analisados sob dois aspectos, a saber, o processo de negociação em nível internacional e o processo de negociação em nível nacional. As negociações em nível internacional referem-se mais às atividades de criação de um regime de negociação no nível da ASEAN que enfatize mais os interesses dos Estados membros da ASEAN na elaboração de acordos sobre o tratamento de crimes transnacionais. Enquanto isso, no processo de negociação em nível nacional, refere-se mais à ratificação de produtos jurídicos internacionais pelos países da ASEAN na sequência dos resultados dos acordos internacionais de produtos jurídicos em lidar com crimes transnacionais que são usados como uma estrutura para a aplicação da lei na ASEAN (Prayuda, Warsito e Surwandono, 2020).

Assistência Jurídica Mútua como forma conjunta de lidar com o crime transnacional

Atos criminosos transnacionais resultam em problemas legais que surgem de um país para outro na região da ASEAN. De modo que na superação e erradicação é difícil prescindir da cooperação e harmonização de políticas bilaterais ou multilaterais entre os países, especialmente na região do Sudeste Asiático. Portanto, a melhor forma de superá-los é manter boas relações diplomáticas e cooperação entre os membros do Estado asiático, a fim de fornecer assistência para a resolução de problemas criminais transfronteiriços com base nas leis de cada país.

A cooperação da ASEAN sob o acordo foi implementada por meio de convenções multilaterais, como a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (UNCAC). Enquanto isso, a cooperação realizada sem convenções, ou seja, usando as disposições de assistência mútua para ambos os crimes e criminosos em cada país, não tem sido muito realizada.

Esta divisão de tipos de crimes mostra que nem todos os crimes precisam de ser legais e tratados através de Assistência Jurídica Mútua, apenas alguns crimes que têm dimensões ou medidas transfronteiriças (Internacional) e têm uma Dupla Incriminação. O objetivo deste duplo princípio é quando um

crime é considerado um ato criminoso de acordo com o sistema jurídico de cada Estado (requerente e solicitado), mas de acordo com a lei o ato criminoso só surgirá e será reconhecido por onde o ato criminoso foi cometido (um Estado, requerente ou solicitado).

Quanto à outra explicação, a dupla incriminação ou duplo princípio pode julgar que o crime só será considerado punível no Estado Requerido se os elementos constitutivos do crime em ambos os Estados corresponderem entre si, assim, o crime será considerado passível de extradição ou se usará o MLA (International & Criminal, s.d.).

Pela dificuldade em superar este princípio do duplo crime, as convenções feitas pelos Estados devem ser de natureza de cooperação internacional, o que se sentirá mais eficaz. Portanto, os Estados acharão mais fácil erradicar os crimes internacionais se estiverem mais inclinados a cooperar na forma de convenções internacionais em organizações internacionais. Avaliados nesta análise, os países do Sudeste Asiático devem usar autoridades multilaterais/regionais dentro da ASEAN para agilizar os esforços para erradicar crimes transnacionais, incluindo a possibilidade de fazer um acordo de extradição entre os Estados membros da ASEAN e fazer da ASEAN um "Plano de Ação para Combater o Crime Transnacional" como um instrumento alternativo para o país do sudeste asiático. Além disso, criar estratégias regionais para monitorar, prevenir e minimizar o crime transnacional. Com esta estratégia, a ASEAN é capaz de investigar, deter, processar e até mesmo reabilitar perpetradores/sindicatos de crimes transnacionais na região do Sudeste asiático.

Para responder aos problemas da ASEAN no combate aos crimes transnacionais, nomeadamente através do reforço das capacidades regionais e do aumento da cooperação entre as forças de segurança da ASEAN, faz-se necessário o desenvolvimento de vertentes multilaterais e também programas de atividades que incluem a troca de informação sobre contrabando ou fuga criminosa entre países, concordando com a formação de um órgão multilateral para erradicar os Crimes Transnacionais, como a ASEAN (Centro de Combate a Crimes Transnacionais), e estabelecer acordos regionais com tribunais criminais, incluindo Assistência Jurídica Mútua e Cooperação em Extradição.

A AJM é um dos mais recentes processos de aplicação da lei que envolve não apenas um país, mas muitos países, especialmente na região da ASEAN. Esta assistência mútua deve ter como base o mesmo espírito de combate aos crimes, mesmo aqueles que ocorrem em outros países, prestando diversos tipos de assistência solicitada por aquele país.

Os países da ASEAN já têm relações de cooperação internacional formalmente com agências de aplicação da lei de outros países, que são

frequentemente chamadas de redes de cooperação entre agências, como, por exemplo, a *Interpol Asset Recovery Inter-Agency Network Asia Pacific*, e assim por diante. Isso certamente fortalecerá a assistência mútua necessária aos países da ASEAN para combater o crime transnacional, obtendo evidências e dados válidos perante os tribunais. O acompanhamento de evidências e dados válidos pode ser feito por meio da cooperação de assistência jurídica mútua como uma solicitação informal. A condição é que o país solicitante tenha provas e dados completos a partir de investigações para prender criminosos, com o objetivo de que o Estado solicitado esteja disposto a auxiliar de maneira otimizada na prestação de assistência mútua. Assim, pode-se dizer que a Assistência Jurídica Mútua desempenha um papel importante nos esforços para prevenir e erradicar o crime transnacional como uma solução alternativa para a apresentação de provas. Não só isso, mas neste contexto, testemunhas que estão em diferentes países podem estar presentes em um julgamento.

Assistência Jurídica Mútua como solução para as diferenças nos sistemas jurídicos

Em essência, as formulações de aplicação da lei se espalharam e influenciaram as rotas usadas por esses grupos criminosos, mas outras descobertas sugerem que existem sindicatos que estão melhorando suas redes, tentando desviar a atenção para zonas menos protegidas e sob vigilância. Muitas vezes, os criminosos transfronteiriços que desejam ser julgados em dois países também requerem o uso absoluto de seu próprio sistema jurídico, o que certamente torna complicado o tratamento de atos criminosos.

O mesmo relatório também destacou que o crime organizado pode se aproveitar de várias empresas privadas, como operações de cassino que conseguiram arrecadar bilhões de dólares em dinheiro na região e facilmente realizar lavagem de dinheiro em larga escala. Grupos do crime organizado transnacional como este legalizam todos os meios para aumentar o fluxo rápido de seus negócios vendendo drogas e pessoas, bem como outras mercadorias.

Por isso, para que o crime organizado seja superado imediatamente, os governos de cada Estado deveriam ter começado a desenvolver planos e implementar estratégias que sejam firmes, sérias e objetivas na solução dos problemas. A resposta pode ser a cooperação como forma de aplicação da lei para resolver problemas em áreas transfronteiriças; mas isso também precisará urgentemente da ajuda e do incentivo das partes interessadas, além dos aspectos políticos do governo e de seus mais altos escalões. O crime

organizado transnacional no Sudeste asiático, com todas as suas atividades, como tráfico de entorpecentes, pessoas, produtos falsificados e até mesmo crimes ambientais, se espalhou e aumentou dramaticamente.

Portanto, é necessário ter autoridade como uma forma e alternativa que possa convocar todos os países da região do sudeste asiático a iniciarem a cooperação entre si para superar esses crimes. Os fracos esforços de aplicação da lei em vários países do sudeste asiático possibilitaram que grupos do crime organizado aumentassem suas operações em locais onde não há aplicação da lei, especialmente em áreas de fronteira. Uma das autoridades para combater o crime transnacional na região da ASEAN é o estabelecimento da Assistência Jurídica Mútua.

A criação de AJM foi motivada pela condição fática de que havia diferenças no sistema de direito penal entre vários países da ASEAN causando inação no exame de crimes. A diferença se dá entre o sistema jurídico estadual, que adere ao sistema de justiça criminal e o Modelo do Devido Processo Legal, que, por outro lado, adere ao sistema do Modelo de Controle do Crime. O Modelo do Devido Processo Legal é um sistema legal que tem como foco a proteção dos direitos humanos para suspeitos de crimes, causando uma longa burocracia na justiça criminal. Enquanto isso, o Modelo de Controle do Crime enfatiza a eficácia e eficiência da justiça criminal com base no princípio da presunção de inocência.

Por outro lado, o ordenamento jurídico também se baseia no termo de dupla incriminação. Além disso, os constrangimentos diplomáticos também são um fator significativo para a obstrução do tratamento de crimes transnacionais, claro, porque essa condição diz respeito à soberania de um país que deve ser sempre respeitada. De modo que a partir das diferenças no ordenamento jurídico, a Assistência Jurídica Mútua se apresenta como solução na forma de cooperação entre países ou na formação de regulamentos (leis) para os países que queiram regulá-la. A AJM também pode regular a situação dos países que ainda não possuem um acordo; portanto, essa assistência mútua pode ser realizada de acordo com o princípio da reciprocidade ou boas relações entre os dois países.

Isso também é regulamentado em disposições internacionais, como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNCTOC), que explicam que a cooperação jurídica entre países em matéria penal deve ser baseada em vários princípios jurídicos gerais, que são:

a. Suficiência de provas, explica como fazer pedidos de assistência

mútua, especialmente em questões de crimes transnacionais e infrações penais, sendo a preparação de provas suficientes o principal requisito para o sucesso dos pedidos de assistência mútua.

b. A Dupla Incriminação, explica o princípio jurídico que prevê que as ações de uma pessoa, em casos que sejam objeto de um pedido de auxílio mútuo por crimes a outros países, são aceitáveis se o crime for cometido em ambos os países e a punição puder ser também em dois países (o destinatário e o solicitante).

c. Reciprocidade, explica que a cooperação de assistência mútua no problema de crimes transnacionais pode ser realizada por meio de acordos entre países, tanto países solicitantes quanto países receptores.

Com efeito, a aplicação do Princípio da Reciprocidade não carece de acordo (Tratado) mas basta-se com a regulamentação (Arranjo), que desde já só se aplica com base na vertente "*On Case-by-Case Basis*". A suavidade deste regulamento requer apenas um fator nas disposições que afirmam que o procedimento "não baseado em tratado" pode ser incorporado ao estatuto.

Porque basicamente a Assistência Jurídica Mútua nem sempre tem que falar sobre o alinhamento do sistema jurídico existente, mas esse senso de necessidade mútua de informação é o que os países da ASEAN devem apresentar como lema uma "Visão, Uma Identidade e Uma Comunidade".

Coisas interessantes são precisamente o foco principal da ASEAN para alcançar a autoridade política da vontade de cooperação para a integridade de uma sociedade segura da própria ASEAN. A razão até esta redação é que a ASEAN ainda não atingiu sua meta de segurança pretendida. Para estudá-la mais, pode-se ver a partir da seguinte análise:

1. Análise de fraqueza da ASEAN

Geopoliticamente, a região do sudeste asiático é uma trajetória mundial que tem um significado estratégico muito importante. A região é rica em recursos naturais e energia estrategicamente vital para o transporte marítimo e bases militares (Salamah, 2017). No entanto, os países do sudeste asiático, tanto a nível nacional como internacional, ainda enfrentam alguns problemas relacionados com ameaças à estabilidade e segurança nacional. E a implementação de mecanismos regionais na ASEAN para resolver esses problemas não foi implementada. Pode-se ver que cada país depende apenas do padrão de rota bilateral, não de um mecanismo regional que é geralmente aplicável a todos os membros da ASEAN.

Os membros da ASEAN demoram a se engajar na identidade

da diplomacia militar e de defesa multilateral regional, como é visto por grupos criminosos que historicamente tiveram sindicatos em várias regiões. Autoridades governamentais, no entanto, não se reúnem multilateralmente em um diálogo inclusivo, em muitos casos as instituições apenas protegem ameaças internas e externas, gerenciam a violência e as discutem, mas não lidam diretamente com casos externos envolvendo tais sindicatos (*Structures, Shocks and the Late Rise of Asia's Norm Change: Explainin Defence Diplomacy*, 2017).

Então, em termos de implementação do mecanismo da ASEAN, o problema que se coloca é um mecanismo que se aproxima da norma *ASEAN Way*, que se refere ao código de conduta nas relações entre os Estados membros da ASEAN. *ASEAN Way* é um princípio na realização da cooperação de forma harmoniosa, respeito mútuo pela soberania, não conflituosa, não legalista e pragmática (Yuniarti, 2010).

Basicamente, com o conceito de soberania de um país, isso não pode ser feito sem a coordenação e assistência jurídica do país de destino. Na ausência de tratados efetivos relacionados à extradição e Assistência Jurídica Mútua, alguns países se engajaram em ações unilaterais. Mas isso é uma violação do Direito Internacional. De acordo com princípios universalmente aceitos, os Estados gozam de igualdade de soberania e integridade territorial; com essa visão os Estados assumem que outros Estados ou mesmo organizações internacionais não devem interferir nos assuntos internos do Estado (Internacional e Criminal, n.d.)

Na própria região do sudeste asiático, a aplicação do princípio da não intervenção, muito rígida pela ASEAN, resultou em países com uma visão equivocada de auto integridade. A personalidade internacional e o nível de integridade da ASEAN também são muito fracos em comparação a outras organizações regionais. A ASEAN tem o Alto Conselho para resolver disputas internacionais entre seus membros, mas ele nunca sequer foi usado (Pendahuluan, s.d.)

Além disso, a existência de problemas jurídicos entre os Estados fará com que uma pessoa tenha poucas chances de ser submetida a processos criminais fora da área ou região em questão. Alguns dos casos reais que ocorrem hoje, por exemplo, como suspeitos de corrupção que fugiram para o exterior e ativos de corrupção que estão no exterior são desafios para os agentes da lei. A emergência de crimes de dimensão internacional aumentará quantitativa e qualitativamente. A resolução desses crimes não basta ser realizada apenas pelo Estado pessoalmente ou individualmente, mas exige uma cooperação integrada também no âmbito multilateral. Uma das instituições jurídicas que se vê como capaz de superar este crime de dimensão internacional é a própria

ASEAN ao ratificar tratados de extradição em cada país (Parhiana, Wayan, 2004, p.127).

2. Análise de oportunidades para responder aos problemas da ASEAN

Os procedimentos de aplicação da lei contra crimes internacionais e transnacionais são questões que estão incluídas no desenvolvimento da cooperação multilateral entre os Estados. Essa cooperação é pautada na prevenção e erradicação de crimes internacionais. Um exemplo de aplicação da lei que foi realizado neste modelo cooperativo é a prática da lei de extradição.

a. Existe um interesse político comum (Interesse Mútuo) entre os Estados.
b. Há vantagens mútuas ao cooperar.
c. Existem semelhanças nos objetivos (objetivos mútuos).
d. Respeito pelo princípio da soberania estatal entre os Estados que cooperam.

A extradição aqui também pode ser interpretada como um padrão de entrega por um Estado a pedido de outra pessoa em sua jurisdição que seja acusada ou tenha sido condenada por um crime cometido na jurisdição do requerente (Joshua et al., 2016) Esse enigma é realizado formal e legalmente com base em um tratado de extradição pré-assinado.

Este acordo é um princípio de cooperação mútua com base nas boas relações de um Estado em que uma pessoa foi acusada de um crime (Suspeito, Réu, Acusado) ou alguém que tenha sido condenado a uma sentença criminal. Esta acusação certamente tem uma força vinculativa definitiva (Condenado e Condenado), por seu local de residência (Estado Requerido) ao Estado que possui disposições ou jurisdições para puni-lo e/ou julgá-lo (o Estado Requerente), mediante solicitação do Estado Requerente, para tentar realizar o processo de condenação. Quanto a alguns elementos de extradição com base no anterior, segue:

a. Elementos do assunto, nomeadamente o país requerido e o país requerente;
b. Elemento do objeto, designadamente a pessoa procurada, que pode ter a qualidade de suspeito, arguido ou condenado;
c. c. Elementos de procedimentos ou portarias, ou seja, devem ser executados de acordo com certos procedimentos ou portarias ou

formalidades; e

d. d. O elemento de propósito, ou seja, com a finalidade de julgá-lo e/ou puni-lo (Beare & Williams, 2013).

Os pedidos de submissão devem ser feitos diplomaticamente. É o mesmo quando o Estado aprova ou rejeita o pedido do Estado requerente. Isso também deve ser comunicado ao Estado requerente por via diplomática.

Além disso, Extradição. Existem oportunidades que podem ser focadas na resolução de disputas criminais transnacionais do sudeste asiático por meio de assistência mútua em questões criminais ou Assistência Jurídica Mútua. Esta assistência mútua é considerada capaz de superar a questão dos crimes transnacionais ou internacionais para substituir o problema devido à implementação ineficaz dos tratados de extradição que foram ratificados e realizados entre os países envolvidos. De fato, a oportunidade obtida pela ASEAN com o estabelecimento da Assistência Jurídica Mútua é a facilidade de trocar informações sobre casos de crimes transnacionais e se tornar uma solução quando a extradição não pode ocorrer. Porque é preciso saber que a utilização das instituições de Extradição apresenta fragilidades, entre elas: 1) Diferenças no ordenamento jurídico nacional, tanto no direito material quanto no direito objetivo, 2) na estrutura organizacional do governo do país envolvido no acordo, e 3) o complicado mecanismo para sua implementação.

Através desta Assistência Jurídica Mútua, a palavra "reciprocidade" indica que tal assistência jurídica é fornecida na expectativa de que haverá assistência recíproca sob certas condições. Isso significa que há tolerância para ajudar outros Estados que originalmente ajudaram. Quando um país faz um pedido a outro país para o congelamento de bens, ou obtém provas para a acusação ou uma ordem de congelamento e confisco, então uma carta formal solicitando assistência judiciária deve primeiro ser preparada, contendo uma lista de perguntas e ações a serem realizadas, e depois enviada à instituição autorizada para o país onde o pedido foi feito. Para que, assim, a Assistência Jurídica Mútua seja eficaz em termos de rastreamento, congelamento, confisco e devolução de bens que deveriam ter sido baseados em convenções ou tratados internacionais que permitam a ocorrência da AJM. Para tanto, é necessário encorajar os países a se vincularem a um tratado e/ou firmarem um acordo regional ou bilateral.

Assistência Jurídica Mútua é uma forma de acordo entre os Estados que regula os esforços para superar o problema do crime transnacional que atualmente é galopante. Além disso, a AJM é um acordo bilateral de cooperação "suave", que fornece protocolos e estruturas para coordenação

voluntária, mas não para roubo de informações sigilosas. Em resumo, a AJM é como a cooperação de "promotor para promotor" ou "polícia para polícia" que permite que algumas informações compartilhem deveres, mas não conduzam a investigações forçadas. A AJM baseia-se na missão de investigar crimes graves no direito penal em escala transnacional e internacional (Joshua et al., 2016). A assistência mútua na investigação ou processo de acusações criminais geralmente é usada para obter material que não pode ser obtido com base na cooperação policial, em particular investigações que exigem meios coercivos (James & Gladyshev, 2016).

Conclusão

A força obrigatória do conceito de AJM é baseada nas necessidades variáveis do acordo em atender a uma necessidade de interesse em cada país da região do sudeste asiático, ou seja: é uma diretriz para os Estados membros da ASEAN na realização de cooperação para manter a segurança em suas regiões por meio de assistência mútua entre seus membros; também é realizada a fim de desenvolver a eficácia da aplicação da lei na resolução de problemas de prevenção, investimento, prisão e repressão de ativos no campo criminal. A ASEAN, como uma das organizações regionais, deve ser capaz de aceitar os tempos, incluindo o desenvolvimento do crime além das fronteiras nacionais que está se tornando cada vez maior. Nesse sentido, o processo de formação de um padrão de acordos regionais é uma das soluções para erradicar os crimes transnacionais, a fim de criar segurança e ordem na própria região do sudeste asiático.

REFERÊNCIAS

Beare, M., & Williams, R. D. (2013). Mutual Legal Assistance Treaties. Encyclopedia of Transnational Crime & Justice, 103–110. https://doi.org/10.4135/9781452218588.n105

Devitasari, I. (2015). Kekuatan Mengikat Asean Mutual Legal Assistance Treaty (Amlat) Bagi Negara Anggota Asean Dalam Rangka Penegakan Hukum Kejatan Transnasional. Belli Ac Pacis, 1(1), 25-33.

Indriati, N. (2009). Mutual Legal Assistance Treaties (MLATs) Sebagai Instrumen Pemberantasan Kejahatan Internasional. Jurnal Dinamika Hukum, 9(2), 125-134.

International, T. O. F., & Criminal, C. I. N. (n.d.). INTERNATIONAL

COOPERATION AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME : EXTRADITION AND MUTUAL LEGAL ASSISTANCE IN CRIMINAL MATTERS. 364–393.

James, J. I., & Gladyshev, P. (2016). A survey of mutual legal assistance involving digital evidence. Digital Investigation, 18, 23–32. https://doi.org/10.1016/j.diin.2016.06.004

Jurnal Hukum Internasional. Indonesia Journal of International Law – Treaties. Volume 3 Nomor 4 Oktober 2006;

Joshua, J. M., Camesasca, P. D., Jung, Y., Antitrust, S., Journal, L., & Camesasca, D. (2016). EXTRADITION AND MUTUAL LEGAL ASSISTANCE TREATIES : CARTEL ENFORCEMENT ' S GLOBAL REACH All use subject to JSTOR Terms and Conditions EXTRADITION AND MUTUAL LEGAL ASSISTANCE TREATIES : CARTEL ENFORCEMENT ' S GLOBAL REACH. 75(2), 353–397.

Le Nguyen, C. (2012). Towards the effective ASEAN mutual legal assistance in combating money laundering. Journal of Money Laundering Control, 15(4), 383–395. https://doi.org/10.1108/13685201211265971

Olii, M. I. (2005). Sempitnya dunia, luasnya kejahatan? sebuah telaah ringkas tentang transnational crime. Kriminologi Indonesia, 4(I), 14–27.

Pendahuluan, A. (n.d.). Efektivitas Piagam Asean (Asean Charter) Bagi Asean. 1–14.

Prayuda, R., Warsito, T., & Surwandono. (2020). the Problematics of Association Southeast Asia Nation Within Handling Transnational Crime Smuggling Druck Trafickking. Humanities & Social Sciences Reviews, 8(1), 844–855. https://doi.org/10.18510/hssr.2020.81101

Salamah, L. (2017). Analisa Strengths, Weaknesses, Opprotunities, and Threats (SWOT): Peluang dan tantangan Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) dalam mewujudkan integrasi Asia Tenggara. Masyarakat, Kebudayaan Dan Politik, 30(3), 300. https://doi.org/10.20473/mkp.v30i32017.300-310

Sulaeman, S. (2015). Efektifitas Bantuan Timbal Balik dalam Masalah Pidana (Mutual Legal Assistance in Criminal Matters) Studi Kasus Pemulangan Koruptor Yang Melarikan Diri Keluar Negeri (Doctoral dissertation, Universitas Islam Negeri Alauddin Makassar).

Structures , Shocks and the Late Rise of Asia ' s Norm Change : Explainin Defence Diplomacy. (2017). 35(1), 1–26. https://doi.org/10.1355/cs35-la

UNODC. (2019). Transnational Organized Crime in Southeast Asia: Evolution,

Growth and Impact.

Yuniarti, A. (2010). Implementasi Mekanisme Regional ASEAN dalam Penanggulangan Masalah Terorisme di Asia Tenggara. Jurnal Diplomasi Dan Keamanan 2 (1), 1–24.

RESUMO

A questão da segurança não tradicional é atualmente um dos campos em mudança nos estudos sobre segurança internacional. Uma das mudanças é de segurança estatal para a segurança humana. Uma forma de ameaça real à segurança humana é o crime transnacional. Portanto, ao lidar com o crime transnacional, é necessária a coordenação entre os responsáveis pela aplicação da lei em cada país por meio da implementação do direito internacional. Este artigo usa a abordagem do liberalismo com uma abordagem qualitativa de pesquisa descritiva (estudo de literatura). Os resultados da pesquisa explicam que a falta de aplicação da lei doméstica nos países da ASEAN faz com que criminosos transnacionais violem a lei doméstica e fujam para outros países, causando temores de novas ameaças no país para onde os refugiados estão fugindo. Em essência, não há país que seja capaz de resolver sozinho esses casos de crimes transnacionais. Portanto, a cooperação multilateral entre os países é necessária. A ASEAN, que neste caso é uma instituição multilateral do Sudeste Asiático, deve regular as estratégias para as matérias criminais por meio da Assistência Jurídica Mútua (Mutual Legal Assistance - MLA).

PALAVRAS-CHAVE

Sudeste asiático, Assistência Jurídica Mútua, ASEAN, Crimes Transnacionais.

Recebido em 28 de outubro de 2021
Aprovado em 4 de dezembro de 2022

Traduzido por Gabriela Ruchel

PARCEIROS

NERINT

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no Sul do Brasil. Estabelecido em 1999 junto ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre 2014 e 2018 esteve associado à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Atualmente está subordinado à Reitoria da universidade através do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV). Seu objetivo sempre foi o estudo crítico e inovador das transformações do Sistema Internacional pós-Guerra Fria. Paralelamente, tem buscado contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil no plano da análise das opções estratégicas para a inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento.

Os estudos exploratórios desenvolvidos pelo NERINT sobre os novos países em desenvolvimento conheceram notável expansão desde o limiar do Século XXI. A cooperação com instituições estatais, empresariais, acadêmicas e sociais foi intensificada, bem como o contato direto com centros na América Latina, África e Ásia, além dos já existentes com a Europa e a América do Norte. Um dos resultados dessa nova realidade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do Brasil segundo avaliação do Ministério da Educação (2017), e consequentemente do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS, além de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI, 2010). Duas revistas também foram criadas: a semestral bilíngue Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais e a bimestral Conjuntura Austral. Além disso, desde 2016 o NERINT oferece um Boletim de Conjuntura trimestral e bilíngue, a cargo dos seus Pesquisadores Assistentes. O NERINT também está vinculado à linha de pesquisa em Política Internacional e Defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL) da UFRGS, criado em 1973. Como atividade editorial, o NERINT publicou duas coleções de livros: a Coleção Relações Internacionais e Integração e a Coleção Estudos Internacionais. Atualmente, edita a Série Estratégia, Defesa e Relações Internacionais. Assim, além da pesquisa avançada e de propiciar intensa atividade editorial, o NERINT deu origem a pesquisas e programas de graduação e pós-graduação diferenciados.

PPGEEI

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) iniciou suas atividades em 2010, com cursos de Mestrado e Doutorado, ambos propiciados por qualificados professores e pesquisadores com experiência internacional. Ele é resultado dos avanços obtidos nas áreas de pesquisa e ensino (Graduação e Pós-Graduação) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Suas raízes estão no Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), um centro criado em 1999 que realiza pesquisas, seminários e edita dois periódicos. Conta também com o apoio do Núcleo de Estudos em Tecnologia, Indústria e Trabalho (NETIT/FCE) e do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), sediado no Instituto Latino Americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS). Em 2004, foi iniciado um curso de Graduação em Relações Internacionais na FCE/UFRGS, em 2005 foi formado o Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL) e, em 2012, este transformou-se no Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). Tudo isto permitiu a formação de uma massa crítica, apoiada em ampla biblioteca especializada.

A tradição de pesquisa que deu origem ao PPGEEI baseou-se numa análise prospectiva das tendências mundiais dos anos 1990. A notável expansão da diplomacia e da economia brasileiras a partir do início do século XXI confirmou a perspectiva adotada, que permitiu a intensa cooperação com os organismos diplomáticos e econômicos internacionais do Brasil. O curso já é uma referência na análise estratégica da inserção das potências emergentes e das relações internacionais Sul-Sul.

A visão diferenciada do PPGEEI dá ênfase a métodos estratégicos, teóricos e aplicados, sempre baseados em rígidos princípios acadêmicos e científicos. Por esta razão, tem sido procurado por estudantes de todo o Brasil e de vários países, e tem estabelecido parcerias em todos os continentes. Por essas razões, é um programa focado na compreensão das rápidas transformações pela qual passa o sistema internacional. Publica em parceria com o NERINT as revistas *Conjuntura Austral* (bimestral) e *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* (semestral e bilíngue). O PPGEEI possui três linhas de pesquisa:

Economia Política Internacional

Enfoca a inserção internacional da economia brasileira e de outros grandes países em desenvolvimento na América do Sul, na Ásia e na África;

aborda as características e os efeitos da globalização; e desenvolve estudos comparados e setoriais preocupados com os efeitos da internacionalização de empresas e segmentos produtivos. Especial atenção é dada às crises financeiras internacionais e seus reflexos no Brasil e nos demais países do Sul.

Política Internacional

Enfatiza a análise do processo de formação, implementação e avaliação de política externa. Procura confrontar padrões de inserção internacional de países estratégicos de América do Sul, África e Ásia, considerando padrões institucionais, política comercial, estruturas de intermediação de interesses e atuação de atores da sociedade civil no eixo Sul-Sul das relações internacionais contemporâneas.

Segurança Internacional

Aborda os principais problemas de segurança no sistema internacional a partir de uma perspectiva que leva em conta os Estados mais poderosos no nível global, mas que introduz de maneira sistemática o problema das balanças regionais de poder, o eixo Sul-Sul, a existência de complexos regionais de segurança e o impacto das tecnologias de informação na Era Digital.

CEGOV

O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um centro interdisciplinar vinculado à Reitoria, cujo objetivo é estudar a ação governamental no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a missão do CEGOV é articular seus pesquisadores em áreas interdisciplinares prioritárias e realizar projetos de pesquisa aplicada. O CEGOV também desenvolve atividades de extensão e de ensino, e serve como espaço para coordenação e interlocução entre pesquisadores, grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFRGS, voltados para as políticas públicas. O CEGOV preza pela excelência acadêmica no desenvolvimento de seus projetos e pelo progresso da UFRGS como instituição de ensino de reconhecimento internacional. Além disso, desde sua criação o CEGOV tem procurado contribuir para a interação institucionalizada entre a comunidade acadêmica da UFRGS e instituições da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

As atividades do CEGOV estão articuladas através de Grupos de Trabalho (GTs) responsáveis pela formulação, implementação e avaliação de projetos interdisciplinares em áreas como política internacional, governança,

processos decisórios, controle democrático, entre outras. Os GTs recebem o auxílio da Equipe de Apoio Técnico (AT) em todas as etapas dos projetos. O AT também é responsável pela manutenção da estrutura organizacional do CEGOV e pelo desenvolvimento de ferramentas e processos que facilitem a integração dos pesquisadores ao CEGOV. O CEGOV também congrega núcleos de pesquisa tradicionais da UFRGS, como o NERINT e o CEBRAFRICA.

CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT).

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou cinco livros, foi transformada em Série Africana, com novas obras no prelo. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRICA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a "A presença do Brasil, da China e da Índia na África", "A África na Cooperação Sul-Sul", "Conflitos africanos", "Integração e desenvolvimento na África", "As relações da África com as Grandes Potencias" e "As relações interafricanas".

NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A revista AUSTRAL publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 70 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços) e não devem conter notas de rodapé;
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabibliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos preferencialmente com até 50 palavras.
12. As contribuições devem ser feitas através do website: www.seer.ufrgs.br/Austral.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.
Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.
1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB)
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

NÚMEROS ANTERIORES

Disponível online em:
www.seer.ufrgs.br/Austral

Volume 11, Número 21 (Jan./Jun. 2022)

Editorial
Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação na Obra de Giovanni Arrighi: A Crise de 2008, o Fim da Hegemonia Norte-Americana e a Posição da China *(Analúcia Danilevicz Pereira e Igor Estima Sardo)*
O Poder dos EUA e as Multinacionais Tecnológicas na Era Digital: Uma Análise da Oligopolização nos Governos Obama e Trump (2009-2021) *(Cristina Soreanu Pecequilo e Francisco Luiz Marzinotto Jr.)*
A Contribuição Chinesa para a Estabilização do Afeganistão "Democrático" *(Lukasz Jurenczyk)*
A Política Externa do Sultanato de Omã para a Crise do Iêmen: Fundamentos e Limitações*(Khamis bin Ali Al-Sunaidi, Sahar Tarawneh)*
Segurança Marítima na Região do Indo-Pacífico: Uma Perspectiva Geeostratégica do Estreito de Malacca *(Segurança Marítima na Região do Indo-Pacífico: Uma Perspectiva Geeostratégica do Estreito de Malacca)*
O Comportamento Externo Contraditório da Comunidade Europeia:A Promoção da Integração na América Latina no Final dos Anos 1980 *(Mayte Anais Dongo Sueiro)*
Linhas de Falha em Civilizações e Extremismo de Direita: O Experimento da Alemanha com Responsabilidade Doméstica vs. Obrigação Internacional *(Stefy Joseph e Rhea Anthony)*
Moçambique: Estudo Comparativo da Política Externa dos Governos Samora Machel e Joaquim Chissano *(Ercilio Neves Brandão Langa)*
ANÁLISE ESTRATÉGICA NERINT (2022/1) *(Vários autores)*

Volume 10, Número 20 (Jul./Dez. 2021)

Editorial
AUSTRAL: 10 Anos de Cooperação Sul-Sul *(Paulo Fagundes Visentini e Guilherme Thudium)*
A Geopolítica Sino-Russa na Eurásia e as Disputas China-EUA: Ásia-Pacífico-Grande Eurásia vs Indo-Pacífico *(Marcos Cordeiro Pires e Lucas Gualberto do Nascimento)*
China e Rússia: A Projeção Naval de Potências Terrestres *(Paulo Fagundes Visentini)*
Revitalização da Rota da Seda Marítima com Base nas Implicações de Segurança e na Cooperação *(Haedar Akib, Lutfi Syaefullah e Hamsu Abdul Gani)*
A Dinâmica da Sucessão de Moedas no Século XXI - Um Caso de Liderança Financeira Chinesa? *(Gustavo de Moraes e Leonardo Giacomin)*
A Relevância Duradoura do Poder Naval: Reflexões sobre Defesa, Segurança e Projeção de Poder da Fronteira Marítima *(Samuel Oyewole e Abiodun Duyile)*
Priorização de Acordos Multilaterais de Controle de Exportação de Produtos de Defesa e Tecnologias Sensíveis por Processo de Análise Hierárquica *(Luiz Octavio Gaviao, Luciano Dias Dutra e Sergio Kostin)*
Orçamento em Defesa e Capacidades Estratégicas: Dissimilaridades entre os Países da

América do Sul *(Angela Nogueira Neves e Tássio Franchi)*
Globalização e a Mudança de Conceito da OTAN *(Umair Pervez Khan e Kashaf Sohail)*
Estratégia fracassada? O Legado da Presidência de Barack Obama no Oriente Médio e norte da África *(Magdalena Lewicka e Michal Dahl)*
Estudos de Segurança Internacional: Origens, Desenvolvimento e Abordagens Divergentes *(Ali Muhammad e Sugeng Riyanto)*
Implementação Regional da Estratégia Global de Contraterrorismo das Nações Unidas na África Ocidental: Problemas e Desafios *(Enoch Ndem Okon e Dodeye Uduak Williams)*
Novo Alvorecer ou Eterno Crepúsculo? *(Vladimir Shubin)*
ANÁLISE ESTRATÉGICA NERINT (2021/2) *(Vários autores)*

Volume 10, Número 19 (Jan./Jun. 2021)

Editorial
Os Trinta Anos do Mercosul: Apontamentos para um Balanço *(Leonardo Granato)*
Defesa Nacional e Desenvolvimento: Diálogos entre o Significado de "Autonomia" em Hélio Jaguaribe e a Estratégia Nacional de Defesa *(Pedro Nogueira da Gama Correio)*
A Reforma do Regime Antidumping Brasileiro: Um Balanço Parcial dos Determinantes e Implicações do Decreto 8.058/2013 *(Hélio Henkin, Rafael Pentiado Poerschke e Ricardo Dias da Silva)*
Uma Zona Crepuscular? Paz e Conflito na América Latina e nas Nações Unidas *(Sezai Özçelik)*
As Pegadas do Dragão no Polo Sul: Um Estudo sobre as Estratégias e as Ações Chinesas para Antártica e suas Implicações para o Brasil *(Alana Camoça Gonçalves de Oliveira)*
A Transformação Militar Colombiana: Realidade Estratégica e Superação de Resistências *(Víctor M. Mijares e Paula Alejandra González)*
O Desenvolvimento da Geoeconomia: Uma Abordagem do Liberalismo Institucional *(Ricardo Vega Perez)*
Revisando a Guerra Comercial EUA-China: Uma Avaliação Estratégica *(Ramla Khan e Zaeem Hassan Mehmood)*
Estratégia Norte-Americana para o Desenvolvimento de Inteligência Artificial Militar: Um Horizonte de Curto Prazo (2020-2030) *(Daniel Barreiros e Ítalo Barreto Poty)*
A Importância do Oriente Médio na Política Externa Russa *(Seyed Javad Emam Jomehzadeh, Sanaz Rostamjabri e Mahnaz Goodarzi)*
África e a 'Barganha da Globalização': Rumo a uma Soberania Econômica Coletiva *(Al Chukwuma Okoli e Atelhe George)*
Guerra e Conflito no Sahel Africano, Fruto da Histórica e Permanente Guerra Entre Dois Impérios: Império Árabe-Islâmico e Império Ocidental *(Mamadou Alpha Diallo)*
ANÁLISE ESTRATÉGICA NERINT (2021/1) *(Vários autores)*

Volume 9, Número 18 (Jul./Dez. 2020)

Editorial

ANÁLISE ESTRATÉGICA NERINT: Visões sobre a Diplomacia Pós-Trump *(Vários autores)*

O Sistema Mundial Contemporâneo: Uma Contribuição para o Debate sobre Desenvolvimento na Teoria Do Sistema-Mundo *(Analúcia Danilevicz Pereira e Salvatore Gasparini Xerri)*

Wallerstein, Arrighi e Amin: O Imperialismo no Capitalismo Fordista *(Luiz Felipe Brandão Osorio)*

A (Re)Emergência dos BRICS e o Reordenamento de Poder na Geopolítica Contemporânea *(Charles Pennaforte e Ricardo Luigi)*

Geopolítica e Constituição À Luz do Estado Democrático de Direito *(Guilherme Sandoval Góes)*

O Declínio Hegemônico dos Estados Unidos e a Crescente Influência da China: Uma Perspectiva Crítica sobre a Teoria da Transição de Poder no Século XXI *(Nasa'i Muhammad Gwadabe, Mohd Afandi Salleh e Abdullahi Ayoade Ahmad)*

A Construção do Estado Jihadista: Redefinindo Hierarquias de Gênero e Empoderamento *(Hamoon Khelghat-Doost)*

A Toxicidade Institucional em Reformas do Setor de Segurança: Lições Aprendidas sobre o Fracasso na Construção das Instituições de Segurança do Timor-Leste *(Sugito, Tulus Warsito e Achmad Nurmandi)*

A Insegurança Marítima na África Subsariana e os seus Reflexos na Economia dos Estados *(ários autores)*

A Eficácia Estratégica dos Drones para a Grande Estratégia dos Estados Unidos *(Damião Fernandes Capitão Ginga)*

Os Triângulos Competitivo-Cooperativos nas Relações Internacionais: Uma Contribuição Teórica do Poder a partir do Estudo de Caso das Forças Políticas Internas e Externas na América do Sul *(Bernardo Salgado Rodrigues)*

A Diplomacia Multilateral: Dissensos e Contrastes. Dois Casos Genebrinos, Um Depoimento Pessoal (*Pedro Motta Pinto Coelho)*

ANÁLISE ESTRATÉGICA NERINT (2020) *(Vários autores)*